



Esperar Não é Saber:

Arte entre o Silêncio e a
Evidência André Mesquita

Esperar NÃO é 'Saber':

SECRETO

Fórm. Nº 1006 A

**PUBLICACIONES CON
CIRCULACION PROHIBIDA**

TITULO "CUADERNOS DEL TERCER MUNDO" Nº 47
CONCESION Nº
LOCALIDAD BRASIL Dto.
EXPEDIENTE 3 S.C. 82
RESOLUCION 3 S.C. (CDC) FECHA 3/9/82

André Mesquita

Esperar não é saber:
arte entre o silêncio e a evidência

1ª edição

São Paulo
André Luiz Mesquita
2015

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mes578 Mesquita, André.

Esperar não é saber : a arte entre o silêncio e a evidência / André Mesquita. — 1. Ed. - São Paulo : Edição do autor, 2015.
232p. : il. ; 16x23cm.

Inclui notas.

ISBN 978-85-919097-0-4 (broch.)

1. Arte. 2. Arte - Séc. XXI. 3. Arte contemporânea.
4. Brasil - Política e governo - 1964-1985.
5. Militarismo - América Latina. 6. Brasil - Ditadura. 7. Argentina - Ditadura. 8. Arte - Aspectos políticos - Brasil.
I. Título.

CDD 709

Esperar não é saber: arte entre o silêncio e a evidência

ISBN: 978-85-919097-0-4

Autor: André Mesquita

Projeto gráfico: André Mesquita

Capa e ilustrações: Eduardo Marques Vaz (www.eduardomvaz.com)

Revisão: Mariana Góis

Revisão técnica: Julia Ruiz Di Giovanni

Fotografias das páginas 2, 8, 78 e 202 (Parque da Memória. Buenos Aires, fevereiro de 2015): André Mesquita.

Imagens das páginas 24, 146 e 230-231: Eduardo Marques Vaz

Formato: 16 x 23 cm

Número de páginas: 232

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão e acabamento: Gráfica Navegar. São Paulo, junho de 2015

Neste livro, o texto de André Mesquita está sob Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.

Realização:

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Esta obra foi selecionada pela Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais 2014.

Distribuição gratuita, proibida a venda.

Às mães e aos filhos de maio de 2006.

A Estela, mãe para sempre.

A León Ferrari.

A Hudinilson Júnior.

A Nessa.

A Rodrigo Smile.

Introdução
Desatar o silêncio 9

Capítulo um
Terror sinestético 25

Entrevistas

Artur Barrio 71
Mario Ramiro 73
Marcelo Zelic 76

Capítulo dois
Saber o que não saber 79

Entrevistas

Anna Ferrari 134
Pablo Ferrari 136
Julieta Zamorano Ferrari 140
Andrea Wain 141

Capítulo três
Memórias do invisível 147

Entrevistas

Clara Ianni 188
Débora Maria da Silva 196

Comentário final
Não acabou 203

Notas 206

Agradecimentos 228



Introdução:

desatar o silêncio

Buenos Aires amanheceu cinza e fria em pleno verão de fevereiro de 2015. Caminhava pelo Parque da Memória, realizando meu percurso ao redor do Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado. Inaugurado em 2007, o desenho do monumento é como uma ferida aberta na terra. Nomes e idades de nove mil pessoas detidas-desaparecidas ou assassinadas entre 1969 e 1983 estão gravados em placas de pedra, organizados em ordem alfabética e de acordo com o ano em que foram sequestradas pela ditadura militar argentina. Uma geração inteira desaparecida. Avisto uma senhora sentada em um banco de concreto olhando detidamente alguns dos nomes encravados nas trinta mil placas do monumento.¹ Passo por ela e sigo em direção ao museu do parque.

Percebo a senhora apertar o passo e me alcançar. “Onde é que ficam os arquivos?”, me pergunta. Digo que estou indo para lá. Caminhamos juntos até o museu onde está o arquivo, disponível em uma base de dados pública sobre os trinta mil desaparecidos.² Era a sua primeira vez naquele parque e ela estava buscando referências sobre um parente. Me disse ainda: “É um milagre estar viva quase quarenta anos depois da barbárie”.

Na entrada do museu, uma funcionária acompanhou a senhora até o computador de consulta aos arquivos. Acessamos o banco de dados e encontramos informações sobre uma garota, que ela revelou ser sua filha. Uma estudante da faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, desaparecida em agosto de 1976, aos vinte anos. Uma foto da jovem é exibida junto com os registros

mostrados na tela – nome, idade, ocupação, filiação a grupo militante, local e data do sequestro. A senhora sorri ao ver o rosto da filha, mirando aquela imagem por um minuto. Mas seus olhos expressam o brilho de uma dor inominável, carregada no corpo e na alma por quatro décadas. Uma vida marcada pela perda. Uma perda que nunca foi reparada.

É possível desatar o silêncio como sintoma das sequelas provocadas pela violência institucional? Como *escutar* esse silêncio para confrontar o esquecimento? Podemos nomear uma ausência? Como falar e tornar visível a brutalidade dos desaparecimentos forçados, a fim de exigir justiça? Me faço essas perguntas quando penso no caso dessa senhora, quando leio e acompanho a luta dos movimentos de direitos humanos, de mães e familiares de desaparecidos. Ou ao refletir sobre estratégias artístico-políticas que surgem em meio a um Estado genocida – tema que os capítulos deste livro dedicam-se a discutir.

As ondas de desaparecimentos, cujos saldos ainda são revisados³, foram geradas pela violência das ditaduras militares na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, mediante as práticas sistemáticas de encarceramento, tortura e assassinato contra militantes e movimentos de esquerda, guerrilhas, organizações clandestinas e grupos sociais marginalizados (indígenas, negros, homossexuais, entre outros). Como nota Pilar Calveiro:

Dez, vinte, trinta mil torturados, mortos, desaparecidos... Nessa escala, as cifras deixam de ter qualquer significado humano. Em grandes volumes os homens se transformam em números constitutivos de uma quantidade, e é então que se perde a noção de que se trata de indivíduos.⁴

Sob o poder da máquina repressora, o desaparecido, afirma Calveiro, perde sua identidade, torna-se um “corpo sem sujeito”.⁵ “O *desaparecimento* não é um eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de determinado momento *desaparece*, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte”.⁶ Essa violência também foi coordenada por meio de alianças internacionais. Regimes autoritários no Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai impulsionaram a Operação Condor, uma rede secreta de informações formalizada ilegalmente em meados dos anos 1970 e que contou com o apoio da CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. A cooperação entre esses países recorreu, em uma primeira fase, ao compartilhamento de dados confidenciais sobre opositores políticos. Em seguida, autorizou forças de segurança a executar missões clandestinas que cruzaram fronteiras nacionais para neutralizar dissidentes e exilados, conduzidos a seus países de origem para serem torturados (Figuras 1 e 2). Perseguições, sequestros e homicídios – muitos deles efetuados por esquadrões da morte⁷ –, levaram a desaparecimentos forçados, sempre negados com veemência por esses governos. No marco das ditaduras militares dos países do Cone Sul, para ocultar os corpos sem identidade, cadáveres foram lançados ao mar ou sepultados em valas comuns. A ordem do dia era aniquilar os “subversivos”.⁸

No Brasil, segundo os dados divulgados pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade no final de 2014, 210 pessoas desapareceram durante a ditadura militar no País, entre 1964 e 1985, além de 191 comprovadamente mortos e 33 corpos encontrados, totalizando 434 casos.⁹ No relatório, foram apontados também 377 agentes do Estado responsáveis de maneira direta ou indireta pelas práticas de tortura e assassinatos. O governo militar torturava não apenas para amedrontar, arrancar confissões e punir a vítima, mas para tentar rebaixar moralmente o visado “inimigo comunista”. Esse sistema

arbitrário conduzido pelo Estado brasileiro impôs temor, silêncio e trauma coletivos. Se sua resultante foi uma “eterna ausência-presença” dos desaparecidos, a busca de saber o que aconteceu nesses anos também teve papel de politizar as famílias que procuravam informações sobre seus parentes.¹⁰

Seria um engano afirmar que essas estruturas repressivas foram desativadas com fim do regime militar no País. No período democrático pós-ditadura, seus arranjos foram burocratizados e institucionalizados. Consolidaram-se na militarização das políticas de segurança pública e na criminalização de movimentos sociais, o que contribuiu para a “naturalização das atrocidades”.¹¹ A dinâmica de criminalização atinge também, e principalmente, a população residente nas favelas e nos bairros mais desfavorecidos das cidades, onde a violência, o racismo policial e a atuação de milícias e organizações paramilitares são elementos de uma realidade atroz.¹² Torturas, assassinatos e desaparecimentos persistiram no regime dito “democrático”. O inimigo da ditadura era o militante de esquerda. Na democracia, o alvo fatal da violência é a população pobre, negra e periférica. Mães de jovens mortos e desaparecidos continuam a lutar, denunciar e exigir a responsabilidade civil do Estado por esses homicídios para que eles não se repitam. Familiares demandam a apuração de casos que, na maioria das vezes, acabam sem solução, arquivados judicialmente. Graves violações de direitos humanos ocorrem todos os dias. Velada ou explícita, vivemos uma política de impunidade dos agentes do Estado, que matam amparados pela justificativa de “resistência seguida de morte”.

Este livro expõe o resultado de um trabalho de investigação e reflexão sobre a violência como política de Estado, posta em evidência por artistas em intervenções nos espaços públicos e na mídia, na compilação de informações e em registros como fotos, filmes e outros recursos, durante o

Figuras 1 e 2:

“Resumo semanal” realizado pela CIA, em 2 de julho de 1976, em que se menciona pela primeira vez o nome “Operação Condor”. Este documento desclassificado informa que os seis países participantes do plano reuniram-se em junho de 1975, em Santiago do Chile, para coordenar operações secretas na Argentina. Fonte: National Security Archive. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: jun. 2015.

Secret
NOFORN



Weekly Summary

APPROVED FOR RELEASE

DATE: SEP 1999

Secret

July 2, 1976

No 1398

~~SECRET~~

NR

intelligence—representatives from Bolivia, Uruguay, Paraguay, Brazil, Chile, and Argentina decided at a meeting in Santiago early in June to set up a computerized intelligence data bank—known as operation "Condor"—and to establish an international communications network. In a separate agreement, Uruguayan intelligence [redacted] agreed to operate covertly in Paris with its Argentine and Chilean counterparts against the Revolutionary Coordinating Junta and other leftist Latin American subversive groups.

[redacted] Until recently, however, there was no evidence that this cooperation was extensive or very effective.

15C [redacted] these security services are already coordinating operations against targets in Argentina. In May armed men ransacked the offices of the Argentine Catholic Commission on Immigration and stole records containing information on thousands of refugees and immigrants. Argentine police did not investigate the crime and dismissed it as a simple robbery. Two days later, 24 Uruguayan and Chilean refugees, many of whom were the subjects of commission files, were kidnaped and tortured for several hours. Some of the refugees later said their interrogators were security officers from Chile and Uruguay. Presumably, a Chilean-Uruguayan operation could not have been undertaken without the cooperation of the Argentine security forces.

There are also several reports that Chilean subversive leader Edgardo Enriquez, who was arrested by Argentine security forces on April 10, was subsequently turned over to the Chileans and is now dead. Meanwhile, [redacted]

[redacted] Argentina has handed over to Chilean authorities a Brazilian political exile wanted by Santiago.

~~SECRET~~

período de ditadura militar na década de 1970 no Brasil, especialmente após a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) no governo do Marechal Costa e Silva (1967-1969)¹³; e na Argentina – com a ditadura instalada pelas Forças Armadas em 1976, e que seguiu até 1983. A partir das ações e das imagens produzidas por práticas artísticas politizadas, procuro refletir sobre alguns aspectos sociais dessas duas ditaduras, localizando uma série de tramas de sentido referentes ao poder torturador-desaparecedor. Esse poder desaparecedor de que fala Calveiro¹⁴ cresce e se esconde atrás dos excessos, oculta-se em alguns momentos mas volta a surgir nas dobras da história. Por isso, a investigação avança no tempo e chega, quarenta anos depois, a trabalhos de artistas-ativistas e movimentos sociais que expõem a continuidade e a atualidade desse poder.

Menos interessado em revisar ou mapear debates já realizados por críticos e curadores sobre tais experiências, proponho ir além da inscrição dessas práticas no campo restrito da arte, sem defini-las e categorizá-las como “conceituais”,¹⁵ ou ainda enquadrá-las unicamente como “obras”. Diversamente, esta investigação pretende, em um primeiro momento, explorar o potencial crítico de ações artístico-políticas que ocorreram durante a ditadura e à margem do sistema de arte, sob o risco de censura, medo e autoritarismo, manifestando as dimensões múltiplas dos massacres ora patrocinados e obscurecidos pelo Estado genocida, ora explícitos como advertências públicas de terror e controle social. Em um segundo momento, este trabalho chega ao presente para interpelar o legado da ditadura que se perpetua na atuação arbitrária de agentes policiais e militares e nas políticas de segurança pública, a fim de entender o processo de institucionalização das práticas de tortura, assassinato e desaparecimento no Brasil. Encaro as ações efetuadas por artistas e ativistas, orientadas para os espaços, tensões e conflitos da vida cotidiana, como *deflagradores* de uma realidade social,

capazes de manifestar a violência sobre os corpos assassinados e desaparecidos. Esses deflagradores também desvelam a indiferença de parte da sociedade civil frente a esses acontecimentos, sobre os quais o Estado procura manter uma aparente “normalidade”. A normalidade a que faço referência deve ser entendida, nos termos de Calveiro, como “a normalidade da obediência, a normalidade do poder absoluto, inapelável e arbitrário, a normalidade do castigo, a normalidade do desaparecimento”.¹⁶

Em vez de reescrever trajetórias de artistas ou traçar um panorama geral sobre o que sucedeu com a vanguarda brasileira e latino-americana daquele período, escolhi abordar os procedimentos, processos e imagens de duas experiências que considero fundamentais para pensar sobre a conjuntura sociopolítica do período mais coercivo dos anos 1970. No primeiro capítulo, “Terror sinestético”, falo sobre as duas primeiras partes de *Situação T/T,1*, realizadas por Artur Barrio¹⁷ (Porto, 1945) em abril de 1970 em Belo Horizonte durante o evento *Do corpo à terra*, organizado pelo crítico Frederico Morais. O lançamento anônimo de “trouxas ensanguentadas” por Barrio na margem de um rio da capital mineira criou um clima de inquietação na cidade e chamou a atenção do público e das autoridades, que acreditavam na possibilidade daqueles vestígios serem pedaços de corpos de pessoas torturadas e assassinadas pelo Esquadrão da Morte. Discuto esse trabalho a partir do imaginário social e da realidade opressiva daquele momento, reportando-me também a notícias de jornal e a documentos de época que apontam a violência então cometida pelo governo militar e por grupos de extermínio.

No segundo capítulo, “Saber o que não saber”, trato do trabalho *Nosotros no sabíamos* (Nós não sabíamos), iniciado por León Ferrari¹⁸ (Buenos Aires, 1920-2013) logo após o Golpe de Estado de 24 de março de 1976 e a instauração da ditadura militar na Argentina. Para fazer da

Argentina um “outro país”, as Forças Armadas julgaram necessário disciplinar a sociedade, e os locais de teste e construção dessa nova nação aterrorizada, de acordo com Calveiro, foram os campos de concentração e extermínio – montados pelas instituições militares como centros clandestinos. As prisões deram lugar a um perverso plano de desaparecimentos.¹⁹ Em maio daquele ano, Ferrari começou a recortar notícias de jornais argentinos de grande circulação que informavam o aparecimento de cadáveres em locais públicos e a apresentação de *habeas corpus* por familiares de desaparecidos. Com os recortes, Ferrari armou uma série de colagens, com 83 páginas, a que deu o nome de *Nosotros no sabíamos*. Essa foi uma frase usada por parte da sociedade civil argentina como justificativa diante das provas que confirmaram os desaparecimentos e a tortura que ocorria nos centros clandestinos de detenção.

Para escapar do terrorismo de Estado argentino, Ferrari e sua família exilaram-se no Brasil. Saíram de Buenos Aires no final de 1976 e passaram a viver em São Paulo, onde o artista concluiu a edição de *Nosotros no sabíamos* formando um livro fotocopiado, que foi distribuído a pessoas, instituições e exibido posteriormente em exposições. Paralelamente à minha pesquisa sobre *Nosotros no sabíamos*, considereei fundamental contar neste capítulo um episódio ocorrido no período de exílio de Ferrari: o sequestro de Ariel Adrián Ferrari, filho do artista e militante *montonero* desaparecido em fevereiro de 1977. Graças aos depoimentos concedidos pela família a esta investigação e aos documentos encontrados, pude refletir sobre as declarações de Ferrari quanto ao desaparecimento de seu filho e de outros militantes, buscando contribuir com uma análise mais detalhada sobre *Nosotros no sabíamos*, uma vez que o material crítico disponível sobre o trabalho ainda é reduzido e por isso merece ser melhor explorado.

Em “Memórias do invisível”, atento para o legado da violência de Estado no presente, retomando questões levantadas nos capítulos anteriores sobre o tema do desaparecimento a partir de um projeto intitulado *Apelo*, vídeo realizado em 2014 por Clara Ianni²⁰ (São Paulo, 1987) em parceria com a ativista Débora Maria da Silva (Recife, 1959). Clara Ianni vem realizando trabalhos que se utilizam de diferentes meios (esculturas, textos, vídeos, instalações, etc.) e problematizam as relações entre arte e política. Débora Maria da Silva é fundadora do Movimento Mães de Maio e teve o seu filho, Edson Rogério Silva dos Santos, de 29 anos, morto por policiais militares na cidade de Santos, na noite de 15 de maio de 2006. Edson foi uma das 493 vítimas – de acordo com os números oficiais – executadas pelas forças de segurança e grupos de extermínio em São Paulo, durante o episódio conhecido como “Crimes de Maio de 2006”. O Movimento Mães de Maio²¹ foi organizado para exigir do poder público o andamento dos inquéritos sobre esses assassinatos, julgamentos dos agentes policiais e cabíveis reparações aos familiares das vítimas, como também para buscar explicações sobre pessoas que até hoje estão desaparecidas.

Filmado no Cemitério de Perus – local conhecido por ter sido usado durante a ditadura brasileira para o sepultamento clandestino dos cadáveres de militantes de esquerda torturados e assassinados – *Apelo* recorda tanto a memória dos mortos do regime militar como também aqueles que tiveram suas vidas tiradas pela política de extermínio chancelada pelo Estado em nossa história recente. O vídeo mostra a obscura situação atual desse mesmo cemitério, onde realiza-se diariamente enterros de “indigentes” em que não há informações sobre suas identidades e nem a presença de familiares. Em conjunto, as três experiências analisadas neste livro possibilitam repensar outras narrativas sobre a história social e política acerca do terror de tempos sombrios e seus efeitos avassaladores no passado e no presente.

Sob a luz do segredo

Minha motivação por esta pesquisa começou com uma pergunta inquietante. O que as ações artísticas que aqui examino foram e ainda são capazes de articular? O que significa falar publicamente sobre tortura e desaparecimento a partir dessas intervenções? Decidi entender como elas revelam a violência do Estado, de maneira explícita ou ao menos sensível, por meio de *evidências*. A evidência (ou *enargeia*) é o “surgimento do invisível no visível”, segundo o historiador François Hartog; é feita de sinais, fragmentos, imagens, provas, cenas e testemunhos que transitam pela história.²² Ela é um modo de aparecimento e um modo de olhar o que está na nossa frente. Nas palavras do professor de direitos humanos Thomas Keenan, a evidência é, precisamente, “o que não é autoevidente. [A evidência] torna-se evidente apenas aos ouvidos e aos olhos dos outros. Não é uma resposta, mas uma pergunta: pede por uma decisão, por uma leitura ou interpretação, pede para que lhe contemos o que diz”.²³ Antes de tudo, a evidência pede uma tomada de posição sobre o que aconteceu. Ela atravessa a esfera daquilo que está invisível no acontecimento, o que foi deliberadamente oculto, ou ainda propositalmente colocado na forma de um silêncio, como aviso ameaçador. Das práticas reunidas neste trabalho, proponho pensar as visibilidades que podem gerar e os efeitos dessas visibilidades na esfera social da vida cotidiana. Qual a decorrência política desses atos? Nesse sentido, parece-me adequado recordar a frase empregada pelo artista Mladen Stilinović (Belgrado, 1947), ao examinar os processos e objetivos de seu trabalho, de que “não há arte sem consequências”.²⁴

A *evidência* é uma pergunta angustiante. Percebi que uma estratégia possível para tratar essa interpelação, que cruza o tempo das experiências artísticas e sociais aqui reunidas, seria pensar através de um termo trabalhado ao longo deste livro como um conceito essencial: o *segredo*.²⁵ O segredo

constitui um elemento importante da nossa sociedade e é também uma forma poderosa de conhecimento situada no centro do poder. Seu efeito intensifica-se com o auxílio do terror.²⁶ Sob que condições detenções ilegais, centros clandestinos de tortura, campos de concentração, execuções na calada da noite, espionagem, vigilância e desaparecimentos de pessoas permanecem em segredo? Ouvimos falar sobre essas atividades amparadas pelas estruturas internas e burocráticas do Estado, inscritas nos corpos e na vida pública. Mas há também os que preferem esquecer, omitir, não saber, ficar em silêncio ou negar que algo tenha acontecido ou esteja acontecendo no âmbito repressivo do terror.

Fatos sociais que se desenvolvem na escuridão podem escapar, vazar, intensificar-se no discurso oposto ao silêncio. Nem tudo permanece em sigilo para sempre. Porém, é interessante pensar, por exemplo, sobre a natureza da desclassificação de documentos liberados anualmente pelos governos. Alguns documentos desclassificados são mostrados neste livro²⁷ porque, para além de fazê-los circular como registros de decisões, e provas das catástrofes e atrocidades cometidas pelos governos militares contra os direitos humanos, o processo de torná-los públicos é uma iniciativa complexa. Apresentá-los supõe uma intervenção em seu conteúdo. Trechos de textos, como detalhes de operações ou nomes de envolvidos, podem ser ocultados e borrados por aqueles que os desclassificaram²⁸, tornando-os parcialmente inacessíveis. Essa restrição é um indício de que as tramas do poder institucional querem manter alguns de seus segredos como proteção contra aqueles que os “ameaçam”. Paranoia, talvez? Em todo caso, há certas coisas que os governos preferem manter longe do conhecimento público.

Assim, atento para a dimensão pública do segredo, ideia vital para este trabalho. Como aponta o antropólogo Michael Taussig, o “segredo público” é aquilo que é

conhecido socialmente, mas por algum motivo não pode ser articulado.²⁹ “Onde há poder”, escreve Taussig, “há segredo, não apenas o segredo que está no centro do poder, mas também o segredo público”.³⁰ O antropólogo cita como caso de segredo público a “lei do silêncio”, expressão utilizada pelos colombianos nos anos 1980 em um contexto no qual, ao mesmo tempo em que ocorria a suspensão emergencial de liberdades civis e a imposição de ordens militares, corpos mutilados apareciam misteriosamente em estradas próximas às cidades. As pessoas sabiam que esses massacres aconteciam, “e seus autores ‘sabiam’ que nós ‘sabíamos’”, recorda Taussig, mas não havia uma maneira de articular facilmente esses acontecimentos cara a cara e publicamente entre as pessoas.³¹

É precisamente a possibilidade de articulação do segredo público, sob a égide da máquina repressora e desaparecedora do Estado, que me interessa observar nas ações de Artur Barrio, León Ferrari e na colaboração entre Clara Ianni e Débora Maria da Silva. São processos que potencializam o encontro crítico entre o poder e a palavra. O exercício de politização e socialização da memória – que pulsa entre a lembrança e o esquecimento – e a valorização de histórias obscuras ou silenciadas pelo trauma, ajudam a questionar narrativas oficiais que se pretendem imunes a revisões e contradições. Nesse horizonte de visibilidade que conjuga discursos diversos, registro a importância dos testemunhos e de suas variações. Nas entrevistas que realizei durante esta pesquisa com Artur Barrio, Clara Ianni e Débora Maria da Silva; o vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic; o artista e professor Mario Ramiro; a historiadora Andrea Wain e os familiares de León Ferrari – seu filho Pablo e as netas Anna e Julieta, pude escutar lembranças e percepções valiosas sobre os assuntos desta investigação. Fazer entrevistas é um trabalho importante para esta investigação porque possibilita pensar com outras pessoas registros distintos sobre um mesmo acontecimento, estimulando a ideia de

que a memória não é algo feito de uma única versão dos fatos, mas da riqueza de pontos de vista. Trechos desses depoimentos aparecem em alguns momentos no texto do livro e todas as entrevistas estão publicadas no final de cada capítulo, de modo a apresentar experiências e diferentes perspectivas, bem como reforçar argumentos.



Capítulo um:

terror sinestético

Chamada na capa do *Jornal do Brasil* de 6 de fevereiro de 1970: “Guarda índia vence boatos, diz Ministro” (Figura 1.1). A formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena (GRIN) tinha sido notícia nacional. Celebrada no dia anterior em Belo Horizonte, o local da solenidade foi o quartel do Batalhão-Escola Voluntários da Pátria da Polícia Militar de Minas Gerais. Recrutados nas aldeias Maxakali (Minas Gerais), Gavião (Pará), Karajá, Krahô e Xerente (localizadas em parte da região de Goiás hoje correspondente ao Tocantins), 84 índios apresentaram-se fardados e armados como soldados.

O paraninfo da turma foi o Ministro do Interior Coronel Costa Cavalcanti, que em dezembro de 1968 votara a favor do AI-5 e que em 1969, no governo Médici, coordenou a construção da Rodovia Transamazônica. José Queirós Campos, o então Presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), órgão que instituiu a criação da guarda em setembro de 1969,¹ também estava presente. Para o ministro, a GRIN era uma resposta “às calúnias de pessoas mal-intencionadas que não conhecem o índio brasileiro”. Uma “turma pequena para a vastidão do país”, disse em seu discurso de formatura, mas necessária para a “integração gradativa” do índio, “assimilando a civilização, embora sem a quebra de tradição salutar”.²

Do alto de um palanque, secretários, governador, comandante da polícia local, generais e outros militares de alta patente observavam o desfile da guarda entusiasmados. Executaram o Hino Nacional. Os jovens soldados indígenas prestaram continência à bandeira e fizeram parada

militar. Passaram, então, à demonstração da eficácia das práticas de defesa pessoal que aprenderam em três meses de treinamento no quartel. Na demonstração de judô, aplicaram golpes e imobilizações. Em seguida, exibiram técnicas de como segurar uma arma, perseguir fugitivos a cavalo, revistar e prender um suspeito. A plateia, formada por jornalistas e famílias com crianças e idosos, aplaudia. Mas nada foi mais surpreendente do que assistir hoje, por meio de um registro feito naquele dia e arquivado durante décadas, uma imagem em que dois guardas indígenas desfilam segurando um homem pendurado em um pau-de-arara. Uma barra de ferro atravessada por trás dos joelhos dobrados. Os braços, comprimindo as pernas, passam por trás da barra. As mãos amarradas em frente aos joelhos. O corpo contraído e suspenso. Tortura em público, aos olhos de centenas de pessoas. Não há uma única menção a violência nos jornais do dia seguinte.

A criação da Guarda Nacional Indígena foi uma invenção do governo militar. Naquele momento, o povo brasileiro vivia a armadilha do chamado “milagre econômico” (1968-1973). As exportações cresciam; elites, empresários e tecnocratas vendiam o discurso do avanço do Produto Interno Bruto e do desenvolvimento industrial em larga escala e a qualquer custo de um Brasil capitalista e sem limites. Patriotismo nos jornais e televisões, entusiasmo coletivo com a vitória do País na Copa do Mundo. Euforia, mas nem tanto. Uma ampla camada da sociedade não se beneficiou com esse desenvolvimento de base autoritária. O grau de concentração de renda e a desigualdade social subiram vertiginosamente, aumentando a proporção da população pobre e marginalizada. Fortaleceu-se a política do arrocho salarial, quando os reajustes dos salários não acompanham a inflação. A crise mundial que se alastrou em 1973 e depois em 1979, com a elevação dos preços do petróleo – item que era importado pelo País – ajudou a revelar a vulnerabilidade desse milagre. Os últimos anos do regime foram de recessão e desemprego. A dívida externa

Figura 1.1:

Reprodução de parte da capa da edição nacional do *Jornal do Brasil* de 6 de fevereiro de 1970. Sob o título “Os passos da integração”, o jornal mostra a foto da Guarda Rural Indígena desfilando diante das autoridades. Abaixo da foto, a nota “Guarda índia vence boatos, diz Ministro”. Crédito da imagem: Jornal do Brasil/CPDoc JB.

OS PASSOS DA INTEGRAÇÃO



Os guardas índios desfilam diante do Ministro do Interior e do Governador de Minas, Israel Pinheiro

Guerrilhas unem Colômbia e Venezuela

Os Ministros da Defesa da Venezuela e Colômbia anunciaram a formalização de um pacto militar de ação conjunta contra os guerrilheiros que atuam na fronteira entre os dois países. Esta é a primeira vez que duas nações latino-americanas unem suas forças contra a subversão.

O pacto entre Venezuela e Colômbia foi debatido pelos Presidentes Rafael Caldera e Carlos Lleras Restrepo no encontro que mantiveram durante a inauguração de uma ponte internacional em dezembro passado. A questão está agora em estudo nas chancelarias dos dois países, e será em seguida enviada aos respectivos Exércitos. (Página 11)

Vietcong ataca horas após a trégua começar

A trégua vietcong de quatro dias, decretada para as comemorações do Ano Novo Lunar, foi quebrada ontem a menos de oito horas de seu início, quando a artilharia comunista atingiu um helicóptero da Marinha dos Estados Unidos a 15 quilômetros da base de Da Nang, onde 50 mil homens se encontram de prontidão à espera de uma provável ofensiva.

O comando dos EUA em Saigon realizou ontem, pela segunda vez em uma semana, bombardeio sobre território norte-vietnamita. Na segunda-feira passada, caças-jato Phantom atacaram baterias antiaéreas e plataformas de lançamentos de foguetes na região de Ben Karai. (Página 8)

Guarda índia vence boatos, diz Ministro

A formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena Nacional, ontem, em Belo Horizonte, foi qualificada pelo Ministro Costa Cavalcanti como a melhor resposta aos que, desconfiando o nosso índio ou por motivos não confessados, referem-se ao problema do silvícola brasileiro em termos caluniosos.

O Ministro do Interior, que parainfou a turma, mostrou-se orgulhoso por ser padrinho dos primeiros 84 guardas índios do país e disse que o curso a eles ministrado será exemplo para outras nações. Acentuou que o espírito do Marechal Rondon por certo anteviu o aparecimento da guarda indígena, formada de homens muito saudáveis e inteligentes. (Página 12)

aumentava devido à dependência dos empréstimos feitos no exterior para investimentos nacionais. Grande parte desse dinheiro foi aplicada em obras de infraestrutura, como a instalação de usinas, pontes e estradas, veiculadas sempre na imprensa (refreada pela censura) e pela propaganda oficial do regime como algo necessário. Para extrair minérios e construir ferrovias, hidrelétricas e rodovias que integrassem o Brasil, o governo “limpou” grandes áreas, devastando florestas e exterminando os indígenas que viviam nas zonas exploradas.

Com o intuito de desviar a atenção social dessas violentas ocorrências e fabricar uma imagem de avanço no exterior, os militares criaram a GRIN para tentar acobertar o genocídio e as remoções forçadas que sucederam nos territórios indígenas das regiões Centro-Oeste e Norte do País. Atualmente, tem-se uma estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas foram assassinados durante a ditadura brasileira em situações de expropriação de suas terras, sofrendo também torturas, maus-tratos, doenças e a própria destruição de suas ordens sociais e modos de vida.³ Na época, algumas dessas violações foram denunciadas por organizações internacionais e conselhos de defesa dos direitos humanos, mas acabaram censuradas nos meios de comunicação. Aos olhos dos militares, nada mais estratégico do que instituir uma guarda composta pelos próprios indígenas com a missão de policiar as suas áreas. Pouco tempo depois, o plano da guarda indígena demonstrou ser um grande fracasso.⁴ A “integração gradativa”, festejada pelo Ministro Costa Cavalcanti durante a formatura da GRIN, foi, na realidade, um crime.

Mais de quarenta anos após a formação da GRIN, só foi possível ter acesso às cenas dos soldados indígenas carregando um homem anônimo pendurado em um pau-de-arara porque o fotógrafo e documentarista Jesco von Puttkamer⁵ filmou o evento com uma câmera Super-8. Provavelmente, para que o registro passasse despercebido,

Puttkamer guardou o filme em uma caixa e nela escreveu “Arara”, o que seria uma possível referência aos índios que habitavam as margens do Rio Xingu no Pará. Quando Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, realizou uma pesquisa em 2012 no Museu do Índio no Rio de Janeiro para a Comissão Nacional da Verdade, ouviu falar de um ex-funcionário daquela instituição que teria se deparado com uma cena de tortura ao digitalizar o filme de Puttkamer. Com a localização daquele ex-funcionário e a redescoberta dos registros do filme nos arquivos do museu por Zelic, a história da formação da GRIN veio novamente a público.⁶

O que significa, então, assistir àquela que é, talvez, a primeira imagem da qual se tem notícia de uma demonstração de uma prática de tortura exibida em público durante a ditadura? Na época, o País escutava da boca dos militares: “não existe tortura no Brasil”, e que se houvesse, seriam “casos isolados” para salvar o País da resistência armada dos “terroristas”. O próprio governo fazia declarações oficiais condenando esse tipo de prática.⁷ O registro de Puttkamer surge como evidência que desmonta o falso cenário de normalidade de um regime autoritário que estava cada vez mais próximo de uma “paz de cemitério”⁸, como ressalta o historiador Marcos Napolitano. Segundo Zelic, a Guarda Rural Indígena “é a prova incontestada das denúncias feitas por presos políticos que serviram de cobaia”⁹ naquele período. Sua evidência não é só o sinal da violência que se institucionalizou e que ainda corre solta nas mãos dos agentes policiais do Estado, mas a imagem concreta de que as torturas descritas por aqueles que sobreviveram aos porões da ditadura claramente aconteceram, e seus métodos foram ensinados usando presos-cobaias. No pior dos casos, ensinados aos jovens soldados indígenas.¹⁰

Violência como rotina

Enquanto o mito do Brasil como potência econômica reverberava na mídia oficial e na apatia de uma parte da classe média resguardada do massacre, a máquina repressora do Estado obteve liberdade inédita com o AI-5. Nunca o regime militar prendeu e torturou tanto como naquele período, considerados os assassinatos e desaparecimentos políticos de militantes de esquerda envolvidos com a guerrilha urbana e rural, como também a violência contra indígenas e camponeses. A tortura no Brasil já ocorria desde o golpe de março de 1964 e sua prática se intensificou depois de 1968.¹¹ Foi o meio que o poder autoritário encontrou para forçar a vítima a dizer a verdade, quando a verdade fosse, em realidade, qualquer coisa manipulada e exigida pelo torturador.¹² Ela foi aplicada indiscriminadamente, não importando idade e sexo. Crianças sofreram torturas na frente de seus pais. Práticas de tortura e violência sexual viraram rotina durante a presidência do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que governava sob o lema “segurança e desenvolvimento”. Virou até mesmo propaganda publicitária com uma marca famosa de eletroeletrônicos estampando nas páginas dos jornais um anúncio que certificava o consumidor de que seus produtos eram submetidos a inúmeros testes e que resistiam a qualquer descuido. “Na câmara de torturas, o TV Philips 550 resistiu a tudo”, dizia a chamada com a fotografia de uma televisão ao lado de um chicote. A truculência já estava capitalizada e sua apologia implantada no imaginário social como um poder que castigava os que reagiam à força. Oficialmente, afirma Elio Gaspari, “a tortura envenenou a conduta dos encarregados da segurança pública, desvirtuou a atividade dos militares da época, e impôs constrangimentos, limites e fantasias aos próprios governos ditatoriais”.¹³ O Departamento de Estado dos Estados Unidos recebia relatórios secretos de seu embaixador alegando a existência das práticas de tortura no Brasil (Figuras 1.2 a

1.4), afirmando o “sucesso” que essas práticas teriam na redução do número de “terroristas” ativos no País. Dentro dos quartéis, a tortura foi ministrada aos soldados como matéria prática obrigatória, elevada à condição de método científico. Suas técnicas foram compartilhadas em cursos de formação de militares, reuniões e operações secretas coadunadas com agentes de outras ditaduras na América Latina e mantidas com a chancela dos Estados Unidos. O espelho inverso da alegria do milagre foi a imagem desumana dos “anos de chumbo”.

Enquanto as mobilizações sociais e manifestações públicas de oposição ao sistema eram suprimidas pelo Estado de exceção no início dos anos 1970, a máquina de extermínio agia impiedosamente para dismantelar organizações clandestinas e a luta armada da guerrilha revolucionária¹⁴, punindo e matando seus líderes, militantes e apoiadores. Um clima de ameaça pairava sobre a esfera pública com a anulação total das liberdades civis e a urgência de se repensar os direcionamentos de uma esquerda fragmentada. Para além dos espaços de delegacias e quartéis, torturas e assassinatos ocorriam também nas chamadas “casas da morte”,¹⁵ ligadas aos órgãos de inteligência e repressão do regime militar brasileiro como o DOI-Codi (Destacamentos de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), e eram conduzidos por organizações paramilitares e agentes públicos corruptos protegidos por esse sistema.

No campo cultural, artistas e intelectuais começaram a sofrer com a repressão até então direcionada à militância de esquerda, sendo alvo de perseguições e censuras. Muitos foram forçados ao exílio. Uma espécie de crise acometeu a arte dita de *vanguarda* daquele período que buscava superar os limites de suas criações, muitas delas já absorvidas pelo circuito institucional. Um esgotamento das formas de arte vinculadas à necessidade do objeto como “obra única”, resguardada pelo museu e dotada de autonomia de campo

Figuras 1.2 a

1.4: Documento secreto enviado pelo Embaixador William Rountree ao Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a tortura no Brasil. Fonte: National Security Archive. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: jun. 2015.



Department of State

TELEGRAM

SAO PAULO

POL 29

MACTION: POL

~~SECRET~~

RECD: 03/0859L JUL 72

INFO: CG

Classification

DPO RF CHRON

R 011515Z JUL 72
 FM AMEMBASSY BRASILIA
 TO RUEHC/SECSTATE WASHDC
 INFO RIO DE JANEIRO RECIFE SAO PAULO

~~SECRET~~ BRASILIA 2386

SUBJ: ALLEGATION OF TORTURE IN BRAZIL

REF: STATE 116598 AND 117951

1. IN PREVIOUS DISCUSSIONS WITH MEMBERS OF CONGRESS WHO HAVE INQUIRED INTO ALLEGED MISTREATMENT OF PRISONERS IN BRAZIL, SPOKESMEN FOR US ADMINISTRATION HAVE MADE CLEAR THAT THERE IS VALID BASIS FOR SUCH CHARGES, AND HAVE CITED STATEMENTS BY HIGH BRAZILIAN OFFICIALS WHO, IN ACKNOWLEDGING TRUTH OF ALLEGATIONS, HAVE CLAIMED THIS NOT CONDONED. PEAK OF SUCH REPORTS WAS REACHED IN PERIOD 1968-69, BUT REMAINED AT HIGH LEVEL DURING 1970 AND FIRST HALF OF 1971. WHILE STILL HEARD WITH SOME REQUENCY, THERE HAS BEEN MARKED REDUCTION DURING PAST YEAR OF PRIVATE AND PUBLIC REPORTS OF INCIDENTS. THIS REDUCTION IS UNDOUBTEDLY DUE IN GREAT PART TO GOB SUCCESS IN SUBSTANTIALLY REDUCING NUMBER OF ACTIVE TERRORISTS; NEVERTHELESS THERE IS EVIDENCE OF A CONSCIOUS POLICY FROM THE TOP TO ELIMINATE THE MORE GROSSLY EXCESSIVE POLICE MEASURES--ESPECIALLY BY MILITARY PERSONNEL--WITHOUT UNDERMINING THE CONTINUING AND NOTABLY SUCCESSFUL BATTLE AGAINST TERRORISM.

2. THUS THERE IS AMPLE EVIDENCE THAT HARSH INTERROGATION TECHNIQUES ARE STILL BEING EMPLOYED AT REGIONAL AND LOCAL LEVELS, IN SOME AREAS AND BY SOME SECURITY UNITS MORE FLAGRANTLY THAN IN OTHERS. DESPITE STRONGLY ADVERSE INTERNATIONAL PUBLICITY ON QUESTION, AND DESPITE DISTASTE OF AT LEAST MOST HIGH OFFICIALS FOR SUCH MEASURES, IT IS UNLIKELY THAT EXCESSES WILL BE TOTALLY ELIMINATED AS LONG AS THIS SECURITY-MINDED GOVERNMENT BELIEVES THAT THERE STILL EXISTS A SIGNIFICANT TERRORIST THREAT, TO THE ELIMINATION OF WHICH IS ASSIGNED FIRST PRIORITY. RIGHTLY OR WRONGLY, MANY BRAZILIANS ATTRIBUTE THE SUCCESS OF ANTI-TERRORISM PROGRAM TO THE STRENGTH OF MEASURES EMPLOYED AGAINST SUBVERSIVES AND THERE ARE

~~SECRET~~

Classification



Department of State TELEGRAM

PAGE 2 BRASILIA 2386

~~SECRET~~

Classification

INDICATIONS THAT MOST BRAZILIANS EXERCISING INFLUENCE UPON THE REGIME ARE PREPARED TO ACCEPT INTERNATIONAL CRITICISM SO LONG AS THE GOVERNMENT CONSIDERS THESE MEASURES TO BE NECESSARY.

3. IN THESE CIRCUMSTANCES, EVENTS WITHIN US CONGRESS, SUCH AS CHURCH HEARINGS OF LAST YEAR AND TUNNEY AMENDMENT, ARE UNLIKELY TO HAVE APPRECIABLE EFFECT UPON POLICIES OF GOB. MOREOVER, GIVEN BRAZILIAN PRIDE AND SENSITIVITY ABOUT SOVEREIGNTY, EFFORTS BY ANY BRANCH OF US GOVERNMENT OR BY US POLITICAL FIGURES TO BRING PRESSURE ON BRAZIL WOULD NOT ONLY DAMAGE OUR GENERAL RELATIONS BUT, BY EQUATING REDUCTION IN ANTI-TERROR MEASURES WITH WEAKNESS UNDER PRESSURE, COULD PRODUCE OPPOSITE OF INTENDED RESULT. INDEED SOME BRAZILIAN OFFICIALS ALREADY HAVE EXPRESSED INDIGNATION AT SIZE OF VOTE SUPPORTING THE DEFEATED FIRST TUNNEY AMENDMENT (30 SENATORS) AND FACT THAT AMENDMENT WAS CO-SPONSORED BY PRESIDENTIAL CONTENDER. WHILE THERE SEEMS TO BE SOME EFFORT TO DOWNPLAY PUBLICITY REGARDING MATTER, AMENDMENT HAS BEEN STRONGLY DENOUNCED ON FLOOR OF BRAZILIAN CONGRESS AS INTERVENTION WHICH CONTRIBUTES TO EXACERBATION OF ANTI-US SENTIMENT.

4. I AM FULLY AWARE OF ESSENTIALITY OF MAKING CLEAR ON APPROPRIATE OCCASION AND IN APPROPRIATE MANNER THAT ~~USG DOES NOT RPT NOT CONDONE EXCESSES IN THE FORM PRACTICED IN BRAZIL, AND I BELIEVE THAT WE HAVE THUS FAR SUCCEEDED IN DOING SO WITHOUT UNDULY JEOPARDIZING OUR RELATIONS WITH THIS COUNTRY OR CAUSING A COUNTER-PRODUCTIVE REACTION ON THE PART OF GOB. I THEREFORE FULLY SHARE DEPARTMENT'S VIEW THAT TUNNEY AMENDMENT OR SIMILAR MOVE IS NOT APPROPRIATE VEHICLE FOR EXPRESSION OF US CONCERN OVER MISTREATMENT OF PRISONERS. MOREOVER, WITH RESPECT TO NEW FORMULATION CONTAINED IN STATE 117951, IT OBVIOUSLY WOULD BE IMPOSSIBLE FOR THE PRESIDENT NOW OR AT ANY TIME IN THE FUTURE TO BE IN A POSITION REALISTICALLY TO CERTIFY THAT THE GOB IS NOT ENGAGED IN TORTURE OF POLITICAL PRISONERS. INDEED, I DO NOT SEE HOW ANY SUCH NEGATIVE CERTIFICATION WOULD BE POSSIBLE WITH RESPECT TO ANY COUNTRY, WITHOUT EXCEPTION, SIMPLY BECAUSE THERE IS NO WAY OF ASCERTAINING WHETHER OR NOT OVERZEALOUS POLICE OFFICIALS, ACTING WITH OR WITHOUT AUTHORITY, ENGAGE IN PRACTICES OF THIS SORT.~~

*h.c.
never
by saying
nothing*

5. I THEREFORE STRONGLY SUPPORT DEPARTMENT'S EFFORTS

~~SECRET~~

Classification

*Department of State***TELEGRAM**

PAGE 3 BRASILIA 2386

SAO PAULO

~~SECRET~~*Classification*

TO DISSUADE SENATORS FROM ADVANCING THE NEW PROPOSAL,
AND TO ENCOURAGE ITS DEFEAT IF OFFERED. IN LIEU
THEREOF WE SHOULD CONTINUE QUIETLY ON OUR PRESENT COURSE
WHICH IS MORE CONDUCTIVE TO ULTIMATE SUCCESS, AND
CERTAINLY MORE CONSISTENT WITH RELATIONSHIPS BETWEEN
SOVEREIGN STATES WHICH SHARE ENORMOUS COMMON INTERESTS. GP-3
ROUNTREE

DB:0940L

FORM
4-68 FS-412(H)~~SECRET~~*Classification*

perante à sociedade, parecia constatado. Em 1968, Hélio Oiticica escreveu que o interesse desse novo momento da arte contemporânea, já no calor das manifestações sociais e de uma opressão cada vez mais consolidada, estava na “ação no ambiente, dentro do qual os objetos existem como sinais, mas não mais simplesmente como ‘obras’. E esse caráter de sinal vai sendo absorvido e transformado no decorrer dessas experiências, pois é agora a ação ou um exercício para um comportamento que passa a importar. [...] O objeto é a descoberta do mundo a cada instante”.¹⁶ Imersos nessas descobertas, jovens artistas brasileiros passaram a trabalhar com novos suportes, espaços e situações – o corpo, a rua, a participação coletiva, o engajamento com os problemas sociais e políticos e o uso de materiais precários.¹⁷

Praticamente expulsos do circuito de arte enclausurado por proibições arbitrárias – militares fechavam bienais e exposições com conteúdo “subversivo”¹⁸ – artistas organizaram movimentos de boicote em reação ao despotismo.¹⁹ Na contra-história que emerge desse panorama está a transformação da arte em ações marginais e rápidas, uma liberdade criadora que tornou-se parte de uma cultura de oposição motivada por experiências sociais abertas a todos e inseridas na vida. Alguns dos efeitos radicais dessa arte começaram a ser sentidos nas ruas, onde predominavam a intimidação, a passividade e o silêncio estabelecido. *Situação T/T,1*, de Artur Barrio, foi um desses sinais que atravessou uma tranquilidade social imposta. Apareceu anônimo e violento, também em Belo Horizonte, dois meses e meio após a formatura da guarda indígena, diante de uma população confundida pelo terror.

Medo e sentido

O recém-criado Palácio das Artes, no centro de Belo Horizonte, havia inaugurado em 17 de abril de 1970 a mostra *Objeto e Participação*, organizada pelo crítico Frederico Moraes. Simultaneamente a essa exposição, Moraes convidou os artistas Artur Barrio, Cildo Meireles, Décio Novielo, Dilton Araújo, Eduardo Ângelo, José Ronaldo Lima, Lee Jaffe, Lótus Lobo, Luciano Gusmão e Luiz Alphonsus a ocupar a área do Parque Municipal Américo Renné Giannetti, onde também encontra-se o palácio. Os eventos foram patrocinados pela estatal Hidrominas e os artistas haviam recebido cartas da empresa permitindo realizar livremente os seus trabalhos no parque. Como era esperado, suas ações transgrediriam as normas. Não havia um único local e horário definidos para que os artistas fizessem seus trabalhos, o que impossibilitava que uma pessoa pudesse presenciar todas as situações. Tudo aconteceria no calor do momento, o que levava a iniciativa para algo além de uma exposição de arte delimitada a um tempo e espaço convencionais de uma galeria, ou de um museu com um público específico. Não se tratava também de instalar uma obra concluída em alguma parte do parque, mas de fazer intervenções efêmeras que existissem no tempo da ação, mantendo-se até a destruição ou o desaparecimento de seus vestígios. Arte como ataque e sobressalto. Uma ação-evento que Moraes, em um depoimento recente,²⁰ diz ter quase ilustrado o que ele teorizou no mesmo ano de 1970 como “guerrilha artística”, aproximando a arte da mobilidade, da agilidade e do caráter telúrico do guerrilheiro.²¹

Se hoje as intervenções urbanas realizadas por artistas e coletivos naturalizaram a efemeridade e a imprevisibilidade como atributos de suas táticas, tais características eram insólitas e foram determinantes durante as ditaduras na América Latina nos anos 1970 e 1980. Havia uma urgência de realização de ações que

visibilizassem diretamente, ou com metáforas políticas, problemas relacionados à realidade imposta pelo regime militar e a violação de direitos humanos. As intervenções eram executadas muitas vezes de maneira rápida nos espaços públicos para que se pudesse escapar do radar das forças policiais e dos órgãos repressores.²² No caso do evento planejado por Moraes, travava-se também de pensar a ação no *momento oportuno* em relação ao poder instituído.²³ Chamado de *Do corpo à terra*, esse acontecimento excepcional era uma “manifestação”, segundo o seu idealizador, ocorrido na semana da Inconfidência Mineira entre os dias 17 e 21 de abril de 1970. Era a arte concebida a partir do corpo, afirmava Moraes, do sangue como elemento de comunicação entre as pessoas,

[d]os ritmos fundamentais da própria vida. [...] Todos os sentidos e não apenas a visão. Um código tátil-olfativo. Uma gramática gustativa. Uma linguagem acústica. Os demais sentidos determinam espaços circulares, por isso mesmo dinâmicos. A mão que apalpa, o corpo que anda, olfato – imaginar. E participar. [...] O corpo envolvido e envolvendo-se com os elementos naturais, com o estrutural básico da vida.²⁴

Mais do que a nostalgia do corpo, penso que na proposta de *Do corpo à terra* os artistas incorporaram os processos singulares de um “ritmanalista”, figura que Henri Lefebvre situou como o indivíduo dedicado a ouvir o mundo com todos os seus ruídos e também as coisas sem significado, os vazios e os silêncios. Alguém que mergulha na escuta interna dos inúmeros ritmos de seu corpo para depois perceber os ritmos externos.²⁵ O ritmanalista, diz Lefebvre, usa todos os seus sentidos. Usa o corpo como metrônomo:

Ele baseia sua respiração, a circulação de seu sangue, as batidas de seu coração e a pronúncia de seu discurso como pontos de referência. Sem privilegiar qualquer uma dessas sensações, criadas por ele na percepção dos ritmos em detrimento de outros. Ele pensa com seu corpo, não de forma abstrata, mas na temporalidade vivida.²⁶

No entanto, naquele momento, o corpo não era somente espaço de liberdade; havia os milhares de corpos atingidos, violentados e desaparecidos pelo sistema repressor. Caberia, então, a esses artistas escutar com os seus corpos e os de outros o silêncio daqueles tempos? Se o silêncio é o efeito do terror, não seria inevitável usar a linguagem desse terror, como aponta Pilar Calveiro, para “mostrar uma fração daquilo que permanece oculto”?²⁷

Ao ativar os sentidos, o artista cria diante do medo, argumentava Moraes.²⁸ As diferentes frequências, ritmos, visibilidades e intensidades desse medo que cada artista produziu em seus trabalhos, e como esses geraram impulsos e interrupções no cotidiano, tornaram a experiência de *Do corpo à terra* uma manifestação ainda mais inusitada. Luciano Gusmão e Dilton Araújo delimitaram uma área do Parque Municipal com cordões. Os limites sociais entre o permitido e o proibido revelados por aquela intervenção ficaram evidentes quase que no mesmo instante em que ela acontecia, quando os funcionários do parque seguiam os artistas desfazendo o trabalho. Lótus Lobo plantou sementes de milho, mas a ação foi impedida pela polícia que acreditava que aquilo poderia ser um “ervanário”.²⁹ Em alusão à arma química usada pelo exército dos Estados Unidos para assassinar civis na Guerra do Vietnã, o *Napalm* de Luiz Alphonsus consistiu na queima de uma faixa de plástico de quinze metros sobre a grama do parque. Posteriormente, o artista contou que os bombeiros foram acionados, havia pessoas querendo apagar o incêndio e que ele quase teria sido agredido pelo diretor do parque.³⁰ Ação e reação aconteciam no ritmo do temor.

Nos momentos mais sombrios de *Do corpo à terra*, a resposta à violência da ditadura tornou-se ainda mais ruidosa quando Cildo Meireles ateou fogo a dez galinhas vivas amarradas a uma estaca de madeira, colocada no terreno baldio que ficava ao lado do Palácio das Artes, acompanhado a distância pelo público. O título do trabalho, *Tiradentes: totem-monumento ao preso político*, remete ao personagem histórico da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), cooptado simbolicamente pela ordem do regime militar brasileiro como herói nacional. Nome e ação faziam referência à não somente a condição de captura e aprisionamento dos envolvidos na luta armada, mas ao extermínio de opositores políticos.³¹ Um antimonumento aos que foram vencidos, consumido pelo fogo que matou militantes assassinados pelas Forças Armadas no Brasil e em outras ditaduras do Cone Sul, cujos agentes também usaram como método de desaparecimento a incineração de corpos das vítimas assassinadas a fim de eliminar rastros. Desaparecendo com o corpo, as informações oficiais sobre o paradeiro do militante eram tiradas de circulação pelo governo, dificultando a busca realizada por seus familiares.³² Esse tipo de morte, importante lembrar, não foi reservada somente aos militantes, mas também aos corpos sem identificação que apareciam carbonizados nas ruas como marcas das execuções dos esquadrões da morte. Sobre esse tipo de segredo público, em torno da morte incorporada à rotina do poder e de informações que não podem ser articuladas, a intervenção de Artur Barrio em *Do corpo à terra* com suas “trouxas ensanguentadas” produziu mais do que uma alusão ao terror dos corpos torturados e desaparecidos. Sua ação foi capaz de causar um distúrbio social que assaltou os sentidos de uma multidão.

Falar em desordem

As trouxas ensanguentadas (T.E.) foram mostradas pela primeira vez por Barrio sob o título de *Situação.....ORHHHHHH.....* ou.....5.000.....T.E.....EM.....N.Y.....city.....1969, durante o *Salão da Bússola* em novembro de 1969, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Entre pedaços de jornal, espumas e saco de cimento, as trouxas apareceram pintadas de vermelho. Eram uma pequena síntese do programa empreendido por Barrio desde o final dos anos 1960, onde o emprego de materiais perecíveis, fluidos e restos orgânicos são usados como contestação das predefinições de arte e de suas categorias que transitam sobre a aura de uma obra permanente, conciliando-se cada vez mais com a potência daquilo que é descartado e deixado à margem pela sociedade.³³ Barrio recusa o estabelecido eliminando a ideia de obra para chamar seu processo de “trabalho” (Figura 1.5). Nesse período, ele já despontava como alguém determinado a romper cânones artísticos e convenções instituídas, buscando o nomadismo em suas propostas ao fazê-las circular para outros espaços.

Durante a abertura do salão, em 5 de novembro de 1969, Barrio destruiu aqueles materiais que não estavam ali para constituir um objeto protegido dentro de um museu, executando um ritual de desmantelamento que transformou o seu trabalho em lixo. Durante um mês, os visitantes do salão participaram da situação jogando mais resíduos e até dinheiro sobre os destroços, ou escrevendo palavrões sobre o tecido das trouxas. Depois, Barrio colocou um pedaço de carne dentro das trouxas ensanguentadas. Recolheu os restos e os levou para o jardim do MAM, onde as trouxas vieram à luz e começaram a instigar o poder autoritário. As consequências do ato foram assim descritas por ele:

Figura 1.5: Artur Barrio. “Depoimento I”, 1969/1970. Crédito da imagem: Acervo MAM-RJ.

DEPOIMENTO I

Meu trabalho está ligado a uma situação Subjetiva/Objetiva, ~~666~~==
 Mente/Corpo = função única, ~~total~~, em sentido de expansão criativa de —
 processo energético= energia/fôrça — com consequentes deflagrações psico/orgâ-
 nicas, de envolvimento do espectador, levando-o a uma maior participação em —
 relação à situação apresentada, seja de aspectos táteis, olfativos, visuais, gu-
 stativos, auditivos, com implicações de êxtase, prazer, ou consequente-
 mente de repulsa, com implicações psicoemocionais orgânicas: vômito, diarreia,
 etc. isto, diante de fatores deflagradores (provocadores), que agem
 em função do inesperado fragmentando o cotidiano.

Nêle, a função do processo criativo, não se prende mais à situa-
 ção interna: — o atelier, como aspecto de início / fim do processo de criação
 —. . A ideia, pode germinar em qualquer local, inclusive no banheiro.....
 portanto, o local de trabalho, serve apenas como situação inicial, sendo que
 sua consequência imediata já está ligada a um processo externo como o aproveit-
 amento de espaços abertos, e continuação da ideia como sequência do desenvolvi-
 mento de interferência, chegando a situações de Criatividade/Transformação/Con-
 tínua (S.B.-MAM- 1969).

Faço uso de materiais precários (situações de perecibilidade), em ~~função~~
 função de uma consciência individual, simultaneamente de uma visão de uma real-
 idade coletiva— acho importantíssimo o uso desses materiais pelo seu poder ~~de~~
 de contestação.

Em meu trabalho, encaro o registro através do filme ou fotografia
 simplesmente como processo informativo de uma ideia.

Reneguei as categorias em função de uma maior abertura, inclusive
 a denominação obra/ de arte, (envolta em pompa duvidosa), simplesmente por :::
 : trabalhos.

A (s) cidade(s), podem ser o suporte da obra (trabalho), o País:::
 continente (geográfico/político) ou o próprio planeta em função do cosmos——
 Universo.

Barrio
 1969 _ 1970

BARRIO

No dia seguinte, fui informado, ao voltar ao M.A.M. que os guardas do M.A.M. tinham ficado no maior reboliço, devido às T.E. terem provocado a atenção de uma rádio-patrolha que periodicamente passava pelo local, /..... imediatamente, os policiais telefonaram ao diretor do M.A.M. para saberem se aquele trabalho pertencia realmente ao museu, ou, o que era aquilo..... Como a burocracia do M.A.M. impedia uma pronta resposta e consequente ação de seus guardas, só no dia seguinte, às 13 hs., é que o trabalho foi retirado e recolhido aos depósitos de (lixo) do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.³⁴

O que era aquilo? Fora do museu, embora ainda nos limites da instituição, as trouxas estavam onde precisavam estar – no trânsito do jogo urbano, despejadas como resíduos de algo impuro e descartável, a ser esquecido como uma coisa incômoda e indesejável que não queremos ver, pensar e nem saber, sem valor de uso e por isso retirada da frente de nossos olhos, recolhida pela ordem e levada ao lixo. Lixo é decaimento, é o que a sociedade não presta mais atenção e não se interessa mais, sobrando a sua materialidade.³⁵ A impureza, sublinha a antropóloga Mary Douglas, “é uma ofensa contra a ordem. [...] A ordem ideal da sociedade é mantida graças aos perigos que ameaçam os transgressores. Estes pretensos perigos são uma ameaça que permite a um homem exercer sobre outro um poder de coerção”.³⁶ O perigo da trouxa é o que ela pode evidenciar: a realidade que está dentro de nós e ao nosso redor, escondida em nossos silêncios e no que pode ser dito frente a um sistema político que amordaça os seus transgressores.

Barrio denomina as intervenções com as trouxas de “situações” porque, diz, as “situações partem do pressuposto de pegar o outro pela surpresa,³⁷ de criar uma situação que o desconecte do momento em que ele se encontrava e lance-o em outro espaço de percepção”.³⁸

A situação é uma ação disruptiva, provisória como ato, meticulosa como plano. Na intervenção efetuada por Barrio durante *Do corpo à terra* – designada por ele de *Situação T/T₁* e dividida em três partes –, a ameaça das trouxas ensanguentadas provocou ruídos extraordinários.

A primeira parte de *Situação T/T₁* aconteceu na madrugada do dia 19 para 20 de abril de 1970. Fechado em um cômodo, Barrio preparou as trouxas e as etapas deste trabalho foram registradas pelo fotógrafo César Carneiro (Figuras 1.6 a 1.10). O texto que Barrio escreveu sobre a elaboração das trouxas naquela noite sugere a orquestração do ritmo em que elas começam a aparecer como um acontecimento dissonante (Texto 1.1). Os sinais característicos de sua escrita, como a pontuação quase infinita entre as palavras,....., capturaram o tempo, a distância, a escuta interna do corpo e o ruído exterior de cada parte do processo. As luvas vestidas nas mãos, os sons, o manejo dos materiais, os cheiros, os fluidos que constituem cada passo de um exercício efêmero de ritmanálise. Sobre um pano, a carne em decomposição foi colocada e misturada a outros materiais – sangue, ossos e espuma –, e por fim embrulhada. Depois, cordas foram amarradas em volta das trouxas formando um “pacote” fechado com peso e força visual consideráveis. Finalmente, Barrio furou as superfícies da trouxa com uma faca, deixando o sangue escorrer, sujando o tecido. Foram 14 trouxas produzidas em uma noite, e que ganharam um aspecto mórbido e visceral. Encarnaram o medo.

Na manhã do dia 20, uma segunda-feira, Barrio levou as 14 trouxas ensanguentadas para o Ribeirão Arrudas, exatamente onde parte de sua extensão corta o centro urbano de Belo Horizonte. É interessante lembrar que um córrego chamado “Acaba Mundo” passa pelo Parque Municipal e deságua no ribeirão. O Arrudas atravessa a cidade sendo contaminado pelo lixo e o esgoto. Era o lugar ideal para o lançamento das T.E..

SITUAÇÃO T/T,1.....(1ª PARTE)

OU 14 MOVIMENTOS

- 1- (DES) DOBRAMENTO DO CORPO EM FUNÇÃO DO QUE SE VÊ SENDO FEITO.....ÁREA AMBIENTE.....
- 2- PENETRAÇÃO DE UMA DAS MÃOS EM (N) + UMA PEQUENA LUVA DE.....BORRACHA.....
- AMARELA.....ESFORÇO.....PRESSÃO.....
- DIFICULDADES.....
-CIRCULATÓRIAS.....8.....8.....
- 11- SONS.....SOM.....SOM.....
- 3- MANUSEIO DE CARNE EM ESTADO DE DECOMPOSIÇÃO.....
-INÍCIO..... 10.....CHEIRO.....
- MEMÓRIA.....TEMPO..... FUMAÇA.....
- OLFATO.....
- 4- ABRIL.....1970.....BARRIO.
- 10-.....
- 8-LI.....BERD.....ADE.....
- 5- ETC.
-
- 7- IDÉIAS.....ELÉTRICAS.....
-
- 8- SUORCHEIRO SENSAÇÃO.....ROUPA PÉL.....
- PELO SOBRE PÉL.....ESFREGANDO ROÇANDO.....
-PELO COMPELO.....

MATERIAL UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DAS T.E.:
SANGUE, CARNE, OSSOS, BARRO, ESPUMA DE BORRACHA,
PANO, CABO (CORDAS), FACAS, SACOS, CINZEL, ESPUMA
DE BORRACHA. ETC.

A realização da 1ª parte da Situação T/T,1 (ou preparação das T.E.)
teve lugar na noite de 19 para 20 de abril de 1970 em
Belo Horizonte, Minas Gerais (BRASIL), é claro.

Texto 1.1: Artur Barrio. *Situação T/T,1 (1ª parte)*, 19-20 de abril de 1970.
Cortesia de Artur Barrio.

Figuras 1.6 a 1.10:
Artur Barrio. *Situação T/T,1 (1ª parte)*, 19-20 de abril de 1970. Fotografias de César Carneiro. Crédito das imagens: cortesia de Artur Barrio.



1.7

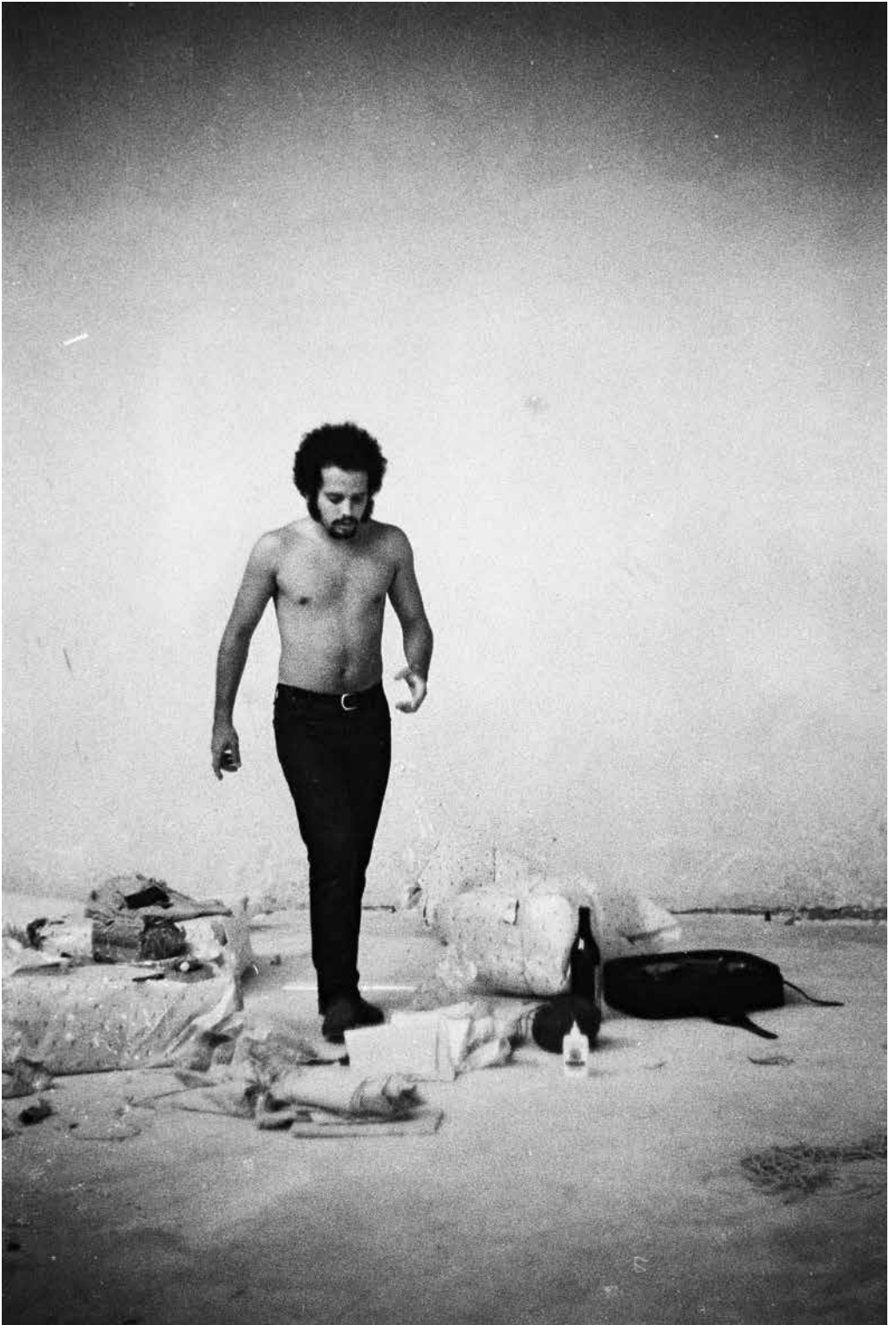


1.8



1.9





Barrio abandonou incognitamente algumas trouxas nas margens do rio/esgoto, e outras foram arremessadas nas águas.³⁹ Foi apenas uma questão de tempo para que elas atraíssem a atenção do público. Horas mais tarde, uma multidão começou a chegar ao local para saber o que havia acontecido. A intervenção foi um ato anônimo que escapou do controle do artista. Conforme Barrio, no momento em que seus trabalhos são colocados nos espaços públicos,

automaticamente tornam-se independentes, sendo que o autor inicial (EU), nada mais tem a fazer no caso, passando esse compromisso para os futuros manipuladores/autores do trabalho, isto é:.....os pedestres etc.

O trabalho não é recuperado, pois foi criado para ser abandonado e seguir sua trajetória de envolvimento psicológico.⁴⁰

A trajetória do trabalho criou uma situação imprevisível que fugiu completamente do domínio de quem a provocou. Diante dessa atitude, as trouxas atiradas para dentro dos arranjos e conflitos da vida não foram vistas ou percebidas como trabalhos de arte por um público de “aproximadamente 5.000 pessoas” (Texto 1.2) reunidas de modo improvisado. Seu coeficiente de visibilidade artística é nulo e elas não são a “representação” de alguma coisa. Elas *são* alguma coisa. No território da cidade, Barrio operou em escala 1:1, com uma ação em tempo real. As trouxas estão no mundo, suscitam perguntas, penetram no imaginário coletivo, provocam pavores e nos levam a especular inúmeras relações.⁴¹ Para Barrio:

Do imaginário *Situação T/T,1* (2ª parte) com a realidade imaginada das “aproximadamente 5.000 pessoas” naquele momento ou seja, a visualização da movimentação deflagrada criou na mente de cada uma dessas pessoas o filme Registro em si e a cores enquanto que a realidade não passava da carne, sangue e ossos de um boi envolta [a carne] por um tecido grosseiro em forma de trouxas que ali foram deixadas em número de 13 exalando odor nauseabundo mas não tanto quanto o [fedor] das “águas” do Ribeirão Arrudas transformado em esgoto muito antes da *Situação T/T,1* ali ser materializada.⁴²

SITUAÇÃO T/T,1 (2ª PARTE)

Trabalho realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 20 de abril de 1970. LOCAL: em um rio/esgoto, colocação de T.E., Parque Municipal.

PARTICIPAÇÃO: do público em geral, aproximadamente 5.000 pessoas. Este trabalho (colocação das T.E. no local) teve início pela manhã, sendo que as cenas registradas comentam visualmente o que aconteceu a partir das 3 horas (15 hs.), com a afluência/participação popular e mais tarde com a intervenção em princípio da polícia e logo após do corpo de bombeiros – os registros foram feitos anonimamente, em meio à (da) massa popular, é claro.

Texto 1.2: Artur Barrio. *Situação T/T,1* (2ª parte), 20 de abril de 1970. Cortesia de Artur Barrio.

O fotógrafo César Carneiro realizou anonimamente registros das trouxas atiradas no Ribeirão Arrudas, feitos a partir das 15h daquele dia (Figuras 1.11 a 1.22), compreendendo fotografias coloridas e em preto e branco, além de um filme mudo em 16 mm. O que vemos nessas imagens nos ajudam a encarar a realidade do ponto de vista da carne, dos ossos e do sangue, no âmbito de um Estado totalitário que asfixiava o País, e a pensá-la a partir das percepções individuais sobre um acontecimento e das narrativas articuladas que instituem uma sociedade. Embora os registros sejam uma documentação informativa que, obviamente, não chega à totalidade das experiências físicas e psicológicas daqueles que vivenciaram a intervenção em 20 de abril de 1970, eles são poderosos o bastante para disparar perguntas. Em um período de ditadura militar, o que significou para aquela multidão cruzar as ruas e ver nas margens do Arrudas pedaços dispersos de corpos? As trouxas são elementos deflagradores orgânicos em sua essência, “polos de energia entre si”⁴³, segundo Barrio, e também são parte de nós, que existimos em relação com outros corpos. Corpos são lugares de existência, assinala o filósofo Jean-Luc Nancy; a forma de um corpo é o sensoriamiento de sua matéria, “a própria singularidade dos locais dos sentidos, dos momentos de um organismo, dos elementos da matéria”.⁴⁴

“Podemos dizer que a matéria designa a impenetrabilidade da forma. Se eu penetro a forma de um corpo, eu a destruo, eu a dissolvo como forma e então o transformo em uma massa, um apodrecimento, ou uma vala comum”.⁴⁵ A leitura de Nancy sobre o corpo produz ressonâncias sobre as trouxas como corpos orgânicos e sensoriais e a situação na qual elas se inserem, evocando a destruição dos corpos pela máquina de extermínio comandada pelo Estado e a sua transfiguração em massa (e também vala comum, desgraçadamente), cujos indícios apontam para a aniquilação da vida que perde a sua forma, transforma-se em apodrecimento.

Nas fotos de Carneiro vemos também crianças, próximas às trouxas jogadas no ribeirão, olhando para as lentes do fotógrafo. “Talvez elas [as crianças] tenham entendido que o fotógrafo [César Carneiro] que estava lá só podia ser da imprensa. Talvez ele até tenha se disfarçado de jornalista para obter alguma permissão para fotografar, porque para você chegar e registrar um lugar onde tinha polícia e bombeiro não era para qualquer um naquela época”,⁴⁶ sugere o artista e professor Mario Ramiro. Essas imagens reveladoras documentam ainda as chegadas da polícia e dos bombeiros ao local. Próximos às trouxas, eles analisam os materiais ao lado de crianças e outros pedestres. Curvam-se para verificar de mais perto os corpos. Pessoas amontoam-se em uma passarela sobre o Ribeirão Arrudas, provavelmente para acompanhar a investigação das autoridades e peritos debruçados na “cena do crime” e que tentam esclarecê-la a partir de vestígios, compondo o espaço de uma prática *forense*. Aqui, a dimensão forense não está ligada exclusivamente ao desvendamento de um crime a partir de técnicas científicas elaboradas para identificar um corpo e as pistas de um assassino, mas igualmente à emergência de um fórum aberto em que seus participantes, sejam os agentes de segurança, sejam as pessoas que presenciam e vivem aquele cenário, interrogam e interpretam uma ocorrência e os materiais que nele se encontram.⁴⁷ Essa multidão de curiosos é o público aterrorizado que, com o fôlego de seus sentidos, participa da ação, respira e escuta a atmosfera vermelha do sangue das trouxas e das sirenes policiais. Desordem e sinestesia. Crime e perigo não eram somente suposições sobre aquele cenário, mas as condições do momento.

Figuras 1.11 a 1.22:

Artur Barrio. *Situação T/T,1 (2ª parte)*, 20 de abril de 1970. Registros (cromos/slides/fotos/filme 16mm) de César Carneiro. Crédito das imagens: cortesia de Artur Barrio.



1.11



1.12



1.13



1.14

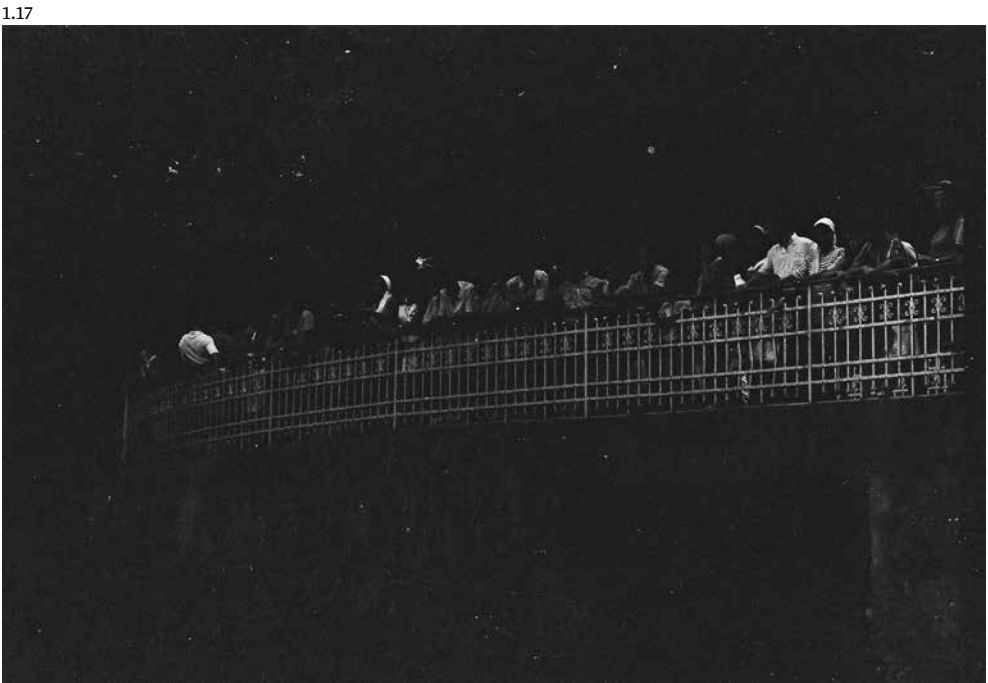
1.15 (página a seguir)







1.16



1.17



1.18

1.19





1.20



1.21



1.22

Chego aqui a um ponto importante. As trouxas ensanguentadas produziram um duplo movimento de desarticulação e articulação coletivas. Esses movimentos não se anularam, mas foram reforçados entre si. Elas desarticularam o espaço social ao provocar uma espécie de *arritmia* sobre a rotina das pessoas que presenciaram a cena dos *corpos* jogados no Ribeirão Arrudas. A quebra provocada pela arritmia altera as sincronizações da vida das cidades, como explica Henri Lefebvre:

O Estado que domina a cidade e seu território é tão violento quanto frágil. Ele sempre oscila entre a democracia e a tirania. Pode-se dizer que ele tende à arritmia; através de suas intervenções na vida da cidade, ele encontra-se no coração da cidade, mas este coração bate de uma forma ao mesmo tempo brutal e descontinua.⁴⁸

Para gerar uma arritmia social, a segunda parte de *Situação T/T,1* mimetizou a própria violência praticada pelos agentes do Estado ditatorial. Nesse distúrbio de ritmos, as energias das trouxas foram desativadas pelo aparato autoritário quando retiradas do local pelas autoridades e levadas à destruição. Eliminar os elementos não apropriados foi a saída que o Estado utilizou para organizar o meio e estabelecer a ordem de seu território. Nada de metáforas aqui. Essa eliminação, praticada durante a ditadura brasileira, é o mecanismo operante da repressão policial institucionalizada. A desordem que se alastra em uma escala incalculável pelas trouxas ensanguentadas dentro dessa normalidade do Estado é, ao mesmo tempo, símbolo do poder e do perigo.⁴⁹

Em seu segundo movimento, as trouxas proporcionaram a articulação de um *discurso*, ou melhor, de diversos discursos. O Estado de exceção funciona na bipolaridade entre o ruído do terror e o silêncio atordoante. Discutido assim por Elias Canetti, “o silêncio pressupõe ainda um conhecimento preciso daquilo que se cala. Como, na prática, ninguém permanece calado para sempre, o que se faz é escolher entre o que pode ser dito e o que cumpre calar”.⁵⁰ Nessa dinâmica do silêncio, o segredo público é, como mencionei anteriormente teorizado por Michael Taussig: aquilo que é conhecido, mas, por algum motivo, não pode ser dito. A situação das trouxas nos leva a pensar sobre o que teria sido dito abertamente por aquela multidão de 5.000 pessoas, concentrada em um ponto da cidade de Belo Horizonte. Elas falaram sobre o quê?

Quando perguntei a Barrio o que tinha escutado ao caminhar anônimo em meio ao público daquele 20 de abril de 1970, ele apenas respondeu dizendo: “não me preocupei em escutar o que quer que seja, além do que o ruído das sirenes era ensurdecador”. Falava-se muitas coisas sobre as trouxas por baixo do barulho das sirenes, sob a censura e o silêncio impositivos. Sussurrar na esfera privada o que se passava em público, configura-se como estratégia social possível quando a própria justiça do Estado não se encarrega de preservar a vida das pessoas, mas se ocupa de aniquilá-las quando questionam o seu poder. Experimentar esse intenso cenário de desordem, ocasionado pela situação construída com as trouxas sobre o caos de um território, criou sobre o segredo público uma ampliação em nova escala. Como aponta Taussig, expor a ruptura de um segredo público – como a violência encarnada pelas trouxas e a dúvida sobre o que elas poderiam ser – envolve “um eterno retorno à cena do crime; [...] um grau sublime de instabilidade efervescente”.⁵¹ É como se esse segredo permanecesse num *loop* em que ele nunca se encerra, porém, é sempre intensificado. Com efeito, a história da segunda parte de

Situação T/T,1, contada e recontada por Barrio, por outras pessoas e textos que vieram posteriormente, retorna à cena de seu acontecimento para percebê-la de novo com outras nuances e considerações. Mas essa repetição é também uma volta à situação do corpo não identificado, ou da busca infindável de um desaparecido.⁵²

Como disse anteriormente, a tortura era rotina no AI-5 e foi inevitável que as trouxas não suscitassem interpretações desse tipo, instigando o público a envolver-se psicologicamente e pronunciar-se sobre o poder opressivo e mal articulado. Como sugere Mary Douglas, se o poder está mal articulado, procuramos os poderes inarticulados que estão nas mãos dos propagadores da desordem.⁵³ A desordem agitava os sentidos da intervenção de Barrio; as trouxas eram armadilhas obscuras capturando significados e explicações. Em um texto publicado em 1978 por Francisco Bittencourt na revista *Arte Hoje*, “Barrio: criar, como viver, um eterno ato de luta”, o crítico fala sobre as trouxas deixadas no Arrudas observando que “a presença daqueles pacotes sangrentos e fétidos atraiu multidões ao Parque Municipal e exigiu a intervenção dos bombeiros, quando se começou a falar sobre as atividades do Esquadrão da Morte”.⁵⁴ Muito embora Barrio tenha me afirmado que a associação entre as trouxas ensanguentadas e os crimes do Esquadrão da Morte seria a hipótese “mais simplista de todas”, ela ainda não deixa de ser relevante. As diversas facções dos esquadrões da morte – seja o *Esquadrão da Morte* em São Paulo, o *Killing* no Rio de Janeiro, ou o *Cravo Vermelho* e o *Bombril* atuando em Belo Horizonte já no início da década de 1980 – eram organizações paramilitares formadas por policiais corruptos envolvidos em esquemas de extorsão e proteção a traficantes de drogas,⁵⁵ mas que declaravam agir para tirar de circulação a “bandagem” das ruas assassinando secretamente assaltantes, estupradores e marginais. Relatos sobre as atividades desses grupos alastravam-se pela esfera pública, onde ao mesmo tempo em que se comentava algumas coisas sobre o que era

veiculado em relação a esses homicídios, havia também silêncio. Aparentemente, ninguém sabia de nada que não devesse saber.

O que começou como um chamado moral de vingança contra a morte de policiais e militares no final dos anos 1960 – “para cada policial morto, dez bandidos vão morrer”,⁵⁶ – acabou em limpeza social por meio de chacinas amparadas pelos órgãos de Segurança Pública e apoiadas por uma parte da sociedade civil que, insegura, almejava proteger-se da ameaça dos bandidos.⁵⁷ Quase semanalmente, a imprensa noticiava o aparecimento de “presuntos”, gíria utilizada pelos esquadrões, policiais e jornais sensacionalistas para designar os cadáveres anônimos encontrados em becos, estradas, terrenos baldios, esgotos e margens de rios. Os “relações-públicas” dos esquadrões, usando codinomes como “Lírio Branco” (em São Paulo) e “Rosa Vermelha” (no Rio de Janeiro), ligavam para os jornais avisando sobre as execuções e os “presuntos” jogados em locais desolados.

Horrível coincidência, mas as descrições das “desovas” que os jornais divulgavam desses crimes lembram, de algum modo, a cena das trouxas ensanguentadas encontradas no Arrudas, em que o público, vendo os restos putrefatos expelidos para fora dos tecidos sujos, cogitava serem pedaços de cadáveres de infratores assassinados pelo Esquadrão da Morte. Geralmente os esquadrões atuavam sequestrando suas vítimas, que depois eram espancadas, torturadas e mortas. A maneira como os corpos assassinados eram noticiados na imprensa revela o grau de atrocidade desses crimes e a plausibilidade dessa associação. Os corpos poderiam estar perfurados por balas ou facas. Havia asfixia por enforcamentos. Sinais de tortura sobre as mãos presas com algemas, ou amarradas com cordas ou fios de *nylon*. Cabeças ou membros decepados, corpos mutilados, mãos sem os dedos para eliminar as impressões digitais. Corpos

carbonizados, dificultando o acesso da identidade das vítimas. Nas desovas desses cadáveres, os esquadrões deixavam suas marcas: “assinatura” da facção juntamente com frases intimidadoras, listas apontando os crimes cometidos pelo assassinado ou uma relação com os nomes das próximas vítimas.⁵⁸

No entanto, é preciso lembrar que os esquadrões da morte praticavam esses homicídios sistemáticos com o consentimento das autoridades. Era, assim, uma força co-organizada pelo Estado, com o intuito de “mostrar serviço” a uma parte da população que clamava por “segurança” e duvidava crescentemente da competência das forças policiais. Para aumentar o efeito de suas “mensagens”, os esquadrões chegaram a sequestrar detentos de penitenciárias – como ocorreu no Presídio Tiradentes em São Paulo no final dos anos 1960, onde também estavam presos políticos – para torturá-los e assassiná-los, deixando os cadáveres à mostra nas ruas de bairros periféricos ou sepultando-os em valas comuns.⁵⁹ Logicamente, as investigações desses crimes pelos órgãos de segurança foram completamente abandonadas. O banho de sangue ocorrido nas periferias do Estado de São Paulo, promovido por policiais e grupos de extermínio durante os Crimes de Maio de 2006, só atesta a continuidade da perversão desse sistema. Além disso, é certo que os esquadrões executaram criminosos comuns, mas seus integrantes também formaram o braço clandestino do poder torturador na ditadura, atuando na repressão da guerrilha e agindo contra os “subversivos”. A Operação Bandeirante (Oban), centro de informações e repressão que contou com apoio da CIA, foi montada em São Paulo em 1969 por policiais civis e militares e membros das Forças Armadas, financiada por executivos de montadoras de automóveis, empreiteiros, banqueiros e industriais paulistas dispostos a “combater o comunismo”.⁶⁰ Essa operação teve os seus métodos de tortura baseados nas práticas da equipe do Esquadrão da Morte dirigido pelo delegado do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), Sérgio Paranhos Fleury.

Muito embora as “assinaturas” dessas facções nada tenham que ver com a postura anônima do trabalho de Barrio⁶¹, as manchetes que os jornais brasileiros sensacionalistas davam sobre os crimes dos esquadrões, divulgando a aparição de corpos retalhados (Figura 1.23), nos trazem mais do que uma simples semelhança entre os rastros deixados por grupos paramilitares e a intervenção do artista sobre a realidade. Elas mostram situações e imagens compartilhadas exaustivamente no contexto da violência das ditaduras do Cone Sul. Os “pacotes” deixados por Barrio poderiam ser também as vítimas que a ditadura militar argentina sequestrou e chamou de “pacotes” (*paquetes*), levados para a tortura nos campos de concentração. No pior dos casos, os “pacotes” (prisioneiros) eram sedados e arremessados dos aviões sobrevoando o mar durante os chamados “voos da morte”, desaparecendo para sempre. Em outras ocorrências, os corpos destruídos eram enterrados sem identidade.

Outra estratégia explorada pelas ditaduras foi o uso dos órgãos de imprensa para disseminar mensagens de terror, enquanto divulgava-se que os esquadrões da morte estavam nas ruas para eliminar os bandidos. As notícias e informações desconstruídas que circulavam sobre as origens e a atuação dos esquadrões passavam pelo nível do rumor. Espalhando-se anonimamente da periferia ao centro do poder, os rumores podem provocar retaliações, mas também são meios de interferência sobre os ruídos da mídia e o discurso político hegemônico.⁶² Há uma intensa força de rumor e efeito midiático na segunda parte de *Situação T/T,1*. Circula no imaginário coletivo e nos textos dos críticos de arte que as trouxas teriam sido noticiadas pelos jornais de Belo Horizonte não exatamente como intervenção artística, mas, justamente, como a cena de um crime publicado nos cadernos policiais.⁶³ Comprovada ou não a notícia, a ação de Barrio espalhou-se mediante narrativas com variadas perspectivas e especulações, configurando-se também como tática de “manipulação

Figura 1.23:

Reprodução da capa do jornal *Luta Democrática*, de 13 de março de 1970, com nota e fotografias sobre um cadáver encontrado na Barra da Tijuca e divulgado como ação do Esquadrão da Morte pelo relações públicas “Rosa Vermelha”. O jornal afirma na reportagem ter encontrado mais dois corpos nas margens da Lagoa do Jacarepaguá. Fonte: Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: jun. 2015.

Pergunta de mais de um bilhão de cristãos: **COMO MORREU JESUS?**

Interrogação tem base na denúncia feita pela Ordem do Santo Sudário



Afirmção precisa sofrer os efeitos de um debate — Argumento da denúncia não pode ser desprezado — Depois de morto na cruz, Jesus não podia sangrar — Versão da decapitação de João Batista poderá, também, ser revista — (PÁGINA 2)

Esquadrão da Morte não pára **Mais dois!**



O gerente da agência bancária presta declarações às autoridades.



O banco detém os arquivos na mão, em meio à fuga, que teve um protagonista em fuga.

Um cadáver foi encontrado na Barra da Tijuca — Enforcado e alvejado por dez tiros de grosso calibre — "Rosa Vermelha", eficiente como relações públicas do famigerado Esquadrão da Morte — Ainda não foi identificado o corpo — LUTA encontrou os dois cadáveres, sendo que o segundo às margens da Lagoa de Jacarepaguá — (LEIA NA PÁGINA 2)



O primeiro corpo encontrado na Barra: enforcado e furado por dez tiros; o segundo, executado pelo Esquadrão, à margem da Lagoa de Jacarepaguá, também foi enforcado. Enquanto isso, no gabinete do governador, o general Luís França voltou a afirmar que, na Guanabara, não há esquadrões de execuções sumárias.

TRANCARAM 31 NA COZINHA DO BANCO

CARRO NÃO PEGOU NA HORA DA FUGA

Três bandidos assaltaram agência bancária no Méier — Fugiram com dez milhões — Cofre estava vazio — Fusca pifou e assaltantes prosseguiram fuga num taxi (P. 7)

Exílio para presos políticos pela liberdade do cônsul japonês

Sequestradores enviaram nota com exigências, que foi divulgada na tarde de ontem pela Polícia Federal — Afirmam pertencer à Vanguarda Popular Revolucionária — Querem melhor tratamento para subversivos presos e que seus companheiros não sofram represálias — Diligências prosseguem — (LEIA NA PÁGINA 2)

da mídia” para intervir no espaço jornalístico, comenta Mario Ramiro.⁶⁴ Criou-se um fato social na cidade que ramificou-se no murmúrio do diálogo e da mensagem transmitida por canais dominantes e extraoficiais.

Para Ramiro, as situações de Barrio “têm hoje esse papel de propor não só um tipo de ocupação de um veículo de informação de maneira não-tradicional do campo da arte, como também criar um fato que pudesse ser compreendido como reportagem que vai falar de um acontecimento estranho na cidade”. Isso significa que se as trouxas não ganharam o duvidoso *status* de “obra de arte”, misteriosamente, sua história acabou se desenvolvendo também na categoria de notícia de jornal. O grupo 3Nós3 (1979-1982), formado por Ramiro (Taubaté, 1957), Hudinilson Júnior (São Paulo, 1957-2013) e Rafael França (Porto Alegre, 1957-Chicago, 1991), começou a atuar já no período de abertura política do regime militar brasileiro⁶⁵ quando movimentos sociais e estudantes voltavam gradualmente às ruas para manifestar-se a favor do processo de redemocratização no País. Informados pelas *situações* de Barrio e dos antecedentes de outras ações artísticas nos espaços das cidades, o 3Nós3 realizava intervenções urbanas a fim de causar uma alteração de ritmos e percepções na normalidade cotidiana de São Paulo.

A primeira intervenção do grupo, *Ensacamento*, executada na madrugada de 27 de abril de 1979, baseou-se em “atacar a arte acadêmica” e o que “representavam esses monumentos”, relatou-me Ramiro. Com um roteiro que ia do Museu do Ipiranga à Praça Marechal Deodoro, o 3Nós3 saiu encapuzando as cabeças das estátuas paulistanas usando sacos de lixo. Previamente, o 3Nós3 pretendia cobrir os monumentos por completo usando plástico. Entretanto, os sacos de lixo eram para o grupo um material mais acessível e adequado à necessidade da rapidez e à precariedade que vinha contestar as imposições estéticas e econômicas do sistema de arte – tal como as *situações* de Barrio e seu

programa de trabalho que posiciona-se a favor de uma criação artística livre das limitações do uso de materiais considerados caros para a realidade brasileira.⁶⁶ Aliás, ao usar os sacos plásticos, o 3Nós3 conseguiu retomar de Barrio a presença dos traços de decaimento e esquecimento próprios do lixo como algo que não queremos ver ou recordar. Porque, bem, até que ponto ainda nos recordamos ou prestamos atenção aos monumentos da cidade?

O uso desses sacos de lixo geraram dois efeitos que muito se aproximam das reações provocadas pelas trouxas ensanguentadas. O primeiro efeito é político. As fotografias feitas pelo 3Nós3 mostram as estátuas “sufocadas” pelos sacos (Figura 1.24). A associação entre essas imagens e as descrições das técnicas de tortura usadas nas ditaduras militares na América Latina – ou, mais recentemente, nas fotografias que circularam publicamente mostrando o horror da tortura cometida por soldados norte-americanos contra detentos encapuzados em prisões no Oriente Médio – é quase imediata, como observou Ramiro. O segundo efeito é midiático. Após os ensacamentos, pela manhã, os integrantes do 3Nós3 telefonaram anonimamente para as redações do jornais, informando que as cabeças das estátuas de São Paulo haviam amanhecido cobertas com sacos de lixos. E claro, sem dizer que se tratava de uma ação feita por artistas. Durante o dia, fotógrafos e repórteres seguiram as pistas do grupo para apurar o acontecimento e publicar a notícia.

Essa ocupação do espaço da mídia também recolocava em pauta os problemas sociais, desde a maneira como os monumentos são ou não notados pelos pedestres, até a aproximação que os jornais faziam entre as imagens das estátuas com sacos de lixo e fotografias de ruas cheias desses sacos amontoados, com o intuito de assinalar a desordem e a sujeira de uma cidade saturada (Figura 1.25).⁶⁷ Enquanto as *situações* de Barrio precisavam ser vividas fisicamente e psicologicamente por um público, uma

intervenção como *Ensacamento* foi feita na calada da noite, tentando escapar do controle policial e existindo no dia seguinte como uma ocorrência que teria assaltado a vida urbana de surpresa.

Os documentos e vestígios deixados por essas intervenções mostram a capacidade de poder criar, agitar de baixo para cima, confundir sem explicar, desorientar os arranjos da vida e abrir possibilidades de articulação de narrativas sobre a brutalidade exercida pela máquina militar. Por outro lado, a recusa dos artistas em inscrever essas práticas e situações como algo determinado por seu tempo, contribui para pensar como os vestígios – trouxas ensanguentadas, ensacamentos, ou a imagem de uma prática de tortura exibida publicamente no desfile da guarda indígena – podem nos mostrar a continuidade de uma violência ainda exercida pelo Estado, questionando nossa realidade atual tão destituída de memória sobre os sangrentos episódios do passado. Pensar através dessas evidências do terror pode ser a nossa recusa a um estado fatal de letargia.

Figura 1.24: 3Nós3.
Ensacamento, 27 de
abril de 1979. Crédito
da imagem: cortesia
de Mario Ramiro/
Arquivo 3Nós3.

Figura 1.25:
Fotografia publicada
no jornal *Notícias
Populares* com uma
estátua ensacada
pelo 3Nós3. Ao lado, a
foto de sacos de lixo
cobrindo a calçada de
uma rua de São Paulo.
Crédito da imagem:
cortesia de Mario
Ramiro/Arquivo 3Nós3.



**O centro da cidade
está mesmo um lixo**



A cidade amanheceu diferente. Leia na página 5

**Estátuas cobertas
com sacos de lixo**



Página 5

Nova mensagem para aumento a estaduais

Leia em Últimas Notícias, pág. 9

Entrevista com Artur Barrio

69 anos, artista.

Data: 25 de janeiro de 2015.

Você estudou economia política e leu autores como Marx e John Kenneth Galbraith. Teve contato com os escritos de Frantz Fanon sobre África, dominação colonial e luta de classes. São diversos os autores e textos que o influenciaram nas situações de suas obras e seu pensamento em relação às práticas artísticas inseridas na realidade socioeconômica do Terceiro Mundo. Todavia, durante os anos 1960 no Rio de Janeiro, você chegou a participar de alguma organização política de esquerda? Em que medida a militância política clandestina durante o AI-5 foi também uma referência para o seu trabalho?

... e não somente economia política, pois li muitos outros autores que não só os citados acima, já que o meu principal objetivo foi e é a arte, o motor da mesma, ou seja, liberdade. Nunca participei de qualquer grupo [ou organização] político ou artístico, não suporto a hierarquia [venha de onde vier] quanto à militância política clandestina durante o AI-5, não a considero [essa militância] uma referência em relação ao meu trabalho. A geração AI-5 é uma invenção do Frederico Moraes. O meu trabalho abrange a visão e a atitude do vivencial enquanto proposta criativa, portanto não instrumental, ou seja, produto do meio ou de época, pois o estar hoje “vivo” em contraste com a efemeridade e a vontade de condicioná-lo a um momento determinado não impede que o mesmo seja percebido, estudado, mostrado por outro prisma, com ou sem AI-5/ditadura.

A cama “histórica” em que querem acomodar o produto artístico de minhas ideias inerentes àquela época contém um colchão de urtigas.

Sua obra ainda é um grande ponto de dissenso dentro da chamada “arte política”. Para você, é possível fazer política e ativismo a partir do efêmero, a partir de situações e experiências proporcionadas pela permanência de suas obras?

... a minha ideia sempre foi a arte que insere em si o todo [... excluir as religiões/religiosidade etc.] ... portanto, a política em si enquanto ativismo [panfletário] ... não.

Um dos conceitos-chave que, para mim, une os trabalhos que estou investigando nesta pesquisa é a noção de “segredo”. O antropólogo norte-americano Michael Taussig afirma que o segredo tem uma dimensão pública como “algo que é conhecido socialmente, mas, por algum motivo, não pode ser dito ou articulado pelas pessoas”. Que segredos públicos a *Situação T/T,1* (2ª parte) conseguiu articular mediante a participação de “aproximadamente 5.000 pessoas” no local em Belo Horizonte em que as trouxas foram colocadas, tensionando e dando corpo e voz ao silêncio que pairava sobre um violento contexto social?

... já que é um segredo, segredo será até ser revelado o que, nesse momento, segredo mais não será!

Articulou o choque do imaginário com a realidade.

Do imaginário *Situação T/T,1* (2a parte) com a realidade imaginada

das “aproximadamente 5.000 pessoas” naquele momento ou seja, a visualização da movimentação deflagrada criou na mente de cada uma dessas pessoas o filme Registro em si e a cores enquanto a realidade não passava da carne, sangue e ossos de um boi envolta [a carne] por um tecido grosseiro em forma de trouxas que ali foram deixadas em número de 13 exalando odor nauseabundo, mas não tanto quanto o [fedor] das “águas” do Ribeirão Arrudas transformado em esgoto muito antes da *Situação T/T,1* ali ser materializada.

Será que os “Cadernos-Livros” que você compõe não são uma forma de acesso e revelação dos segredos de suas experiências? Penso por exemplo no caderno-livro de 4 dias, 4 noites, ou na maneira como você reconta escrevendo ou narrando esse trabalho-processo que não tem registros.

... ou a criação de uma certa confusão, um certo caos organizado/desorganizado propositalmente para esse fim.

Ao ter com você o fotógrafo César Carneiro fazendo os registros das trouxas ensanguentadas e a reação do público, o que você conseguiu escutar das pessoas que se aproximaram das trouxas? Que comentários fizeram ao ver aqueles objetos disseminados nas margens do Ribeirão Arrudas?

Não me preocupei em escutar o que quer que seja, além do que o ruído das sirenes era ensurdecedor.

Se o que você ouviu nesse dia foram os ruídos das sirenes, em quase todos os textos sobre esse

trabalho é comum aparecer a afirmação de que o público dizia que as trouxas eram pedaços de corpos de pessoas assassinadas pelo Esquadrão da Morte. A quem você atribui essa afirmação?

Evidentemente a quem as ouviu [às pessoas] ou ao imaginário de quem isso escreveu. Em meio a 5.000 pessoas tudo é possível, além do que a vertente associativa ao Esquadrão da Morte é a mais simplista de todas. Deixo o ponto de interrogação em aberto.

Houve a publicação de alguma reportagem em jornais locais noticiando o aparecimento das trouxas ensanguentadas em Belo Horizonte? Se sim, o que foi noticiado?

... deve ter havido alguma publicação, mas não inteirei-me se sim ou se não. Um dia depois retornei à cidade do Rio de Janeiro.

Recentemente tivemos a divulgação dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes cometidos durante a ditadura no Brasil. A segunda parte de *Situação T/T,1* é uma obra que costuma ser associada a uma “crítica” ou “metáfora” à violência do regime militar brasileiro. Que contribuição você acredita que *Situação T/T,1* pode trazer ao momento presente como meio de potencializar testemunhos, discussões e, principalmente, valorizar a nossa memória histórica em relação à impunidade e julgamento desses crimes?

... a memória e a realidade na barbárie do/no tempo dos assassinos...

Entrevista com Mario Ramiro

57 anos, artista, professor e pesquisador. Com Hudnilson Júnior e Rafael França, integrou o grupo 3Nós3 entre 1979 a 1982.

Data: 13 de março de 2015.

Estive relendo os textos que você escreveu sobre a história do 3Nós3. Especialmente no que foi publicado na revista *Parachute* em 2004, você se refere às situações de Artur Barrio como antecedentes importantes da prática de intervenção urbana que o 3Nós3 realizou depois, e também sobre o uso do espaço da mídia. Poderia falar um pouco mais sobre isso?

Temos que considerar que o 3Nós3 foi formado por jovens estudantes de arte. Embora o Hudnilson não tenha concluído o curso que ele fez na FAAP, tanto eu como o Rafael compartilhávamos com o Hudnilson os nossos estudos. Na época em que estudamos na Escola de Comunicações e Artes, entre 1978 e 1982, – e que é basicamente o período de existência do 3Nós3, nossos professores, como Julio Plaza, Regina Silveira, Carmela Gross, Walter Zanini e Gabriel Borba, tinham vínculos muito carais com a Arte Conceitual e também com aquilo que era chamado naquele período de “arte alternativa”. Nesses nossos estudos, que ajudaram a gente se localizar e a entender em que contexto estávamos atuando, foi inevitável ter essas informações passando por nós.

O trabalho do Barrio em que ele fez intervenções com papel higiênico no aterro onde está o MAM do Rio de Janeiro [*P... H....*, realizado em 1969] eu só fui conhecer mais tarde. Mas ele tinha essa ideia de ocupação do espaço através de um gesto que faz um desenho na paisagem, e essa era a ideia

que o 3Nós3 advogava para si. Esse trabalho teria sido uma importante referência pra gente naquela época, mas o conhecido era o trabalho das trouxas ensanguentadas. É curioso, porque esse trabalho do León [Ferrari] que você está pesquisando [*Nosotros no sabíamos*] me lembra essa coisa de ser inevitável não associar as trouxas ensanguentadas com a memória ainda muito recente que existia sobre o Esquadrão da Morte. Eu tenho vagamente na memória uma imagem de que havia uma publicação de um jornal mineiro especulando sobre a existência dessas trouxas...

As fotos dos crimes do Esquadrão da Morte saíam na *Manchete*, no *Cruzeiro*, no *Notícias Populares*, e eram muitas vezes estampados de uma maneira sensacionalista. Então, era mesmo inevitável associar àquele trabalho com essas notícias da época. Ou mesmo a proximidade da ação do Barrio com o famoso “crime da mala”. As trouxas não tinham muito o estilo do Esquadrão da Morte, porque o esquadrão sempre deixava o “presunto” com um cartaz pendurado no pescoço com o desenho de uma caveira e a sigla “E.M.”. As trouxas teriam, acho, uma proximidade maior com o “crime da mala”, que seria o corpo esquartejado, amarrado em trouxas, como feito por alguém que quis se livrar daquilo de uma maneira sorrateira. É mórbido pensar que, nesta semana, apareceu no noticiário da TV o caso do corpo de uma comissária de bordo que apareceu dentro de uma mala... Tudo isso foi alimentando o imaginário popular e midiático.

Quando o Esquadrão da Morte surgiu, eu me lembro que ele era visto não como um grupo de extermínio político, mas associado a um grupo de extermínio de “bandidagem”. Os “presuntos”, quando apareciam, eram sempre noticiados como bandidos

encontrados mortos. Muitas vezes esses assassinatos eram encobertos como sendo uma espécie de “limpeza da criminalidade”, e não como uma ação de extermínio de supostos presos políticos daquele momento.

Para o 3Nós3, as trouxas ensanguentadas eram uma referência porque elas apareciam em um contexto que você não sabia exatamente o que era. Que era um trabalho feito por um artista, mas que parecia muito mais uma notícia que figurava no caderno de notícias da cidade. Além disso, tem a intervenção como a criação de fatos que, eventualmente, chamam a atenção da imprensa local para comentar muitas vezes fora de um contexto artístico. No meu entender, as *situações* de Barrio têm hoje esse papel de propor não só um tipo de ocupação de um veículo de informação de maneira não-tradicional do campo da arte, como também criar um fato que pudesse ser compreendido como reportagem que vai falar de um acontecimento estranho na cidade.

A gente considera esse trabalho do Barrio nessa cronologia de fatos que antecedem o 3Nós3. A nossa aproximação com ele tem a ver com essa ideia de uma notícia que circula na mídia, e que era naturalmente uma intervenção na ordem natural das coisas feita por um artista que era confundida com uma notícia de jornal. No extremo oposto estaria a *Zebra* (1972) do [Claudio] Tozzi, que as pessoas viam como uma espécie de propaganda sem texto, na lateral do prédio, e todas as especulações sobre aquela imagem, por que uma zebra, se ela não seria uma referência à zebra da loteria esportiva... Havia sempre uma dúvida quanto à natureza daquele trabalho.

Um outro ponto importante sobre essa dúvida que você coloca sobre a natureza do trabalho é esse rumor que uma ação como a *Situação T/T,1* conseguiu criar. Penso também no “coeficiente artístico” de que fala Duchamp, sobre a diferença entre a intenção e a realização de uma obra – o que ela expressa e qual a resposta do público sobre isso. Na primeira ação do 3Nós3, *Ensacamento* (abril de 1979), vocês fizeram as intervenções nas estátuas e aquelas imagens de registro foram vistas como alusões às torturas na ditadura. Como você analisa esse processo?

Depois da divulgação daquelas imagens das torturas na prisão de Abu Ghraib, foi fatal criar um anacronismo. Ver uma associação entre aquelas figuras ensacadas, como as que fizemos, com aquelas práticas explícitas de tortura, ou mesmo quando as Pussy Riots foram presas e colocaram as balaclavas nos monumentos. Nas reportagens que temos sobre *Ensacamento* publicadas em 1979, nenhuma delas faz alusão à tortura. Pra gente, num primeiro momento, aquilo era um ataque à arte acadêmica, o que representam os monumentos. Mas, claro, foi imprescindível que a gente caísse nesse tipo de associação.

O primeiro ensaio que a gente quis fazer era na Praça Marechal Deodoro, porque o Rafael morava ali do lado. Quando a gente programou de fazer esse primeiro teste [dos ensacamentos] na praça, teve alguma coisa que aconteceu nesse período – acho que o [Presidente] Figueiredo estava em São Paulo – e acabamos não fazendo esse teste porque tinha alguma movimentação de polícia nessa área. Hoje, anos depois, a gente vê essa aproximação grande dessas ações com a política que a gente vivia. Acho que esses trabalhos passam por uma

série de reavaliações que não estão no domínio do artista.

A própria publicação na imprensa mostra isso, de ver como o trabalho era interpretado e as analogias que eram feitas – alertando pela segurança, sobre colocar o transeunte em risco ao instalar algo na cidade, como alguns metros de plástico, sendo uma coisa que a população não sabe o que pode provocar. Nossas intervenções tiveram retorno da imprensa porque avisávamos os jornais anonimamente sobre a ação. Se não tivéssemos avisado sobre os monumentos ensacados, teríamos que contar com o acaso para que aquilo fosse noticiado. É interessante ver também essa estratégia que a imprensa usa de ter alguém dentro de uma redação fazendo esse trabalho de aproximar um acontecimento com um problema da cidade. Como naquela imagem que você vê no jornal *Notícias Populares*, onde de um lado temos a foto das estátuas cobertas com sacos de lixo e, ao lado, uma outra foto com o título “A cidade está um lixo” [mostrando os sacos e a sujeira espalhada nas ruas].

No caso do Barrio, a ação foi feita e a imprensa foi acionada, embora a gente não tenha ainda encontrado a notícia nos jornais. Mas nas fotos da ação você tem o registro da polícia, dos bombeiros... Alguém acionou uma força do Estado para ir até lá e saber o que estava acontecendo. Hoje, o ato de fotografar se banalizou bastante, mas em uma época onde uma máquina fotográfica, especialmente de porte profissional, era cara, o público certamente associava com a imprensa. Naquelas fotos do Barrio onde aparecem umas crianças, talvez elas tenham entendido que o fotógrafo [César Carneiro] que estava lá só podia ser da imprensa. Talvez ele

até tenha se disfarçado de jornalista para obter alguma permissão para fotografar, porque para você chegar e registrar um lugar onde tinha polícia e bombeiro não era para qualquer um naquela época. Essas trabalhos que estamos discutindo aqui, todos eles têm sua existência corroborada pelos meios de comunicação.

Mudando de assunto, eu sei que o 3Nós3 teve um contato bastante próximo com o León Ferrari. Que recordações você guarda desses primeiros anos do León em São Paulo?

O León era uma figura que estava muito próxima e presente na cena paulistana dos anos 1980. Realmente, ele teve um contato mais próximo com o Hudinilson, eles trocavam trabalhos. Ele era mais velho que a gente, mas era alguém inserido no nosso meio e no nosso tempo. A gente encontrava o León nas aberturas das mostras, sempre acompanhado da Alicia, sua mulher, e havia também uma grande proximidade dele com os artistas que foram os nossos professores na ECA.

O trabalho do León foi importante na exploração dessas novas mídias que estavam surgindo naquela época. Ele participou da mostra de xerox que o Julio Plaza organizou com seus carimbos, dando a eles um *status* de gravura que era notável naquelas imagens com as pessoas caminhando, os apartamentos, as casas... Era aquela situação um tanto absurda, como uma espécie de uma vida na cidade que não tinha nem começo e nem fim. Ele imprimia esses trabalhos em xerox ou heliografia. O 3Nós3 tinha um fascínio de trabalhar essas mídias emergentes, e que mais tarde começamos a explorar mais – o Hudinilson mergulhou no xerox, eu comecei a trabalhar com videotexto e o Rafael foi para o vídeo.

O León tinha um repertório de trabalho que já dava conta dessas técnicas. Além disso, seu trabalho com as *esculturas sonoras*, a performance que ele fazia tocando essas peças nas aberturas das exposições, tudo isso teve uma dimensão que, anos depois, percebemos a importância dessas coisas que ele estava fazendo.

Entrevista com Marcelo Zelic

51 anos, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e coordenador do projeto “Armazém Memória”.

Data: 27 de fevereiro de 2015.

Quando você descobriu no Museu do Índio o filme “Arara”, feito por Jesco von Puttkamer durante a Formatura da Guarda Rural Indígena em 5 de fevereiro de 1970 em Belo Horizonte? Você tinha algum indício de que essa guarda existia? Afinal, o *Jornal do Brasil* e a revista *Cruzeiro* noticiaram o desfile naquela época.

A descoberta desse filme se dá em um outro contexto. Foi no início da pesquisa para a Comissão Nacional da Verdade em 2012. Conversando com os arquivistas do Museu do Índio, disse qual era o objetivo da comissão e a linha de pesquisa que estávamos buscando desenvolver. Procurei o museu para levantar documentos para o trabalho da comissão, e foi comentado que um funcionário do museu tinha se deparado há alguns anos com essas imagens do filme e tinha achado um absurdo. O Jesco guardou o filme com o nome “Arara” e ninguém mexeu nisso, só viram quando foram fazer a digitalização do filme em Super-8. O museu localizou

o funcionário, fui ao museu encontrar com ele, procuramos a imagem do pau-de-arara no filme e ela veio novamente à tona.

Conseguiram localizar a pessoa que estava no pau-de-arara?

A comissão não se debruçou sobre isso. Ela também não encontrou os indígenas que estiveram nessa guarda. Mas isso ficou como objeto para ser reparado a partir da recomendação e criação de uma comissão indígena da verdade.

Até que ponto essa cena do pau-de-arara sendo mostrada em público reflete o processo de institucionalização das práticas de tortura no Brasil?

A prática de tortura no Brasil não cessou em nenhum momento. Agora mesmo temos gente sendo torturada no País. Vemos que essa prática se institucionalizou no âmbito do Estado. A guarda indígena foi criada em 1969 e se formou em 1970, mas como é que ela, dentro do Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sai por aí torturando no pau-de-arara? A guarda é a prova incontestada das denúncias feitas por presos políticos que serviram de cobaia.

A guarda acabou se desfazendo porque ela usou de violência nos lugares onde ela foi. Mas esse não é o foco, pois ela cumpria um outro papel. O papel dela foi esconder a violência que estava acontecendo contra os indígenas durante a ditadura. Se usava a guarda, por exemplo, para dizer no exterior que ela foi criada para cuidar das terras dos indígenas. Ela foi usada para fazer desfiles nas capitais para melhorar a imagem do governo em um momento que ele estava sendo acusado de genocídio. Fora o modo de agir da

Polícia Militar hoje, que utilizando-se também da tortura, dá continuidade ao que ocorria na ditadura. Matadores como os do Esquadrão da Morte continuam a atuar. Quantos desses não são policiais militares?

As informações sobre o filme entraram no relatório final da Comissão da Verdade?

A guarda é citada e são colocadas algumas recomendações. Por exemplo, que todas as pessoas que foram presas pela ação da guarda, exército ou polícia sejam reparadas. Outra coisa que se trouxe à tona foi a recomendação de serem estudadas as interferências de agentes dos Estados Unidos na formação e multiplicação de práticas de tortura no Brasil através de cursos. Temos uma discussão em aberto que é a de como reparar os próprios índios que foram convocados para a Guarda Rural Indígena. Eles saíram de seu ambiente, foram ensinados a serem soldados e agiram como foram ensinados. Quem tem essa responsabilidade? Quando eles agiam dessa forma ensinada, se distanciavam de suas próprias comunidades. Quem repara essa política equivocada de se criar uma guarda indígena, um ser estranho dentro de sua própria cultura? Esses indígenas também devem ser reparados.

O trabalho de Artur Barrio que estou investigando, *Situação T/T,1*, aconteceu dois meses e meio após a formatura da guarda indígena – ambos ocorreram em Belo Horizonte. Quando a população se deparou com as “trouxas ensanguentadas”, muitas pessoas disseram que eram pedaços de corpos de pessoas assassinadas pelo Esquadrão da Morte. Por meio das notícias de jornais que pude chegar neste ano de 1970, e logo após o AI-5, houve um

aumento considerável de pessoas assassinadas pela ditadura e uma centena de manchetes e reportagens de pessoas encontradas mortas nas ruas. É correto dizer que 1970 foi o ano em que mais se matou durante a ditadura brasileira?

O grande erro que a Comissão da Verdade induz é quando ela não incorpora os números de indígenas e camponeses nesse processo. Do ponto de vista de mortos e desaparecidos, esse período é o mais expressivo. Porém, entre 1972 e 1978, morreram 2.650 Waimiri-Atroari para a construção de estradas e hidroelétricas. Assim, temos que considerar todas as vítimas.

O Grupo Tortura Nunca contribuiu com a investigação e abertura da vala clandestina do Cemitério de Perus em 1990. O que aconteceu com o trabalho atual de identificação das ossadas?

Está parado e um processo precisa ser implementado. A outra situação é que, além dos mortos e desaparecidos, há mais de mil ossadas que são de mortos comuns. Quantos desses morreram com indícios de tiro na cabeça? São questões que serão levantadas pela Comissão da Verdade da Democracia. O número de pessoas desaparecidas no Brasil atual é assustador. A questão é que existe também uma diferenciação entre crime político e crime comum. O crime político tem um tipo de tratamento. O crime comum, bem, esses o Estado costuma tocar como vai. Há vários problemas aí [nos crimes comuns]. Uma família que tem algum parente desaparecido e procura a delegacia, a polícia manda voltar depois de tantas horas. O IML despacha o corpo antes dessas horas e então não tem como bater as informações, sabe? E quando você aciona, o corpo já foi enterrado.

FERNANDEZ MENTRELE, LILIAN NILDA 30 años

FERNANDEZ, MONICA NOEMI 23 años

FERNANDEZ, OSCAR ALEJANDRO 22 años

FERNANDEZ, PEDRO JULIO 3 años

FERNANDEZ, RICARDO 53 años

FERNANDEZ, RODOLFO JORGE

FERRARI, ALEJANDRO DANIEL 2 años

FERRARI, ARIEL ADRIAN 25 años

FERRARI, MARIA ANGELICA 2 años

FERRARI, MARIEL SILVIA 23 años, embarazada

FERRARI, MONICA

FERRARIS, CLAUDIO ARNALDO 1 año

Capítulo dois:

saber o que não saber

Só o significado não faz uma obra de arte. Os jornais estão cheios de significados que as pessoas leem com indiferença. Nosso trabalho consistirá, então, em organizar esses significados com outros elementos em uma obra que tenha maior eficácia para transmiti-los, revelá-los e apontá-los. Nosso trabalho consiste em procurar materiais estéticos e inventar leis para organizá-los ao redor dos significados, de sua eficácia de transmissão, de seu poder persuasivo, de sua clareza, de seu caráter inquestionável, de seu poder em obrigar os meios de transmissão a tornar pública a denúncia, de sua característica de foco difusor de escândalo e perturbação.

A arte não será nem beleza nem novidade, a arte será eficácia e perturbação. A obra de arte realizada será aquela que dentro do meio onde o artista se move tenha um impacto equivalente, de certo modo, a um atentado terrorista em um país que se liberta.¹

Os dois parágrafos acima encerram o texto “El arte de los significados”, escrito por León Ferrari em 1968 e apresentado durante o *Primeiro Encontro Nacional de Arte de Vanguarda* na cidade argentina de Rosário, nos dias 10 e 11 de agosto do mesmo ano. O encontro foi uma iniciativa independente, desvinculado das instituições culturais oficiais. Seus participantes – artistas rosarinos e portenhos, dentre eles León Ferrari, Graciela Carnevale, Eduardo Favario, Roberto Jacoby, Norberto Puzzolo, Rubén Naranjo, Juan Pablo Renzi, Nicolás Rosa, María Teresa Gramuglio,

Aldo Bortolotti e Noemí Escandell –, inspirados pela agitação revolucionária das lutas políticas internacionais de 1968 e posicionando-se contra o elitismo do sistema de arte e de sua vanguarda recuperada como espetáculo, estavam cientes da grave situação socioeconômica instrumentalizada pela ditadura do General Juan Carlos Onganía.² Para eles, havia chegado a hora de organizar um trabalho a partir dos significados dispersos nos graves acontecimentos e nas notícias veiculadas na mídia oficial, transformando-os em uma forma de denúncia.

Tanto a politização como a obra coletiva que surgiram da investigação desse grupo de trabalhadores da arte foi um marco radical de crítica e ativismo. Tinham como intento desmascarar a falsidade da propaganda orquestrada na imprensa pelo governo de Onganía de que a Argentina estava se beneficiando das reformas econômicas patrocinadas pela ditadura militar e o capital monopolista. Em 1966, o Estado argentino havia anunciado um conjunto de medidas em que declarava a manutenção de um programa autoritário de modernização da província de Tucumán por meio da diversificação da indústria local, instalando ali empresas não açucareiras com o investimento de recursos internacionais. O uso da imprensa pelo governo militar visava surtir um efeito perverso de ação psicológica sobre a nação para normalizá-la.³ Os resultados dessa racionalização prejudicaram drasticamente os produtores de açúcar e comerciantes locais. Engenhos foram fechados, o desemprego aumentou abruptamente, pequenos produtores estavam sendo explorados. Famílias passavam fome.

Frente a essa catástrofe, os artistas de Rosário e Buenos Aires decidiram tomar esse cenário como objeto de análise. Foram três fases de trabalho. Na primeira, parte dos artistas viajou a Tucumán em outubro de 1968. Acompanhados de sociólogos, cineastas e fotógrafos, realizaram um trabalho de campo para pesquisar a

conjuntura em que se encontrava a província. Toda uma situação catastrófica estava sendo mantida em silêncio nos meios de comunicação controlados pela ditadura. Os artistas filmaram e fotografaram fábricas e engenhos, visitaram as plantações de cana e as casas das famílias dos trabalhadores, aplicaram questionários a fim de documentar a crise que transformou Tucumán em um lugar miserável. Com os dados e registros obtidos, empenharam-se em organizar um circuito de contrainformação⁴ paralelo e independente dos meios convencionais para evidenciar a escassez que vivia a população de Tucumán e confrontar a falsa propaganda ditatorial que apresentava a impositiva reestruturação econômica e os interesses de companhias estrangeiras como avanços sociais.

Na segunda fase de trabalho, os artistas iniciaram uma campanha anônima de comunicação por Rosário. O nome “Tucumán” começou a aparecer em cartazes nas ruas como se fosse um sinal enigmático. Logo em seguida a palavra foi completada. Os muros das casas foram pichados com a frase “Tucumán Arde”, impressa também em ingressos de cinema e adesivos multiplicados nos espaços públicos. Depois, novos cartazes anunciando uma *1ª Bienal de Arte de Vanguarda* surgiram espalhados na cidade. Os artistas inventaram uma bienal para escapar de uma possível censura sobre o conteúdo do projeto. Curiosamente, o local indicado da exposição não era uma galeria de arte, mas a sede de um sindicato opositor da ditadura argentina, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em 3 de novembro de 1968, o trabalho chegou em sua terceira fase. A CGT de Rosário inaugurou a “bienal de vanguarda”, evento que configura a imagem mais conhecida de *Tucumán Arde*. Foi uma exposição nada convencional, sobretudo revolucionária e complexa, onde o público visitante era levado a não exercer o papel de um espectador passivo, mas a interagir em um dispositivo

precário de exibição, porém gerador de autoconsciência, conhecimento e revolta. Fotografias, filmes, gravações, estatísticas, documentos e diagramas traçando as relações entre os engenhos, governo e corporações multinacionais foram mostrados pela primeira vez para evidenciar as distorções e omissões do governo argentino sobre a pobreza em Tucumán, corrigindo as manipulações da imprensa e seu ocultamento da realidade. Xícaras de café amargo foram servidas aos visitantes em alusão ao fechamento dos engenhos e à fome que afligia a população tucumana. Algumas semanas depois, os artistas remontaram a exposição em Buenos Aires, mas a mostra durou apenas algumas horas, sendo censurada e fechada pelo governo militar sob ameaças. O ato de censura atestou o caráter perturbador do projeto.⁵ Após a intensa experiência de *Tucumán Arde* e a politização de seus integrantes, alguns deles abandonaram totalmente ou parcialmente a atividade artística, enquanto outros seguiram o caminho da luta armada como alternativa de transformação revolucionária.⁶

No corredor de entrada da casa da CGT onde foi realizada a mostra *Tucumán Arde* em Rosário, os artistas cobriram as paredes com colagens feitas de recortes de jornais. Esse trabalho havia sido preparado por León Ferrari, que fez uma detalhada seleção de notícias publicadas nos meios oficiais sobre Tucumán. Parte das notícias davam conta da manipulação exercida pela propaganda do governo, enquanto outras eram reportagens sobre os fechamentos dos engenhos, a violência policial na província e a difícil situação das famílias tucumanas.⁷ Sobre os cartazes com a palavra “Tucumán”, usados na fase de divulgação clandestina da exposição, Ferrari colou e organizou as notícias separadas por pontos temáticos, como acusações de corrupção sobre o governador da província e as empresas instaladas, os protestos realizados por estudantes, trabalhadores, professores, clérigos e até empresários em oposição ao fechamento dos engenhos, as

respostas do governo militar divulgadas em declarações na imprensa e a repressão policial contra os manifestantes. Parte dos títulos das notícias foram expostos dentro de círculos, desenhados com a finalidade de destacar uma acusação. Pequenas flechas riscadas sobre os recortes relacionavam os conteúdos de notas jornalísticas com outras. Juntas, as notícias formaram “nuvens” de dados e de informações sistematizadas, dando ao trabalho uma dimensão diagramática (Figuras 2.1 a 2.3). Ferrari compôs um tipo de diagrama que explicitou as conexões, os conflitos e os sentidos de diferentes vozes e narrativas observadas a partir de uma atividade minuciosa de seleção e disposição de elementos textuais em um panorama. Essa disposição contribuiu para reunir, visualizar e articular informações conhecidas ou pouco acessadas pelo público, a fim de orientar um pensamento crítico que, sobretudo, possibilitou a leitura de associações e discursos muitas vezes ocultos.⁸

Esse processo *sui generis* de organização do “material estético” por Ferrari não visou cuidar exclusivamente do aspecto formal de uma obra, mas de captar e assimilar os significados dos acontecimentos ocorridos em Tucumán para produzir evidências sobre a exacerbada violência que atingiu uma sociedade, com o propósito de denunciar publicamente as agressões e ilegalidades cometidas pelo Estado. Anos mais tarde, esses procedimentos ficariam ainda mais explícitos quando Ferrari iniciou um trabalho, logo após a instauração do golpe de Estado na Argentina, em março de 1976, no qual denominou posteriormente de *Nosotros no sabíamos*.⁹

Figuras 2.1 a 2.3:

Fotografias das colagens de León Ferrari com as notícias de jornal sobre a situação social, política e econômica em Tucumán, apresentadas durante *Tucumán Arde* em Rosário, novembro de 1968. Crédito das imagens: cortesia do arquivo de Graciela Carnevale.

TUCUMAN

TUCUMAN

TUCUMAN

TUCUMAN

IV

Y CORRUPCION OFICIAL
Y EMPRESARIA**Suspendido preventivamente al Director nacional de azúcar**

La medida está relacionada con la investigación por una evasión de impuestos en el sector de refinación de azúcar.

El Director Nacional de Azúcar, Sr. Juan Carlos Cárdenas, fue suspendido preventivamente de sus funciones por una evasión de impuestos en el sector de refinación de azúcar. La medida fue tomada por el Poder Judicial, en el marco de una investigación que se lleva a cabo desde hace meses. Cárdenas, quien ha ocupado el cargo durante varios años, fue acusado de haber permitido que se evadieran los impuestos correspondientes a la producción y comercialización de azúcar. La suspensión es una medida cautelar que se adopta mientras se avanza en la investigación.

Historia Responsabilidad de Directivos del Ingenio Huiroco en la Venta Clandestina de Azúcar

Se investiga la responsabilidad de los directivos del Ingenio Huiroco en la venta clandestina de azúcar.

Se investiga la responsabilidad de los directivos del Ingenio Huiroco en la venta clandestina de azúcar. La investigación se centra en determinar si los directivos del ingenio participaron en la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes. Se han recopilado documentos y testimonios que sugieren que algunos directivos podrían haber estado involucrados en esta práctica. El caso se está procesando en los tribunales.

Hubiera sido acusado el gobernador de Tucumán

Se investigaría la responsabilidad del gobernador de Tucumán en la venta clandestina de azúcar.

Se investigaría la responsabilidad del gobernador de Tucumán en la venta clandestina de azúcar. La investigación se centra en determinar si el gobernador tuvo conocimiento o participó en la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Nueva Denuncia de Impugnación de la Oligarquía

Se denuncia la responsabilidad de la oligarquía en la venta clandestina de azúcar.

Se denuncia la responsabilidad de la oligarquía en la venta clandestina de azúcar. La denuncia se centra en la acusación de que la oligarquía ha estado involucrada en la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes. Se pide que se investigue a fondo este caso.

INTERVENCIÓN

Se interviene en la venta clandestina de azúcar.

Se interviene en la venta clandestina de azúcar. La intervención se centra en la detención de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

por una Medida Oficial

Se toma una medida oficial en la venta clandestina de azúcar.

Se toma una medida oficial en la venta clandestina de azúcar. La medida se centra en la suspensión de las actividades de venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Actúa la Fiscalía Nacional de Investigaciones Administrativas

Se actúa en la venta clandestina de azúcar.

Se actúa en la venta clandestina de azúcar. La actuación se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Un denunciante declara ante una comisión fiscal

Se declara ante una comisión fiscal en la venta clandestina de azúcar.

Se declara ante una comisión fiscal en la venta clandestina de azúcar. El denunciante afirma que ha visto a los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Expedición una comisión

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar.

Se expide una comisión en la venta clandestina de azúcar. La comisión se centra en la investigación de los responsables de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

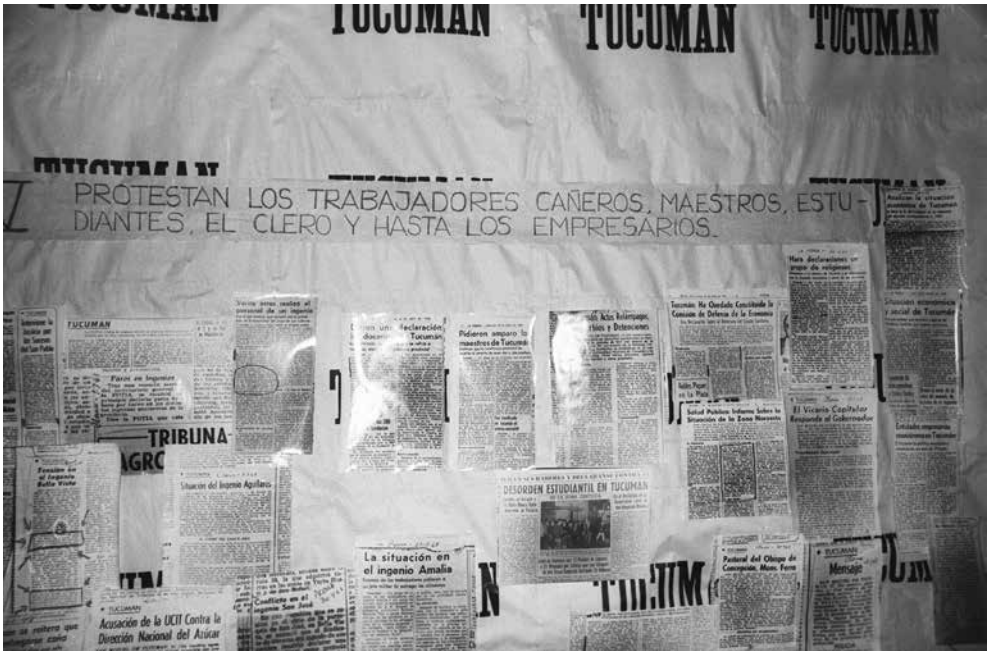
Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.

Resultados de Dos Procedimientos

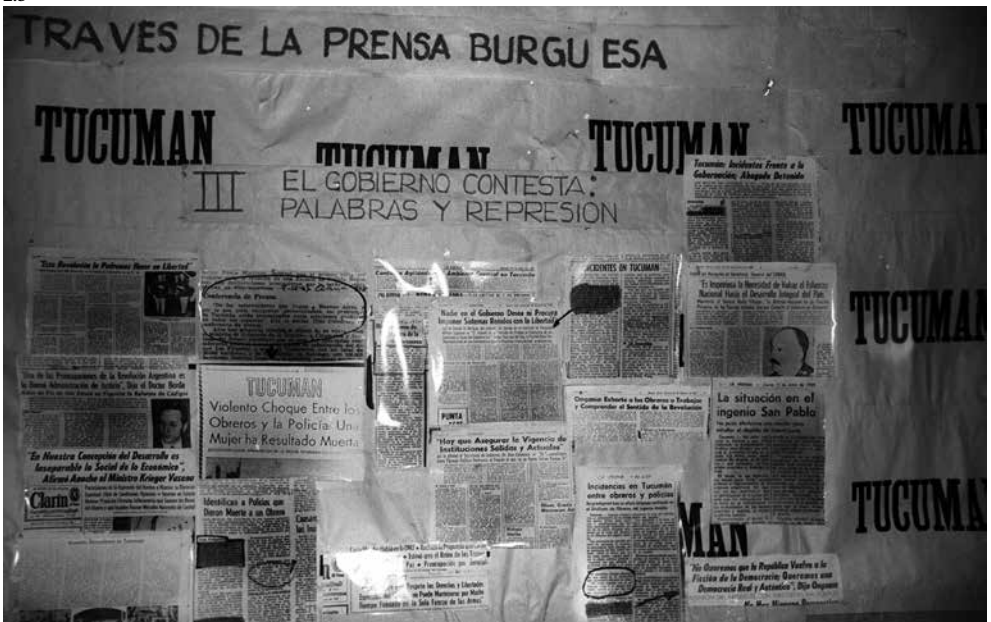
Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar.

Se presentan los resultados de dos procedimientos en la venta clandestina de azúcar. Los resultados indican que se han encontrado evidencias de la venta de azúcar sin pagar los impuestos correspondientes.



2.2

2.3



Noite e névoa

Desde meados dos 1960, Ferrari assumiu ter abandonado o seu trabalho tradicional como artista plástico – a não ser na organização de projetos coletivos de caráter essencialmente contestatório: participando de exposições em memória ao assassinato de Che Guevara em 1967 (fechada pela ditadura), de *Tucumán Arde*, ou na mostra *Malvenido Mister Rockefeller* (1969), onde preparou com outros artistas imagens para cartazes críticos ao imperialismo e em repúdio à visita do milionário Nelson Rockefeller, representante do Governo Nixon, à Argentina. A mostra foi fechada pela polícia horas depois de sua abertura em Buenos Aires. Foram dez anos dedicados a pensar e exercer uma prática vinculada à política, confrontando a censura e a repressão ditatorial. Como para outros artistas latino-americanos, essa tomada de posição rendeu conflitos com as instituições culturais que pretendiam manter-se distantes ou neutras perante os problemas relativos ao poder autoritário dos regimes militares, à crueldade da guerra e ao imperialismo estadunidense.¹⁰ De acordo com a historiadora da arte Andrea Wain:¹¹

A partir de uma notícia de um jornal com a foto de um submarino que foi usado no Vietnã, ele [Ferrari] automaticamente deixa de desenhar e de fazer esculturas, começando a produzir obras que têm relação com a política. Vietnã o afetou profundamente. Fez o seu famoso avião [com o Cristo crucificado nele], *La civilización occidental y cristiana* (1965), e depois promoveu uma série de exposições e movimentos em relação à guerra.

É notável como as notícias e o lugar da imprensa sempre estiveram presentes em grande parte da trajetória de Ferrari, desde a decisão de não mais fazer arte nos modos habituais, inconformado com a brutalidade do poderio americano na foto de um submarino militar publicada em um jornal, na escrita do livro teatral *Palabras Ajenas* usando textos encontrados em jornais e revistas, em *Tucumán Arde* e na estratégia de contrainformação retomada no trabalho *El calendario de la Casa Rosada* – onde apresentou a um salão de arte o projeto de uma obra formada por um rolo de papel transformado em um mural com instruções que explicavam para que fosse colocado sobre ele informações diárias a respeito da repressão na Argentina: notícias sobre tortura e violência policial publicadas nos jornais, notas que foram censuradas pela ditadura e textos sobre a repressão sofrida por artistas.¹²

Quase que ininterruptamente, Ferrari refletiu acerca do alcance dos meios de comunicação de massa sobre a realidade dos fatos, manuseando informações para apontar e revelar níveis, leituras e valores complexos de uma sociedade, explicitados ou velados nas atrocidades e abusos do poder instituído. Há, além disso, a própria constatação de que acontecimentos violentos podem transformar profundamente um trabalho artístico em ação política. Nem mobilização isolada da arte, nem arte desassociada de engajamento. Foi nessa área de interseção entre a arte, a política e a militância que um artista como Ferrari situou-se para expressar a sua visão de mundo, a fim de mudar as condições sociais de existência. Processos de concatenação entre arte e política vividos ao longo do tempo permitem a produção de novas práticas e experiências não isoladas em campos específicos. A própria participação de Ferrari em movimentos sociais durante os anos 1970 demonstrou esse tipo de relação em que os papéis de artista e militante são transformados e reinventados.¹³

Desde os primeiros anos de 1970 até 1976, Ferrari trabalhou com o Fórum de Buenos Aires pelos Direitos Humanos, formado por advogados, sindicalistas, artistas e intelectuais, e o Movimento contra a Repressão e a Tortura, ambos iniciados em 1971. Formado por militantes de esquerda e indivíduos ligados a setores do peronismo revolucionário, o Movimento contra a Repressão e a Tortura denunciou casos de sequestros e desaparecimentos. O trabalho do Fórum de Buenos Aires pelos Direitos Humanos foi particularmente importante em 1973, na edição do livro *Proceso a la explotación y represión en la Argentina*, um dos primeiros documentos públicos com centenas de testemunhos detalhados de presos políticos torturados no país, relatos de sobreviventes e de parentes de desaparecidos, contendo também informações sobre locais identificados como centros clandestinos de detenção.¹⁴ Até 1976, o governo militar argentino realizou práticas sistemáticas de tortura, desaparecimentos forçados, fuzilamento de prisioneiros e detenções arbitrárias.¹⁵ Mas, todo esse contexto intensificou-se com o terrorismo de Estado implantado pelo autorreferenciado “Processo de Reorganização Nacional” – nome ostensivo dado pelos próprios militares à ditadura que decretaram na madrugada de 24 de março de 1976, após o golpe conduzido pelas três Forças Armadas que ocuparam os edifícios do Governo e do Congresso Nacional. Poucos dias após o golpe, o General Jorge Rafael Videla assumiu a presidência de um país estagnado economicamente e aterrorizado pela violência paramilitar de esquadrões da morte, como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), que agia com o consentimento do governo ocupando as ruas desde 1973 para perseguir e assassinar opositores políticos e desaparecer com seus vestígios. Mal a ditadura já começava e Videla dava início ao seu mandato recebendo elogios dos aliados americanos que ressaltavam sua capacidade em manter o controle contra a ameaça subversiva (Figura 2.4).

Figura 2.4: Primeira página do relatório enviado em 30 de março de 1976 pelo Embaixador Robert Hill ao Secretário de Estado norte-americano, com informações e elogios sobre o novo governo militar argentino. O embaixador ressalta que o General Videla é “pelo menos por enquanto, alguém com uma posição forte o suficiente para manter a linha dura em cheque e impor uma abordagem moderada”. Fonte: National Security Archive. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Acesso em: jun. 2015.

UNCLASSIFIED 3/29/76

DEPARTMENT OF STATE

TELEGRAM

2061
29 MAR 76
1645

INDICATE
☐ COLLECT
☐ CHARGE TO

FROM	Amembassy BUENOS AIRES	CLASSIFICATION	R
1652:	GDS		
AGS:	PINT, PGOV, MILL, PFOR, AR		
ECT:	Videla's Moderate Line Prevails		
ION:	Secstate WASHDC	PRIORITY	
Info	Amembassy ASUNCION	ARGENTINA PROJECT (S200000044)	
	" BRASILIA	U.S. DEPT. OF STATE, A/RPS/IPS	
	" CARACAS	Margaret P. Grafeld, Director	
	" LA PAZ	☒ Release () Excise () Deny	
	" LIMA	Exemption(s):	
	" MEXICO CITY	Declassify () In Part ☒ In Full	
	" MONTEVIDEO	() Classify as () Extend as () Downgrade to	
	" SANTIAGO	Date _____ Declassify on _____ Reason _____	

BUENOS AIRES 2061

1. Summary: It is too early to make any firm predictions concerning final success of the experiment in govt undertaken by the Armed Forces on Mar 24. Even so, with Videla now named Pres and his new cabinet now named, it is perhaps a convenient moment to report several short-term conclusions: a) Videla is at least for the ~~present~~ time being in a strong enough position to keep the hardliners in check and impose a moderate approach; b) The terrorists are likely to keep a relatively low profile for the next few weeks, especially in view of the fact that the Armed Forces have launched a massive drive against them; c) The new govt has not yet presented its full economic program, but the

COPIES:	DRAFTING DATE	TEL. EXT.	CONTENTS AND CLASSIFICATION APPROVED BY:
OL:WSSmith:cc WSS	3/30/76	128	AMBASSADOR ROBERT C. HILL
NCES:			
AO: PACoughlin	POL/R:DSmock	A/DCM:HMclWoodward	
COM:Rogden	USIS:HWoodward	AMB:RCHILL	

UNCLASSIFIED

78F98
9/59

Os militares argentinos diziam pretender refundar um novo país para reverter os quadros de crise econômica e caos social que afligiam uma sociedade descrita pelos historiadores Marcos Novaro e Vicente Palermo como “enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa” com o poder.¹⁶ As Forças Armadas receberam apoio de grupos dominantes (burguesia industrial e agrícola, com o suporte do capital estrangeiro), ampliando seu poder de negociação institucional. O que veio em seguida, e que Ferrari sinalizou de maneira perspicaz com *Nosotros no sabíamos*, foi o encerramento de todo um período social e o começo de um verdadeiro banho de sangue. Detenções de militantes de esquerda e intelectuais começaram a aumentar. Pessoas eram atacadas e sequestradas nos locais de trabalho, ou dentro de suas casas, por patrulhas militares e os “grupos de tarefas” das Forças Armadas.¹⁷ Para formar um novo país, decidiu-se “disciplinar a sociedade”, como nota Pilar Calveiro, através da imposição da tortura como prática incorporada e assimilada por cada um dos agentes do regime.¹⁸ Se antes de março de 1976 a tortura durava o tempo limitado de uma detenção, depois do terrorismo de Estado ela tornou-se infinita.¹⁹

Os 600 centros clandestinos de detenção que funcionaram na Argentina entre 1976 e 1983 em dependências militares e policiais, equipados com escritórios para atividades de inteligência e salas de tortura – como o que foi montado dentro da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) – são definidos por Calveiro como campos de concentração/exterminio.²⁰ Os campos articularam a composição de uma máquina que não podia ser detida e as pessoas tinham conhecimento de sua existência. Embora os militares trabalhassem para acobertar o movimento de chegada e saída nesses centros, a estratégia de “mostrar e esconder” o terror repercutiu como forma de intimidação e silêncio²¹ – ou para usar um termo que atravessa este livro –, ecoou como segredo público. Algo acontece, mas não pode ser dito. E quem quer falar sobre isso?

Os presos dos centros de detenção não eram só militantes de esquerda vinculados à guerrilha ou ativistas. Havia também civis que testemunharam operações secretas ou eram parentes das vítimas. Todos eram interrogados e torturados, mantidos em celas e cubículos, silenciados e imobilizados. Era proibido qualquer contato entre o preso e a sua família. O governo tratava de negar informações com oclusões e ameaças para que fossem dificultadas as denúncias públicas, o que aumentava os níveis de indefinição das organizações guerrilheiras, o medo e a suspeita. Onde eles estão? Para onde foram? Não bastava apenas torturar fisicamente. Era preciso maltratar psicologicamente, como fizeram os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial com o “Decreto de noite e névoa”, criando um sistema de desaparecimentos dos presos, levados a lugares desconhecidos, o que deixava as famílias e amigos para sempre na incerteza.²²

O processo de desaparecimento se iniciava quando os presos dos centros perdiam os seus nomes e recebiam no lugar um número para não deixar pistas de suas identidades. No final, quando assassinados, seus corpos eram identificados como “NN” (abreviação da expressão em latim *nomen nescio*, significando “pessoa sem nome”). Na condição de “desaparecidos”, cuja biografia fora anulada pelo Estado, eram lançados no vazio em uma situação imprecisa de não estarem comprovadamente nem vivos, nem mortos.²³ O destino do desaparecido, explica Calveiro, funcionava assim: diversas pessoas que trabalhavam nos campos de concentração estavam envolvidas nas operações de desaparecimento para diminuir a responsabilidade individual sobre esses crimes. Muitas vezes, as vítimas eram imobilizadas e levadas para locais distantes dos centros clandestinos para serem fuziladas. Para desaparecer, os “pacotes” – os corpos anônimos – eram enterrados clandestinamente em cemitérios, incinerados, ou jogados nas ruas para simular algum tipo de confronto. Em outras circunstâncias, ainda vivas, as vítimas eram sedadas e jogadas ao mar nos chamados “voos da morte”.²⁴

Em centros de detenção e tortura como a ESMA, os presos foram submetidos a um regime de trabalho escravo a mando dos militares, realizando tarefas manuais, confeccionando documentos falsos ou saindo obrigados em rondas com os torturadores para identificar militantes a serem sequestrados. Houve roubo e apropriação de bebês nascidos nos centros e mantidos em cativeiro, com pais sendo torturados na frente de seus filhos. Separados das mães, os recém-nascidos foram apropriados secretamente por militares ou adotados por famílias colaboradoras do regime, totalizando um número oficial de 500 crianças desaparecidas. Mais tarde, com as investigações levadas a cabo até hoje pelo trabalho de movimentos de direitos humanos, tendo as *madres* e *abuelas* da Praça de Maio como grandes promotoras, parte dos filhos(as) e netos(as) foram encontrados(as) e recuperaram suas verdadeiras identidades. Como é sabido, ao final do terrorismo de Estado argentino, em 10 de dezembro de 1983, foram contabilizados 30.000 detidos-desaparecidos.

Como afirma Calveiro, o poder quer excluir o que diverge do modelo de sua ordem, então ele reprime, castiga e mata, “ele se revela tanto no que exhibe quanto no que oculta”.²⁵ A política de desaparecimentos, posta em prática desde a ditadura de Onganía, foi oficializada em 1976 como o grande modelo repressivo, somado aos centros de extermínio, e exercido impetuosamente pelos militares. Os campos de concentração na Argentina, diz Calveiro, produziram um “segredo altissonante que todos temem, muitos desconhecem e alguns negam”.²⁶ A impotência social diante desse poder secreto considerado onipotente “cumpr[e] um papel fundamental para sua aceitação total”.²⁷ São constatações importantes. Mesmo os campos de concentração e o ocultamento de cadáveres sendo mantidos em segredo, o poder desaparecedor só funcionou porque ele foi um segredo ensurdecador, um “segredo com publicidade incluída”.²⁸ Ruídos de terror – como o som das sirenes escutado por Artur Barrio no Ribeirão Arrudas,

onde as trouxas ensanguentadas foram deixadas, fazem parte da intensidade do segredo público vivido na ditadura. Nessa ambiguidade entre o que se aceita e o que se recusa do poder, entre o que se oculta e o que se expõe como advertência, Ferrari realiza sobre o material jornalístico que compõe *Nosotros no sabíamos* a ação de ler e reunir informações que apontavam para uma violência que era publicamente conhecida, mas que parte da sociedade argentina preferia não comentar. Ferrari toca exatamente nessa ferida que não consegue ser fechada.

O que se aceita, o que se esquece

Além de todo o seu trabalho anterior com jornais, uma provável influência para que Ferrari comesse a reunir as primeiras notícias divulgadas após março de 1976 teria vindo de sua colaboração ativa com uma agência de notícias. O órgão em questão era a Agencia de Noticias Clandestina (ANCLA), criada alguns meses após o golpe, em junho de 1976, pelo escritor e militante Roberto Walsh e vinculada à organização guerrilheira Montoneros.²⁹ A ANCLA era uma ferramenta de contrainformação que começou a publicar relatórios sobre os assassinatos de militantes e vítimas comuns; seus *cables* (transmissões) enviavam informações confiáveis aos meios de comunicação nacionais e estrangeiros. Esses relatórios eram distribuídos de mão em mão e foram os primeiros documentos públicos em que se atribuiu às Forças Armadas e ao Estado argentino às práticas sistemáticas de tortura e desaparecimentos. Walsh dizia que a ditadura era o “terror baseado na falta de comunicação”³⁰. Contando com uma rede de apoio de fontes diversas, a ANCLA pôde denunciar o destino de desaparecidos e publicar detalhes sobre o aparato repressor invisível montado pelo terrorismo de Estado, que incluía os campos de concentração e os voos da morte.³¹

Em 24 de março de 1977, exatamente um ano após o golpe de Estado, Walsh escreveu uma “Carta aberta à Junta Militar”, na qual confronta os discursos oficiais de um governo que omite os crimes que praticou, seja exterminando a guerrilha, negando pedidos de *habeas corpus* de familiares, executando prisões ilegais e descumprindo as solicitações de divulgação dos nomes de pessoas detidas. Na carta, Walsh fala do aparecimento de cadáveres em lugares públicos e do “segredo militar dos procedimentos”, que “invocado como necessidade de investigação, converte a maioria das detenções em sequestros, permitindo a tortura sem limites e o fuzilamento sem julgamento”.³² No dia seguinte à publicação da carta, Walsh foi assassinado por um grupo de tarefas da Marinha ligado à ESMA.³³

Parte dos fatos que estruturaram as denúncias da carta de Walsh, descrevendo um ano de atrocidades, estava nas notícias arquivadas por Ferrari logo em 1976. Ler e identificar nos jornais o que a ditadura não mostrava ou deixava passar era uma luta diária. As informações publicadas nos jornais sobre a violência pareciam encontrar-se em uma nuvem de silêncio que Walsh corajosamente atravessou, e que às vezes surgia minimizada em seu tamanho e disposição ao lado do excesso de outros conteúdos. Tal como observado pela especialista em literatura Aleida Assmann, o sistema das mídias de massa e o sistema do Estado totalitário funcionam de modo semelhante: “eles ameaçam a memória, ora pela limitação rígida das informações, ora por oferecê-las em uma enxurrada excessiva”.³⁴ Característico dos modelos ditatoriais, o terrorismo de Estado não estava disposto a explicar nada. Para conservar a ordem e uma tranquilidade medíocre e mentirosa, remodelar a sociedade à sua maneira e restabelecer uma atmosfera de normalidade, era preciso filtrar as informações dos jornais e dos meios de comunicação em geral, censurando e autocensurando seus mecanismos para provocar um

efeito paralisante. Se de um lado retinha certas notícias, de outro as deixava passar. O que passava e vinha a público carregava a função de alimentar o terror e a ameaça. Assim é que se opera a normalidade. Ela mantém uma sociedade confusa e indiferente, e ao mesmo tempo a faz acreditar que o fato mais arbitrário e opressor deve ser considerado apenas como um excedente de violência praticada para preservar sua segurança. O conhecimento público que se tinha da máquina repressora era disseminado por versões inconclusas, declarações mediadas, histórias que não se encaixavam, teorias conspiratórias e o rumor como ameaça de retaliação, espalhado a partir do centro do poder ditatorial. Uma confusão, segundo Novaro e Palermo, “que teve que ser interpretada por cada pessoa para definir sua própria situação e o que fazer”.³⁵ Para livrar-se do medo de transformar-se em vítima da repressão, era preciso construir uma interpretação individual dos fatos, “‘decidir’ ver ou não ver, saber ou não saber, entender ou não entender”.³⁶ Atento a esses dilemas, Ferrari escolheu outro caminho: saber o que não se deve saber.

No início de maio de 1976, um mês e meio depois de decretado o terrorismo de Estado, Ferrari começou a recortar notícias publicadas em jornais argentinos de grande circulação – *Buenos Aires Herald*, *Clarín*, *La Nación*, *La Opinión*, *La Prensa*, entre outros. Esse processo seguiu até cerca de outubro do mesmo ano, antes de Ferrari e sua família partirem para o exílio no Brasil no mês seguinte. Em ordem mais ou menos cronológica, Ferrari colava as notícias em folhas de papel, incluía ao lado dos recortes as datas em que foram publicadas e também uma indicação do jornal de onde as tirara. No texto que introduz a série de 83 páginas de *Nosotros no sabíamos*, escrito posteriormente, Ferrari afirma ter produzido uma “recopilação incompleta” de algumas notícias sobre a repressão nos primeiros meses de ditadura do governo Videla (Texto 2.1 e Figura 2.9). Em diversas folhas dessa recopilação, há notícias sobre os casos de sequestros e assassinatos de clérigos e advogados

oposicionistas, a situação de exilados e o desaparecimento de autoridades como o ex-Presidente da Bolívia, General Juan José Torres, morto em 1976 por esquadrões da morte ligados à Operação Condor e com o consentimento do ditador boliviano Hugo Banzer (Figura 2.14); e os parlamentares uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz (Figura 2.15). Ambos foram assassinados em 1976 por grupos paramilitares em uma operação secreta que sequestrou três crianças, mais tarde encontradas. As crianças eram filhas de uma mulher encontrada morta com os parlamentares, e que o jornal *La Opinión* afirmava ter sido casada com um “terrorista” (Figura 2.16).

Esses crimes políticos estão documentados em *Nosotros no sabíamos*, das primeiras notícias sobre o encontro dos corpos das vítimas assassinadas aos discursos oficiais que vieram em seguida, e que evidentemente não falavam em assassinatos executados pelos esquadrões da morte ligados à Operação Condor, mas em “repúdio à violência”, em crimes que “desprestigiam a nação”, em “plano conspiratório”. É a articulação do “poder concentrado do segredo” – analisado por Elias Canetti, característico das ditaduras, que opera por meio da informação resguardada, limitada a poucos mas que pode afetar a muitos³⁷ – que Ferrari consegue mostrar como indício nessas declarações.

Que segredos públicos as notícias de *Nosotros no sabíamos* recupera acerca dos corpos sem nome, dos desaparecimentos e dos pedidos de *habeas corpus* por familiares das vítimas? Em todo o conjunto do trabalho, observamos algo essencial indicado por Ferrari: algumas dessas notícias são as que conseguiram passar pelo crivo da censura militar, ou foram autorizadas a passar como mensagens de terror. Logo na primeira página de *Nosotros no sabíamos* (Figura 2.10), as notícias informam a aparição de corpos arrasados. “Enigmáticos crimes descobertos no Uruguai”, indica o título da matéria publicada em 3 de maio de 1976 pelo *La Prensa*. O jornal alega ser o sexto

cadáver atado e mutilado de uma pessoa de origem asiática localizado na costa uruguaia, e que o crime teria sido uma “execução em massa dos oficiais de um navio, realizada por tripulantes amotinados”. Em um outro recorte colado na mesma página, uma nota publicada alguns dias depois pelo jornal *La Opinión* retoma o “caso dos asiáticos”, agora ressurgido na história do corpo de uma mulher encontrado no Rio da Prata, próximo a Montevideu, com as mesmas características. Justapostas, as notícias repetem uma situação: corpos atados e mutilados, encontrados sem identificação. Os corpos sem nomes, NN, descobertos em lugares públicos, geram novamente arritmia e desordem. São um sinal de que o avanço da máquina de tortura e desaparecimento não cessou de operar na América Latina.

Ao falar desses mesmos massacres em 1982, o poeta argentino Néstor Perlongher também recorreu à repetição. Enumerando os lugares onde os corpos eram encontrados, assinala a presença de cadáveres entre nós: “Sob as matas/Pelos pastos/Sob as pontes/Nos canais/Há Cadáveres. No trilho de um trem que nunca se detém/ Na esteira de um barco que naufraga/Num marulho, que se apaga nos molhes, estações, nos trampolins e cais/Há Cadáveres”.³⁸ O que deixa ainda mais carregada a tensa recopilação feita por Ferrari é precisamente a reiteração dos fatos, das palavras e das imagens dessa violência. As notícias e as páginas de *Nosotros no sabíamos* apoiam-se pesadamente umas nas outras. Nos recortes das folhas seguintes, “cadáveres” se repetem. “Aparecem cadáveres”, “Identificados os cadáveres jogados na enseada”, “Outros cadáveres foram encontrados”, “Encontrados cinco cadáveres” (Figura 2.11), “Apareceram esta manhã numerosos cadáveres”, “Oito cadáveres em San Telmo” (Figura 2.12). Fazemos leitura dessas notícias como uma litania agonizante. Pilhas de cadáveres, incontáveis corpos. “Um morto é uma tristeza, um milhão de mortos é uma informação”,³⁹ já dizia Tzvetan Todorov. Uma repetição que causa mal-estar, remete à rotina das estruturas

impostas, quase infinitas, tal como a tortura que não cessa. Os movimentos de direitos humanos também usam a litania dos nomes dos desaparecidos durante os protestos: para invocar sua presença, para que não sejam esquecidos, entoa-se a repetição de vozes cadenciadas.⁴⁰ É a repetição que, severamente, nos faz lembrar.

Ao mesmo tempo, os textos dessas notícias expressam pouco ou nenhum respeito à vida humana. A não ser pelas descrições físicas dos cadáveres encontrados em praias, semienterrados, em estradas ou no centro da cidade, temos poucas informações de quem são essas pessoas sem identificação e que os jornais dizem irreconhecíveis dado o grau de violência sofrido pelos corpos. A probabilidade que essas vítimas tenham sido assassinadas a tiros por esquadrões da morte, sequestradas e torturadas nos centros clandestinos e jogadas nas ruas para sugerir algum tipo de delito (um assalto, uma briga etc.), ou, ainda, lançadas nas águas por aviões, para que depois reaparecessem nas costas marítimas, é muito grande. Essa violência que anula a existência das pessoas, fazendo-as morrer ou sumir porque “algo fizeram”, ultrapassa os limites da dignidade humana. Em uma notícia que Ferrari incluiu *em Nosotros no sabíamos*, publicada pelo jornal *Clarín* em 21 de agosto de 1976 (Figura 2.13), informa-se o aparecimento de “30 cadáveres dinamitados” na cidade argentina de Pilar. A declaração oficial do governo é de “repúdio ao assassinato” e atribui as mortes à ação de “grupos irracionais que, com fatos desta natureza, pretendem perturbar a paz interior e a tranquilidade do povo argentino, assim como também criar uma imagem negativa do país no exterior”. Como sempre, as declarações são frias e evasivas. O culpado por esses crimes é o próprio governo militar que destruiu milhares corpos para afirmar sua política de terrorismo.

O que é catastrófico nesse sistema é que se alastra rigorosamente nas sociedades globais repetindo-se através da diferença. A tortura e o desaparecimento de pessoas

não são, como mostrarei no terceiro capítulo deste livro, modalidades que se encerraram paralelamente ao final das ditaduras latino-americanas. Essas práticas *continuaram e ainda são* executadas nas sociedades “democráticas”, como nas periferias das grandes cidades, onde operações policiais realizam detenções e extermínios arbitrários dia após dia, criando uma série de desaparecimentos nunca esclarecidos; em sequestros de ativistas; enterros de “indigentes” em valas comuns; guerras civis e outros conflitos geopolíticos. Para que se tenha uma ideia do alcance dessa violência, depois dos atentados de 11 de Setembro, a CIA e o governo de George W. Bush aplicaram clandestinamente a prática sistemática de prisões arbitrárias contra indivíduos tidos como integrantes de “organizações terroristas”.⁴¹ “Voos de tortura” levando cidadãos sequestrados faziam escalas em rotas comerciais de aeroportos – de modo a ocultar e normalizar o segredo do poder desaparecedor dentro das burocracias do Estado –, aterrissando em seguida em prisões secretas espalhadas pelo mundo, onde as vítimas eram torturadas física e psicologicamente por meses.⁴² Quem teve conhecimento desses casos ou sabe que pessoas desapareceram?⁴³ Nos governos de Barack Obama, o massacre patrocinado pela administração norte-americana não diminuiu, mas acentuou a chamada “guerra de baixa intensidade”.⁴⁴ Saem os soldados, entram em cena os *drones*, operados à distância e colocando em seus alvos a vida de milhares de pessoas.⁴⁵

Os corpos que não foram registrados nas versões oficiais das guerras, bem como aqueles massacrados nas ditaduras e ocultados pelos militares durante a guerra suja do terrorismo de Estado, são os que o artista Allan Sekula identificou como os “corpos jogados no chão”, e que revelam um grande problema de escala da violência. De um lado estão os incontáveis corpos dos civis massacrados, “muitos para olhar, demais para contar – como se a recusa de contar fosse a virtude coroada de uma moralidade mais elevada, de uma repulsa humanista contra a quantificação

da morte”. Do outro estão os corpos dos soldados e militares mortos, “dos vencedores homenageados”, “sujeitos a uma atenção quase microscópica [...]. Corpos inumeráveis do Terceiro Mundo. Corpos precisamente enumerados do Primeiro Mundo”.⁴⁶ Em *Nosotros no sabíamos*, a repetição praticamente interminável das notícias dos cadáveres jogados no chão, segundo Ferrari, era também inserida nos jornais argentinos como advertências de terror autorizadas pelos militares. Porém, é preciso examinar com atenção essa ideia. De fato, aterrorizar as pessoas para silenciá-las era uma prática manipulada pelo governo argentino. Como afirma Ferrari,

se houve entre a assessoria de imprensa do governo e os jornais uma espécie de advertência sobre até onde se poderia publicar e até onde não, os que passavam dos limites eram castigados. Se os diários eram conscientes de que estavam divulgando o terror que o governo queria impor à população, eu não sei. Ainda assim, sua função era informar.⁴⁷

O caso é que a publicação dessas informações como advertência poderia até ser algo *inconsciente* da parte dos jornais, mas essa inconsciência precisa ser entendida dentro do fluxo abissal em que a violência cotidiana é disseminada. Com o terror integrado à vida, parece difícil separá-lo de outros acontecimentos. Tristemente, as histórias sobre os cadáveres encontrados em locais públicos e as notícias imprecisas de desaparecimentos passavam pela população como acontecimentos que se repetiam diariamente, cuja verdade de seus detalhes – o que aconteceu realmente? Quem é a vítima? Quem a matou? Quem são os culpados? – não conseguia ser totalmente acessada.

O processo cuidadoso de Ferrari em ler a divulgação desse terror nas cadeias informativas, em recortar as notícias, em arquivar os materiais, em reler os textos para organizar seus significados como um sistema de relações que se cruzam e se sustentam nas páginas de *Nosotros no sabíamos*, tornou perceptíveis a gravidade que essas histórias adquiriam dentro de um jornal, a amplitude dos fatos noticiados e como esses fatos eram apreendidos pela população. Nesse sentido, o trabalho de Ferrari ganha a dimensão de um mapa redesenhado. O historiador esloveno Igor Zabel refere-se ao jornal como um “mapa do tempo” construtor de um momento histórico:

Para ser capaz de funcionar, eles [os jornais] precisam ter certas estruturas permanentes, e que são as de selecionar e organizar o fluxo interminável de diferentes informações, apresentadas como notícias, e assim continuar a construir o mapa do tempo. Tais estruturas são principalmente formais. Elas não são conteúdos, mas uma forma de organizar tais conteúdos.⁴⁸

A partir do argumento que Zabel desenvolve sobre os mecanismos dos jornais, considero que o artista realiza uma atividade política de reestruturação da informação publicada ao longo de um determinado período. O aspecto dessa nova diagramação das notícias jornalísticas inseridas por Ferrari em uma série de colagens produz um lugar crítico de indicação de novas leituras e significados. Essa não é uma tarefa puramente formal, mas cognitiva e também histórica, dedicada à compreensão do território de violência em que o artista está inserido. Ao realizar esse processo, Ferrari está mapeando o terror que cerca a sua vida, sua família e de toda uma sociedade vulnerável, mostrando em que medida os massacres e os desaparecimentos que as notícias informavam eram sentidos como advertências.

É bom lembrar o básico, mas essencial: que todas as evidências de terror que Ferrari reorganizou em *Nosotros no sabíamos* não vieram de documentos secretos e de acesso limitado, mas de fontes públicas, dispersas no excesso de informação que encobre fatos e opiniões, sendo reprocessadas de modo a condensar histórias que passavam muitas vezes pelo público de maneira despercebida.⁴⁹ Por que isso acontecia? As notícias compiladas pelo artista não são sensacionalistas, tampouco manchetes cobrindo metade de uma página de jornal. Elas não emitem medo através de um sinal de alerta turbulento. Ao contrário, o terror parece estar nos detalhes. Uma boa parte da informação sobre corpos encontrados, sequestros e *habeas corpus* foi publicada em espaços médios ou estreitos, textos inseridos em pequenos quadros nos espaços do jornal, às vezes com alguma foto. Seu ruído é difuso, infiltra-se, *quase* silêncio. Podemos até especular sobre o que possa ter sido publicado ao lado dessas notícias, e às vezes me vejo pensando em matérias banais, sem qualquer importância, ao lado desses vestígios. A grande operação psicológica de medo que a ditadura argentina realizou talvez estivesse aí, como um mistério, sendo infiltrado nas mentes e nos corpos das pessoas como um grito silencioso.

Anos depois, em uma entrevista publicada na revista *Causas y Azares* (1995), Ferrari comentou sobre como as pessoas pareciam ler aquelas notícias.

Com a leitura [dessas notícias], acontece algo parecido com os afrescos de Michelangelo e Giotto. As pessoas olham para esses infernos e dizem ‘que fantástico como eles são pintados’. Olham as imagens mas não refletem sobre o que aparece ali: a tortura, a ameaça de tortura. Pode haver alguma relação com essa cegueira parcial ou seletiva que na Sistina nos fazem ver lindamente o que é horrível.⁵⁰

Algo é visto e selecionado nas imagens dessas notícias. Para uma parcela da população, elas mostram a barbárie sendo ocultada pela ditadura. Para a maioria, elas passam como algo a ser esquecido, ou como já dito antes, alheio a seu interesse. Volto a lembrar de Barrio quando este trabalha com materiais e situações que são tratadas pelo poder institucional da arte ou do Estado como algo que não deve ser visto, e por isso deve ser descartado, levado para longe dos nossos sentidos. Pergunte a si mesmo o que você não quer ver e nem saber dessa realidade? Qual é o limite da indiferença? E se um massacre acontece, quem são os culpados? O que é necessário ocorrer para que alguém sinta-se responsável diante do extermínio de pessoas? É preciso ser vítima para indignar-se, para decidir o que fazer?

Há uma expressão cruel, sussurrada por grande parte da sociedade argentina durante a ditadura de 1976-1983 que, como bem acreditava Ferrari, “não entendia o que os jornais diziam”⁵¹ e pensava que estava longe dos massacres, procurando seguir a estratégia de um silêncio funcional. Uma parcela social que moldou a realidade a seu gosto na esquizofrenia de um mundo tranquilo e seguro, acreditando que tudo o que estava acontecendo não tinha a ver com ela, como se as aberrações do terrorismo de Estado não existissem em sua natureza. A frase *por algo será* (algum motivo deve haver) resolvia o seu impasse (Figura 2.5). A solução foi delimitar o terror e colocar a culpa no “subversivo”. Para parte dessa sociedade, a tortura e o assassinato recaíam sobre a figura do “inimigo”, do guerrilheiro que deveria ser combatido, do militante radical de esquerda, de quem estava contra o poder. Culpou-se a vítima, responsável por algum “delito” que nem mesmo conseguia ser explicado. “Os indivíduos imaginam que a seletividade da repressão estabelece um ‘corte’, e que eles podem ficar fora do círculo de sangue”.⁵² *Não é comigo. Não faço parte disso. O que acontece não me diz respeito.* Para Novaro e Palermo, se uma parcela dessa sociedade consentiu os métodos de repressão, o fez porque o segredo

de seu sistema introduziu o elemento racional de *preferir não saber*: “saber’ podia ser em si mesmo perigoso, ‘ignorar’ era mais seguro”.⁵³ Empresas, elites econômicas e igreja também agiram com cumplicidade à máquina militar na Argentina, e em outras ditaduras na América Latina, porque também estiveram implicadas e *sabiam* dos crimes que foram cometidos pelas juntas. Como observa Pilar Calveiro, optar por não saber levou a sociedade a preservar-se aceitando “a incongruência entre o discurso e a prática política dos militares, entre a vida pública e a privada, entre o que se diz e o que se cala”.⁵⁴ Um distanciamento do medo. Um silêncio que machuca.

Com *Nosotros no sabíamos*, Ferrari desmontou a contradição do “preferir não saber” quando apontou o que se pretendia ignorar mas era publicamente conhecido através de dezenas de pequenas notícias recortadas com informações iniciais de pessoas, advogados e casais sequestrados e desaparecidos. Instituições e empresas anunciavam nos jornais os desaparecimentos de seus membros e funcionários. As notas relatam sequestros ocorridos subitamente à luz do dia, em vias públicas, ou dentro das casas das pessoas, o que acentua a suspeita de que teriam sido capturadas por grupos de tarefas e levadas para os centros de detenção e tortura (Figura 2.17). Às vezes os interrogatórios e as torturas já eram iniciados nas casas das vítimas, antes de serem levadas aos campos de concentração. Ferrari começou a também se dar conta da quantidade enorme de recursos de *habeas corpus* apresentados por advogados e familiares. O *habeas corpus* era um procedimento ilegal na ditadura, perigoso tanto para os detentos quanto para quem o solicitava. A medida era usada seja para que as vítimas detidas pudessem se defender em liberdade, seja para que as famílias fossem informadas sobre a situação dos desaparecidos que estavam sob a tutela do Estado. Apresentados aos tribunais, esses recursos a favor das pessoas sequestradas eram frequentemente negados pelas autoridades

Figura 2.5: Imagem de uma placa sinalizadora instalada pelo coletivo argentino Grupo de Arte Callejero no Parque da Memória, em Buenos Aires. O desenho da placa remete à expressão *por algo será*, usada por parte da sociedade argentina como justificativa da repressão cometida pelo terrorismo de Estado. O texto que acompanha a placa diz: “A ação repressiva foi baseada em operações que se distribuíam visivelmente e, ao mesmo tempo, constituíam-se em acontecimentos secretos os quais, por temor, “ninguém tinha visto nada”, ou justificava-se com a frase “algum motivo deve haver”. Crédito da imagem: fotografia de André Mesquita. Buenos Aires, fevereiro de 2015.



(Figuras 2.18 a 2.20). As notícias sobre essas solicitações começaram a se multiplicar. Nos momentos em que o perigo do desaparecimento chegava ainda mais perto daqueles que consideravam estar a salvo da repressão, a percepção também mudava. Novaro e Palermo citam o seguinte depoimento da mãe de um jovem sequestrado e desaparecido, cuja existência foi negada pelo Estado: “Em casa, tínhamos a impressão de que os fatos que estavam ocorrendo nesse momento não tinham a ver conosco; eu não sentia que tudo isso me dizia respeito diretamente”.⁵⁵ A análise que Calveiro faz sobre a impossibilidade de não saber é certa:

Se havia algo que não tinha como ser alegado naquele momento era o desconhecimento. Os carros sem placas, com sirenes e levando homens que ostentavam armas percorriam todas as cidades; as pessoas desapareciam em procedimentos espetaculares, muitas vezes em locais públicos. Quase todos os sobreviventes relatam que foram sequestrados na presença de testemunhas. Dezenas de cadáveres mutilados de pessoas não identificadas foram jogadas nas ruas e nas praças. Os jornais de grande circulação na Argentina não falavam dos campos de concentração, mas informavam sobre pessoas que desapareciam, cadáveres não identificados, enfrentamentos que deixavam mortos muitos “guerrilheiros” e nenhum militar, corpos destruídos com explosivos, carbonizados, afogados, e muitos tiroteios.⁵⁶

Não havia como dizer que esses acontecimentos não eram conhecidos. Quando as histórias desse genocídio vieram finalmente a público, revelados com a publicação em 1984 do relatório da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), chamado

de *Nunca Más*,⁵⁷ detalhando os abusos de sete anos de ditadura e incluindo testemunhos de sobreviventes sobre como funcionavam os centros de extermínio e todo o aparato militar, aqueles que antes disseram *por algo será* substituíram essa expressão por uma outra, talvez, ainda pior como justificativa: *nosotros no sabíamos* (nós não sabíamos). Eximiram-se, assim, da culpa de preferir não saber e diziam que o que havia ocorrido era “inadmissível”.⁵⁸ É difícil não especular se Ferrari – um artista engajado, que sempre esteve a par dos acontecimentos – já teria renunciado muito antes do relatório publicado em 1984 a existência dessa frase que seria usada como resposta por parte da sociedade argentina e como uma atualização constrangedora de “algum motivo deve haver”.

Para Ferrari, a afirmação “nós não sabíamos” não se sustenta pois, segundo ele, “bem ou mal publicava-se tudo o que os militares estavam fazendo, havia indícios suficientes para que alguém se desse conta de que as coisas estavam muito duras”.⁵⁹ Tomando como título de seu trabalho, Ferrari fez uma potente provocação e iluminou a ontologia do “segredo altissonante” construído pela ditadura militar. Ao organizar as notícias dos corpos encontrados, dos sequestros, desaparecimentos, *habeas corpus* e discursos oficiais que expõem a amplitude desse segredo, Ferrari não destruiu o sigilo e o silêncio dessas casos para encerrá-los definitivamente. Diversamente, tornou evidente a gravidade de toda uma postura social de crueldade e indiferença, bem como o modo como o poder repressor negava a existência dos detidos-desaparecidos ocultando-os na não publicação de informes ou listas sobre as vítimas, ou através do subterfúgio de notícias confusas. Quando esse segredo altissonante foi exposto com maior transparência pelo trabalho de Ferrari e em sua aplicação na frase *nosotros no sabíamos*, aquilo que a sociedade argentina “temia, desconhecia ou negava” foi mostrado de uma forma diferente, escapando do senso argumentativo

comum. Esse modo de exposição do segredo tem a ver com o que diz Walter Benjamin sobre a ideia de verdade, de que ela “não é o desvelamento que aniquila o segredo, mas a revelação que lhe faz justiça”.⁶⁰

Posto à vista, essa verdade só cresceu quando as *madres* começaram a denunciar os desaparecimentos circulando todas as quintas-feiras ao redor do monumento da Praça de Maio em Buenos Aires, em frente à Casa Rosada, sendo reprimidas violentamente pela ordem militar que proibia concentrações de pessoas nas ruas. Foi um momento muito importante, ao qual o trabalho de *Nosotros no sabíamos* alia-se profundamente. As *madres* usam como recurso de visibilidade dos filhos e filhas desaparecidos/as as fotografias de seus rostos, trazidos para o espaço público em cartazes e faixas, resgatando a imagem, a biografia e a identidade daqueles que tiveram suas histórias de vida silenciadas pelo Estado. A frase “aparição com vida” usada pelas *madres* tornou-se um princípio da invocação de uma ausência assinalada simbolicamente em 1983, a partir da *Terceira Marcha da Resistência* organizada por elas e por grupos de direitos humanos, mediante a produção de silhuetas traçadas em papéis em escala natural, criadas coletivamente por manifestantes e familiares de desaparecidos durante oficinas ao ar livre (Figura 2.6). Essas intervenções contribuíram expressivamente para que as *madres* conseguissem fazer suas denúncias internacionalmente conhecidas. A multiplicação potencialmente infinita das silhuetas nos protestos evoca *auraticamente* a ausência dos corpos violentados e torna novamente presentes os trinta mil detidos-desaparecidos.⁶¹

No entanto, conforme Ana Longoni, a esperança secreta das famílias de que seus filhos e filhas estivessem vivos e que pudessem retornar em algum momento, se confrontava com as denúncias e investigações que revelavam a realidade das valas comuns e os testemunhos de sobreviventes dos centros clandestinos



que detalhavam os métodos de extermínio praticados pelos militares. Na esfera privada das famílias, diz Longoni, desconhecendo o destino de seus filhos/filhas, foi muito difícil aceitar o que era muitas vezes negado publicamente: que a maioria de seus desaparecidos tivesse sido sistematicamente assassinada.⁶² O trabalho de Ferrari em *Nosotros no sabíamos* se entremeia a essa incerteza. Lamentavelmente, a história pessoal de Ferrari naquele momento – e também de sua família – passou pela difícil circunstância do desaparecimento.

Exílio, perda, liberdade

“Fico pensando como meu avô atravessou a fronteira com aqueles recortes de jornal debaixo do braço, e depois fez essa publicação que é uma denúncia”, me disse Julieta Zamorano, neta de León. “Imagino a sensação de desespero dele, mas também de bravura, de ir para um país novo”.⁶³ Julieta tinha um ano e meio quando veio morar no Brasil

Figura 2.6: Fotografia de Alfredo Alonso sobre as imagens de um conjunto silhuetas coladas na catedral de Buenos Aires, realizadas durante o primeiro *Siluetazo* ocorrido na *Terceira Marcha da Resistência* no dia 21 de setembro de 1983. Crédito da imagem: Arquivo CeDInCi (Centro de Documentación en Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina).

com seu pai, Marcelo, e sua mãe, Marialí. Em novembro de 1976, León e sua esposa, Alicia, resolveram deixar a Argentina para exilar-se no Brasil. Viajaram acompanhados pela família da filha Marialí e do filho Pablo, que chegou ao País no final de dezembro com a esposa Patrícia e a filha Florencia, recém-nascida. O filho caçula de León, Ariel, escolheu ficar na Argentina, apesar da insistência de sua família para que ele também partisse, temendo por sua segurança. Sua namorada, Liliana Mabel Bietti, decidiu juntar-se aos Ferrari e partir rumo ao Brasil.

Foi um período duro e perigoso. León e Alicia viviam entre uma casa que tinham na cidade de Castelar e um apartamento em Buenos Aires. Certa vez, instalado em Buenos Aires, León soube que alguém teria entrado na casa em Castelar à procura de Ariel, conta Anna, neta de León e filha de Pablo:

[Quando entraram na casa de Castelar], meus avós disseram “basta, não dá mais para ficar aqui”. Eles já não sabiam onde o Ariel estava. Ele mandava cartas em 1976 dizendo que estava tudo bem, que estava tudo muito difícil, mas que ele tinha esperança de que as coisas iam mudar no próximo ano.⁶⁴

Como relatou León em 2004, na madrugada de 12 de novembro de 1976, quatro pessoas armadas vestindo uniformes do exército bateram à porta da casa em Castelar, onde vivia a família de seu irmão, César, e perguntaram por Ariel: “Um dos que integrava o grupo armado acordou meu irmão [César] colocando uma arma em sua cabeça, perguntando por Ariel e advertindo que o matariam se o encontrassem. Ficaram mais um pouco fazendo perguntas sobre o paradeiro de Ariel e depois se foram”.⁶⁵

Conhecido nos círculos militantes como “Felipe”, Ariel Adrián Ferrari (Figura 2.7) era militante *montonero* e participava clandestinamente da luta armada por meio do denominado “Grupo Especial de Combate”. Fotógrafo, trabalhou no jornal *Noticias*, também vinculado à organização Montoneros por onde passou Rodolfo Walsh. Apesar de León (que era peronista) e Ariel militarem de formas diferentes, Anna ressalta que mantinham respeito em suas distintas posições políticas. “Talvez ele [León] não endossasse a luta armada por ser o pai, mas eu imagino que ele deve ter respeitado a posição do filho. Foi isso que ele sempre defendeu na vida: o direito à expressão e à liberdade”. O que León dissera anos atrás sobre a militância de Ariel corrobora o testemunho de sua neta:

Não tenho vergonha alguma de dizer que Ariel era *montonero*. Sempre apoiei sua ideologia, compartilhava de seus princípios, me senti e sinto orgulhoso do meu filho. Se reuniram em minha casa muitas vezes. Minha casa sempre estava cheia de meninos e meninas que lutavam para melhorar ou mudar um sistema que se manifestou impiedoso com os despossuídos. Não vou negar que, algumas vezes, senti medo por ele, por sua integridade física, mas Ariel foi muito firme em suas convicções e jamais renunciou dessa atitude. Ele era um garoto valente.⁶⁶

Pablo e Patrícia participavam de uma organização trotskista e viviam em Tucumán realizando trabalho de militância. Quando veio o golpe em março de 1976, saíram de Tucumán e foram morar em Córdoba. “[Meu pai] foi uma vez a Córdoba. Chegou às sete da manhã, sem avisar, dizendo ‘vocês têm que ir embora daqui, é muito perigoso’. Acho que isso foi em agosto de 1976. Dissemos que íamos ficar ali. No final do ano, soube que a polícia foi

me procurar em Tucumán”, relembra Pablo. Cada vez mais aflitos, os Ferrari deixaram o que tinham na Argentina para escapar da violência do terrorismo de Estado. Vieram para o Brasil, chegando primeiro em São Vicente. Já em 1977, León e Alicia foram morar em São Paulo, em uma casa na Rua Carlos Sampaio. León tornou-se amigo de diversos artistas paulistas – Julio Plaza, Regina Silveira, Hudinilson Júnior, o coletivo 3Nós3, Alex Flemming, Carmela Gross, entre outros, e começou a experimentar outras técnicas de trabalho – heliografia, carimbos, fotocópias, arte postal.⁶⁷ “O trabalho do León foi importante na exploração dessas novas mídias que estavam surgindo naquela época”, alega Mario Ramiro. “Seu trabalho com as *esculturas sonoras*, a performance que ele fazia tocando essas peças nas aberturas das exposições, isso tudo teve uma dimensão que, anos depois, percebemos a importância dessas coisas que ele estava fazendo”.⁶⁸ Mesmo com a repressão ainda em evidência, no período de abertura política do regime militar brasileiro, o País transformou-se em um lugar de liberdade para León. Foi onde ele decidiu que voltaria a produzir a arte que havia deixado de fazer em 1965, criando novas esculturas e desenhos. “Meu avô trabalhava todos os dias. Era muito sistemático, e esse trabalho é também uma consequência desse nível de experiência da perda. Minha avó sempre perguntava ‘você sabe o que é sair da sua casa depois de vinte e tantos anos? Pegar o que você tem, ir embora e não voltar mais?’”, recorda Julieta.

León terminou a edição de *Nosotros no sabíamos* no Brasil. É conhecida também a história de que, antes de sair da Argentina, ele teria enviado parte dos recortes e colagens dos jornais por correio a uma caixa postal no País usando um nome falso.⁶⁹ Depois de todas as páginas finalizadas e reunidas em uma pasta, León editou quatro exemplares e outros três em 1984 em São Paulo. Posteriormente, produziu fotocópias da série cujos exemplares foram distribuídos a amigos, instituições de arte e apresentados a grupos de direitos humanos.⁷⁰ A reprodução praticamente

infinita dessa recopilção deu ao trabalho uma nova dimensão política. A socialização de materiais, tomada por Ferrari como uma estratégia fundamental, possibilitou que o trabalho de *Nosotros no sabíamos* fosse exibido em muitas exposições, reproduzido em páginas de livros ou distribuído de mão em mão pelo artista, reafirmando uma tática de contrainformação que atravessa o *ethos* do faça-você-mesmo. O importante para León, reflete Andrea Wain, “era gerar condições de acesso, para o trabalho multiplicar e chegar a mais pessoas. E claro, não fazia isso com um fim evangelizador! Não interessava a ele que as pessoas se tornassem suas seguidoras. Para ele era uma catarse...” Essa multiplicação permitiu que o trabalho circulasse abertamente em outros meios e alcançasse diferentes espaços, ampliando o seu aspecto de denúncia e, principalmente, produzindo conscientização, ativando a memória sobre os efeitos da violência praticada pelo Estado. Dizer “nunca mais” para que esses crimes não se repitam é um processo que implica em conhecer os testemunhos e as consequências da experiência cruel e desumana dos campos de concentração, e dar-se conta do que é a eterna incerteza vivida por aqueles que tiveram seus familiares desaparecidos. O trabalho de Ferrari em *Nosotros no sabíamos* oferece essa contribuição fundamental para a produção de uma visibilidade e conscientização da importância das lutas contra a repressão e pelos direitos humanos.

Menos como obra de arte e talvez mais como uma ação de um artista contra o silêncio funcional vindo de parte de uma sociedade incapaz de falar sobre a barbárie que atravessava, o processo de *Nosotros no sabíamos* se acerca da árdua experiência pessoal de Ferrari com a questão do desaparecimento. Em fevereiro de 1977, ele deixou de receber as cartas enviadas por Ariel. Pressentindo o pior, solicitou ajuda do Consulado Argentino e Italiano em São Paulo e de organismos internacionais de direitos humanos no Brasil e no exterior. Para buscar notícias de Ariel,

Liliana voltou à Argentina em março de 1977. Os primeiros relatos sobre o que teria acontecido com Ariel, de acordo com Pablo, só chegaram no ano seguinte, como detalha em seu depoimento:

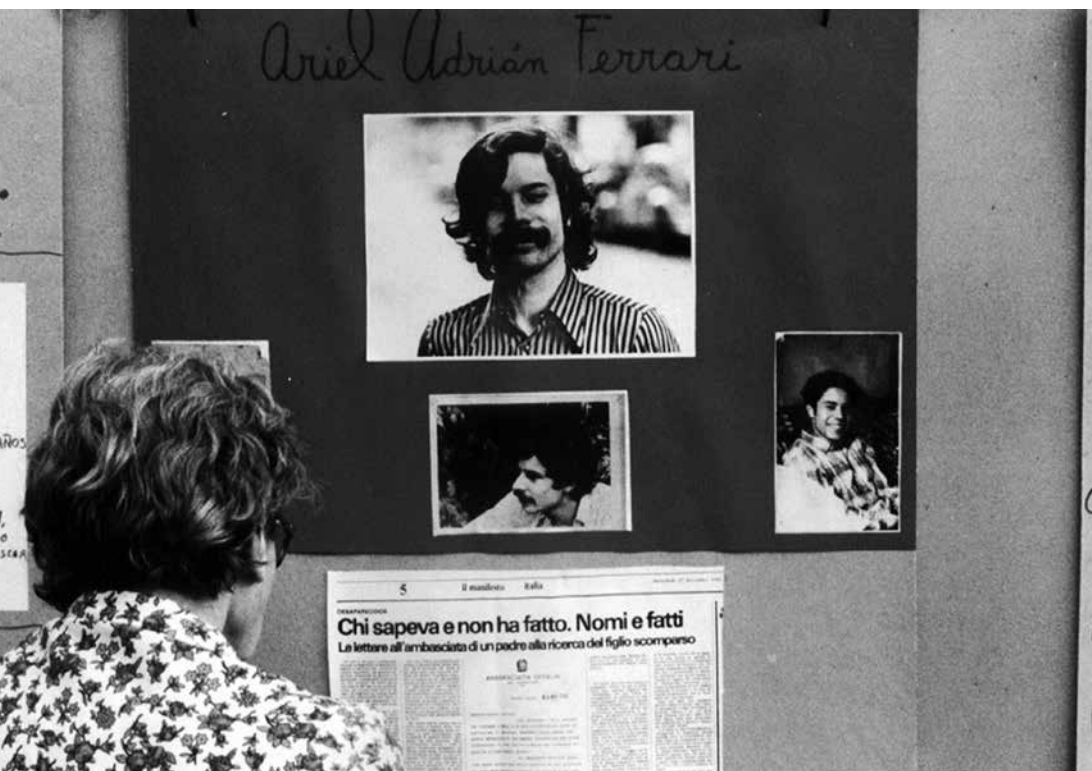
A partir de fevereiro de 1977, pararam de chegar as cartas e a última notícia que a gente teve foi só entre junho e julho de 1978. A notícia de que ele [Ariel] teria sido morto em combate, em 26 de fevereiro de 1977. Em 1981, fui para a Espanha e falei com três ou quatro sobreviventes da ESMA. Uma delas, Graciela Daleo, era amiga do meu irmão e me contou algumas coisas dos últimos dias dele. Disse que foram um dia à praia e que depois estavam planejando ir a um jogo de futebol entre Argentina e Hungria que seria em um domingo, mas ele não apareceu no encontro que tinham marcado. Ela suspeitou do pior e depois não soube de mais nada. Um pouco depois, Graciela foi presa e foi para a ESMA. Então foi aí que ela soube que Ariel havia tido um enfrentamento com [Alfredo] Astiz e que ele tinha morrido antes de chegar à ESMA.⁷¹

O assassino de Ariel, Astiz, era conhecido pelo apelido de “anjo da morte”. Tenente de fragata, participou do “Grupo de Tarefas 3.3.2”. Formado por oficiais e suboficiais da Marinha dentro da ESMA, tinha seus métodos de perseguição, sequestro, tortura e assassinato consentidos pelo governo militar. Com Astiz, este grupo estaria implicado nos desaparecimentos de Ariel e Rodolfo Walsh. Um dos métodos mais perversos efetuados pelo Grupo de Tarefas 3.3.2 consistia em missões de infiltração em movimentos de esquerda e organismos de direitos humanos, pois seus integrantes consideravam que “por trás de todos os grupos de denúncia estava o inimigo subversivo”, referindo-se a uma possível influência

dos Montoneros sobre os familiares que buscavam os desaparecidos.⁷² O advogado e escritor Ulises Gorini observa que Astiz infiltrou-se na Associação das *madres* da Praça de Maio participando de marchas e atos públicos usando a identidade falsa de “Gustavo Niño” e apresentando-se como irmão de um desaparecido verdadeiro com o mesmo sobrenome. Pretendia, assim, aproximar-se e ganhar a confiança das *madres* e detectar as identidades de militantes e líderes.⁷³ Em dezembro de 1977, um grupo de *madres* reuniu-se na Igreja de Santa Cruz em Buenos Aires e recebeu a ajuda de freiras francesas para buscar meios de obter informações dos filhos/as desaparecidos/as. Com o Grupo de Tarefas 3.3.2, Astiz organizou o sequestro, a tortura e o desaparecimento de doze integrantes do grupo das *madres* (dentre elas as fundadoras Azucena Villaflor, Esther Ballestrino de Careaga e María Ponce de Bianco). As freiras francesas Alice Domon e Léonie Duquet foram sedadas e jogadas ao mar ainda vivas em um voo da morte. Os corpos das outras vítimas foram enterrados como NN em um cemitério. Em 2011, Astiz foi condenado à prisão perpétua na Argentina.

Ariel tinha 25 anos quando desapareceu em fevereiro. Liliana teve o mesmo destino meses depois, em 16 de junho de 1977, durante um almoço na casa de seu ex-marido, Osvaldo Victor Mantello, e de sua esposa, María Susana Reyes. Os três foram sequestrados por um grupo de tarefas e levados para um temido campo de concentração conhecido pelo nome de “El Vesúbio”. Liliana e Osvaldo nunca mais apareceram. Susana estava grávida e conseguiu sair. Liliana tinha 24 anos. Os corpos de Ariel e Liliana nunca foram vistos, e seus familiares não receberam qualquer informação do governo sobre suas localizações. Os dois seguem desaparecidos.

Em 1982, León retornou a Buenos Aires pela primeira vez desde 1976, e apresentou um recurso de *habeas corpus* a favor de Ariel com a ajuda de advogados. Por também ter cidadania italiana, conseguiu realizar uma denúncia



junto ao Consulado Italiano em Buenos Aires, exigindo a publicação das listas com os nomes de centenas de cidadãos italianos desaparecidos na Argentina e que o próprio consulado se negava a divulgar. Nesse mesmo ano, o jornal *il Manifesto* publicou uma carta de Ferrari sobre os desaparecimentos de Ariel e Liliana, referindo-se também aos casos de muitos outros jovens. Ferrari denunciou a cumplicidade da Embaixada Italiana nos crimes cometidos pelas Forças Armadas argentinas, tendo ocultado sequestros e detenções, negando respostas às famílias e recusando-se a tornar públicas as listas com os nomes dos desaparecidos. Com o texto do artista, o jornal publicou as respostas da embaixada dizendo que não tinha nenhuma informação sobre esses casos. O título da carta em italiano é uma provocação que remete à política de “preferir não saber” da sociedade, denunciando o que se sabe e o que se oculta pelo poder: “Chi sapeva e non ha fatto. Nomi e fatti”, ou, “Quem sabia não fez nada. Nomes e fatos” (Figura 2.8).

Figura 2.7: Fotografias de Ariel Ferrari, junto de notícias e documentos sobre o seu desaparecimento, mostrados durante a *Marcha da Resistência* em Buenos Aires, 1999. Crédito da imagem: cortesia da Fundación Augusto y León Ferrari. Arte y Acervo.

Ferrari conseguiu pouquíssimas respostas das embaixadas e órgãos do Estado. Contudo, ele nunca desistiu de fazer de seu trabalho uma forma de luta a favor dos direitos humanos e da verdade até o final de sua vida. As experiências de exílio forçado e perda pelas quais passaram Ferrari e sua família, tal como milhares de pais, mães e avós que perderam e ainda perdem seus filhos, filhas, netos e netas desaparecidos/as, são marcadas pelo trauma que se configura como um evento de dano, o limite de uma “experiência assimilável” vivida no corpo,⁷⁴ “uma experiência que não está acessível à consciência e se firma nas sombras dessa consciência como presença latente”⁷⁵, diz Aleida Assmann. Todavia, esse evento traumático é também um lugar de fortalecimento e transformação social. À luz dessas experiências, é preciso pensar que o espaço da morte torna possível a criação de significados sobre esses acontecimentos e a formação de uma consciência social e política.⁷⁶ Nas exposições onde vi a recopilação de *Nosotros no sabíamos* em exibição, observei pessoas olhando durante minutos e até horas as notícias de jornal recortadas e coladas nas páginas.⁷⁷ Era muito comum ver os visitantes recordando-se dos casos de crimes políticos e dos desaparecimentos informados naquelas notícias. No depoimento de Andrea Wain, ela me disse ter lido as mensagens deixadas nos livros de sala durante a retrospectiva de Ferrari no Centro Cultural Recoleta, em 2004. Houve, segundo ela, quem escrevesse a Ferrari mensagens como “obrigado por lembrar”, “por colocar em evidência”, ou “tenho um primo desaparecido e a família nunca falou sobre o assunto, e aqui tenho a possibilidade de reencontrar documentos que falam sobre isso”.

Comenta Andrea:

A realidade é que estamos em uma cultura em que não se joga luz nas coisas obscuras, a respeito inclusive do segredo familiar em sete anos de ditadura argentina. As

Figura 2.8: León Ferrari. “Chi sapeva e non ha fatto. Nomi e fatti”. Publicado no jornal italiano *il Manifesto* em 17 de novembro de 1982. Fonte: Cortesia do jornal *il Manifesto*.

Chi sapeva e non ha fatto. Nomi e fatti

Le lettere all'ambasciata di un padre alla ricerca del figlio scomparso

10) Music and lights - Imagin

Secondo appuntamento sabato alle 15 al teatro Araldo con Uchard, cartellone per ragazzi alle-

Al teatro San Carlo sabato 20 (ore 21) per il quinto premio in-

10) Music and lights - Imagin

2.8

pessoas não falam, as pessoas têm problemas para falar sobre o desaparecido em sua família. As obscuridades são deixadas, mas isso funciona como o inconsciente. Se você tapa, isso volta de alguma maneira nos lapsos, nos sonhos, nos chistes. Isso tudo tem a ver com o silêncio. *Nosotros no sabíamos* é uma fonte que está a todo tempo presente, porque na semana passada ouvimos a notícia de que mais um neto desaparecido foi recuperado, ou de que há um novo julgamento de um torturador.

O que esses depoimentos mostram é que devemos falar sobre essas coisas para não esquecermos, lembrar dos desaparecidos, ajudar a denunciar os crimes de Estado. A tradução dos traumas e das ausências provocadas pela violência do terrorismo institucionalizado e burocratizado, por meio de imagens e ações, obteve um considerado avanço a partir da metade da década de 1990 na Argentina, em um momento econômico marcado pela ampliação das políticas neoliberais no país, bem como pela “consolidação da impunidade, graças às chamadas Leis de Perdão e indultos, obtida pelos militares responsáveis pelo genocídio de seus opositores políticos durante a ditadura”.⁷⁸ Uma nova geração de coletivos de ativismo artístico (como Grupo de Arte Callejero e Etcétera), e de movimentos de direitos humanos, sendo esse o caso do HIJOS (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) – formado por filhos de detidos-desaparecidos durante 1976 e 1983 –, começaram a realizar *escraches* em frente às casas onde moravam os torturadores do regime militar, denunciando à comunidade a existência de um genocida vivendo em seu bairro. Essas ações evidenciaram publicamente a impunidade dos repressores, gerando “condenação social diante da ausência de qualquer indício de condenação legal”.⁷⁹ O *escrache* é uma prática de memória e ação de direta que propõe revelar o que está em segredo, para que a sociedade também evite dizer que “não sabe” ou que é “preferível não saber” sobre esses

crimes. Nessa dinâmica, as notícias que estão em *Nosotros no sabíamos* retornam em testemunhos divulgados sobre os casos de torturas, massacres e desaparecimentos, por meio dos trabalhos das comissões da verdade, da investigação militante, dos julgamentos legais dos genocidas e das lutas dos grupos de direitos humanos, fazendo com que o nosso presente adquira novos significados. E ele pode adquiri-los.

Nós não sabíamos

Esta é uma recopilação incompleta de algumas notícias que os jornais de 1976 publicaram sobre o primeiro período de repressão deflagrada pelo governo de Videla. São as notícias que conseguiram passar pelo filtro da censura, ou que foram deixadas passar como mensageiras do terror. Embora estejam longe de abarcar todos os crimes cometidos pelas nossas FFAA, dão uma ideia do clima que a população vivia e do grau de conhecimento que tinham aqueles que os justificavam com um “algum motivo deve haver”, novo código penal dos repressores e de sua freguesia, expressão que após os julgamentos foi substituída por “nós não sabíamos”.

Faltam aqui, mas serão acrescentadas, as informações que documentam a cumplicidade de boa parte da Igreja, cumplicidade que continuou quando esta pediu o indulto dos condenados e que voltou a ser manifesto quando o Núncio Calabresi os convidou, liberados mas não inocentados, a brindar com o Cardeal Quarracino pelos treze anos do papado de João Paulo II, em outubro de 1991.

Deste material, recopilado em 1976, quatro exemplares foram editados então no Brasil, três em 1984 também em São Paulo, Brasil, e outros quatro em motivo da mostra “500 anos de repressão”, realizada no Centro Recoleta em agosto de 1992.

León Ferrari
Buenos Aires, 1992

Jornais: BHA Buenos Aires Herald
 C Clarín
 Crônica
 N La Nación
 Le Monde
 O La Opinión
 P La Prensa
 R La Razón
 La Voz del Interior

Nota: A partir de 1992, a medida em que foram solicitados, fotocopiaram-se cerca de 20 exemplares por ano.

Texto 2.1: León Ferrari. *Nosotros no sabíamos*.

Cortesia de Fundación Augusto y León Ferrari. Arte y Acervo.

Tradução: Julia Ruiz Di Giovanni.

Figuras 2.9 a 2.20:

León Ferrari. *Nosotros no sabíamos*. Buenos Aires-São Paulo, 1976 e 1977. Colagens de notícias sobre papel, 33 x 21 cm. Seleção de 12 páginas das 83 que compõem o trabalho. Crédito das imagens: cortesia da Fundación Augusto y León Ferrari. Arte y Acervo.

NOSOTROS NO SABIAMOS

Esta es una recopilación incompleta de algunas de las noticias que los periódicos de 1976 publicaron sobre la primera época de la represión desatada por la junta de Videla. Son las noticias que lograron pasar el tamiz de la censura, o que se dejaron pasar como mensajeras del terror. Si bien están lejos de abarcar todos los crímenes cometidos por nuestras FFAA, dan una idea del clima que vivía la población y del grado de conocimiento que tenían quienes los justificaban con un "por algo será", nuevo Código Penal de los represores y de su feligresía, expresión que luego de los juicios reemplazaron por "nosotros no sabíamos".

Faltan aquí, pero se agregarán, las informaciones que documentan la complicidad de buena parte de la Iglesia, complicidad que continuó cuando pedía el indulto de los condenados y que se volvió a manifestar cuando los invitó, indultados pero no absueltos, el Nuncio Calabresi a brindar con el Cardenal Quarracino por los trece años del papado de Juan Pablo II, en octubre de 1991.

De este material, que se recopiló en 1976, se editaron cuatro ejemplares en aquel entonces en Brasil, tres en 1984 también en San Pablo, Brasil, y otros cuatro con motivo de la muestra "500 Años de Represión", realizada en el Centro Recoleta en agosto de 1992.

León Ferrari
Buenos Aires, 1992

Periódicos:	BHA	Buenos Aires Herald
	C	Clarín
	Crónica	
	N	La Nación
	Le Monde	
	O	La Opinión
	P	La Prensa
	R	La Razón
		La Voz del Interior

Nota: A partir de 1992, a medida que fueron solicitados, se fotocopiaron unos 20 ejemplares por año.

Enigmáticos crímenes descubren en Uruguay

Montevideo, 2 (UP) — La aparición de un sexto cadáver mutilado de una persona de origen asiático, en las costas del Atlántico frente al departamento de Rocha, 300 kilómetros al este de Montevideo, plantea a las autoridades un enigma difícil de descifrar por sus características poco comunes.

El cuerpo de la víctima, un asiático, como los anteriores, —cuatro hombres y una mujer— encontrado el 22 de abril, presenta huellas de brutal violencia y apareció semienterrado en la arena junto a la costa.

Fue encontrado ayer por un grupo de pescadores aficionados que de inmediato comunicaron la novedad a la policía marítima. Estaba totalmente desnudo, tenía la cabeza deformada y las manos atadas debajo del torso, dijo un cronista de un diario local, uno de los protagonistas del hallazgo.

De acuerdo a lo trascendido, los datos del muerto serán comunicados de inmediato a las autoridades de la Interpol, como se hizo con los anteriores, ante la eventualidad de encontrarse algún indicio que conduzca al esclarecimiento del suceso.

P 3/5/76

Possible motive

Entre las hipótesis que se barajaron desde un principio no se descartó la posibilidad, siempre a nivel extraordinario, de que la matanza pueda ser la ejecución en masa de los oficiales de un navío, consumada por tripulantes amotinados.

La presencia de una mujer a bordo de la presunta embarcación, corroboraría esta creencia, pues el cadáver femenino encontrado tenía las uñas, incluso la de los pies cuidadosamente arregladas y pintadas, lo que sería extraño si cumpliera tareas en un buque pesquero.

Despachos de prensa señalan hoy, atribuyendo la información a un "autorizado vocero policial", que el cuerpo de la víctima encontrado constituye un eslabón más en esta cadena de crímenes.

Mientras tanto, el matutino "El País" dice hoy que parece descartarse la teoría manejada en algunos medios según la cual los muertos serían integrantes de "una organización terrorista japonesa".

Se espera, que con la aparición del nuevo cuerpo y los detalles que pueda aportar la Interpol, las autoridades locales puedan trabajar con más elementos para el éxito de la pesquisa, hasta ahora rodeada de dificultades.

Uruguay

Un nuevo cadáver hallado en las costas de Colonia a 190 kilómetros de Montevideo. Se eleva a 11 el número de cuerpos que han aparecido en las costas uruguayas en las últimas semanas. La víctima, de mediana edad, portaba en sus bolsillos 230 pesos ley argentinos, un peine y un cepillo.

0 27/5/76

Frente a Colonia se Hallaron 3 Cadáveres Atados con Alambres

MONTevideo (UP) — Tres

cadáveres, con las manos atadas con alambres y aparentemente mutilados, fueron hallados en las costas del departamento de Colonia, según informaron hoy fuentes de la Prefectura General Naval. Los cuerpos, en avanzado estado de descomposición, estaban desnudos y pertenecían al sexo masculino. Despachos de prensa dijeron hoy que los tres cuerpos presentaban las mismas características de otros 14 cadáveres hallados en marzo y abril pasado en costas uruguayas, es decir atados y la mayoría de ellos desnudos. En aquella oportunidad la policía dijo que no eran uruguayos.

● Tres cadáveres arrojados a balazos fueron hallados ayer por personal de la Prefectura Naval Argentina en distintos lugares de la costa del Río de la Plata. Se suman así a otros doce que, en las mismas condiciones, aparecieron en el río frente a las ciudades uruguayas de Colonia y Montevideo, en los últimos días.

Los cuerpos, pertenecientes a personas cuyas edades oscilaban entre los 30 y 40 años, aparecieron en la Dársena F, en la Costanera Norte y en el paraje denominado Vanguardia Norte. Los restos fueron conducidos a la morgue y el juez que entiende en el caso, doctor Diego Pérez, según la del doctor Guillermo Sobral, solicitó la amplia difusión del hallazgo de los cadáveres a fin de dar con familiares de los muertos.

0 29/5/76

R 6/9/76

Hallan otro cadáver en la costa atlántica uruguaya

El hallazgo del cadáver de una mujer mutilada, fuertemente atada, en aguas del Río de la Plata, frente a Montevideo, reaviva el denominado "caso de los asiáticos" que conmovió recientemente a la ciudadanía uruguaya. Como se sabe, desde abril y con cortos lapsos fueron hallados los cuerpos mutilados de cinco hombres y una mujer, de origen asiático. Interviene Interpol en las pesquisas y habría enviado las fichas dactiloscópicas de las víctimas a su central, en París, para su identificación.

El macabro caso de los seis cadáveres atados y totalmente mutilados, que fueran hallados semanas atrás en la costa atlántica uruguaya, resurgió ayer.

Al ser recogido un séptimo cuerpo de las aguas del Río de la Plata, en la zona conocida por el Banco Inglés, frente a Montevideo.

Se trata del cadáver de una mujer, desprovista de ropas y fue recogido por pescadores. Al igual que en los casos anteriores, presentaba ligaduras en manos y pies y evidentes signos de mutilación en diversas partes del cuerpo.

Como se recordará, desde el pasado 21 de abril —fecha de hallazgo del primer cuerpo— colabora con las autoridades uruguayas la Policía Interna-

cional Interpol, sin que hayan trascendido detalles sobre el curso de la pesquisa. Desde el día citado, con breves intervalos, fueron recogidos sucesivamente los cuerpos mutilados de cinco hombres y una mujer.

Pese al total hermetismo, logró "filtrarse" la versión de que Interpol habría remitido los huellas dactilares de tres de los cadáveres (los restantes estaban semidescompuestos por la acción del tiempo) a su sede central en París.

Se sabe también que en los seis casos anteriores, las víctimas eran de raza asiática, pero no ha sido posible lograr conexión alguna para develar el

impenetrable misterio que rodea al caso.

En los hallazgos anteriores, la muerte databa de por lo menos 20 días, según determinaron los médicos forenses, pero en el encontrado ayer se estimó que el deceso de la víctima se habría producido el último viernes.

No se informó oficialmente sobre la posible identificación de la mutilada, pero trascendió que la Policía Técnica Uruguaya habría logrado indicios ciertos de que se trataría de una mujer residente en Montevideo, que frecuentaba diferentes lugares nocturnos y que —hipotéticamente— podría estar vinculada con una gaviota de narcotraficantes.

● La macabra serie de hallazgos de cadáveres en el río de la Plata, sobre la costa uruguaya, sigue siendo motivo de la atención pública en el vecino país debido a que las víctimas, desnudas y atadas con alambres, presentan en todos los casos signos de torturas y mutilaciones. El último cuerpo, perteneciente a un hombre —según detallaron los procedimientos de Colonia y Montevideo—, apareció flotando en aguas de la primera de esas ciudades y elevó a 16 el número de los cadáveres rescatados del río. Se considera que será muy difícil identificar a esta nueva víctima de la violencia, porque permaneció más de tres meses, de acuerdo con la observación que se hizo, en las aguas. La investigación pertinente se realiza por la Prefectura Naval uruguaya.

0 10/9/76

In Rosario, police sources reported the discovery of the body of David Alonso, 34, one-time advisor at the Metal Workers' Union and the Peronist Trade Union Youth

DAH 23/7/76

0 11/5/76

Aparecen cadáveres

La Policía Federal negó tener conocimiento de la aparición del cadáver de una mujer joven en jurisdicción de El Palomar, el cual, según algunas versiones, podría corresponder a Ana María González, autora del atentado que costara la vida del general Cesario Cardozo.

En tanto, en todo el país siguen realizándose procedimientos para localizar y detener a Ana María González y a sus familiares, que se han dado a la fuga.

Por otra parte, en esferas allegadas a la policía bonaerense, pudo establecerse que los bomberos voluntarios de El Palomar encontraron dos cadáveres, uno de una joven cuya cabeza estaba cubierta con una capucha y otro de una mujer, cuya edad oscilaría entre los 17 y 20 años y que estaba vestida con tapado azul; pollera y pulóver gris y zapatos negros.

Los cuerpos de ambas estaban carbonizados, pero el rostro de una de ellas al parecer no habría sufrido mayores daños. Su cabello era castaño y, según informantes, reunía las características de la joven González, a juzgar por las fotografías aparecidas en los diarios.

Mi los bomberos ni la policía confirmaron una versión que indicaba que junto a los cadáveres había dos cartiles que las identificaban como extremistas y otro que indicaba "yo maté al general Cardozo".

Los cuerpos fueron trasladados a la morgue de Morón.

Otro cinco cuerpos con las manos atadas con alambres, los ojos vendados y acorillados a balazos fueron hallados en las cercanías de Punta Lara.

Fuentes policiales dijeron que tres de los cuerpos fueron identificados como pertenecientes a Luciano Sander, Juan Carlos Arriola y Eduardo José Cardinali, domiciliados en Ensenada y que se desempeñaban como obreros de AFNE.

Hallazgo de cinco cadáveres

No fue posible confirmar en esferas policiales un anuncio de fuentes extraoficiales, según las cuales en la madrugada del sábado fueron hallados, en el camino que une a Villa Elisa con Punta Lara, los cadáveres de cinco hombres que pertenecerían al personal de los astilleros de Río Santiago.

Tres de las víctimas, según las mismas fuentes, habrían sido identificados como Luciano Sander, afincado en Mitre 643; Juan C. Arriola, 25 de Mayo 76; y José E. Cardinali, Libertad 1071, de Ensenada. El asesinato se habría perpetrado en el lugar donde aparecieron los restos, dado que se habría recogido allí muchas cápsulas servidas de grueso calibre.

Posteóres referencias oficiales señalaron que los otros dos cadáveres no identificados en un primer momento corresponderían a Héctor R. García y Diego L. Arias, ambos con domicilio en Berisso y portapapeles como los anteriores al personal de los astilleros de Río Santiago.

N 21/6/76

Identificaron los cadáveres hallados en Ensenada

La Plata (Buenos Aires) — Fueron identificados los cinco cadáveres que como informáramos en nuestra edición anterior, fueron encontrados anteayer en el camino que une la localidad de Villa Elisa y el balneario de Punta Lara, jurisdicción de Ensenada, hallazgo sobre el que si bien nada se informó oficialmente, fue aceptado en las áreas militares con asiento en Río Santiago y en el Regimiento 7 de Infantería, en esta ciudad.

Las víctimas, todos hombres jóvenes, tres de ellos con domicilio en Ensenada y los dos restantes en Berisso, al parecer, en su mayoría empleados u obreros de Astilleros de Río Santiago, fueron identificados como Luciano Roberto Sander, Mitre 643; Juan Carlos Arriola, 40 años, 25 de Mayo 278; José Eduardo Cardinali, 34, Libertad 1071; Diego Leonardo Arias, 29, calle 7, número 1452, y Héctor Orlando García, 29, manzana 7, casilla 202, estos dos últimos de la vecina ciudad de Berisso.

Atentado en Bahía Blanca

La Policía de Buenos Aires informó ayer sobre un atentado terrorista con bombas cometido en Bahía Blanca contra el domicilio del ex diputado peronista Rodolfo Ponce, quien se desempeñó hasta el pronunciamiento militar del 24 de marzo como titular de la Regional bahiense de la Confederación General del Trabajo.

Por otra parte la Policía de Formosa identificó en la víspera los cadáveres hallados en una camioneta incendiada en la zona norte de esa ciudad. Se trata de Gregorio Pérez y Ramón Gómez, quienes aparecieron con las manos maniatadas con alambres. Además, el Comando del Tercer Cuerpo, con sede en Córdoba, informó en la antevíspera sobre el allanamiento efectuado en los Departamentos Godoy Cruz y Las Heras, y de dos personas que fueron heridas al no acatar las órdenes de detención que les impartió un militar que efectuaba un control caminero.

O 5/6/76

■ Otros dos cadáveres fueron encontrados el lunes en esta Capital, uno de ellos en la calle Villafañe al 900, barrio de la Boca, y el otro en un terreno baldío ubicado en la calle Andoategui 2942, cerca de la avenida General Paz y del Vivero Municipal. La Policía, según trascendió, inició las investigaciones del caso para identificar a los muertos.

O 7/2/76

■ La policía de Burzaco confirmó ayer el hallazgo en el ampario de la iglesia de la Inmaculada Concepción de esa localidad del Gran Buenos Aires del cadáver de un hombre ahorcado, colgando de una cuerda. El hallazgo fue realizado, según se dijo, por un sacristán y el deceso se habría producido hace varios días. El cadáver fue depositado en la morgue del hospital Lucio Méndez en espera de la identificación correspondiente.

O 18/7/76

● La Prefectura Naval Argentina informó en la víspera sobre la aparición del cadáver de una mujer joven en el arroyo Cidáñez y del de un hombre, en el kilómetro 20, cerca de la entrada al canal de acceso al puerto de Buenos Aires. El cuerpo de la mujer presentaba veinte impactos de balas. El cadáver del hombre, fue encontrado flotando en el río, comprobándose que la muerte se produjo por asfixia.

O 16/6/76

● Fue descubierto ayer a las 3.30, sobre un prado del Parque Centenario de esta capital, el cadáver acorillado a balazos de una mujer que tenía las manos atadas por la espalda, según informaron fuentes cercanas a la Policía. El cuerpo apareció en la esquina de la avenida Díaz Vélez y la calle Camicheluelo, poco después de que el tableteo de armas de fuego sobresaltara al vecindario de la zona. La seccional 11, que tiene jurisdicción sobre el área, nada informó sobre el hecho y no fue posible conocer por otras vías la identidad de la víctima. Trascendió, sin embargo, que se trataría de una mujer joven, y que sus restos fueron trasladados a la morgue judicial para la autopsia.

O 9/7/76

■ Fue identificado el cadáver que el martes pasado apareció acorillado en la zona del Parque Centenario. Se trata de Natalia Carpucci, de 23 años, estudiante de la Universidad de La Plata, quien había sido secuestrada de su domicilio.

El reconocimiento de los restos fue efectuado por sus progenitores y, según pudo saberse, el cadáver de la joven presentaba signos evidentes de haber sido sometido a la acción de torturas.

O 15/7/76

Sábado 3 de julio de 1976

Aparecieron Esta Mañana Numerosos Cadáveres OCHO FUERON LOCALIZADOS EN UNA PLAYA DE S. TELMO

MACABRO hallazgo: cadáveres en una playa de estacionamiento de San Telmo, ubicada a escasos metros del Obelisco, en la Plaza de Mayo. Allí fueron descubiertos alrededor de las 7 de la mañana los cadáveres de tres mujeres y cinco hombres, apilados a balazos. Entre ellos se encontraba un niño de unos 10 años, entre México y Chile y una mujer. En cambio, no se atendió por la noche. En lugar, según los vecinos, "es una boca de lobo" en las horas

2 de la madrugada, se escucharon numerosos disparos. Una detención de la Brigada de Explosivos destruyó dos bombas colocadas junto a la casa, evitando que las minas estallaran. Poco después, los vecinos dijeron que tampoco fueron desmanteladas, señalando que en la zona de Mataderos habían aparecido otros siete cadáveres. La especie no determinó si se trataba de los cuerpos, pero destacó que los cuerpos presentaban impactos de bala.

En la madrugada, se escucharon numerosos disparos. Una detención de la Brigada de Explosivos destruyó dos bombas colocadas junto a la casa, evitando que las minas estallaran. Poco después, los vecinos dijeron que tampoco fueron desmanteladas, señalando que en la zona de Mataderos habían aparecido otros siete cadáveres. La especie no determinó si se trataba de los cuerpos, pero destacó que los cuerpos presentaban impactos de bala.

En la madrugada, se escucharon numerosos disparos. Una detención de la Brigada de Explosivos destruyó dos bombas colocadas junto a la casa, evitando que las minas estallaran. Poco después, los vecinos dijeron que tampoco fueron desmanteladas, señalando que en la zona de Mataderos habían aparecido otros siete cadáveres. La especie no determinó si se trataba de los cuerpos, pero destacó que los cuerpos presentaban impactos de bala.

Ocho cadáveres en San Telmo

Ocho cadáveres fueron encontrados ayer por la mañana en el barrio San Telmo en la playa denominada "El Abuelo", sita en la calle Chacabuco 729, a dos cuadras de la seccional 2ª de la Policía Federal y a siete de la Plaza de Mayo, según informaciones aparecidas en la víspera en los vespertinos **Crónica, La Razón y La Tarde**.

De acuerdo con esos diarios los vecinos hicieron el macabro hallazgo alrededor de las siete de la mañana, dando inmediato aviso a la Policía. Poco más tarde, la plana mayor de la repartición de la zona procedió a cortar el tránsito por la cuadra correspondiente al 700 de la calle Chacabuco y a iniciar los peritajes y el retiro de los cuerpos. Según las versiones —porque el hermetismo oficial fue total—, los cadáveres pertenecerían a cinco hombres y tres mujeres y habían sido muertos a balazos.

El diario **La Razón** dice que los cadáveres yacían uno junto a otro, cubiertos con una lona, y sobre ellos había un cartel indicando que

se trataba de extremistas. Todos eran jóvenes y vestían ropas sport, con pantalones tipo vaquero.

Asimismo la agencia **Noticias Argentinas** informó que, según trascendidos, los cuerpos presentaban numerosos impactos de bala, pero de acuerdo con todos los indicios habrían sido ultimados en otro lugar. Los vecinos indicaron que durante la noche no se oyeron detonaciones de armas de fuego; si, en cambio, cierto movimiento de automóviles dentro de la playa, que les llamó la atención, pues generalmente a esas horas permanece desierta.

También dijeron que luego de retirados los cuerpos —siempre según la información de la agencia— la Brigada de Explosivos de la Policía Federal procedió a detonar dos explosivos que habrían sido dejados junto a los cadáveres, con el presumible propósito de destruirlos, pero que no llegaron a estallar.

Respecto a la identidad de las víctimas y al grupo sedicioso implicado nada se pudo precisar.

O 4/7/76

Encuentran muerto a un ex dirigente radical tucumano

En las últimas horas del viernes pasado, fue hallado en Tucumán el cadáver del ex dirigente radical Angel Pisarello, sequestrado hace aproximadamente diez días por un grupo de desconocidos que se hallaban encapuchados y que lo sacaron de su domicilio, ubicado en la capital provincial.

La información, que fue suministrada en la víspera por la agencia oficial de noticias **Telam**, agrega también que el cuerpo de Pisarello presentaba numerosos impactos de bala de grueso calibre.

El ex dirigente, que contaba 60 años de edad, había sido legislador nacional entre los años 1955 y 1964 y era considerado un virtual caudillo político en la provincia de Tucumán.

De acuerdo a diversos trascendidos, pudo saberse que el sepelio se llevaría a cabo en el cementerio central de la capital tucumana, una vez que se hayan cumplimentado los trámites judiciales correspondientes.

O 4/7/76

Hallóse un cadáver junto al Obelisco

Ayer, a las 5.45, fue hallado el cadáver de un hombre asesinado a balazos en la intersección de las avenidas Corrientes y Nueve de Julio. El cuerpo se encontraba en la plaza de la República, junto a la cara Este del Obelisco. Tuvo intervención en el hecho personal de la comisaría Ira., que investiga el suceso y trata de identificar al muerto.

N 5/7

Four bodies near Congress

TWO bombs were dismantled at a San Fernando co-educational school and four bodies were found shot several times in a car near the Congress in yesterday's instatement of daily violence.

Authorities also announced that policeman Ramón Arias had died in the Churrucá police hospital on Tuesday of wounds sustained when a bomb exploded at the police dining room, killing 18 and wounding 66.

The four dead yesterday were found inside a Peugeot car, parked on Rivadavia, between Rio Barral and Cullao, not far from the entrance to the Chamber of Deputies.

In San Fernando, police reported they had

dismantled two bombs at the Gervasio Artigas school. A group of girls had discovered one bomb in one of the toilets. In the search that followed, a second bomb was found in a piano in the music room.

In an unexplained incident yesterday, sources said a policeman had committed suicide while on duty at the Security Superintendency.

In developments concerning anti-subversive measures, the government yesterday ruled by decree (1209) new regulations concerning maximum security prisons and the transport of dangerous prisoners. The decree established that the Justice and Interior ministries should coordinate action with the army command on prison systems. (NA)

BAH 8/7/76

Buenos Aires, sábado 21 de agosto de 1976 ★ CLARIN

Aparecieron en Pilar 30 cadáveres dinamitados

En jurisdicción de la localidad de Pilar fueron encontrados 30 cadáveres, que habían sido dinamitados. El Ministerio del Interior, mediante un comunicado, expresó que el gobierno repudiaba en forma terminante ese asesinato masivo.

El gobierno nacional repudió ayer en forma "terminante" el asesinato masivo perpetrado en la madrugada de ayer en un campo ubicado en jurisdicción de Pilar, a 64 kilómetros al oeste de la Capital Federal.

Oficialmente no se suministró ninguna información sobre el hecho, salvo que el número de cadáveres encontrados en el lugar asciende a treinta.

A poco de tenerse conocimiento del hecho, el Ministerio del Interior emitió un comunicado en el cual se repudió el hecho en forma enérgica.

Su texto es el siguiente:

"Ante el nuevo hecho de violencia que significa la aparición en la zona de Pilar de treinta cadáveres, el gobierno nacional, por intermedio del Ministerio del Interior, repudia terminantemente este vandálico episodio solo atribuible a la denuncia de grupos irracionales que con hechos de esta naturaleza pretenden perturbar la paz interior y la tranquilidad del pueblo argentino, así como también crear una imagen negativa del

país en el exterior.

"Expresa, asimismo, la firme decisión de agotar todos los medios a su alcance para esclarecer los hechos y sancionar a los responsables".

◆ El lugar

El hecho se perpetró en las proximidades de la población llamada Fátima, a la altura del kilómetro 64 de la ruta 8. Desde allí sale un camino de tierra que conduce a Luján y a aproximadamente 1.500 metros de la ruta fueron hallados los cadáveres.

Se trata de un descampado y en las proximidades solo fue posible advertir un tambor y un criadero de aves.

Las autoridades militares y policiales que estaban en el lugar no permitieron el acceso de los periodistas.

Sin embargo, por testimonios de los vecinos se supo que aproximadamente a las 4 de la madrugada se escuchó el tableteo de ametralladoras, el que fue seguido por una tremenda explosión.

Indicaron que aproximadamente a las 5 varían

obreros que se dirigían a un horno de ladrillos instalado próximo a la parada Santa Coloma del Ferrocarril San Martín hallaron cerca del criadero de aves un número no determinado de cadáveres, que estaba esparcido en un radio de 100 metros, aparentemente por efectos de la explosión.

Los testigos agregaron que los cuerpos estaban totalmente mutilados y que resultaba imposible su reconocimiento por haber sido dinamitados.

Según las versiones se trataría de 23 hombres, 5 mujeres y otros 2 con sexo aún no determinado.

En horas de la tarde, camiones de la Municipalidad de Pilar procedieron a retirar los cuerpos y los llevaron a la morgue judicial de esa ciudad.

◆ Preocupación

Voceros castrenses expresaron anoche su preocupación por los hechos de violencia ocurridos en las últimas horas, en los que perdieron la vida el general Actis y otras 30 personas en Pilar.

"Este tipo de actos de violencia son repudiados por todos los argentinos

de bien y las autoridades policiales respectivas han ordenado una exhaustiva y profunda investigación que llegará hasta sus últimas consecuencias", dijo un vocero castrense.

El informante agregó que el jefe de la Policía Federal, general de brigada Edmundo René Ojeda, informó a las autoridades del Comando sobre las investigaciones y puntualizó que este tipo de episodios apunta a tratar de deteriorar la base del proceso de reorganización nacional en que están empeñadas las Fuerzas Armadas.



En una zona rural del partido de Pilar, aparecieron ayer 30 cadáveres que habían sido dinamitados.

GHIOLDI: "SE CASTIGARA A CULPABLES DE VIOLENCIAS"

Poco antes de partir hacia su nuevo destino, el embajador argentino ante Portugal, profesor Americo Ghioldi, declaró que el presidente de la Nación le expresó que ha dispuesto que se practiquen "investigaciones terminantes" para castigar, "a los responsables de los últimos acontecimientos de violencia inusitada que se desencadenaron en la Argentina".

El profesor Ghioldi partió a las 17 en un vuelo regular de Aerolíneas Argentinas con destino a Madrid y al ser consultado por el periodismo informó que horas antes había mantenido una entrevista con el teniente general Videla, de quien había recibido "las últimas instrucciones generales sobre la misión a cumplir en Portugal, que comprende aspectos relativos a la política exterior de la Argentina y a todo cuanto se relaciona a los

vínculos de carácter comercial, cultural y político".

Agregó que también había conversado con el jefe del Estado "sobre la situación argentina y me ha exteriorizado —acordó— su estado de ánimo de pesar profundo por los últimos acontecimientos de violencia inusitada que se desencadenaron, y me ha expresado que ha ordenado investigaciones terminantes para, eaja quien eaja, castigar a los responsables de tamaños atentados contra la razón pública".

Señaló también que "la Argentina vive a su manera un período de cambio que todos reclamamos y Portugal ha iniciado una etapa de cambios después de años de regímenes autoritarios y dificultades económicas que son conocidas.

Hallaron tres cadáveres carbonizados

SANTIAGO DEL ESTERO.

Por informaciones originadas en Puerta Chiquita, departamento Guasayán, se supo del hallazgo de tres cadáveres carbonizados. Los cuerpos, en principio, no serían de personas conocidas del lugar, distante unos 30 kilómetros de esta capital. No pudieron ser identificados por su avanzado estado de descomposición.

Sin embargo, se supone que pertenecerían a jóvenes del sexo masculino, de 18 a 22 años, aproximadamente.

Trascendió también que investiga el hecho la Unidad Regional I, con intervención de la justicia local.

N 10/9/76

Crónica 24/8/76

P 4/6/76

(Cont. de la pág. 1; col. 4)

su desaparición no tienen responsabilidad alguna las autoridades argentinas; y también agrego que nadie puede atestiguar que haya sido secuestrado como pretenden hacer aparecer informaciones familiares y periodísticas que califico de tendenciosas, porque si yo, por el solo hecho de faltar treinta horas de mi casa —lo puedo hacer en un acto voluntario o involuntario— si no tengo datos, no puedo decir que he sido secuestrado. Con los mismos argumentos que algunos esgrimen para decir que ha sido secuestrado —es decir, las horas que falta de su hogar— podría alguien decir también que ha abandonado voluntariamente su casa; y podría yo decir que su desaparición es también parte de esa maniobra de desprestigio hacia el país que ya he mencionado.

Sin preguntas

“Señores: esto es todo lo que yo les quiero decir sobre este episodio que —vuelvo a repetirles— preocupa, aún más de lo que puede preocupar a los medios de información y a la opinión pública, al gobierno argentino.

“Yo les agradezco esta presencia de una cantidad inusitada de periodistas aquí, en el Ministerio del Interior, y les aseguro que la preocupación por los presos, respecto de los derechos humanos y por la desaparición de personas, sean personalidades o sea el ciudadano argentino, es una preocupación permanente del gobierno nacional.

“Señores: sé que si les permitiera a ustedes, en este momento, que me formularan preguntas, podríamos llegar a las doce de la noche y seguiríamos aquí, en este diálogo que se entablaría.

“Creo que he sido bien claro en lo que he querido decir y, adelantándose a dos cosas que necesariamente iban a ser las primeras que ustedes arrojarían sobre esta mesa, les digo que, con referencia a la desaparición de los legisladores uruguayos, la Policía Federal sigue en la investigación correspondiente; y el sumario está también en manos del juez federal que oportunamente fuera explicitado en un comunicado dado por el Ministerio del Interior.

N 3/6/76

Fue asesinado el ex presidente boliviano

Se identificó como el del general Juan José Torres el cadáver hallado anteayer en San Andrés de Giles

El cadáver que, como informamos en nuestra edición anterior, fue hallado anteayer cerca de la ciudad de San Andrés de Giles, provincia de Buenos Aires, ha sido identificado como el del general Juan José Torres, ex presidente de Bolivia, quien fue asesinado.

El general Torres que vivía en la Argentina, como residente transitorio, desde hace tres años, había desaparecido después de salir de su domicilio en Paraguay al 2500, el martes último. Su esposa Emma Olea de Torres, radicó la denuncia respectiva y el correspondiente pedido de paradero en la comisaría 198 y el Departamento Central de Policía.

La información oficial sobre la identificación del cadáver que publicamos aparte fue dada ayer por el Ministerio del Interior en un comunicado en el que se expresa “el más profundo repudio” del gobierno por el hecho.

Como informamos aparte, el presidente de Bolivia, Hugo Banzer expresó su pesar y pidió la repatriación de los restos. Asimismo se informó que el día de su sepelio será de duelo nacional en el país vecino y que la Federación de Trabajadores Mineros bolivianos decretó un paro de 24 horas.

De la embajada de Bolivia

En la embajada de Bolivia se informó anoche sobre la decisión del gobierno de ese país de declarar duelo nacional por la desaparición del general Torres y ofrecer a sus familiares los medios para el traslado de su cuerpo a su patria, así como la condensa del hecho.

El ministro consejero José A. Araya, con quien nos comunicamos telefónicamente, expresó que junto con el embajador general Alberto guzmán Soriano transmitieron las condolencias de su gobierno y de las Fuerzas Armadas Bolivianas a la esposa del desaparecido ex presidente.

Gestión en la Cancillería

También ayer por la tarde concurrieron a una audiencia con el subsecretario de relaciones exteriores, capitán Gualtel Allara en el Palacio San Martín donde fueron informados sobre las gestiones realizadas por las autoridades nacionales sobre el caso, así como los detalles de su aparición y el pesar del gobierno. Los diplomáticos extranjeros fueron citados a la Cancillería, en respuesta a una presentación verbal efectuada el día anterior requiriendo la intervención del gobierno argentino para esclarecer el paradero del general Torres.

El comunicado

El comunicado de la misión boliviana agrega, después de referirse a las condolencias de su gobierno, que “a tiempo de transmitir ese sentimiento de pesar, la embajada ha ofrecido a los señores Emma Olea de Torres, la más sincera y cordial ayuda para la investigación de su desaparición.”



(Radiofotografía de United Press)

El general Juan José Torres mientras pronunciaba un discurso, en un acto oficial, en la ciudad de La Paz como presidente de Bolivia

Comunicación oficial

El siguiente es el comunicado dado ayer, a las 13.50, por el Ministerio del Interior, a través de su oficina de prensa:

“El gobierno argentino lamenta profundamente informar que efectivos policiales de la provincia de Buenos Aires hallaron el cadáver del ex presidente de Bolivia, general Juan José Torres, alrededor de las 20.20 de ayer —2 de junio— debajo de un puente carretero, sobre un camino secundario, a 16 kilómetros de la ciudad de San Andrés de Giles.

“Este nuevo atentado terrorista que alcanza al ex mandatario de un país hermano, pone una vez más de manifiesto la sistemática campaña, denunciada ayer por el ministro del Interior, para desestimar no sólo al gobierno de la Nación Argentina, sino al país todo, con el malano fin de entorpecer nuestro proceso de reorganización nacional. Campaña ésta que se desarrolla en momentos en que la Nación se encuentra representada en la OIT, está próxima a concurrir a la OEA e iniciando sus gestiones con organismos financieros internacionales.

“Tanto en el orden interno como externo, esta acción psicológica en nuestra República forma parte de la permanente agresión conducida desde los centros de poder de la subversión internacional contra los pueblos que sostienen la primacía de los valores espirituales sobre los materiales.

“El gobierno está convencido que, una vez más, la opinión pública nacional e internacional no será engañada por procedimientos tan bajos e intenciones tan mezquinas.

“Ante este nuevo hecho, que revela el odio y primitivismo de la guerra interna y externa, el gobierno y el pueblo argentino manifiestan su más profundo repudio.

“Asimismo, el Poder Ejecutivo Nacional ha dispuesto que se extremen inmediatamente todas aquellas medidas que conduzcan al esclarecimiento de este inexcusable crimen, para lo cual espera contar con el decidido apoyo del pueblo.”

Asesinaron a los ex legisladores del Uruguay Michelinini y Gutiérrez Ruiz

Sus cadáveres aparecieron con los de otras dos personas en un automóvil abandonado

Anoche la Policía Federal informó acerca del hallazgo de cuatro cadáveres en un automóvil abandonado en un paraje solitario de esta capital. Entre las víctimas de este hecho, que se atribuye a una organización terrorista, se encuentran el ex senador uruguayo Zelmor Michelinini —de cuyo secuestro informamos en la edición del jueves último— y el ex presidente de la Cámara de Diputados del mismo país, Héctor Gutiérrez Ruiz, quien había sido secuestrado horas antes que Michelinini en su domicilio particular en esta ciudad.

Otro de los cadáveres es el de una mujer, identificada como Rosario del Carmen Barredo de Schroeder, el cuarto cuerpo todavía no fue individualizado.

Tanto Gutiérrez Ruiz como Michelinini se radicaron en nuestro país después del golpe de estado dado por el presidente del Uruguay, Juan María Bordaberry, en junio de 1973.

Zelmor Michelinini desde entonces se incorporó a la redacción del diario "La Opinión", mientras que Gutiérrez Ruiz desarrollaba actividades comerciales.

La información oficial

El parte suministrado en el Departamento Central de Policía, expresa textualmente:

"La Policía Federal Argentina comunica que en el día de ayer (por el viernes), alrededor de las 21.20, en la intersección de las avenidas Perito Moreno y Dellepiane fue hallado un vehículo marca Torino 1600, color rojo, abandonado. En el interior del mismo se encontraron el cadáver de una persona del sexo masculino, se inspeccionó el baúl del rodado se hallaron otros tres cadáveres, uno del sexo femenino y dos del masculino.

"Las pericias realizadas sobre los cadáveres permitieron establecer la identidad de tres de ellos, a saber: Zelmor Michelinini, Héctor Gutiérrez Ruiz y Rosario del Carmen Barredo de Schroeder, concordando los nombres de los ocisos con los mencionados en los parientes hallados en el interior del rodado, en los que una agrupación subversiva se adjudicaba la autoría del hecho.

"Los cadáveres presentaban varios impactos de bala y sus cuerpos se hallaban maniatados.

"Previsto en el hecho la comisión 40% con intervención del señor juez nacional de primera instancia en lo criminal y correccional federal Dr. Alfredo Marquardt, secretario número 2 del Dr. Roberto Prellier, tribunal que se constituyó en el lugar de los hechos y adoptó las medidas judiciales del caso."



Dr. Zelmor Michelinini



Dr. Héctor Gutiérrez Ruiz

Dr. Zelmor Michelinini

El doctor Zelmor Michelinini, que contaba 33 años de edad, se graduó de abogado en la facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Montevideo. Después de actuar como dirigente del gremio bancario del Uruguay, fue electo diputado y luego senador —en 1962— por el partido Colorado, al que se había afiliado cuando era su presidente Luis Batlle Berres.

En 1968 fue candidato a presidente de su país por una de las listas del partido Colorado. En aquella oportunidad fue electo el general Oscar Gestido, quien le ofreció la cartera de industria y comercio, que el doctor Michelinini aceptó. Renunció a este cargo cuando asumió la primera magistratura el presidente Pacheco Areco.

Volvió a ser candidato a presidente en 1971, pero esta vez en representación de una lista que participó del denominado Frente Amplio de Liberación, constituido por sectores izquierdistas e independientes de blancos y colorados, en las elecciones que dieron el triunfo al actual presidente Juan María Bordaberry. Durante el mandato de éste fue senador, pero cuando el primer magistrado disolvió las cámaras legislativas, en junio de 1973, se radicó en Buenos Aires, junto con el senador izquierdista Enrique Erro. Desde entonces vivió en esta ciudad, donde trabajó como periodista en el diario "La Opinión", desempeñándose en la sección internacionales.

El doctor Michelinini estaba casado y era padre de diez hijos.

Héctor Gutiérrez Ruiz

De 31 años de edad, Héctor Gutiérrez Ruiz perteneció al partido Nacional (blanco), dentro del sector que lideraba el ex senador Wilson Ferreira Aldunate. El 15 de febrero de 1972 fue elegido presidente de la Cámara de Diputados, merced al apoyo de los legisladores del Frente Amplio de Liberación.

El 24 de abril de ese año fue secuestrado en Montevideo por la organización "Tupamaros", quien lo tuvo cautivo 24 horas, aduciendo que necesitaba su participación como auditor en un "juicio" al fotógrafo policial Néstor Bardsley, que también había sido secuestrado por esa agrupación. El señor Gutiérrez Ruiz cumplió con la actividad para la que había sido llevado y en ese momento visitó las "cárceles del pueblo", siendo sometido a interrogatorios. Ello motivó que el 7 de septiembre de 1973, 3 meses después de haber sido deshecho el parlamento por el presidente Bordaberry, se librara orden de captura contra él, acusado de colaborar con los "Tupamaros". Desde entonces residía en la Argentina, en un hotel céntrico de esta ciudad.

Investigan los asesinatos de asilados uruguayos

La Policía Federal investiga el asesinato de cuatro personas, entre ellas dos ex parlamentarios uruguayos, cuyos cadáveres aparecieron el viernes por la noche en una zona desamparada del barrio de Mataderos, tal como informó Clarín en la víspera.

Voces de la repartición admitieron en la víspera que se cumplen diligencias para identificar y detener a los autores de los crímenes.

Las autoridades dijeron que tres de los cadáveres han sido identificados. Pertenecen al ex ministro y ex senador uruguayo Zelmor Michelinini; al ex presidente de la Cámara de Diputados del Uruguay, Héctor Gutiérrez Ruiz y a Rosario del Carmen Rosario Barredo de Schroeder, también de nacionalidad uruguaya. Las autoridades no descartan que el restante cadáver pudiera pertenecer al esposo de ésta, William Whitelaw.

La presunción obedece a que ambos fueron secuestrados en los últimos días de la semana anterior del departamento que ocupa-

ban junto a sus hijos Gabriela, de 4 años; María Victoria, de 1 año y medio y Máximo, de dos meses. Hasta el momento se desconoce el destino corrido por las criaturas.

Michelinini y Gutiérrez Ruiz habían sido secuestrados de sus domicilios el martes último por sujetos desconocidos, según denunciaron sus familiares.

Los secuestradores también se apoderaron de diversos objetos personales de ambos ex legisladores.

C 24/5/76

P 23/5/76

C 24/5/76



Gabriela Schroeder

María Barredo

Máximo Barredo

Motiva creciente ansiedad la suerte corrida por tres niños secuestrados

Han sido vanos hasta ahora todos los intentos de averiguar la suerte corrida por tres niños de corta edad, secuestrados la semana pasada como parte del operativo que culminó con el asesinato de los ex legisladores uruguayos Zelmar Michelini y Hector Gutiérrez Ruiz, la señora Gabriela Barredo de Schroeder y Guillermo Whitelaw Blanco.

La señora Barredo de Schroeder y su esposo Whitelaw Blanco fueron secuestrados de su hogar ubicado en el Pasaje Matorras del barrio de Flores por seis individuos fuertemente armados que también se llevaron a los niños María Victoria Whitelaw, de 18 meses de edad, y Máximo Fernando Whitelaw, de 4 meses, hijos de la pareja, y la niña Gabriela Schroeder Barredo, de cuatro años, nacida de un anterior matrimonio de la mujer.

La señora Barredo de Schroeder, según un posterior informe policial, fue hallada muerta a balazos el viernes pasado dentro de un automóvil abandonado en el que también se encontraron los cadáveres de Michelini y Gutiérrez Ruiz. Un cuarto cadáver aparecido en el mismo vehículo no fue identificado oficialmente, pero trascendió que se trataba de Whitelaw Blanco.

La mujer asesinada estuvo casada en primeras nupcias con Gabriel Schroeder, un terrorista muerto en Uruguay hace cuatro años.

El padre de este último, doctor Juan Pablo Schroeder, un abogado del vecino país, ha recorrido en los últimos días decenas de hospitales y otros establecimientos en Buenos Aires y sus alrededores para tratar de localizar a los pequeños, sin éxito hasta el momento.

A través de una carta remitida ayer a los diarios, el doctor Schroeder dirigió un llamado al Gobierno y al pueblo argentinos en busca de ayuda para encontrar a los pequeños. "Os pedimos", dice el mensaje, "que nos devuelvan a Gabrielita María, María Victoria y Máximo Fernando, para educarlos en el amor a la Patria, sin distinción de fronteras entre la tierra uruguaya y la tierra argentina, y en el amor a todos los hombres. Sin excluir a los que mataron a sus padres".

El doctor Schroeder pide que cualquier información o indicio sobre el paradero de los niños sean comunicados a la policía.

Los datos de los pequeños son: Máximo Fernando, 4 meses, cara redonda, pelo rubio, longitud normal, y algo gordo; todavía era amamantado por la madre, María Victoria Barredo, 18 meses, delgadita, menuda, pelo castaño rubio, ojos castaños claros, 70 centímetros, Gabriela Schroeder, 4 años, pelo castaño claro, ojos oscuros, flequillo sobre la frente, corte de pelo Cleopatra, un metro de estatura.

028/5/76

Three young lives

IN the wake of the statement issued by the Public Information Secretariat last Friday promising an investigation into the kidnapping of the two Uruguayan former parliamentarians, Zelmar Michelini and Hector Gutiérrez Ruiz, the Interior Ministry has issued a strongly worded communique. It came after the police report on Saturday that the two men had been found murdered. The communique reveals that the federal police have been instructed to probe deeply into the assassination, pointing out that the murders are also being investigated by a federal judge. The ministry statement makes the government's views clear, describing the murders as "disgraceful" attributing the assassinations to "the action of subversion, which is attacking the Argentine people" and also pointing out that this monstrous crime is being used to discredit the country and hamper its recovery.

The statement in itself is heartening because it is a commitment. Unlike the past regime, this government is on record as saying that it will not allow a particularly diabolical crime to be swept under the carpet. It means that the days of the cover-up (which veiled the Ezeiza massacre in secrecy and shed absolutely no light whatsoever on subsequent mass murders) are over. Swift action to bring those responsible to justice will banish the long shadows cast by the past. But even more important than tracking down the murderers is the fact that three young lives hinge on the investigation. In the car in which Michelini was found murdered was a young couple. They had been kidnapped by the same gang on May 13 — four days before the abduction of the Uruguayan legislators. The young couple had links in the past with a Uruguayan terrorist organization. But that is irrelevant because the lives of three children hang by a thread. When the couple was seized, their three young children — a four month old baby boy, their daughter of 18 months and a girl of four — were also taken away by the unknown gunmen, as well as the family dog. There is still a chance to save those lives if the police can trace the criminals whose bestiality may have stopped short of infanticide.

The ministry communique indicates that the government is positive that the murders were carried out by subversives. But what is not yet clear is why they were able to operate with impunity and why the families of Michelini and Gutiérrez Ruiz received no help from the police during those terrible five days while the two ex-parliamentarians were missing. Those questions should be answered without delay. Subversive murderers, using unmarked Ford Falcons without number plates and posing as members of the security forces may strike again any day. What guarantee has the public that the police is now on the alert for this kind of thing?

BAH 27/5/76

S-1

(29)

c 12/6/76

c 23/6/76

c 15/

◆ Desaparición.

Familiares de Liliana Bojanich, de 24 años, quien según la denuncia respectiva fuera secuestrada el martes en la esquina de Ecuador y San Luis, presentaron un recurso de amparo ante la justicia de Instrucción.

La señora Bojanich, según la denuncia, fue secuestrada durante en compañía de su hija se encontraba en la esquina mencionada. La criatura fue abandonada en un comercio y luego de allí fue llevada hasta la seccional, donde familiares la retiraron horas más tarde.

■ El doctor Eduardo Alfredo Pasquini, profesor de la Universidad de Rosario y su esposa Liliana Graciela Mizraji de Pasquini fueron secuestrados por desconocidos el 10 del actual sin que hasta el momento se tengan noticias de la suerte corrida por ambos.

● A través de una solicitud, el Centro de capitanes de ultramar y oficiales de la Marina Mercante denunció el secuestro de su subsecretario, el capitán de ultramar Mario P. Pantaleo Abalos. El hecho fue perpetrado por civiles que adujeron ser policías. Junto con Pantaleo Abalos fue secuestrada su esposa, quien posteriormente fue abandonada en la ruta Panamericana "sana y salva".

Hubo en un cine un inusual procedimiento

Un hecho registrado ayer, por la tarde, en un cine del barrio de Caballito, causó alarma a los numerosos espectadores que se encontraban en su interior y sorprendió a los transeúntes de la zona.

A las 19.30 se detuvieron frente al cine Moreno, ubicado en Rivadavia 5050, dos vehículos —una furgoneta Ford, de color blanco, chapa D-171822 y un automóvil Ford Falcon metalizado— de los que descendieron varios hombres que se dirigieron al boleterío de la sala, y luego de identificarse como policías, le indicaron que hiciera encender las

luces del local, donde en esos momentos se proyectaba una película. Una vez conseguido este objetivo, los hombres se dedicaron a buscar a una persona entre los espectadores, la que muy pronto fue identificada. El hombre buscado intentó escapar, pero fue reducido por sus perseguidores que, mediante el empleo de armas de fuego, lo obligaron a ascender a la furgoneta. Posteriormente, quienes habían intervenido en el procedimiento ascendieron a ambos vehículos y abandonaron el lugar. El suceso fue denunciado a la comisaría 12a.

Un grupo armado dio muerte a un hombre y secuestró a su madre

Rosario (Santa Fe) — La policía de la ciudad de San Lorenzo investiga un grave hecho ocurrido en la madrugada del martes en calle San Martín 3390, donde un hombre joven fue muerto a tiros por desconocidos.

El hecho ocurrió entre las 4.30 y 4.40, cuando llegaron al domicilio indicado varias personas armadas que viajaban en diversos vehículos. Aquellos penetraron a la finca dominada por sus moradores, Servando Rolando Gerareto, su compañera Lina Teresa Funes, de 43 años, un

hijo de esta llamado Juan José Funes, de 20 años, la señora Gregoria Funes de Modina y otro joven cuya identidad no se conoce.

Los desconocidos intentaron llevarse a varios de los nombrados, circunstancia en que Juan José Funes quiso escapar corriendo a través de un patio, siendo alcanzado por varios disparos que le provocaron la muerte. La madre de éste, según la información no confirmada hasta el momento, fue tomada por los agresores y llevada en automóvil con rumbo no determinado.

Aún se desconoce el paradero de un capitán de ultramar

Aún no se conoce el paradero del capitán de ultramar Mario Pablo Pantaleo Abalos, que juntamente con su esposa fueron secuestrados en la vía pública el día 6 del actual. Posteriormente, su esposa apareció indemne.

A pesar de las gestiones realizadas ante autoridades militares y policiales, y de un recurso de hábeas corpus promovido ante la justicia, no se han logrado resultados positivos.

En nuestra edición del 12 del corriente, en un espacio de publicidad, el centro que agrupa a los capitanes y oficiales de la marina mercante informó a la

● La Sociedad Argentina de Actores emitió ayer un comunicado solicitando "una amplia investigación para que la seguridad de cuatro de sus afiliados, desaparecidos, sea resguardada".

La declaración expresa: "Ante la creciente inquietud y preocupación del gremio actuarial, la Asociación Argentina de Actores informa que ha venido realizando ante altas autoridades nacionales, la Conferencia Episcopal Argentina y la Confederación General del Trabajo en favor de sus asociados, Hebe Lorenzo, Horacio Peralta, Polo Cortés y Daniel Barbieri, este último de la regional La Plata, todos ellos desaparecidos en diferentes circunstancias".

"Realizadas esas gestiones, más las acciones legales correspondientes, sin resultado alguno hasta la fecha, la AAA solicita una amplia investigación para que la seguridad personal de los afectados sea resguardada".

EL SECUESTRO DE UN MATRIMONIO SE DENUNCIO

EN el ministerio de Economía se dio a conocer esta tarde el siguiente comunicado de prensa: "La secretaría de Estado de Hacienda comunica que el día 28 de agosto de 1976, a las 24, fue secuestrada en su domicilio de la calle Lavalleja 201, 4º piso, departamento 14, la señora Aída Fucinos de Galizzi, que se desempeña como empleada en la Superintendencia del Tesoro, junto con su marido, Juan Alberto Galizzi.

No ha sido posible obtener información alguna sobre este secuestro y se desconocen por completo los posibles móviles del mismo. Se solicita a quien pueda suministrar información sobre el paradero del matrimonio Galizzi, que informe a esta secretaría de Estado".

● El diario La Prensa consignó en su edición de ayer que se denunció, en Tandil, la desaparición de Hugo Idelman Nario, apresado o secuestrado cuando se preparaba a trasladarse a Buenos Aires, desde la terminal de ómnibus de esa ciudad. El nombrado, periodista y escritor, se halla vinculado al Centro de Investigaciones Históricas de Tandil, a la SADE y al Sindicato de Prensa.

■ Un grupo de artistas peruanos remitió un cable al presidente de la Nación, solicitándole que se investigue la desaparición en Buenos Aires del cineasta de ese país Raimundo Gleyzer, de quien no se tienen noticias desde el 27 de mayo último.

● Fue presentado un recurso de **hábeas corpus** ante el juzgado federal del doctor Rafael Sarmiento en favor del abogado Juan Carmelo Sinigaglia, detenido por un grupo de desconocidos, fuertemente armados, en su estudio de Viamonte 1355, de esta ciudad.

Opinión 16-6-76

Hábeas corpus

En el Juzgado de Instrucción del Dr. Oscar M. R. Ocampo, secretaria del doctor Miguel Ángel Caminos, radicados un **hábeas corpus** en favor de Amado Berardo, quien —de acuerdo con el recurso— desapareció el 17 del actual de su domicilio y de la entidad bancaria donde trabajaba. Como la búsqueda del nombrado no dio resultado alguno, se solicita al juez requiera a distintos organismos que informen sobre el caso y en caso de que esté detenido, se ordene su libertad.

Nación 22-7-76

● En el Juzgado Federal del doctor Rafael Sarmiento fue presentado un recurso de **hábeas corpus** en favor de Eusebio Eduardo Avellaneda, de 15 años de edad, quien había sido detenido el 15 de abril último, en la localidad de Munro, junto con su madre, Iris Etelvina Pereyra de Avellaneda.

Opinión 9-6-76

■ Ante la Justicia Federal fueron interpuestos dos recursos de **hábeas corpus** en procura de establecer el paradero y los motivos de la detención —si existió— de la señora Raquel Nogueira Paullier de Rodríguez Larreta; de su suegro, señor Enrique Rodríguez Larreta y del joven Ricardo Zeff, de 18 años.

La señora de Rodríguez Larreta y su suegro —ambos uruguayos— desaparecieron el 13 de julio último, después que concuerrieran a la Dirección General de Migraciones. En cuanto al joven Zeff, fue sacado de su domicilio, junto a otros tres jóvenes, el 23 de julio último, por varios hombres vestidos de civil que portaban armas.

Opinión 31-7-76

Recursos tendientes a localizar a varias personas

El doctor Emilio Fermín Mignone, ex subsecretario de Educación de la Nación, y ex rector de la Universidad Nacional de Luján y el señor Isidoro Eduardo Sobel, gerente de la agencia Villa Crespo del Banco Mercantil Argentino, dirigieron sendas cartas al presidente de la Nación, teniente general Jorge R. Videla, cuyas copias fueron remitidas posteriormente a los diarios, solicitando informaciones acerca del paradero y situación de sus hijos, Mónica María Mignone y Héctor Natalio Sobel, presuntamente detenidos por fuerzas de seguridad, según manifiestan.

La hija del doctor Mignone, psicopedagoga, fue detenida en su domicilio el 14 de mayo último y el señor Sobel, abogado, fue apresado por cuatro personas, en la vía

pública, el 20 de abril. Los recursos de **hábeas corpus** interpuestos en favor de ambas personas, no posibilitaron determinar, hasta ahora, su paradero.

● El señor Zelmar Eduardo Michelini Dellapiane —hijo del senador uruguayo Zelmar Michelini, asesinado el 22 de mayo último— presentó ayer un recurso de **hábeas corpus** en favor de Margarita Michelini de Altuna y Raúl Altuna, secuestrados el 14 de julio de su domicilio a las tres de la mañana, por un grupo de personas vestidas de civil. Sus captores dejaron en el lugar a un hijo de ambos, de corta edad, por el que se hacen los trámites para entregarlo a su familia.

● El juez de Instrucción Aldo Luis Ma-

tesano Rebon, solicitó ayer la colaboración de odontólogos para intentar la identificación de cuatro personas, cuyos cadáveres, carbonizados, aparecieron el 15 y 17 de mayo último, en Avenida Roca y Escalada y en 27 de Febrero y Escalada, respectivamente.

Uno de los ocisos, de unos 25 años, carece de tres molares, presenta 12 obturaciones con amalgama y tres coronas metálicas; el segundo carece de cuatro molares y tiene tres obturaciones; el tercero muestra la falta de siete piezas dentarias y cuatro oclusiónes con amalgama. El cadáver de la mujer carece de tres molares, tiene cinco obturaciones con amalgama y un canino con giroversión medio vestibulo-distal de 20°.

Opinión 23-7-76

■ Ante el juzgado de Instrucción de la doctora Laura T.A. Damianovich de Ceredo fue presentado ayer un recurso de **hábeas corpus** en beneficio del periodista Héctor Ernesto Demarechi, quien fue detenido el jueves 3 cuando abandonaba el edificio del diario **El Cronista Comercial**. La presentación judicial fue concretada por Héctor Demarechi (padre), quien destacó que su hijo es periodista profesional, que no desarrollaba actividad política alguna y que hasta hace pocos días se desempeñaba como delegado sindical de la Asociación de Periodistas de Buenos Aires.

Opinión 7-8-76

■ Familiares de Martín Belustegui presentaron un recurso de **hábeas corpus** ante la Justicia Federal, informando que el 25 de julio último fue detenido en su domicilio de Nicaragua 10345, Barrio 11 de Setiembre (Ruta 8, Km 22,600, provincia de Buenos Aires), sin que haya sido posible desde entonces localizar su paradero.

Opinión 8-8-76

Presentó un hábeas corpus

Ante el juzgado de Instrucción del doctor Juan B. Sejean, quedó radicado un recurso de **hábeas corpus** en favor de Armando José Amadio; su hijo, Armando Oscar Amadio y la nuera de éste, Silvia Kuperman, presentado por la esposa del primero, Delfina Pilar González de Amadio.

Señaló que los nombrados fueron detenidos el viernes último en sus domicilios de José Ingenieros 1001, Bécarr, provincia de Buenos Aires, y French 2458, piso 8º, B, de esta capital, por personas que dijeron ser de la **Polizia Federal**.

Prensa 10-8-76

■ Fue presentado un recurso de **hábeas corpus** a favor del periodista uruguayo —radicado en la Argentina junto con su esposa y un hijo— Enrique Rodríguez Larreta, quien se desempeñaba en el diario **El Cronista Comercial** y desapareció, desde hace varios días, de su hogar y los sitios que frecuentaba habitualmente. Las pesquisas realizadas hasta el momento resultan infructuosas.

Opinión 10-7-76

● Fue presentado un recurso de **hábeas corpus** en favor del ex diputado provincial Ricardo de la Lama, ex secretario del bloque del partido Justicialista en La Plata. La esposa, Delia T. Bellardini, informó que un grupo de desconocidos le secuestró el 30 de mayo pasado en su domicilio en Vicien-

Opinión 16-6-76

● Ante el Juzgado Federal de Primera Instancia de la localidad bonaerense de San Martín, fue presentado en la antevíspera un recurso de **hábeas corpus** en favor de Stella Maris Berardi, argentina, de 32 años, quien el 16 de julio último fue llevada de su domicilio, en Gasón 351 de San Justo, por un grupo de personas vestidas de civil. El pedido fue interpuesto por la madre de la desaparecida, Sofia Pastorini de Berardi.

Opinión 25-7-76

Hábeas corpus

El doctor Luis Zeff, presentó ante el juzgado federal N° 1, un recurso de **hábeas corpus** en favor de su hijo, Ricardo Zeff, de 18 años, quien fuera sacado de su domicilio, en Palermo, el 23 de julio por personas desconocidas.

Clarín 31-7-76

■ Los familiares del soldado conscripto Luis Daniel García presentaron el viernes ante la Justicia Federal un recurso de **hábeas corpus** en su favor. El soldado García fue secuestrado en la madrugada del jueves por seis individuos que irrumpieron en su domicilio, Río de Janeiro 840, Capital Federal. Otros tres recursos de **hábeas corpus** fueron presentados ante el juez federal Nino Tulio García Morán, el Juzgado Federal N° 2 de San Martín y el Juzgado Penal N° 4 de Morón en favor del conscripto Luis Pablo Steimberg, de 22 años, quien cumple su servicio militar en el Colegio Militar de la Nación y cuyo paradero se desconoce desde el 10 de agosto. Steimberg militaba en el Partido Comunista antes de iniciar su conscripción, según informó ayer a **La Opinión** el señor Jaime Steimberg, padre del desaparecido.

Opinión 15-8-76

Tres recursos de hábeas corpus

En un recurso de **hábeas corpus** interpuesto ayer ante el Juzgado N° 4, Secretaría 16, en lo Criminal y Correccional Federal, la señora Berta Schubaroff de Gelman solicitó informes sobre el paradero de sus dos hijos y su nuera, desaparecidos desde el pasado martes 24.

La acción fue deducida en beneficio de **Marcelo Ariel Gelman**, de 20 años, **Maria Claudia García de Gelman**, de 19, y **Eva Gelman**, de 19, quienes, según se indica en la presentación, fueron secuestrados en la madrugada del día mencionado por un grupo de civiles armados en su domicilio de Medrano 1015, 2° piso, departamento D.

La señora Schubaroff de Gelman hace constar en el recurso que su hija Eva está disminuida físicamente a causa de un accidente sufrido hace cuatro años, y que por esta razón necesita tomar en forma constante los medicamentos prescriptos. Menciona, además, el estado de su nuera María Claudia, embarazada de siete meses.

Cabe consignar que el matutino **Buenos Aires Herald** señala en su edición de la víspera que el esposo de la señora Schubaroff, el poeta Juan Gelman, reside actualmente en Roma.

● Ante el juzgado de instrucción del doctor Jorge Rodríguez Palma fue presentado un recurso de **hábeas corpus** en beneficio de **Luis Marcelo Epelbaum**. La presentación fue efectuada por su madre, quien expresó que desde el 10 del corriente mes su hijo no ha retornado al hogar ni ha sido localizado en los lugares habituales, sin que se tuviera sobre su paradero ninguna noticia.

● Ante el juzgado del doctor Tulio García Montán, Secretaría Jorge Lamport, fue presentado un recurso de amparo en favor del joven **Guillermo Daniel Binstock**, de 20 años de edad, quien se desempeña como empleado en la firma IKA-Renault. Según explicaron sus padres, quienes hicieron la presentación ante la Justicia, el viernes último a las 2.20 de la madrugada un grupo de personas armadas en el domicilio de Binstock llevándose al joven. Desde entonces se procura individualizar su paradero, infructuosamente.

Hábeas corpus para una detenida

En un recurso de **hábeas corpus** presentado ante el juzgado de instrucción del doctor José L. Marino, el señor Mario Luis Waisse denunció la presunta detención de su hermana, **Margarita Rosa Waisse**, que habría tenido lugar en el domicilio de ésta, el sábado último.

De acuerdo a los dichos de

algunos vecinos, la nombrada habría sido detenida, junto con otras personas, después de un violento tiroteo.

Con el objeto de determinar el lugar al que fueron trasladados los detenidos, el representante solicitó al juez que requiera los informes de práctica a los distintos organismos de seguridad.

● Ante el juzgado federal del doctor Eduardo Francisco Marquardt, fue deducido un recurso de **hábeas corpus** en favor de **Mano Aguirre** y **Jorge Cepermic**, quienes desde el miércoles último dejaron de frecuentar sus hogares y lugares de concurrencia habituales.

● Hábeas Corpus

Ante el juzgado de instrucción del doctor José Luis Mariño, quedó radicado un recurso de **hábeas corpus** interpuesto por **Mario Luis Waisse** en favor de su hermana **Margarita Rosa Waisse**, a fin de establecer si se encuentra detenida.

Tribunales

Habeas Corpus

LA PLATA. (NA). — Fue presentada ante el Juzgado de Instrucción de Hábeas Corpus, ante el juez penal **Pedro Luis Soria**, a raíz de la denuncia de tenencia del dirigente alfonsista, **la Unión Cívica Radical, Sergio Karakachoff**, familiares del desaparecido, que es abogado, informaron que el resultado de la gestión judicial fue negativa, agregando que varias personas se hicieron presentes, en la tarde de anteayer, en el domicilio de un amigo de Karakachoff, al cabo de unos instantes, se aclararon con éste con rumbo desconocido. La presentación, ante el juez Soria se efectuó en el día de ayer y los resultados, informaron los familiares, no dieron resultados positivos.

La Vanguardia
12/9/76

Hábeas corpus

En favor de **Stella María Álvarez** radicó en el Juzgado de Instrucción del Dr. Canalejo, secretario del Dr. Eduardo O. Albano. En él se dice que la nombrada fue detenida el 28 de julio último a las 20.30, en Bulnes y Cabrera, y que se desconocen las causas de su detención. Se pide el requerimiento de informes sobre el caso a diversos organismos.

N 10/9/76

● Ante el juzgado de sentencia del doctor Manuel Horacio Larrea, fue deducido un recurso de **hábeas corpus** tendiente a determinar el paradero de **Armando Prieto**, quien desapareció de su domicilio el 21 de julio último.

La acción fue deducida por la señora **Carmen Alonso** viuda de Prieto, madre del amparado, quien expresó que su hijo dejó de concurrir a su domicilio y a los lugares que solía frecuentar, y que por ello teme que "se encuentre detenido o que su libertad esté restringida ilegalmente".

0 28/8/76

● Ante el juzgado federal en lo Criminal y Correccional N° 1 de esta ciudad se presentaron recursos de **hábeas corpus** por la detención y posterior desaparición de **Maria Teresa** y **Maria Regina Anghileri**, hechos ocurridos el 16 de este mes en la metrópoli y en **Luján**. La presentación la hizo el padre de las nombradas, doctor **Luis María Anghileri**.

0 22/9/76

Hábeas corpus

En el juzgado federal del Dr. Eduardo F. Marquardt, secretario de la Dra. Celia M. Vázquez de Etcheburry, quedó radicado un **hábeas corpus** en favor de **Jorge Manuel Miranda**, detenido —dice el recurso— el 15 del actual, a las 9.40, por varias personas de civil que no se identificaron, mientras trabajaba en el Banco de la Ciudad de Buenos Aires, agencia N° 10, en la Urquguy y Corrientes, en presencia del gerente y del contador. Señala que en la Comisión 3a, se informó que estaba a disposición de las autoridades militares, por lo que se solicitó el pedido de informes sobre el caso.

N 19/9/76

● Los familiares del soldado conscripto **Luis Daniel García** presentaron ante el Juzgado de Instrucción N° 4 de Morón un recurso de **hábeas corpus** en su favor. El soldado García fue secuestrado en la madrugada del jueves por seis individuos que irrumpieron en su domicilio, Río de Janeiro 840, Capital Federal. Otros tres recursos de **hábeas corpus** fueron presentados ante el juez federal **Nino Tulio García Montán**, el Juzgado Federal N° 2 de San Martín y el Juzgado Penal N° 4 de Morón en favor del conscripto **Luis Pablo Steimber**, de 22 años, quien cumple su servicio militar en el Colegio Militar de la Nación y cuyo paradero se desconoce desde el 10 de agosto. Steimber militaba en el Partido Comunista antes de iniciar su conscripción, según informó ayer a **La Opinión** el señor **Jaime Steimber**, padre del desaparecido.

0 15/8/76

● Ante el juzgado federal del doctor Rafael Sarmiento fue interpuesto un recurso de **hábeas corpus** en favor del matrimonio integrado por **Ramón García Ulloa** y **Dolores del Pilar Iglesias**. Se señala que fueron detenidos en su domicilio el miércoles pasado, sin que nada se sepa de su actual situación.

0 10/10/76

0 23/9/76

● El señor Venancio Joaquín Basanta presentó en el juzgado a cargo del Dr. Marquardt un recurso de hábeas corpus en favor de su hijo Venancio Domingo Basanta, y de su nuera, María Grillo, "que fueron sacados de su domicilio el 14 del actual, por un grupo de desconocidos". El matrimonio vive en la calle Olazábal 5125, piso 7, de la Capital Federal.

Presentóse un hábeas corpus

Ante el juzgado de instrucción del doctor Jorge López Bolado, secretario del doctor Enrique Pedro Lasi, quedó radicado un recurso de hábeas corpus en favor de Luis Agustín Carnavale, de quien se expresó que fue "senador nacional por la provincia de Córdoba hasta la asunción del gobierno nacional por las Fuerzas Armadas".

Destacóse que fue detenido por personal de civil que dijeron ser policías, el 14 de abril pasado, en su domicilio, ubicado en Cangallo 1781, piso segundo, departamento C, y que se carece de noticias a su respecto.

P 5/10/76

● En el recurso de hábeas corpus en favor de Ana Diego, presuntamente secuestrada en La Plata el 30 del mes pasado, la Policía de la Provincia informó al juzgado en lo Penal N° 8 que "la nombrada no se encuentra detenida" en su jurisdicción.

0 9/10/76

● Un recurso de hábeas corpus fue presentado por la señora Rosa Brandoni en el juzgado del doctor Devoto, en favor de su esposo, Humberto Pedro Brandoni, de 32 años, comerciante, cuyo secuestro y desaparición denuncia.

0 23/10/76

● Ante el juzgado federal del doctor Rafael Sarmiento, fue presentado un recurso de hábeas corpus en favor de Eugenio O. de Cristóforo, obrero de la bodega Peñaflo, secuestrado en su domicilio.

0 16/10/76

0 24/9/76

● La señora María Isabel Orieta de Quinteros interpuso recurso de hábeas corpus por "la detención y posterior desaparición" de su esposo, José Agustín Quinteros, con domicilio en la calle Ayacucho 3843, de Lanus Este. Señala que nada sabe de él, desde el 18 del actual, a las 4.25, cuando fue sacado de la casa por hombres armados que "se identificaron como fuerzas de seguridad". Por este mismo hecho hubo un paro obrero en la planta de trafilación "La Noria", de la empresa Tamel, donde Quinteros trabaja. El cese de actividades comenzó a las 5.30 del miércoles y concluyó a las 13.30 de ayer ante una intimación formulada por las autoridades al personal.

● Ante el juzgado de instrucción del doctor Guillermo Ledesma se denunció la desaparición del director de la revista "Los Libros", licenciado Osvaldo Bonano. Se indica que "habría sido detenido o secuestrado el 13 del corriente, cuando se dirigía a su trabajo, en el hospital Pirovano". Desde entonces, sus familiares nada han sabido de él.

0 25/9/76

Solicitada

EL SR. JULIO RABINOVICH PRESENTO EN EL JUZGADO N° 28 A CARGO DEL DR. PRAXEDIS SAGASTA UN RECURSO DE HABEAS CORPUS EN FAVOR DE SU HIJA ALICIA RABINOVICH DE SAN DOVAL, QUE FUE SACADA DEL DOMICILIO DONDE RESIDIA, SANTA ANA, ESQ. BUSTAMANTE, DE HURLINGHAM, EL DIA 10 DE SEPTIEMBRE POR UN GRUPO DE DESCONOCIDOS ARMADOS; TODAS LAS GESTIONES FUERON NEGATIVAS.

● Ante el juzgado de sentencia del doctor León Carlos Arslanian, secretario del doctor Andrés Marutian, se presentó la señora Rebeca J. De Krichmer interponiendo un recurso de Hábeas corpus en favor de su hija Irene y de Miguel Butron.

Según la presentación, en la madrugada del 19 del corriente, fue abandonada en su domicilio una criatura de nueve meses de edad, hija de los beneficiarios del recurso.

Desde ese momento, intentó dar con el paradero de su hijo y del señor Butron, resultando infructuosos todos los esfuerzos realizados al respecto. Por ello, solicita al juez que requiera informes a las distintas fuerzas y organismos de seguridad.

0 26/6/76

Habeas 3

36

Hábeas corpus

Ante el juzgado federal a cargo del doctor Rafael Sarmiento, fue presentado un recurso de hábeas corpus en favor del estudiante de derecho Antonio Hernán Muñoz, quien habría sido detenido por personal militar en las cercanías de Plaza Italia. La presentación fue concretada por el señor Julio Anibal Muñoz, padre del amparado, quien expresó que su hijo debía reunirse con él para cenar juntos en el centro de la ciudad, el 28 de septiembre último, pero el encuentro no se concretó. Posteriormente, por una llamada telefónica se le informó, en forma anónima, que su hijo había sido detenido cuando circulaba por las inmediaciones de Plaza Italia. En virtud de lo expuesto y con el objeto de determinar el paradero del amparado, solicita que se requieran informes a los distintos organismos y fuerzas de seguridad.

0 8/10/76

Tribunales

Hábeas corpus

En el juzgado federal del Dr. Rafael Sarmiento, secretario del Dr. Osvaldo M. Anadón, quedó radicado un hábeas corpus en favor de Ramón García y Ulla, y su esposa Dolores del Pilar Ulla, de 60 y 58 años, quienes —según el recurso— habrían sido detenidos en su domicilio, en la madrugada del miércoles, día desde el que no se tienen noticias de ellos. Se solicita se requieran los informes correspondientes a distintos organismos oficiales sobre el caso.

0 10/10/76

Tribunales

Hábeas corpus

En favor de Jorge Luis Roballos, sobrino del ex ministro de Bienestar Social Rodolfo Novallos, radicado un hábeas corpus en el juzgado de instrucción del Dr. Aldo Luis Montebello, Rebon, secretario de la Dra. Stella Maris Pan. En la presentación se señala que el 7 del actual, a las 20, cuando el destinatario del recurso salía del Ministerio de Economía, donde es empleado, fue detenido por cuatro hombres que lo introdujeron en un auto, desapareciendo, y que desde entonces se desconoce su paradero. Por ello se solicita se libre despacho a distintos organismos a fin de que informen si está detenido y, en caso afirmativo, a disposición de qué autoridad competente por qué delito.

0 21/9/76

Entrevista com Anna Ferrari

36 anos, arquiteta

Data: 26 janeiro de 2015

Que memórias você guarda sobre o seu avô, León Ferrari, e sua família durante a vinda ao Brasil em 1976?

Eu nasci em março de 1978 no Brasil. Minha família era toda de esquerda. León era peronista. Meu pai, Pablo Ferrari, filho do León, tinha um irmão caçula, Ariel. O Ariel era *montonero*, estava ligado à guerrilha armada. Todo mundo na família era politizado e as discussões eram muito fervorosas. A família sempre me contava dos prós e contras nessas discussões, sobre as diferentes linhas de pensamento de esquerda e antitadadura que cada um defendia.

Já fazia uns anos que o Ariel estava clandestino. Meus avós moravam em uma casa na cidade de Castelar. Eles também tinham um apartamento em Buenos Aires e estavam vivendo mais por lá em 1976, enquanto meus tios ficavam em Castelar. Um dia, entraram na casa atrás do Ariel, e então meus avós disseram “basta, não dá mais para ficar aqui”. Eles já não sabiam onde o Ariel estava. Ele mandava cartas em 1976 dizendo que estava tudo bem, que estava tudo muito difícil, mas que ele tinha esperança de que as coisas iam mudar no próximo ano.

Meus pais moravam em Córdoba. Eles tinham ido também para Tucumán militar clandestinamente, pois eram do partido trotskista. Em julho de 1976, minha mãe, Patrícia, teve a minha irmã, Florencia. Quando entraram na casa dos meus avós em Castelar, a família toda tomou a decisão de vir ao Brasil no final daquele ano porque estava tudo muito perigoso.

Isso tudo devido ao Ariel?

O procurado era o Ariel, apesar de que o Pablo e a Patrícia também militavam, mas era uma militância mais “inofensiva”. Eles estavam no interior cooptando os jovens.

A família veio para o Brasil. Tem fotos dessa viagem muito fortes, com meus pais, minha irmã ainda bebê de colo... Vieram o León e a minha avó, Alicia, a irmã do meu pai, Marialí, seu marido, Marcelo, e a filha, Julieta. Chegaram todos em São Vicente. Depois, foram para São Paulo morar no CRUSP. Meu pai tinha um contato com o físico argentino Juan José Giambiagi, que morava no Rio e conseguiu que meu pai desse aulas de matemática na Universidade de São Paulo. Nessa época, meu avô tinha uma fábrica em Castelar, de produtos químicos. Eu não me lembro muito bem da história toda, talvez eu esteja errada, mas ele recebia algum dinheiro da fábrica que ajudava a família a se manter por aqui.

A coisa trágica é que eles vieram para o Brasil sem saber onde o Ariel estava... Com a família, veio junto a namorada do Ariel, Liliana Mabel Bietti. Ela ficou um tempo por aqui, mas depois voltou para a Argentina em 1977 em busca dele.

A visão que eu tenho da minha infância é da minha avó muito séria, fechada, e eu perguntando pra família o que ela tinha e as pessoas dizendo “hoje é aniversário do Ariel”. Eu ficava muito impressionada porque eu não entendia muito bem o que era isso... Fico impressionada até hoje pensando que ela tem 95 anos e, que cada vez que toca o telefone, ela não pensa se é ele...

Como sua família lidou com isso?

Essa questão permeou a família durante a vida. A vinda ao Brasil foi muito dura porque eles estavam exilados, não podiam voltar até 1985. Lembro da minha avó muito amargurada e os relatos familiares de que o León ficou muito deprimido quando veio para o Brasil. A primeira obra que ele fez aqui foram essas esculturas metálicas com solda, o que era um trabalho muito obsessivo. Ele tem uma série de desenhos chamada *Errores*, e que muitos foram feitos aqui. É muito impressionante porque tem um dos desenhos que é uma ondinha sem fim. Ondinha, ondinha, ondinha... Um trabalho obsessivo de uma pessoa que não consegue fazer outra coisa a não ser isso. É muito forte porque eu acho que você precisa estar muito mal pra fazer uma coisa dessas.

Tem uma coisa muito séria aí. Essa coisa do segredo é interessante, porque ninguém fala do Ariel. Ninguém fala desses anos. Ninguém fala dos amigos que desapareceram. Minha mãe conta que queimaram todos os livros antes de sair da Argentina... Agora minha avó, depois de velha, começou a se abrir e a contar um pouco como o Ariel era.

León teria tido notícias de que o Ariel desapareceu em 1978.

Exatamente. Em 1978, uma amiga do meu pai que estava presa soube que o corpo do Ariel tinha chegado morto lá. Que ele tinha sido morto em combate e, de certa forma, pelo menos não tinha sido pego e torturado antes de morrer. Tem esse boato.

E a namorada dele?

Não saberia dizer o que aconteceu com ela.

Virou um tabu essa história?

Para mim, essa história sempre foi um tabu na família. Não se pergunta, não se fala. Deve ter tido um trabalho do León de descobrir, de procurar, de achar. Mas nunca conversei com o León sobre o Ariel.

Eu sou muito próxima da minha avó, vou a Buenos Aires para vê-la. O León não era um avô propriamente dito. Ele era o “León”, sempre foi o León Ferrari... A minha avó, eu chamo de “minha avó”, isso que é engraçado. Com o León sempre foi uma relação de muito aprendizado, de troca, de discussões políticas. Ele era muito firme nas questões políticas, nas questões artísticas e no jeito de lidar com o lado profissional dele.

Seu pai fala sobre esse assunto?

Meu pai resolveu voltar para a Argentina em 2009. Não falava sobre nada disso. Depois de dois anos de volta, ele começou a frequentar um grupo que faz um mutirão de construção de baldosas em memória aos desaparecidos. Ele resolveu que era importante fazer isso pelo Ariel, o que foi algo muito comovente e emocionante. Meu avô não se opôs. Então eles fizeram uma lápide escrito “Aqui morou Ariel Adrián Ferrari, morto pelo terrorismo de Estado”, e colocaram no chão da frente do apartamento em que meus avós moraram durante muitos anos na rua Reconquista. É muito triste, mas foi bonito. Para o meu pai foi libertador.

A Maria Rita Kehl fala uma coisa linda, que o problema do desaparecido é que sobra para a família o ônus de decidir quando ele morreu. Se você não tem o corpo, você fica pendurado. Ou você se sente culpado porque você decidiu que a pessoa morreu e encerra o assunto,

ou você se sente mal porque você não encerra, a pessoa não existe mais e você não tem nem o corpo e nem a pessoa. É uma coisa muito cruel.

León começou a fazer os recortes que deram origem a *Nosotros no sabíamos* pouco tempo depois do golpe de março de 1976. Quando você olha aquelas notícias juntas, você não lê apenas sobre os corpos encontrados, mas também sobre mães e famílias procurando seus filhos e parentes desaparecidos. Sinto que León tenha antecipado um pouco o que as *madres da Praça de Maio* fizeram um ano depois ao pedir a aparição com vida de seus filhos. E além de tudo isso, tinha o desaparecimento do Ariel, era um momento muito frágil...

O León não estava à margem dos acontecimentos. Ele sabia que tinha um filho subversivo. A família inteira sabia e eles discutiam sobre isso. O León não endossava a luta armada. Ele sempre teve uma visão progressista do mundo, de que todos são iguais, de que todos têm os mesmos direitos, que a igreja oprime e que as formas de oprimir da igreja estão em tudo. Que o governo americano oprime, que o governo está cristianizando o Vietnã... Tudo isso vem dos anos 1960 e está no discurso dele. Ele era engajado, envolvido com todas as questões de liberdade e de direitos humanos.

Nessa época, com o Ariel, talvez ele não endossasse a luta armada por ser o pai, mas eu imagino que ele deve ter respeitado a posição do filho. Foi isso que ele sempre defendeu na vida: o direito à expressão e à liberdade.

Entrevista com Pablo Ferrari

65 anos, matemático

Data: 9 de fevereiro de 2015

Vamos começar falando sobre o ano de 1976. Você se recorda de ver o seu pai, León Ferrari, recortando as notícias de jornal que originaram *Nosotros no sabíamos* logo depois do golpe?

Na verdade, não. Eu morava em Tucumán e ia uma vez por mês a Buenos Aires. Eu era militante trotskista e minha esposa, Patrícia, também. Éramos militantes estudantis. Quando veio o golpe em 1976, tínhamos uma atividade bastante pública. Falávamos em assembleias. Em 24 de março de 1976, a gente foi embora para Córdoba e ficamos em uma casa da família que estava vazia. Procurei trabalho na Universidade de Córdoba, onde trabalhei de julho a dezembro no Departamento de Matemática. Tínhamos algumas reuniões, mas não havia atividade pública de militância porque era impossível, tal como eu tinha em Tucumán antes.

Vi algumas vezes o meu pai trabalhando, mas não com as notícias de *Nosotros no sabíamos*. Ele foi uma vez a Córdoba. Chegou às sete da manhã, sem avisar, dizendo “você têm que ir embora daqui, é muito perigoso”. Acho que isso foi em agosto de 1976. Dissemos que íamos ficar ali. No final do ano, soube que a polícia foi me procurar em Tucumán. Meu irmão, Ariel, estava militando e acho que meu pai também teve uma atividade de militância com os *montoneros* em uma agência de notícias. Era um cruzamento meio perigoso, organizações diferentes... Acredito que ele começou *Nosotros no sabíamos* juntando essas notícias porque trabalhava para essa agência.

Meu pai foi para o Brasil em novembro de 1976 e eu fui em dezembro. Cheguei no dia 13 daquele mês, com 27 anos.

Já me disseram também que León teria enviado as notícias que ele recortou ao Brasil antes de chegar ao País usando um nome falso. Você sabe se isso aconteceu?

Pode ser. Ele tinha dois nomes, León Cesar Ferrari del Pardo, pode ter mandado talvez como “Cesar Pardo”. Acho plausível que isso tenha ocorrido.

Como foi a sua travessia ao Brasil?

Meu pai deve ter ido para o Brasil em 15 de novembro, eu acho. Ele mandou uma carta dizendo o percurso que ele tinha feito e fizemos a mesma coisa. Pegamos um ônibus até Puerto Iguazu. Atravessamos o rio e do outro lado estava a alfândega brasileira. Tínhamos uns sacos grandes – não era muita coisa, mas era maior que uma bagagem normal. Perguntaram pra gente o que viemos fazer e respondemos que era turismo. Um outro disse “deixa, é mudança” (risos). Procuraram encontrar alguma coisa, mas não tinha nada. Passamos tranquilamente, fomos para o aeroporto – Patrícia, Florencia – que tinha só seis meses – e eu. No final do ano, moramos em uma casa em São Vicente. Saímos de lá e fomos para Santos, e depois em São Paulo. Comecei a procurar uma bolsa de estudos para matemático, fui para o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio, fazer um curso de verão em janeiro e fevereiro. Depois, fui para a USP fazer mestrado e moramos um tempo no CRUSP. Meus moravam em uma casa na rua Carlos Sampaio.

Você teve notícias do Ariel nesse período em São Paulo?

Não me lembro direito, mas acho que devo ter encontrado com ele entre setembro e outubro de 1976, em uma reunião organizada pela minha tia no apartamento dela em Palermo. Eu via muito pouco o meu irmão. Quando a gente foi embora, ele mandou algumas cartas, pelo menos quatro. Em uma das cartas ele disse que saiu de férias, que não era pra gente esperá-lo, que organizássemos as nossas vidas por nossa conta. Em uma outra carta, ele disse estar bravo com todo mundo porque fomos embora e o deixamos sozinho. Quer dizer, ele não fala assim exatamente, mas diz “pelo menos vocês estão todos juntos e eu estou sozinho...” Acho que a última carta foi mandada em janeiro de 1977.

A partir de fevereiro de 1977, pararam de chegar as cartas e a última notícia que a gente teve foi só entre junho e julho de 1978. A notícia de que ele teria sido morto em combate, em 26 de fevereiro de 1977. Em 1981, fui para a Espanha e falei com três ou quatro sobreviventes da ESMA. Uma delas, Graciela Daleo, era amiga do meu irmão e me contou algumas coisas dos últimos dias dele. Disse que foram um dia à praia e que depois estavam planejando ir a um jogo de futebol entre Argentina e Hungria que seria em um domingo, mas ele não apareceu no encontro que tinham marcado. Ela suspeitou do pior e depois não soube de mais nada. Um pouco depois, Graciela foi presa e foi para a ESMA. Então foi aí que ela soube que Ariel havia tido um enfrentamento com [Alfredo] Astiz e que ele tinha morrido antes de chegar à ESMA.

Astiz foi o capitão da Marinha que se infiltrou nas reuniões das *madres* e participava das torturas e de todo o

trabalho de inteligência na ESMA. Ele tinha um método brutal e eficiente que era pegar uma pessoa e torturá-la até que ela denunciasse seus companheiros.

O que aconteceu com a Liliana, namorada do Ariel?

Em junho de 1977, Liliana, Patrícia e Florencia foram para Buenos Aires. Foi uma loucura total isso. Em 16 de junho de 1977, Liliana foi almoçar em um domingo na casa do ex-marido dela, Osvaldo Victor Mantello, e de sua esposa, María Susana Reyes, quando chegou um grupo de tarefas que levou os três para um campo de concentração chamado “El Vesubio”. Liliana e Mantello não apareceram mais. Susana estava grávida e conseguiu sair. Susana era uma mulher muito forte, muito amiga do Ariel. Em 1976, Ariel tomou um tiro em um enfrentamento. Ele conseguiu escapar em um carro e Susana cuidou dele.

Vocês conversavam sobre o Ariel quando estavam vivendo em São Paulo?

Muito pouco. Cada um teve uma dor interna própria. Minha mãe falava muito pouco. Meu pai também não, mas ele se mexeu muito fazendo denúncias. Eu participei de algumas delas, mas ele encabeçou isso. Tentou fazer um pedido de *habeas corpus* na Argentina, o que era muito perigoso na época, e o irmão dele fez. Em São Paulo, eu lembro dele ter ido falar com o Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, de levar uma carta pedindo pelos desaparecidos. Uma outra coisa que meu pai fez foi fazer uma denúncia junto ao consulado italiano, porque temos nacionalidade italiana. Havia muitos italianos desaparecidos e ele

exigiu que a Itália fizesse alguma coisa. Em 1981, fui à Itália e falei com um juiz, mas tivemos pouco retorno.

É possível que León tenha fotocopiado as notícias de *Nosotros no sabíamos* e distribuído nesses pedidos a essas organizações?

A verdade é que eu não tenho certeza se ele começou essa coisa dos jornais como uma obra de arte. Acho que era uma angústia dele... Mas isso é uma especulação minha. E estavam acontecendo coisas antes do golpe de 1976, porque tinha a Triple A [Aliança Anticomunista Argentina], que foi um esquadrão de morte que assassinou vários advogados de esquerda de grupos de direitos humanos.

Nessas notícias de *Nosotros no sabíamos*, há informações de assassinatos e desaparecimentos, mas também de sequestros de crianças. Recentemente, quando voltei a ler as notícias, vi uma sobre o desaparecimento de três crianças uruguaias, mas que finalmente reapareceram.

Ontem eu caminhei pela rua Reconquista e vi a baldosa (Figura 2.21) que você fez em memória ao Ariel, na frente do prédio onde seu pai morou.

Ah, sim. Eu tive um aluno chamado Sebastian Grynberg, e alguns anos antes de voltar para Buenos Aires, em 2009, um colega me disse que eu poderia ajudar o Sebastian a fazer um doutorado, pois ele estava vindo a São Paulo. Depois, soube que o pai dele, Enrique Grynberg, foi assassinado pela Triple A. Eu fiquei amigo de Sebastian e em parte tinha essa solidariedade pelas vítimas da repressão. Um dia ele me disse que iam fazer uma baldosa para

o pai dele em uma rua de Buenos Aires. Essas baldosas são feitas pelos parentes das vítimas, ligados a uma organização chamada Barrios por Memoria y Justicia. Fui a uma reunião e realmente foi muito emocionante, sobretudo por ouvir as histórias que as pessoas compartilhavam de seus parentes desaparecidos. Ali, você simplesmente está concentrado em fazer a baldosa, mas tinha muita gente que não se encontrava e é o momento de juntá-las. O ponto em comum é a vítima.

O pessoal sugeriu que eu fizesse uma baldosa para o Ariel. Falei com os meus pais e minha irmã.

O que o seu pai disse?

Ele gostou da ideia, mas não participou. Nesse momento ele já estava começando a ter problemas de saúde. Foi ao ato, mas preferiu não falar. Quando colocamos a baldosa na Reconquista, em 3 de outubro de 2010, falamos no dia. Tem uma foto dramática dele no dia com a minha mãe, segurando um cravo vermelho.

O que foi pra você essa experiência da baldosa?

Não sei te dar uma definição... Outro dia eu lembrei do que eu tinha falado naquele dia e disse que eu agradecia de termos nos juntado, que bom que a baldosa tinha reunido todas essas pessoas que conheciam o Ariel e estavam dispersas. Teve essa externalização coletiva de um sentimento... Você não enterra a pessoa porque ela continua desaparecida. É mais como uma ideia de marcar a memória de uma maneira coletiva.

Recentemente, você apresentou um depoimento sobre o desaparecimento de Ariel durante

um juízo de um torturador. O que você relatou?

Fui chamado e declarei o que eu conhecia, mais ou menos o que eu contei agora pra você. Era um julgamento público, um dos repressores estava presente, o [Ricardo] Cavallo. Terminei o depoimento pedindo que a igreja – pois certamente havia muitos padres presentes ali – tornasse públicas as informações que eles tinham. Foi uma declaração curta.

Apoio todos esses juízos porque os genocidas ficaram impunes, e muitos ficarão porque são muitos. E também tem muita gente que não participou diretamente da tortura, mas participou da estrutura política e você consegue identificar como corresponsáveis de toda essa repressão.

Na década de 1990 vimos na Argentina coletivos e movimentos de direitos humanos realizando escraches nos bairros em que os torturadores viviam, denunciando publicamente essas pessoas. Até que ponto *Nosotros no sabíamos* pode ter contribuído também para esses movimentos, para ajudar a recuperar e atualizar a memória sobre os desaparecidos e potencializar as lutas sociais?

Difícil falar isso diretamente. Como que *Guernica* de Picasso serviu para acabar com a guerra? Não sei se tem uma implicância tão direta, mas a obra forma parte de uma cultura de luta contra a repressão. Não sei se os HIJOS já haviam visto *Nosotros no sabíamos* e perceberam a importância que a obra tinha para o trabalho que eles estavam fazendo. Acho que sim, só não sei se de forma direta.

Entrevista com Julieta Zamorano Ferrari

39 anos, bióloga e presidente da Fundación Augusto y León Ferrari. Arte y Acervo.

Data: 9 de fevereiro de 2015

Que recordações você guarda da chegada e dos primeiros anos de sua família no Brasil?

Eu tinha um ano e meio quando fui para o Brasil e eu me lembro dessa época. Lembro porque eram muito fortes as emoções, tenho registro das pessoas. Minha irmã, Paloma, nasceu quando eu tinha três anos e meio, e tenho memórias dessa idade. Eu morava em uma casa com meus pais e avós, e depois meus pais alugaram um apartamento. Tinha muita gente ao redor e eu interpreto isso como reuniões importantes para conversar sobre o que estava acontecendo. A referência que eu guardo do contrário dessa seriedade das reuniões é a alegria da música brasileira que a gente escutava na rádio. Minha família sempre dizia que o Brasil compensou um pouco da tristeza através da música, do carnaval e da comida.

Fico pensando como meu avô atravessou a fronteira com aqueles recortes de jornal debaixo do braço, e depois fez essa publicação que é uma denúncia... Imagino a sensação de desespero dele, mas também de bravura, de ir para um país novo. No primeiro dia que meu avô chegou em São Vicente, ele já estava fazendo escultura, e fez muitas outras depois. Ele me disse que a ida ao Brasil foi o momento para se dedicar completamente à arte. Foi uma decisão que ele tomou, os filhos já estavam grandes e ele já tinha uma percepção maior sobre a forma de transformar a realidade.

Quando ele começou a criar, foi porque minha mãe quase morreu [Marialí contraiu meningite tuberculosa], e a medicina foi o seu primeiro enfrentamento com o estabelecido. Os médicos diziam que minha mãe, com três anos de idade, ia morrer e ele não aceitou isso. Levou a minha mãe para ser tratada na Itália. Depois, as doses de penicilina que deram para minha mãe eram maiores do que ela recebia pelos médicos italianos, e ela perdeu a audição.

O segundo enfrentamento que meu avô teve foi com o exílio. Mesmo com ditadura militar no Brasil, havia uma maior liberdade. Meu avô trabalhava todos os dias. Era muito sistemático, e esse trabalho é também uma consequência desse nível de experiência da perda. Minha avó sempre perguntava “você sabe o que é sair da sua casa depois de vinte e tantos anos? Pegar o que você tem, ir embora e não voltar mais?”

Alguma vez você chegou a conversar com seu avô sobre *Nosotros no sabíamos*?

Trabalhei muito ao lado do meu avô e acho que ele foi um historiador interpretando a realidade de sua época. Ele foi muito adiantado. Nos anos 1990, quando fui trabalhar com ele, começamos a falar sobre o que tinha acontecido, pois enquanto eu crescia, meu avô nunca disse o que ocorreu com o meu tio Ariel. Ele não falava diretamente, ele só fazia. Era uma pessoa de poucas palavras, mas de muito trabalho. A gente não conversava especificamente sobre *Nosotros no sabíamos*, mas esse trabalho foi uma parte de nossa realidade e parte daquilo que meu avô viveu. Hoje, eu consigo ver perfeitamente como

essa obra está materializada pelo que a sociedade aceitou como uma ditadura sóciomilitar. Mas, para além da militância e da denúncia, a arte era o que permitia a ele dizer o que pensava e dizia. E meu avô falava muito sobre a história do Ariel, mas não com palavras, e sim com obras.

O que você já chegou a escutar das pessoas que viram e acessaram em exposições as notícias que estão em *Nosotros no sabíamos*?

Todo mundo fica meio impactado. Essa obra tem uma presença constante em quase todas as exposições do meu avô. E ela carrega essa técnica da fotocópia e de uma reprodução infinita, o que dá um poder enorme, mais do que pode mostrar uma exposição. Ele decidiu reproduzir eternamente essa obra.

Você foi ao julgamento onde seu tio relatou o que aconteceu com Ariel?

Sim, eu fui, e foi muito terrível. Escutei relatos terríveis de outras pessoas também. Os relatos foram estruturados sobre quem esteve na ESMA. Escutei por horas... Fomos embora para o Brasil porque apareceram na casa do irmão do meu avô perguntando pelo meu tio. Foi meu avô que obrigou toda a família a sair. Minha mãe não queria embora, mas ele disse que se a gente não fosse embora, a gente ia morrer. Eu tinha um ano e meio e poderia ter desaparecido.

Entrevista com Andrea Wain

38 anos, historiadora e responsável pela edição do catálogo *raisonné* da obra de León Ferrari em papel.

Data: 9 de fevereiro de 2015

Qual a importância do uso de material jornalístico por León Ferrari na trajetória de sua obra?

Ao longo de sua carreira, León se interessou por notícias de jornais. Ele tinha uma relação com os meios de informação que inclusive o fizeram mudar toda sua obra em 1965, a respeito de sua estética e de seus interesses. León começou a fazer arte nos anos 1950, a fazer esculturas e desenhos. A partir de uma notícia de um jornal com a foto de um submarino que foi usado no Vietnã, ele automaticamente deixa de desenhar e de fazer esculturas, começando a produzir obras que têm relação com a política. Vietnã o afetou profundamente. Fez o seu famoso avião, *La civilización occidental y cristiana* (1965), e depois promoveu uma série de exposições e movimentos em relação à guerra. Antes, em 1964, já trabalhava com material de imprensa e transcrevia notícias de jornais.

Em 1965, León tomou essa decisão a partir daquela foto e foram dez anos seguidos sem desenhar. Em 1968 veio *Tucumán Arde*, onde foi um dos organizadores e ele trabalhou com notícias. Sua intervenção foi, justamente, recortar e reunir notícias que tinham a ver com os casos de exploração dos engenhos da província de Tucumán. Depois, houve *Malvenido Mister Rockefeller* (1969), no qual León e outros artistas organizaram uma mostra em repúdio à visita de Nelson Rockefeller à Argentina.

Até o final da vida importava a León o que diziam os meios oficiais, por assim dizer, levando-o a trabalhar com jornais de maior tiragem da Argentina. Com o livro *Palabras Ajenas* (1967), que é uma colagem literária com personagens da Bíblia e da História, León utilizou recortes de agências de notícias.

Creio que León sempre teve essa sensibilidade de recortar notícias nos jornais no momento em que saíam, e depois isso voltava em uma obra. Em abril de 1976, quando começou a recortar os diários que originaram *Nosotros no sabíamos*, temos notícias que se entremeiam com um monte de informação, como é a prática dos jornais, mas ele se detém em determinados lugares dessas páginas. Em novembro de 1976, ele já tinha uma compilação feita dessas notícias. Depois, em São Paulo, acredito que mandaram a ele por correio recortes e jornais que ele seguiu trabalhando.

A frase *nosotros no sabíamos* também tem a ver um pouco com isso, de recortar notícias que todo mundo lia... Essa frase surgiu depois do livro *Nunca Más*, em 1984. Esse livro tornou públicas essas histórias [de torturas e desaparecimentos], e as pessoas começaram a dizer que não sabiam. Mas na época da ditadura argentina, se falava *por algo será* (algum motivo deve haver).

Por algo será era a frase que a direita usava.

Sim, a direita, mas também as pessoas sem compromisso político. Gente com nenhum tipo de crítica. Alguém comentava “ah, essa pessoa estava na faculdade, no centro acadêmico, sempre com gente esquisita, fumando maconha. Se morreu é porque algum motivo deve

haver”. Essa frase converteu-se depois em *nosotros no sabíamos*, e que tem a ver com 95% da sociedade argentina, e que não é de direita inclusive, dizendo “não nos inteirávamos de nada disso que estava acontecendo”, enquanto as notícias de jornal davam conta de uma determinada situação.

O que você já chegou a escutar das pessoas que leram em exposições as notícias de *Nosotros no sabíamos*?

Tive uma aluna que achou impressionante quando viu a obra exposta no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, e que eram fotocópias coloridas que León doava a todas as instituições. Na montagem no museu, estavam as 83 páginas, uma seguida da outra, e quando terminava, havia uma ampliação enorme com a frase *nosotros no sabíamos*. Ela me disse que quase desmaiou, e era uma jovem que nasceu nos anos 1980 e não teria nenhum vínculo com a repressão argentina.

Em algumas mostras, *Nosotros no sabíamos* já foi exibido com fotocópias em uma mesa para que as pessoas pudessem sentar e passar muito tempo lendo aquelas notícias. Me parece que a obra chega a muitos lugares. É o que León dizia sobre a arte, que não há nenhuma definição sobre ela. Dar qualquer definição é como pôr um limite. Para ele, a arte era como um grão de areia que diz e mostra as coisas que acontecem de outra maneira para que as pessoas pudessem se comprometer e manter vivo algo que poderia desaparecer, principalmente as coisas das quais não se fala e que são esquecidas.

Sobre esse esquecimento, na década de 1990 vimos na Argentina

coletivos e movimentos de direitos humanos realizando *escraches* nos bairros em que os torturadores vivem, denunciando publicamente essas pessoas. Até que ponto *Nosotros no sabíamos* pode ter contribuído também para esses movimentos, para ajudar a recuperar e atualizar a memória sobre os desaparecidos e potencializar as lutas sociais?

León foi uma referência para os coletivos de *escrache*, como o Grupo de Arte Callejero (GAC) e Etcétera. León sempre os abalou em algum ponto. Sinto que essa influência e atualização tem a ver com essa denúncia que León fez quando recortava as notícias e no que o GAC faz quando sinaliza um centro de detenção em um mapa, por exemplo. Esse apontamento é como sair de um lugar-comum, como um jornal ou um mapa, e mostrar as coisas como se tivesse uma lupa para despertar uma consciência.

León também teve essa iniciativa de fotocopiar as páginas de *Nosotros no sabíamos* e doá-las entre amigos, instituições e organizações de direitos humanos. Como você analisa essa estratégia?

Tem duas coisas aí. Uma é o uso da fotocópia. O Brasil foi o lugar ideal para León experimentar muito com a reprodução múltipla. Isso tinha a ver com sua atitude de democratizar a arte, de eliminar a questão aurática para repetir e tornar acessível. E no Brasil, ele também retomou tudo o que havia deixado de lado em 1965 e decidiui dedicar-se 100% à arte. Essa situação de exílio o fez reencontrar a caligrafia abstrata, as esculturas de metal gigantes, a experimentar. Ele sempre atribuiu essa experimentação à relação

que teve com os artistas brasileiros.

Então, por um lado, está esse papel da democratização e da circulação. Por outro, ele discutia muito com os amigos. Muita gente o criticava por ele fazer obras “abstratas”, e se você é um artista político, tem que fazer política, sabe? Mas ele sempre dizia que não interessava se aquilo que ele fazia era arte ou não. O importante para ele era gerar condições de acesso, para o trabalho multiplicar e chegar a mais pessoas. E claro, não fazia isso com um fim evangelizador! Não interessava a ele que as pessoas se tornassem suas seguidoras. Para ele era uma catarse... Do ponto de vista de *Nosotros no sabíamos*, no momento de trauma total, uma situação familiar terrível onde eles deixaram tudo... Difícil pensar que não existe algo aí que não se pode perder na vida. León fazia para iluminar algo. E com isso ele salvou muita gente.

Em que sentido ele salvou?

Na mostra no Centro Cultural Recoleta, em 2004. Revi livros de sala com todas as mensagens deixadas pelo público. Havia mensagens como “tenho 85 anos e agora sei que posso morrer tranquila porque não há inferno”. León lutava por isso, se perguntava por que as pessoas levam toda a vida sendo torturadas por uma ideia e ainda por cima não podem morrer tranquilas! E pior, não há um fim porque é eterno. Ele lidou com esse tema de mil maneiras, mandando uma carta ao Papa, fazendo obras sobre os infernos, assinalando o lugar do inferno em uma torradeira... Mas as mensagens eram incríveis do ponto de vista dos “cliques” que o público tinha a respeito do que ele apontava. Um casal de adolescentes deixando uma mensagem dizendo “o pecado nos invadiu”, e depois falando

no final “agora saímos da exposição mais tranquilos e menos culpados”.

Lamentavelmente, também havia mensagens ruins de pessoas retrógradas, e uma delas foi endereçada a *Nosotros no sabíamos* dizendo a León “não entendo porque você também não desapareceu em 1976”. Mas houve também quem escreveu “obrigado por lembrar”, “por colocar em evidência”, ou “tenho um primo desaparecido e a família nunca falou sobre o assunto, e aqui tenho a possibilidade de reencontrar documentos que falam sobre isso”. A realidade é que estamos em uma cultura em que não se joga luz nas coisas obscuras, a respeito inclusive do segredo familiar em sete anos de ditadura argentina. As pessoas não falam, as pessoas têm problemas para falar sobre o desaparecido em sua família. As obscuridades são deixadas, mas isso funciona como o inconsciente. Se você tapa, isso volta de alguma maneira nos lapsos, nos sonhos, nos chistes. Isso tudo tem a ver com o silêncio. *Nosotros no sabíamos* é uma fonte que está a todo tempo presente, porque na semana passada ouvimos a notícia de que mais um neto desaparecido foi recuperado, ou de que há um novo julgamento de um torturador.

E claro, porque também quando lemos as notícias compiladas em *Nosotros no sabíamos*, vemos que o discurso que está presente em alguns desses textos podem ser vistos como mensagens de terror geradas pelo terrorismo de Estado.

Não sei isso foi buscado de algum modo. Porque as notícias foram publicadas naqueles espaços estreitos que eu imagino que estavam ao lado de

qualquer outra notícia. Eu não sei até que ponto havia uma coisa consciente de parte do meio jornalístico para gerar esse medo. Muitas dessas notícias passavam despercebidas, misturadas com outros assuntos, porque para gerar medo, acredito que teriam que ter outro tamanho e estética. As páginas de *Nosotros no sabíamos* são como fontes e León trabalha com uma dimensão histórica crucial a respeito da memória. Não há nenhum tipo de intervenção da parte do artista nas notícias; o que ele fez foi recortar, colar e colocar a data do jornal. Não sei em que momento ele decidiu que isso era uma obra de arte.

Figura 2.21: Imagem da baldosa produzida por Pablo Ferrari em 2010, com a organização Barrios por Memoria y Justicia, para Ariel Adrián Ferrari. Crédito da imagem: fotografia de André Mesquita. Buenos Aires, fevereiro de 2015.



AQUI VIVIO
ARIEL ADRIAN FERRARI
MILITANTE POPULAR
DETENIDO DESAPARECIDO 27-2-77
POR EL TERRORISMO DE ESTADO
BARRIOS X MEMORIA Y JUSTICIA



Capítulo três:

memórias do invisível

Em Zagreb, Croácia, o artista Mladen Stilinović vem há quatro décadas realizando trabalhos com instalações, registros fotográficos e intervenções efêmeras que examinam as estruturas e ideologias do poder. Usa como materiais gestos cotidianos, palavras, *slogans*, declarações e símbolos sociais e políticos. Sobre suportes acessíveis (papéis, tecidos, plásticos, notas de dinheiro etc.), escreve sentenças que produzem efeitos de confusão, paradoxo, absurdo e crítica.¹ Os poderes aos quais Stilinović refere-se mediante a linguagem escrita e falada são sempre múltiplos:

Quando eu digo poder, não estou apenas pensando no poder do Estado e de suas instituições, mas também em centenas de distintos poderes que se tornam interligados, vindos de lados diferentes. Eles vêm de estados e de indivíduos, do Oriente e do Ocidente, de “amigos” e da administração. Esses poderes podem ser encontrados em toda parte: nos jornais, na linguagem, nas artes, na “liberdade concedida”, na verdade e no meu medo.²

O poder, para o artista, é cínico e, às vezes, sutil. “O cinismo do poder é causado pelo não saber sobre as coisas, e até o desejo de não saber”,³ diz. Impossível não associar essa característica do poder formulada por Stilinović à decisão de “preferir não saber” – a indiferença vinda de parte da sociedade que León Ferrari evidenciou com

as notícias recopiladas em *Nosotros no sabíamos*. Para Stilinović, a arte, comparada ao cinismo do poder, é nada. “Eu estou convencido de que a arte é nada. Nada, dor. [...] ‘Com a linguagem, você aprendeu a noção de dor’, disse L. Wittgenstein, e eu digo: de uma forma dupla, como dor e como linguagem da dor. A dor não está na linguagem. Linguagem inflige dor”.⁴

A relação entre poder e linguagem também está no trabalho em que Stilinović apaga as definições de um dicionário de inglês e as substitui pela palavra “dor” (*Dictionary–Pain*, 2000-2003). Todas as palavras carregam dor, a dor se repete em tudo. Os ocultamentos das definições de um dicionário negam o poder de um sistema de classificação que determina e organiza o que as palavras significam. O poder classifica, determina, produz dor. Para marcar simbolicamente as consequências do poder e do trauma que esse poder provoca, Stilinović fez uma ação onde enterrou três colchões marcados com a palavra *bol* (“dor” em servo-croata). No final, cravou sobre a terra três estacas de madeira, onde não há nomes escritos sobre elas. Apenas a palavra “dor” (Figuras 3.1 a 3.3).

O que uma dor *enterrada*, na terra e no corpo, pode expressar? Carreguei essa pergunta comigo depois de ter assistido *Apelo* (2014), vídeo realizado pela artista Clara Ianni e a ativista Débora Maria da Silva no Cemitério de Perus em São Paulo.⁵ A dor que esse trabalho desvela foi provocada por desapareções involuntárias, ocorridas tanto em nosso passado como no amargo presente que não se encerra. Nas entrevistas de *Apelo*, um problema se confirma: três décadas após o fim da ditadura militar no Brasil, agentes públicos continuam a promover abusos de toda sorte, habituados a torturar, assassinar e fazer desaparecer. A violência de seus atos recai essencialmente sobre a população pobre, negra e indígena brasileira.

Figuras 3.1 a 3.3:
Mladen Stilinović.
Buried Pain, 2000.
Créditos das imagens:
cortesia de Mladen
Stilinović e Branka
Stipančić.



3.1



3.2



3.3

“A prática de tortura no Brasil não cessou em nenhum momento. Agora mesmo temos gente sendo torturada no País. Vemos que essa prática se institucionalizou no âmbito do Estado”⁶, atesta Marcelo Zelic. Impunes, os repressores do regime militar ainda tentam se esconder, beneficiados pela “Lei da anistia”, de 1979, cujos apontamentos ainda são revisados por entidades de direitos humanos. Para essas organizações, a anistia não deve ser concedida aos colaboradores e genocidas da ditadura, que devem ser julgados e punidos por seus crimes, enquanto suas vítimas devem ser reparadas.⁷ Os métodos abomináveis desses executores e de seus mandantes, anteriormente aplicados para deter a guerrilha e o “inimigo comunista subversivo”, foram rotinizados e incorporados à repressão ininterrupta, exercida pelos agentes do Estado em torturas cometidas nos presídios, nas periferias e favelas – transformadas em espaços militarizados – e no enfrentamento dos crimes das grandes cidades. Parte da sociedade brasileira e do discurso conservador aprova os abusos autoritários do Estado legitimando o “extermínio de marginais, desde que

pobres”⁸ e defendendo a tese equivocada de que apoiadores dos direitos humanos são “protetores de bandidos”. A repressão contra o inimigo político, transferida para as camadas mais fragilizadas do País, atinge o cidadão comum classificado como “suspeito”. O “suspeito” é colocado na mira do terrorismo de Estado, que desaparece com sua vida e viola sua identidade, bem como a memória familiar e coletiva – algo que *Apelo* procura mostrar com urgência.

A ordem do Estado democrático de direito no Brasil é dependente de seu aparato repressor, que se utiliza da violência arbitrária e das burocracias de um sistema colapsado, desrespeitando leis e convenções internacionais que definem a tortura e o desaparecimento forçado como crimes de lesa-humanidade. Muito embora o fim da ditadura e o processo de redemocratização no País tenham proporcionado uma articulação cada vez maior dos movimentos sociais e a defesa dos direitos políticos a partir de meados dos anos 1980, os abusos cometidos como norma institucional repetem-se exaustivamente.⁹ O tipo de violência a que me refiro foi analisado por Walter Benjamin como aquela que quer instaurar e manter o direito recorrendo ao poder da *polícia*.¹⁰ Para Benjamin, é falsa a ideia de que os fins da violência policial são os mesmos que os do direito que estruturam as relações humanas:

O “direito” da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido a conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Por isso a polícia intervém “por razões de segurança” em um mundo incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara; para não falar de casos em que, sem qualquer relação com fins de direito, ela acompanha o cidadão como uma presença que molesta brutalmente ao longo

de uma vida regulamentada por decretos, ou pura e simplesmente o vigia.¹¹

A “razão de segurança” é o seu paradoxo. A atuação da polícia no Brasil aplica a violência como uma ferramenta fulcral do racismo e da desigualdade social capitalista, apagando os limites entre a “legalidade” e o “exagero” de seu poder de ordem. Em 2014, houve um crescimento de 97% das mortes cometidas por agentes públicos em São Paulo. 694 pessoas foram mortas por policiais militares, segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, duas pessoas são mortas pela PM todos os dias.¹² Quase sempre a corporação justifica esses casos como “resistência seguida de morte” – um termo mentiroso e evasivo que precisa ser urgentemente eliminado do vocabulário da segurança pública. Os índices alarmantes não param por aí. Um estudo da Anistia Internacional divulgado em maio de 2014 aponta que oito em cada dez brasileiros temem ser torturados em caso de detenção policial. É o maior índice registrado entre os países analisados.¹³ Junto com essa pesquisa, a Anistia Internacional lançou uma campanha intitulada “Chega de tortura”, em que cita como caso recente o do pedreiro Amarildo Dias de Souza, detido pela Polícia Militar na Favela da Rocinha e desaparecido em 14 julho de 2013.¹⁴ Investigações afirmam que Amarildo teria sido torturado e morto dentro de uma Unidade de Polícia Pacificadora instalada na favela carioca. Estado policial, direitos desrespeitados. “Onde está o Amarildo?” tornou-se um grito de denúncia e justiça. São muitos Amarildos que desaparecem todos os dias no cotidiano das periferias, subúrbios e favelas. Como pontua Marcelo Zelic:

O número de pessoas desaparecidas no Brasil atual é assustador. A questão é que existe também uma diferenciação entre crime político e crime comum. O

crime político tem um tipo de tratamento. O crime comum, bem, esses o Estado costuma tocar como vai [...]. Uma família que tem algum parente desaparecido e procura a delegacia, a polícia manda voltar depois de tantas horas. O IML despacha o corpo antes dessas horas e então não tem como bater as informações, sabe? E quando você aciona, o corpo já foi enterrado.

São muitos os “corpos sem sujeito” no Brasil. O poder desaparecedor se *recicla* na sociedade, afirma Pilar Calveiro: “o poder muda e reaparece, a cada vez diferente e igual. Suas formas são subsumidas, tornam-se subterrâneas, para aparecer novamente e renascer”.¹⁵ As histórias também se repetem porque os agentes policiais permanecem impunes e enxergam seus métodos arbitrários como algo que está validado em suas corporações desde muito antes do regime militar. Os legados da ditadura e da história de repressão neste País, particularmente denotados em *Apelo*, estão na *cultura do silêncio* – com sua invisibilidade e corte brutal sobre os resquícios da violência de Estado –, e na *cultura do terror*, termo que Michael Taussig atribui a uma sociedade onde a “tortura é endêmica”¹⁶ desde a relação antiga entre o colonizador e o colonizado. Com efeito, as ditaduras militares do Cone Sul produziram uma *cultura do medo*, cuja herança está sustentada nos abusos regulares da autoridade policial e na ilegalidade das ações praticadas por grupos paramilitares. “A aplicação sistemática de terror por atores armados produz um sentimento generalizado de medo entre as populações locais e torna-se uma arma e uma estratégia locais na luta pelo controle territorial”.¹⁷ O terror, como sugere Taussig, é um estado fisiológico e também social, um modo de pensamento “cujos traços especiais permitem que ele [esse pensar] sirva como mediador *par excellence* da hegemonia colonial: o espaço da morte onde o índio, o africano e o branco deram à luz um Novo Mundo”.¹⁸ Com a tortura e o trabalho explorado sendo usados como forma de controle, a conquista desse

Novo Mundo foi feita do sangue de gerações massacradas. “Lembrem-se que é sangue nosso que rega essa terra, é sangue nosso que dá de beber à lavoura e que dá liga ao cimento a cada nova cidade”, profere Débora em uma das passagens de *Apelo*. É preciso entender a crueldade desse terror para confrontar os cinismos de seu poder. Mas quem tem a coragem de dizer os nomes dos nossos desaparecidos? Que palavras são capazes de explicar as suas ausências?

Maio – dor

Oito anos antes de Clara Ianni e Débora Maria da Silva terem realizado juntas o filme *Apelo*, a periferia de São Paulo testemunhou a maior chacina em massa da história recente do Brasil, que desencadeou o início de uma profunda indignação social. Um acontecimento que mudou para sempre a vida de Débora e de muitas outras mães e famílias cujos filhos, filhas e parentes foram vítimas da violência policial. Era maio de 2006. Após o indulto do dia das mães, a imprensa começou a anunciar rebeliões em mais de oitenta presídios e transferências de detentos das instituições carcerárias do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, foram noticiados ataques a bancos, prédios públicos, postos policiais, viaturas e delegacias. Ônibus incendiados nas ruas dos bairros centrais paulistanos explicitavam a fragilidade dos “enclaves fortificados”.¹⁹ Escolas, universidades, comércio e serviços fecharam as portas e suspenderam suas atividades temerosos com a possibilidade de tumulto. Uma arritmia perturbadora na vida da cidade. Nunca o terror havia chegado tão perto do território espacialmente segregado das classes médias paulistanas. Não havia mais zona de conforto no centro do poder.

Um clima de pânico foi disseminado pelos noticiários que atribuíam a autoria desses ataques ao Primeiro Comando da Capital (PCC).²⁰ Era difícil entender o que

estava acontecendo. As manchetes que apareciam nas TVs e nos jornais, as informações que corriam de boca em boca, traziam uma infinidade de rumores que cortavam os nossos ouvidos e minimizavam certezas. Falava-se sobre o uso de celulares pelos membros do PCC na ordenação dos ataques nas ruas cometidos por seus aliados. Mensagens circulavam nas redes sociais afirmando que o PCC estaria, simultaneamente, cercando e incendiando faculdades e lojas, mas uma simples verificação desses eventos por outras pessoas ajudava a confirmar que os avisos não passavam de boatos. Falava-se também que os agravos contra a polícia seriam uma resposta da facção à transferência dos líderes do PCC para penitenciárias de segurança máxima, em uma tentativa de desmontar a “rede criminosa” que agia dentro das cadeias.²¹ Em todo caso, o que foi vivenciado nas ruas de São Paulo naquela semana que começou no dia 12 de maio e terminou no dia 21 do mesmo mês, trouxe uma sensação geral de medo, em grande parte construída pelo terror midiático e o murmúrio coletivo.

Em 15 de maio, as principais avenidas da cidade ficaram desertas. O transporte público estava paralisado. Três dias depois, foram contabilizadas 293 ocorrências associadas a ações do PCC.²² Os jornais só conseguiam reiterar a mesma palavra, dia após dia: *terror* (Figuras 3.4 e 3.5). A repetição das advertências de terror, como nas notícias recopiladas por Ferrari em 1976, parecia ter, dessa vez, alcançado um nível elevado de ansiedade e indefinição. Transtornada, parte da população dizia não saber explicar como esses ataques teriam sido realizados por um poder paralelo organizado na esfera do sistema carcerário. Foi impossível não perceber em algum grau os efeitos de uma cidade imobilizada que assistia nas televisões e via nas fotografias dos jornais as imagens do fogo. No entanto, quem realmente sentiu no corpo a violência e viu o sangue desses ataques foi a periferia. Suas imagens sequer foram mostradas na mídia.

Durante os ataques, 46 agentes públicos foram mortos e atribuiu-se esses homicídios à ação coordenada do PCC.²³ Em vez de investigar os fatos, a Polícia Militar de São Paulo, com o consentimento do Governo do Estado, respondeu de modo inconsequente com retaliação. No regime militar, os esquadrões da morte tiravam os detentos das celas na calada da noite e os assassinavam para provar à sociedade de que estavam combatendo o crime. As provas de seus atos, segundo os próprios algozes, estavam nos números: incontáveis cadáveres jogados nas ruas. Em 2006, Polícia Militar e grupos de extermínio formados por policiais repetiram os mesmos gestos de nosso grave passado ditatorial. Para a máquina autoritária do Estado, eficiência se alcança aumentando as estatísticas do massacre. Desprezados os direitos humanos, “suspeitos”, ou “pessoas que estavam no lugar errado e na hora errada”²⁴ sem possibilidade de defesa, foram (e são) assassinados para certificar a população de que a ordem foi restabelecida. Há relatos anônimos de casos em 2006 que os policiais militares circulavam nas ruas usando máscaras e dirigindo motos ou carros com vidros escuros atirando aleatoriamente em quem cruzasse seus caminhos. O perfil das vítimas executadas nos chamados “Crimes de Maio” também confirmou-se como o mesmo alvo preferencial da polícia: jovens negros/pardos e pobres, moradores das periferias.²⁵

A justificativa da sociedade para esses assassinatos foi, basicamente, a que se repete nas páginas deste livro: *algum motivo deve haver*. A Polícia Militar de São Paulo executou autores dos ataques ou colaboradores de uma facção criminosa? Relatos posteriores sobre os Crimes de Maio apontaram que 94% das vítimas assassinadas pela polícia não tinham antecedentes criminais.²⁶ O número oficial contabiliza 493 mortos (incluindo os 46 agentes públicos),²⁷ mas levantamentos recentes indicam que 1.300 pessoas teriam sido brutalmente executadas.²⁸ Entre as 493 vítimas, havia 475 homens, 18 mulheres e um

Figuras 3.4 e 3.5:
Reproduções das páginas do jornal *Diário de São Paulo* sobre os ataques de maio de 2006. Créditos das imagens: cortesia Diário de São Paulo.

DIÁRIO DE S. PAULO

ANO 122 • Nº 40.622 • SÃO PAULO • SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2006 • R\$ 1,50



SÃO PAULO X CRIME ORGANIZADO



ÔNIBUS INCENDIADO na Avenida Carlos Caldeira, no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo: bandidos incendiam veículos, mandaram os passageiros saírem, atearam fogo e depois fugiram

Sob domínio do terror

116 ataques contra a polícia feitos por bandidos em SP, 42 na Capital

69 levantes em presídios, com 78 mil rebelados e 230 reféns

62 mortos, sendo 37 policiais, 23 bandidos e dois civis. Feridos: 44

41 ônibus e um loteação foram incendiados por marginais



CARDEA de São Sebastião: rebelião e oito detentos encarcerados



DELEGACIA de Francisco Morato: atacada com dinamite



COM ARMA PESADA, policial flex de proteção em base comunitária na Av. São Luís, Centro

São Paulo está sob o domínio do modo instalado desde a morte de um dos líderes do crime organizado. Em dois dias, uma facção de marginais que ago dentro e fora das cadeiras fez 116 ataques contra a polícia paulista e mandaram 66 mortos em presídios por todo o estado. Os atentados — covardes e feitos com armas pesadas, bombas caseiras, dinamite e granadas — já deixaram 62 mortos, sendo 37 policiais, e 44 feridos. A população, assustada, evita ficar perto de policiais para não virar alvo dos criminosos. Ontem, houve um atentado contra agência bancária e bandidos possuíam a secundária ônibus — 27 só na Capital. Empresas de ônibus da zona Sul e Leste da cidade desistiram retirar a frota das ruas ontem à noite, sem previsão de volta. O governador Cláudio Lembo pôs as forças de segurança em alerta e recusou ajuda do Governo federal. "Estamos retomando o controle da cidade e do estado", disse. Já foram presos 82 suspeitos. **A3 • A8**

CLASSIFICADOS
(11) 3658-8000
EDIÇÃO CAPITAL

PREÇO CADERNO (Cobrança R\$)
São Paulo... A2 e A6
Quarta... A6
Franco... A9 e A10
Franco... A11
Brasil... A12
LUNETES Cobrança R\$... A3 e A12
LUNETES Cobrança R\$... A3 e A9
CLASSIFICADOS... 4 páginas

ISSN 1111-9795
9 771111 977004

AOS LEITORES
A SEÇÃO DE ECONOMIA
ESTÁ NESTE CADERNO

CADERNO DE ESPORTES

Seleção sai hoje

Hoje, o treinador da seleção brasileira de futebol, Carlos Alberto Pereira (foto), anuncia a lista dos 23 jogadores que vão disputar a Copa do Mundo na Alemanha, que começará em 9 de junho. **C1 e C12**



Gol na banheira ajuda o Inter

O Internacional jogou melhor e venceu o São Paulo por 2 a 1. Ao final, venceu o Inter por 2 a 1. **C1 e C12**

Timão ganha no finalzinho e Palmeiras fica só no empate

O Corinthians conseguiu ontem uma suada vitória sobre o Paraná por 2 a 1, em Maringá, com dois gols de Rafael Moura, um deles no último minuto. Já o Palmeiras só empatou com o Cruzeiro em 1 a 1, no Palestra Itália, somando seu primeiro ponto no Campeonato Brasileiro. **PÁGINAS C3 e C5**

EMPREGO JÁ
15.488
VAGAS
nos postos de Prefeitura, CUT e Força Sindical. **A11**

LEIA TAMBÉM
Bancos facilitam financiamento da casa própria **A9**

PF vai investigar dossiê que acusa o presidente Lula **A12**

DIÁRIO DE S. PAULO

ANO 122 • Nº 46.625 • SÃO PAULO • TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2006 • R\$ 1,50

A CIDADE SITIADA

Terror pára São Paulo

► Atentados de bandidos, o medo e também boatos colocam os paulistanos em pânico ► Cidade muda sua rotina: escritórios e lojas encurtam expediente e até escolas fecham



POLICIAL empunha submetralhadora na Rua Teodoro Sampaio. Poinheiros normalmente cheia e esgotada, rua ficou vazia e lojas fecharam as portas

São Paulo, a cidade que não podia parar, parou ontem por medo. A onda de atentados do crime organizado contra a polícia, que começou na sexta-feira à noite, alastrou-se, atingindo ônibus, bancos, estações de metrô e de trem, além de delegacias e viaturas. Ontem, a cidade sofreu com novos atentados, pânico e muitas boatos. Assustados, leilistas fecharam as portas na Capital e em cidades do Interior; escritórios encerraram o expediente e escolas suspenderam as aulas. O paulistano refugiou-se em casa. As ruas já estavam desertas, bares e restaurantes fecharam e até shows foram cancelados. Em quatro dias, houve 181 ataques de bandidos da farda criminal que queimaram e furtaram os bens. Segundo o governo, ocorreram 81 mortes, sendo 39 policiais, 30 bandidos e 12 civis. Como ontem, o rodízio de veículos está suspenso hoje na Capital e ainda pode faltar ônibus, outra vez.

CADERNO ESPECIAL

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

181

ataques à polícia foram feitos por bandidos em quatro dias no estado

81

pessoas morreram no estado, sendo 70 nas ruas e 11 em presídios

57

ônibus foram queimados por marginais, sendo 52 só na Capital

18

agências bancárias foram atacadas no estado, diz sindicato dos bancários

95

suspeitos de realizar atentados foram presos pela polícia paulista

CLASSIFICADOS
(11) 3658-8000

EDIÇÃO CAPITAL

PRIMEIRO CADERNO (Cobertura 2)

São Paulo A2 e A4

Estado A5 e A39

Opinião A12

Brasil/Mundo A12

Sociedade A12

ESPORTES (Cobertura 2) A5 e A6

WEEK (Cobertura 2) B1 e B6

ESPECIAL TERROR 8 págs.

CLASSIFICADO 4 págs.

TELEFONE 1519-6775

0075594677524

16h10 Metrô Se



PAULISTANO lotou estações do metrô, como na São, e cobrou mais cedo para casa



PEDESTRES vivem mais um ônibus incendiado por marginais em Guaxupé



POLICIAL aponta arma para motorista durante blitz na Avenida Angélica

CADERNO DE ESPORTES

SAI A SELEÇÃO CANARINHO

► O técnico Carlos Alberto Parreira vai levar Rogério Ceni (foto) para a Copa. PÁGINAS C1 e C4

Veja os 23 convocados das 32 seleções CS



APOSENTADOS

13 mil podem ficar sem receber no estado de SP AS

Veja listão com 9.522 novos benefícios A19 e A13

total de 2.359 lesões provocadas por tiros, muitos deles disparados à queima-roupa.²⁹ Quatro pessoas permanecem desaparecidas³⁰, segundo dados oficiais, mas esse número deve ser ainda maior.

Primeiro veio o luto. O corpo respondeu à dor. Mães que perderam seus filhos naquela semana sangrenta de maio entraram em depressão profunda. Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública contestaram o genocídio com silêncio e omissão. Acobertaram os crimes praticados por seus agentes. Impunes e amparados pelo sistema judiciário, responsabilizaram as vítimas. As mortes de inocentes? Foram “autos de resistência”, dizem as autoridades. Quanto à apuração dos Crimes de Maio, não há um relatório oficial do Estado esclarecendo os assassinatos.³¹ E como sabemos, polícia não investiga polícia. As famílias das vítimas permanecem sem respostas e sem o julgamento dos responsáveis pelo extermínio.³² Com frequência, o Governo de São Paulo, comandado há duas décadas pelo PSDB, reafirma que não houve abusos por parte da Polícia Militar e que as investigações devem continuar arquivadas.³³ Assim, o Estado busca desencorajar as lutas dos familiares e a atuação de movimentos sociais que buscam informações precisas sobre esses massacres. A burocracia desse sistema guarda a verdade desses crimes como um segredo abominável. Max Weber já analisara no início do século XX que “a administração burocrática é sempre uma administração que exclui o público. A burocracia oculta, na medida do possível, o seu saber e o seu fazer da crítica”.³⁴ É certo que esse segredo de Estado visa omitir o conhecimento de suas ilegalidades, onde a política de segurança baseia-se no binômio repressão e extermínio. Os ocultamentos de informações protegem interesses e aumentam o poder de controle sobre a população, mas é sempre bom lembrar que nem sempre o que está velado permanece inacessível para sempre.

Débora perdeu o seu filho, o gari Edson Rogério da Silva dos Santos, de 29 anos, em 15 de maio de 2006 em Santos, litoral de São Paulo. A caminho de casa, Edson parou em um posto de gasolina para tentar abastecer sua moto. O posto estava fechado. Ele, então, foi até um orelhão ligar para um amigo, pedindo ajuda. Ao voltar para o posto, foi abordado por policiais militares que o revistaram e espancaram. Era noite e havia o rumor de que a cidade estaria sob toque de recolher oficial devido à onda de ataques. Após a abordagem policial, com a moto emprestada do amigo, Edson tentou ir a outro posto para conseguir a gasolina, quando viu o sinal de duas viaturas pedindo para que ele parasse. Os policiais saíram dos carros e dispararam cinco tiros contra Edson. Seu corpo foi encontrado às 23h20 na rua Torquato Dias, rua que na tarde daquele dia ele mesmo tinha varrido. “[Esse foi o dia que] o Estado deu toque de recolher para matar. Ele colocou a população para dentro de casa, para a população não ser testemunha dos próprios crimes do braço armado do Estado”³⁵, afirma Débora. Segundo ela, “há uma suspeita de que meu filho tenha sido assassinado pela Força Tática. Eles são piores que a Rota. São policiais de grupos de extermínio atuando camuflados”.³⁶ Edson foi enterrado com um projétil ainda no corpo, o que confirma o descaso do Estado no caso de um assassinato sem investigação concluída. “O caso do meu filho está parado”, diz Débora. E assinala:

Se prenderem os policiais, ficarão confrontando a bala do meu menino. É uma investigação que não irá a lugar nenhum, pois é um sistema que não funciona. Eles exumaram o corpo do meu filho porque aquilo ali foi um dos piores absurdos do judiciário: pedir o arquivamento da investigação da morte de um menino enterrado com um projétil.

A morte de Edson não foi a primeira perda cruel que Débora viveu pela mão do Estado. Seu irmão, Nicodemus Justiniano da Silva, desapareceu em São Vicente aos 25 anos, no dia 17 de abril de 1982. “Temos conhecimento de que meu irmão foi morto por um policial que tinha a prática de rasgar a barriga das vítimas para elas afundarem no mar”. Em 1992, o ex-marido de Débora e pai de Edson, Edson Barros do Santos, foi agredido e morto por policiais. Débora conta que a morte de seu filho a deixou de cama em um hospital, deprimida, sem vontade de viver.³⁷ “O Estado não arrancou só o meu filho. Ele arrancou minhas trompas, meu útero e meu ovário. Me mutilou como mulher. Eu tenho obrigação de falar isso. Não posso ocultar essas coisas porque não sou mais a mesma mulher”, me disse em seu depoimento.

Quando Débora tomou conhecimento que outras mães da Baixada Santista estavam sofrendo pela morte de seus filhos executados no massacre de 2006, decidiu formar com elas e outros familiares uma organização social independente. O Movimento Mães de Maio criou uma frente de solidariedade e ativismo contra o terrorismo de Estado no Brasil, produzindo atos políticos, discussões públicas e protestos nas ruas, concedendo entrevistas ou ocupando as redes sociais com denúncias, cartas e reflexões. As mães pedem o desarquivamento e a federalização das investigações dos Crimes de Maio de 2006, assim como a desmilitarização da polícia e a reparação material e psíquica das famílias.³⁸ Denunciaram os homicídios de seus filhos e continuam a denunciar muitos outros assassinatos e desaparecimentos no Brasil e no exterior, praticados pelos agentes públicos contra a vítima fatal da violência que é, sobretudo, a população pobre das periferias. Em fevereiro de 2015, as Mães de Maio iniciaram uma Comissão da Verdade para investigar as chacinas, os crimes praticados pelo Estado e os desaparecimentos ocorridos já no período democrático. A comissão também está procurando refletir sobre a cruel

herança deixada pela ditadura através da continuidade do poder torturador/desaparecedor como norma perpetrada pela Polícia Militar.³⁹ Débora afirma que algumas das vítimas assassinadas e desaparecidas em maio de 2006 em São Paulo foram enterradas em valas comuns nos cemitérios de Vila Formosa e Perus. Para ela,

a questão é que as vítimas da democracia ainda não foram ouvidas e o Movimento Mães de Maio tem subsídios para isso [...]. A gente tem uma relação dos nomes dessas pessoas que foram enterradas em valas, que o Estado autorizou sem esperar as famílias e enterraram em menos de 72 horas! Onde elas estão?

As Mães de Maio buscam respostas, encaminhamentos e o direito à vida e à liberdade, abrindo-se também a uma série de colaborações com ativistas, pesquisadores, músicos, escritores e artistas (Figura 3.6).⁴⁰ Elas apoiam iniciativas coletivas de memória, verdade e justiça levadas a cabo por redes e grupos de direitos humanos que combatem a indiferença e o esquecimento desses crimes, assim como os governos que se calam diante dos genocídios protagonizados pelos militares e a polícia.

Inventário de sombras

Há alguns anos, Clara Ianni começou a recuperar a memória política de sua família. Aos poucos, essa pesquisa foi afetando o seu trabalho artístico, levando-a também a aproximar-se das Mães de Maio quando sentiu a necessidade de conhecer e escutar as histórias de luta da organização e as experiências pessoais de suas integrantes. Filha de um casal de militantes que, durante a universidade, participou do movimento estudantil,



decidiu buscar registros e histórias que a ajudassem a compreender uma rede de relações particulares esquecidas com o passar dos anos. Recorreu a fotografias guardadas por parentes e visitou arquivos públicos, onde encontrou documentos como os interrogatórios de seus pais e seu avô, o sociólogo Octavio Ianni, pelo DOPS, quando foram detidos durante a ditadura. Clara me contou suas impressões acerca da relação entre a memória que guardou de seu avô Octavio e os traços do controle militar achados nos arquivos da repressão:

Do meu avô eu não encontrei o interrogatório, mas a ficha que descrevia o que ele fazia, as atividades... Na ficha, tinham todas as impressões digitais dele. Ele já morreu e foi interessante ver esse registro do corpo do meu avô, mas de uma maneira muito perversa. Logo que eu vi, me veio com força a memória afetiva que eu

Figura 3.6: O Movimento Mães de Maio durante o *escrache* realizado em São Paulo pelo Cordão da Mentira contra os torturadores do regime militar brasileiro, 1º de abril de 2012. Crédito da imagem: cortesia de Débora Maria da Silva e Movimento Mães de Maio.

tenho dele, mas através de um instrumento totalmente burocratizado e violento que foi a polícia durante o Estado ditatorial.⁴¹

A recuperação de uma memória familiar mapeada e serializada pela vigilância burocrática do Estado, a mesma memória que é suprimida quando a máquina repressora decide apagar ou fazer desaparecer com os vestígios de suas vítimas, aparece no trabalho de Clara na forma daquilo que chamarei aqui de *inventário de sombras*. Se um repositório público mantém os registros singulares dos corpos identificados e monitorados pelos mecanismos biopoliciais da cultura do terror, classificados como segredos, a produção de um inventário de sombras é o que permite à artista compreender e interpretar os sintomas, operações e efeitos das estruturas oficiais e invisíveis da violência institucional. Tal inventário não consiste em uma rígida catalogação de provas, como um arquivismo fechado em si, mas na reunião de elementos capazes de constituir um projeto artístico como possibilidade de intervenção e diálogo. Clara propõe a reorganização de uma série de discursos e “representações” conceituais e espaciais sobre distintos poderes (estatal, administrativo, capitalista, territorial, militante, simbólico etc.). A palavra “representação” segue entre aspas porque seus projetos não exercitam o jogo de “representar a política” para o mundo da arte, ou de produzir símbolos para uma “política de representação” das lutas ativistas. É um trabalho extradisciplinar que se move para outras áreas do conhecimento (história, antropologia, arquitetura, ciência forense) e reconfigura processos de engajamento e análise social.⁴²

Na elaboração desse possível inventário por Clara Ianni, encontram-se depoimentos, registros visuais, documentos e investigações de campo que conjugam o seu interesse particular em produzir nessas sombras

eclipsadas diferentes visibilidades sobre o que não é visto ou percebido sobre elas, mas que existem concretamente em nossas vidas. Tornar visíveis os crimes cometidos pela violência estrutural como política de Estado é uma parte importante de seu trabalho e do propósito deste livro. Diz a escritora e ativista Rebecca Solnit: “se a invisibilidade protege os torturadores, a visibilidade protege as vítimas”.⁴³ Como prática artística ou investigação militante, é essencial pensar essa estratégia de visibilidade contra a invisibilidade produzida pelo terrorismo de Estado, como um modo de exposição legítima dos fatos, determinações, espaços, redes, sinais e corpos ausentes, com o intuito de confrontar as narrativas oficiais e mobilizar uma memória política sobre os massacres ocultados, estimulando realidades mais justas e conscientes dos efeitos de todo um sistema de ordem e de suas crises. A pesquisa e a produção dessas visibilidades abre espaço para a apresentação de evidências. Como mencionei no capítulo sobre as trouxas ensanguentadas de Artur Barrio, a dimensão *forense* é significativa nos projetos de Clara Ianni com Débora Maria da Silva e o Movimento Mães de Maio, na medida em que o trabalho realizado no formato de um vídeo é tanto um registro de uma investigação como a apresentação da construção de uma verdade pública sobre um acontecimento violento, usando testemunhos, imagens e gestos como meios de “fazer com que as coisas apareçam no mundo”.⁴⁴

No final de 2012, Clara aproximou-se do Movimento Mães de Maio e teve a sua primeira conversa com Débora Maria da Silva por telefone:

Foi uma conversa em que eu falei pouco, mas que a Débora falou muito sobre a articulação do movimento. Depois de um tempo, ela me perguntou se eu não gostaria de acompanhar um processo de terapia coletiva com as Mães de Maio e um grupo de psicanalistas. Nem sabia o que ia acontecer, mas eu fui.

Clara viajou para Santos, onde filmou uma série de sessões de quase cinco horas cada com as integrantes do movimento que perderam seus filhos em 2006 e em ocasiões posteriores. As filmagens acabaram dando origem ao vídeo *Mães* (2013).⁴⁵ Foi um longo processo de edição e diálogo entre a artista, as participantes e os psicanalistas para decidir o que poderia ou não ser incluído no trabalho.⁴⁶ Em uma de suas impressões sobre as sessões terapêuticas com as mães, Clara observa que:

Uma experiência de clínica é um negócio catártico. Você ouve desde xingamento até gente chorando copiosamente, ou uma mulher chegando na sessão com uma receita de dezesseis remédios completamente dopada... Porque passou por um processo de acompanhamento clínico do Estado e foi a um médico que é um criminoso e essa mulher tem depressão e crise nervosa porque o filho foi morto na frente da neta. Chega um médico e receita dezesseis remédios. Ela chega completamente anestesiada! Tudo isso estava presente. Depois, veio a edição do trabalho e como conseguir costurar esse material. Mandava os cortes da edição para o movimento, mas também para os terapeutas, pois tinha a questão da privacidade, de segredo [...]. Os terapeutas têm um juramento da profissão de que as coisas tratadas em clínica não podem ser tornadas públicas [...]. Foi curioso porque eu tive que convencer os terapeutas de que seria fundamental compartilhar esse processo, e foi uma negociação para isso acontecer.

As vozes das mulheres que ouvimos ao longo do vídeo de Clara manifestam a dor associada à morte de um filho que persiste na memória, inscrita no corpo e no coração.⁴⁷ Uma das mães diz: “eu não sinto o meu coração”. O coração

dói, há um vazio, falta alguém, existe um eco que ressoa através de sua voz. Lembremos mais uma vez de Stilinović: *linguagem inflige dor*. A voz é o que temos em comum entre a linguagem e o corpo⁴⁸; as vozes das mães reinterpretem as fatalidades do passado para criar novos mundos em seu estado atual. A força política dessas vozes não está em um discurso vitimizado, mas na potência de tornar pública uma vida absolutamente transfigurada pelas ilegalidades cometidas pelos agentes policiais do Estado, tentando ainda reinventar-se de alguma maneira. Alguns de seus relatos passam pelo fim de toda uma estrutura familiar, o desejo de “sair andando” pelo mundo sem querer ouvir mais as pessoas, maridos que se afastam depois de perder um filho, a vontade de lutar e procurar a verdade sem ter o apoio das próprias famílias. Uma das mães se pergunta: “Não posso falar o nome da minha filha. Por que não posso falar? Ela existe, eu criei, ela tinha vinte anos de idade [...]. Eu preciso, ela viveu, eu carreguei ela na minha barriga”. Com essas vozes, também sentimos a necessidade de pensar com a emoção que seus discursos carregam. A emoção que encontramos nessas falas não é um sentimento irracional que distancia a militância das Mães de Maio de uma razão política. A socióloga Deborah B. Gould considera que é precisamente a emoção inserida na luta dos movimentos sociais que possibilita seus/suas participantes conhecer e compreender seus contextos, compromissos e necessidades:

Como exemplo, considere o “trabalho emocional” que ocorreu com os grupos de conscientização de mulheres nos anos 1960 e início dos 1970. As feministas desafiaram compreensões individualizadas e psicologizadas do que muitas mulheres estavam experimentando como depressão, apontando para as origens sociais daquele estado de sentimento e renomeando-o como *raiva* [...]. O contexto do

movimento de libertação das mulheres ajudou diretamente esse potencial ao nomear um complexo estado afetivo como raiva. As características não estruturadas e não consolidadas do afetar – afeto como potencial, como intensidades ainda não qualificadas – permitem e convidam a esse tipo de interpretação e reinterpretação.⁴⁹

“A raiva é uma energia”,⁵⁰ ela afeta, contagia e sai de um movimento para outros movimentos reforçando perspectivas comuns. Com essa energia, as mães não só recuperam a presença de seus filhos, como também reorganizam suas forças compartilhando histórias de vida e tornando-as conhecidas como um meio de indignação social e lembrança sobre os familiares executados pelas forças do Estado. A memória e as sombras dessa violência que não acabou, mostradas por Clara Ianni e as Mães de Maio, tornaram-se fortemente evidentes no vídeo de *Apelo*, ao expor a topografia do espaço da morte e do desaparecimento como um segredo público.

“Nossos mortos têm voz”

Em um texto intitulado “Niebla negra”, o jornalista espanhol Emilio Silva Barrera descreve a seguinte cena:

A memória é de terra, guarda vozes emudecidas por uma terrível morte, esconde o testemunho dos crimes, o rosto impassível do assassino, a firmeza das mãos que apertam o gatilho, o grupo de pistoleiros que miram com ódio o ser humano que cai abatido com o crânio arruinado, ao examinar os bolsos e finalizar à queima-roupa.⁵¹

Torturado nos porões, o corpo destruído era ocultado para que os rastros de sua identidade e os sinais de violência fossem extinguidos. Laudos de exames falsos eram elaborados por médicos cúmplices do regime militar informando que a vítima havia, por exemplo, morrido em um acidente ou cometido suicídio. Anonimamente, o corpo era enterrado em uma vala para não ser encontrado, impossibilitando a família a tomar conhecimento da morte e realizar o seu ritual de despedida. Ao seguir essa norma, a terra clandestina que guardou esse cadáver quase obliterou uma parte hostil de nossa história. Quase.

Na década de 1970, familiares e militantes de esquerda souberam da existência de uma vala comum quando tentavam localizar presos políticos desaparecidos.⁵² A vala em questão estaria no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, Zona Norte de São Paulo, inaugurado em março de 1971 na gestão do então prefeito Paulo Maluf para atender a população de baixa renda e sepultar indigentes e pessoas sem identificação.⁵³ Duas décadas depois, a suspeita veio definitivamente à público. Em outubro de 1990, o repórter Caco Barcellos realizava uma investigação para uma matéria sobre a venda irregular de caixões nos cemitérios paulistanos, quando chegou a Perus e ouviu de seu administrador, Antônio Pires Eustáquio, a história sobre a existência de uma vala clandestina naquela necrópole. Nessa vala, estariam escondidos os restos de militantes políticos e indivíduos sem identificação, todos enterrados como indigentes.⁵⁴ “Ele calculava alguma coisa por volta de 1.500 ossadas. Isso teria sido feito por parte dos homens da repressão política daqueles anos e ele guardava aquele segredo há muito tempo”⁵⁵, conta o repórter.

No contato de Barcellos com os familiares de mortos e desaparecidos e o cruzamento de informações encontradas em jornais, listas, livros de registro do cemitério e laudos do Instituto Médico Legal – sendo alguns acompanhados por fichas marcadas com a indicação de um “T” de

“terrorista”, escrito em vermelho ao lado de nomes e dados falsificados⁵⁶ –, confirmou-se que presos políticos estavam enterrados em Perus.⁵⁷ Com o apoio da prefeita Luiza Erundina, os familiares de militantes criaram uma comissão de investigação das ossadas do cemitério. No dia 4 de setembro de 1990, a fossa comum de 30 metros de comprimento por 50 centímetros de largura e 2,70 metros de profundidade foi, finalmente, aberta. Entre indigentes, presos políticos e vítimas exterminadas pelo Esquadrão da Morte, comissão, peritos e funcionários municipais exumaram 1.049 ossadas enterradas secretamente, sendo depois transferidas para identificação.⁵⁸ Imagens da vala anônima e das ossadas circularam amplamente nas notícias de imprensa da época.

A exumação é um procedimento técnico que requer uma série de metodologias e saberes especializados (antropologia, medicina forense, arqueologia, arquitetura, história, direito etc.),⁵⁹ sendo essencial como ferramenta de apresentação de evidências analisadas em laboratórios e discutidas em fóruns políticos ou legais. Tal recurso possibilita fazer com que aqueles ossos “falem” publicamente sobre o que aconteceu.⁶⁰ “Entre os vivos e os mortos exumados que o passado fez desaparecer, produz-se um diálogo. Um esqueleto revela aos vivos alguma verdade mediante uma língua corporizada”, menciona o artista-ativista Marcelo Expósito.⁶¹ As “vozes” dos ossos transformam-se em testemunhos. Para que isso aconteça, precisam ser “traduzidas” por pessoas e tecnologias, sendo submetidas à interpretação e à persuasão, a fim de construir uma verdade sobre aqueles episódios ocultos.⁶² Thomas Keenan frisa que as técnicas forenses aplicadas na história dos direitos humanos – cruciais nas investigações sobre os desaparecimentos ocorridos durante as ditaduras na América Latina – são marcadas por uma “inversão assimétrica das técnicas de policiamento do Estado em táticas para resistir e desafiar a injustiça”.⁶³ Allan Sekula chegou a denominar essas táticas usadas a favor dos direitos

humanos de práticas “contra-forenses”, onde “a exumação e a identificação dos corpos anônimos (‘desaparecidos’) das vítimas do Estado opressor tornam-se a chave para um processo político de resistência e luto”.⁶⁴

Keenan e Eyal Weizman atentam ainda para a capacidade da prática forense em suspender as distinções entre “testemunho” e “evidência”, tomando as ossadas encontradas em exumações como provas poderosas para a investigação de crimes e como elementos que reforçam as lutas de familiares e grupos de direitos humanos exigindo justiça e reparação.⁶⁵ Uma potente imagem substanciada da dor e da indignação concretiza-se no encontro emocionado dessas evidências. Quando analisadas e apresentadas, permitem a construção de uma rede de relações com outras pistas, relatos, arquiteturas, espaços e documentos, para que seja possível saber as condições em que uma vítima foi assassinada. Assim, com o aparecimento dos restos do desaparecido, um “instante epifânico”⁶⁶ ocorre nesse processo de exumação: uma memória eminente regressa com grande força.

No local onde estava a vala de Perus, um monumento em homenagem aos desaparecidos políticos e aos cidadãos pobres que foram vítimas da violência policial e dos esquadrões da morte foi erguido em agosto de 1993.⁶⁷ Como desdobramento de sua pesquisa sobre memória política, Clara Ianni visitou diversas vezes o Cemitério Dom Bosco em busca de evidências que a ajudassem a criar um projeto que abordasse a continuidade de determinadas estruturas do Estado ditatorial. A artista relata que uma dessas estruturas, mais especificamente as que deram seguimento ao poder desaparecedor, foi descoberta em suas visitas a Perus, dando origem à elaboração do trabalho audiovisual de *Apelo*:

Fui várias vezes a esse cemitério onde há o monumento da vala comum construído. Fui expulsa várias vezes porque não tinha permissão para fotografar. Uma vez, fui para lá e me expulsaram novamente. Fiz um mea-culpa e comecei a descer alguns metros do cemitério. Lá embaixo, vi que tinha uma outra área que era estranha porque não era como a parte do jardim. Quando olhei para aquela terra meio revolvida, vi um monte de indigentes. Fiquei impressionada e pensei “de onde vêm essas pessoas?” Fui atrás das estacas e nelas estavam escrito SVO [Serviço de Verificação de Óbitos], IML [Instituto Médico Legal]. Descobri que, em Perus, são feitos enterros de indigentes diariamente. Conversando com os coveiros, descobri quando os enterros aconteciam e quando os corpos chegavam. Achei que aquilo era algo importante a ser dito e que tinha que fazer um trabalho ali, e foi então que chamei a Débora. Ela topou e ficou muito interessada na história de Perus. A Débora não sabia desses enterros e ela suspeita que alguns jovens de [maio de] 2006 tenham sido enterrados lá. Há alguns desaparecidos de 2006, não apenas mortos confirmados. É provável que, em Perus, tenha tido alguma coisa naquele período. Mas é complicado, pois os indigentes têm um prazo muito curto de exumação – de três anos, então os de 2006 podem nem estar mais lá.

É intrigante recordar que o projeto inicial do Cemitério de Perus determinava o seu uso para o enterro de indigentes e a implantação de um crematório. Tal ideia causou suspeitas na época, pois indagava-se o motivo de construir um crematório em um cemitério onde são enterradas pessoas sem nome. Por que os militares estavam decididos a sumir *definitivamente* com os restos de alguém por quem uma família, em tese, não procuraria? Em 1976, o plano do crematório foi descartado e não havia um ossário

disponível no cemitério para a acomodação dos restos mortais dos anônimos. Assim, naquele ano, a vala comum foi aberta e as ossadas enterradas nela sem qualquer registro oficial.

O que Clara viu em suas visitas a Perus foi a continuidade de um segredo público guardado há décadas nesse cemitério, e que em parte não é visível e sobre o qual não se fala. Temos conhecimento de que enterros de indigentes ocorrem em algum lugar do mundo, mas não nos pronunciamos sobre esse fato. E por que não falamos disso? Por que não pensamos nessas pessoas que tiveram suas identidades apagadas? Quem elas são? Como elas viveram e em que circunstâncias morreram? A polícia matou essas pessoas? “Sabemos que o sujeito indigente existe, mas não sabemos onde ele está, não sabemos o que aconteceu com ele. Por isso a minha surpresa porque, de repente, eu vi o resto dele ali. E é o resto que não está monumentalizado e que não passou por um processo de tornar-se um discurso”, diz Clara. O que transforma esse segredo público em uma evidência impetuosa não é só o fato de que ninguém sabe e ninguém vê aqueles enterros, a não ser os próprios coveiros que fazem esse serviço e são duramente invisibilizados por seu trabalho. A reminiscência traumática que envolve a história de Perus, por sua transformação em repositório extralegal dos cadáveres da ditadura, exerce um enorme peso sobre os enterros diários de indigentes. Clara considera que Perus mantém uma espécie de “confusão temporal” em sua memória:

[Com esses enterros], tive a atualização concreta e física daquela vala clandestina [...]. Era aquele monumento desmonumentalizado e presente algumas quadras abaixo. Se aquele monumento tivesse se efetivado, isso não estaria acontecendo de novo. Se foi uma experiência traumática e se ela tivesse sido realmente elaborada, isso não estaria se repetindo

[...]. Isso ocorre porque a gente não foi capaz de falar criticamente sobre o que aconteceu. A gente não foi capaz de dizer os nomes de quem desapareceu, a gente não foi capaz de responsabilizar quem estava envolvido. Isso não só com a ditadura, mas com a nossa escravidão, o nosso massacre indígena. Esse continente está fundado basicamente sobre experiências traumáticas, só que a gente não fala disso, como se a gente não tivesse história. Isso é nefasto, principalmente com quem sofreu na história. É por isso que, na bandeira do Movimento Mães de Maio, a primeira coisa que vem é a memória. Direito ao luto. Você precisa ter um lugar de compartilhamento dessas coisas. Senão, fica insuportável.

Entre as diferentes abordagens sobre a natureza dos monumentos, há uma que particularmente me interessa mencionar brevemente e que acredito que se aproxima das considerações feitas por Clara sobre a efetivação simbólica do monumento erguido sobre a vala clandestina. Aleida Assmann cita a análise feita pelo filósofo Jean-François Lyotard de que o trauma pode ser visto como um “esquecimento não pacificado, porque pressupõe que só assim se possa alcançar uma perpetuação estável do holocausto na memória cultural”.⁶⁸ Para Lyotard, o trauma deve permanecer como referência. Com isso, um monumento que perpetua a memória de algo desumano ocorrido no passado se apresenta “como um alívio” desse trauma, uma “recordação encobridora”.⁶⁹ Percebido como um lugar traumático, o Cemitério de Perus acaba, de acordo com o que diz Assmann, “assinalado pela impossibilidade de se narrar a história”.⁷⁰ Uma questão complexa é posta em jogo sobre esse território, onde se convive diariamente com o trauma do terror e a realidade de uma *geografia invisível* desvelada nas imagens de *Apelo*, realizadas durante os enterros diários dos indigentes por Clara Ianni e Débora Maria da Silva em duas difíceis diárias de trabalho

(Figura 3.7). Essa geografia também se converte em lugar de experimentação das artistas-ativistas, na medida em que seus registros mostram a invisibilidade dos enterros anônimos como um espaço que não é nada neutro, mas socialmente produzido, com seus atores, contradições, conflitos, rotinas e ocultamentos.

Quando me refiro à prática de Clara Ianni como um inventário de sombras, compreendo que a artista está organizando esses poderes, discursos, imagens e conceitos de forma a articulá-los publicamente. Penso que a experiência do trauma pode ser reelaborada e transformada em poder de compreensão e participação coletiva nos acontecimentos da vida pública, para que o silêncio impositivo da violência de Estado e de tudo que a acompanha – banalização, descaso, desinformação e esquecimento das arbitrariedades praticadas por militares e policiais – seja denunciado e socialmente confrontado. Qual a expectativa de usarmos a nossa memória como resistência ao esquecimento, de modo a assumir e debater a existência dos legados terríveis da tortura e dos desaparecimentos forçados em nossa sociedade? As memórias dos sobreviventes e as experiências de luto e luta dos familiares das vítimas da violência institucional – como são as das Mães de Maio – têm um grande valor para a construção da verdade sobre os massacres coletivos e suas repetições. Os repressores tentam ocultar os corpos, destruindo-os para que não se saiba o que ocorreu. Porém, como declara Pilar Calveiro,

os enterros de NN são parte da prova, dos restos humanos que revelam que os desaparecidos não sumiram: foram ultimados. Esqueletos que podem ser identificados e permitem reconstruir uma história, a história de uma pessoa com nome e sobrenome que desapareceu em dia e lugar específicos e em cujo cadáver se encontra determinado número de perfurações de bala que

Figura 3.7 (página seguinte): Clara Ianni e Débora Maria da Silva no Cemitério de Perus, durante uma das diárias de *Apelo*, 2014. Crédito da imagem: cortesia de Clara Ianni.





provocaram a sua morte. Os restos de NN são a prova do delito, e onde há delito há delinquente, ou seja, os restos remetem à consciência coletiva, evitando a amnésia.⁷¹

A partir dessas questões que perpassam as situações da memória coletiva e dos vestígios sobre os desaparecidos, o projeto de Clara Ianni e Débora Maria da Silva em *Apelo* surge em um momento oportuno, ao trazer a voz dos que permanecem ausentes. Segundo a historiadora da arte Hilde Van Gelder, uma das características de um filme político é o seu papel de ativar um “potencial mobilizador em relação a repensar a solidariedade humana na sociedade contemporânea, para romper com padrões fixos e ajudar a imaginar alternativas nas formas de novos direitos e deveres fundamentais”.⁷² Parece-me importante reafirmar que *Apelo*, como um trabalho de vídeo e como prática de ativismo artístico, concatena alguns pontos pertinentes em relação a esse potencial de reflexão e engajamento, ao acerrar-se das dimensões da experiência de produção e circulação de imagens e sua relação com o tema dos direitos humanos, desencadeando possíveis debates.

Seria *Apelo* um filme-denúncia? Sua chave argumentativa se acerca ao que Slavoj Žižek chamou de “desconhecido conhecido”, ou seja, “coisas que não sabemos que sabemos e que são, precisamente, o inconsciente Freudiano, o ‘conhecimento que não se conhece’, como costumava dizer Lacan”.⁷³ Existe um *lugar vazio* em nossas mentes e no debate que ainda circula na esfera pública.⁷⁴ Esse lugar é o desaparecimento forçado, a vida humana transformada em algo sem valor. Enterros de indigentes ocorrem todos os dias em Perus, a poucos metros de um monumento em memória às vítimas do terrorismo de Estado. Pobres transformados em NN, enterrados em um terreno silencioso e invisível, sem pronunciamentos sobre suas existências. É forte poder escutar de Débora a sua descrição sobre a primeira vez em que assistiu aos enterros coletivos de Perus durante a realização de *Apelo*:

Foi uma experiência muito difícil e muito sofrida como mãe de vítima e irmã de desaparecido. Eu me pus ali como mãe e também me coloquei no lugar da minha mãe, porque talvez o meu irmão não tenha tido esse destino de uma vala clandestina. Essa experiência foi como uma resposta que eu procurava há 33 anos com o desaparecimento do meu irmão, ciente de que ele não foi enterrado assim, ou foi... [...]

Foi mais ou menos entre 11h30 e meio-dia que vimos os enterros coletivos. O enterro é na calada do meio-dia porque ninguém jamais vai ter a curiosidade de largar o almoço para ver aquilo. Os funcionários do cemitério também sofrem com esse descaso sobre os seres humanos. A primeira diária foi esse enterro que vem direto do IML. A segunda diária foi a do Hospital das Clínicas, com os caixões sem identificação. Após eles serem enterrados, esses caixões recebem um número, e isso pra mim é inaceitável. Um ser humano sendo transformado em número...

O território desses eventos invisíveis é vasto e sua presença é parte de nossa trama urbana. Existe um *punctum caecum* (ponto cego) que Maurice Merleau-Ponty localiza em nossa consciência sobre esse invisível, onde “ver é sempre mais do que se vê”.⁷⁵ A investigação de *Apelo* exerce uma prática de geografia experimental⁷⁶ sobre esse território e no grau de opacidade de seu lugar de memória. Ela deriva pelo caminho dessa geografia ao tentar registrar e ver além do que está sendo dito e contemplado. Em quase treze minutos de vídeo, Clara Ianni registra inicialmente cenas do cemitério onde pequenas estacas de madeira aparecem fincadas na grama. Cada uma delas carrega números, iguais uns aos outros, como a palavra “dor” empregada no enterro dos colchões de Stilinović. Sobre a terra revirada, caminha uma mulher de vestido preto que reconhecemos como sendo Débora Maria da Silva, coordenadora do

Movimento Mães de Maio, em uma manhã de névoa que, forçosamente, se repete (Figura 3.8). É ela quem dá voz aos mortos de nossa história com frases retiradas de alguns de seus discursos, realizados durante atos públicos, em audiências e entrevistas. Lembra das gerações assassinadas por aqueles que obedecem os que estão poder: “é a mão do capitão-do-mato, que está atrás de cada homem fardado” (Texto 3.1). Essa fala também remete ao fato de que, já no século XIX, os principais alvos da violência praticada pelas instituições policiais eram os escravos, frequentemente torturados, os estrangeiros e os indigentes, punidos por “violarem a ordem pública”.⁷⁷ As questões cruciais de nossa cultura do silêncio – o passado sangrento e racista da história colonial e a violência da ditadura militar – continuam latentes nas estruturas sociais do presente. O castigo disciplinar, a tortura e a execução sumária são heranças assombrosas, aplicadas sobre vítimas deliberadamente criminalizadas a que Débora se refere como *filhos* que “não morreram terroristas e nem como escravos [...]. Foram nossos filhos que morreram indigentes, sem a proteção das leis e sem a satisfação do dinheiro. Foram nossos filhos que morreram, não tiveram funeral, não viraram monumento e nem nome de rua”.

A memória do desconhecido, sem lembrança, sem sepulcro, reluz sobre a camada profunda do conhecimento que não se conhece. No vídeo, ao passar pelo monumento de Perus, Débora pergunta como o poder ainda consegue negar a sepultura dos nossos e enterrá-los sem nome (Figuras 3.9 e 3.10). O teórico de cultura visual Nicholas Mirzoeff assinala que o terror fascista procurou usar as massas para tornar os seus líderes visíveis e projetar uma sombra que pudesse invisibilizar e normalizar o genocídio que estava em curso: “o trabalho do genocídio foi tornar o Outro permanentemente invisível”,⁷⁸ afirma Mirzoeff. Os Crimes de Maio não podem tornar-se uma normalidade para que o Estado e o racismo policial projetem a sombra de seu autoritarismo sobre os que estão



vulneráveis e socialmente invisibilizados. A memória tem um lugar importante nessa recusa; é ela que faz de um acontecimento como os Crimes de Maio algo “impensável que nos faz pensar”.⁷⁹ Traumas podem se converter em pontos de reflexão e quebra de um silêncio anestesiante, obrigando-nos a “repensar tudo sob a luz da experiência da barbárie com uma dupla finalidade que se confunde: fazer justiça ao passado e evitar a sua repetição”.⁸⁰

É preciso, sim, “lembrar dos mortos” (Figura 3.11), para que isso não mais aconteça como tragédia a ser olvidada. A voz de Débora em *Apelo* é uma construção sincera, carregada da virtude de “parresía”: o discurso verdadeiro no campo político e dirigido “à consciência dos outros”.⁸¹ Parresía é dizer a verdade com a coragem de correr perigo, algo que Débora assume como uma condição de denúncia e resistência – não deixar que a memória dos filhos assassinados seja enterrada e esquecida, “mesmo que me ameacem com fuzis, mesmo que me aprisionem com as leis”, assegura. Suas frases elaboram um contradiscurso sobre a cultura do terror⁸², que apresenta a violência revelada na passagem final do vídeo. Essa revelação é a parte mais poderosa de *Apelo*: as imagens do monumento

3.8

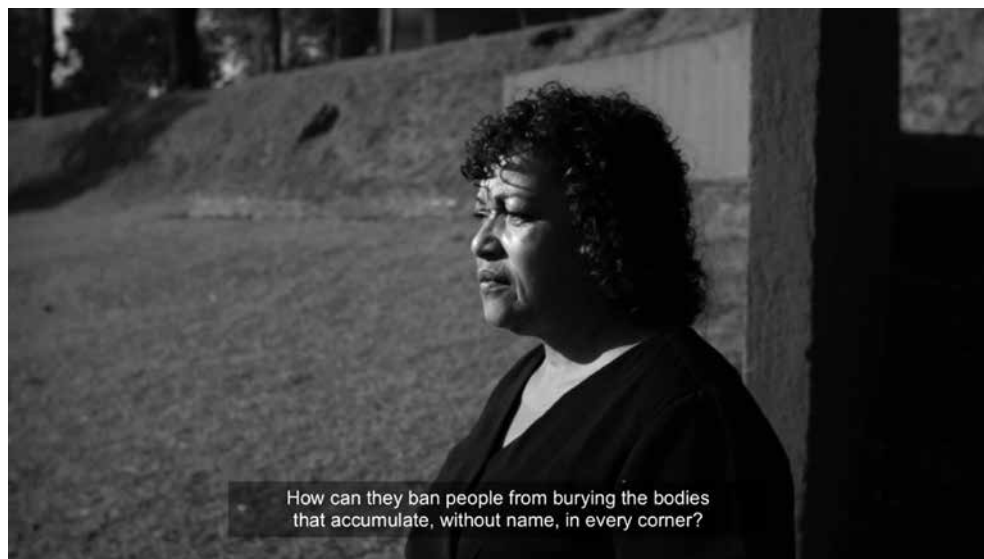
Figuras 3.8 a 3.13:
Clara Ianni e Débora
Maria da Silva. *Apelo*,
2014. Crédito das
imagens: cortesia de
Clara Ianni.



3.9

de Perus praticamente se desabam quando o vídeo mostra a sequência dos enterros de indigentes realizados todos os dias no cemitério (Figuras 3.12 e 3.13). Débora assiste ao enterro anônimo e às chegadas dos corpos carregados pelos coveiros. Com as covas abertas, os caixões são jogados rapidamente nas valas. As tampas dos caixões se soltam, eles se preenchem de terra e lixo. Parece não existir tempo para pensar em arrumar, melhorar o cenário, ajeitar os corpos. Os enterros são feitos em uma linha de produção que dura alguns minutos. Dez, quinze corpos por dia. Um sistema fordista de valas, a produção em série de uma fábrica de desaparecimentos, uma atividade que se repete e cuja consequência é também a morte social do trabalhador, do coveiro que executa este ofício de sol a sol.

Entre o final de um enterro e o início de outro, os coveiros conversam, liberam pistas sobre a rotina diária de seu trabalho, registradas no som ambiente de *Apelo* – “amanhã é que desce o ‘sarapatel’” (como são chamados os pedaços de corpos), “a geladeira estava lotada ontem”. Um outro enterro começa. Um caixão é colocado na cova com a ajuda de cordas. A tampa se abre pela força com que o caixão é despejado; podemos ver uma parte do cadáver contido nele.



Trazida pela enxada, a terra é jogada por cima do caixão entreaberto, até fechar a cova, e finalmente receber uma estaca com um número. Não há cerimônia, despedida, família, mas corpos semi-ocultos que muitos “preferem não saber”. Nos diálogos que Clara Ianni e Débora Maria da Silva tiveram com os coveiros durante as filmagens, eles manifestaram suas dificuldades em trabalhar nesses enterros. Segundo Clara,

3.10

[os coveiros] brincavam comigo dizendo “você vai ter que pagar a nossa cachaça. Sem cachaça a gente não consegue”. Todos os dias eles saem do cemitério e vão encher a cara de cachaça porque eles não aguentam [...]. Imagina, se você é um coveiro de um cemitério e enterra as pessoas da maneira que a gente conhece, quando chega um corpo, tem um cortejo de despedida da família, onde há uma dignidade mínima de morte e aquela pessoa merece uma lembrança. Outra coisa é trabalhar enterrando vinte corpos putrefatos por dia onde não tem família. Em três minutos eles enterram três pessoas. Em vinte minutos, enterram vinte, sem absolutamente ninguém.



Como viver emocionalmente essa rotina do invisível? O que esses vestígios poderão nos dizer um dia? A revelação desses episódios em *Apelo* é a exposição ritualizada desse segredo público, fazendo jus à sua intensidade.⁸³ “Nossos mortos têm voz!”, repetem as Mães de Maio. As vidas e os vestígios dos desaparecidos se levantam todas as vezes que esse grito ecoa como um golpe sobre o silêncio de uma falsa normalidade. Já disse Paulo Freire: “‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele”.⁸⁴ Não existirá tranquilidade enquanto houver um poder policial que mata, tortura e desaparece com as pessoas de forma injusta e arbitrária para provar que estamos “protegidos” dentro desse sistema, vivendo em nossos lares e zonas de conforto. O apelo é urgente. Precisamos falar sobre o desconhecido conhecido.

3.11



3.12



3.13

Apelo

Levaram nossos filhos, nossos irmãos, nossos pais, nossos avós, nossos bisavós e tataravós, todos mortos no mesmo dia, esse dia longo que persiste em não acabar.

Foram mortos pelas mesmas mãos que mudam de corpo. Mãos do mando de gente que tem as leis, o dinheiro e as armas a seu favor. É a mão do capitão-do-mato, que está atrás de cada homem fardado. É a mão de gente que dá nome às avenidas e estradas que atravessam essas terra.

Mas lembrem-se, foram nossos filhos que morreram indigentes, sem a proteção das leis e sem a satisfação do dinheiro. Foram nossos filhos que morreram, não tiveram funeral, não viraram monumento e nem nome de rua.

Como eles ousam negar a sepultura dos nossos?
Como se proíbe enterrar os corpos sem nomes que se acumulam por todos os cantos?

Eles viveram. Viveram 13, 15, 20, 30 e 40 anos. Nós carregamos eles em nossa barriga. Nós demos à luz, nos demos a vida e isso nós não vamos esquecer.

Por que que não podemos falar o nome dos nossos filhos?
Por que querem que a gente esqueça o nome deles?
Por que que querem arrancar esse pedaço de nós?

Não esqueceremos essa parte amputada, essa dor que dói como uma fisgada no membro que já não existe mais.

E vocês, vão ajudar a minha mão a erguer os mortos? Vão me ajudar a erguer esse túmulo?

Não deixe que meu grito se transforme numa palavra muda a ecoar pela paisagem. Me ajudem a barrar a rajada das metralhadoras.

Pois, não se esqueçam, eles morreram como filhos, irmãos, pais e avós, não como terroristas e nem como escravos.

Lembrem-se que é sangue nosso que rega essa terra, é sangue nosso que dá de beber à lavoura e que dá liga ao cimento a cada nova cidade.

E se querem secar nossas lágrimas, e se querem que nossos mortos virem comida de saúva, é nosso dever não deixar. Mesmo que me ameacem com fuzis, mesmo que me aprisionem com as leis.

Não podemos ter medo. Não podemos ter medo da bala, não podemos ter medo do açoite! Eles não vão viver alimentados do meu medo.

Temos que lembrar dos mortos. Temos que lembrar dos nossos. Esse é o dever dos vivos. E esse trabalho não é um trabalho perdido.

Texto 3.1: Clara Ianni e Débora Maria da Silva. *Apelo*, 2014.

Cortesia de Clara Ianni e Débora Maria da Silva.

Entrevista com Clara Ianni

27 anos, artista

Data: 29 de janeiro de 2015

Suas primeiras obras foram compostas por objetos, como a pá em *Trabalho Abstrato* (2010) – situada como uma crítica marxista da sociedade. Depois, vi o vídeo *Mães* (2013), que você realizou em uma sessão de terapia com as mulheres que formam o movimento Mães de Maio. Você sente que essa aproximação com as Mães de Maio foi um ponto de mudança na trajetória do seu trabalho?

Vejo mudanças e diferenças desses momentos. Essa primeira leva de trabalhos está muito informada pela educação que eu tive no campo das artes visuais na USP. O Departamento de Artes da USP é extremamente formalista, tem uma necessidade quase que fundamental do objeto, dessa mediação. Aquilo tem uma importância muito grande e, de uma certa maneira, eu tentava discutir isso. Ao mesmo tempo, muitos desses objetos que eu fiz eram provocações para certas circunstâncias dentro do espaço expositivo. Ou era um objeto para você destruir, ou para roubar – eram objetivos que provocavam uma série de conjunturas de ação do próprio espectador.

Fui estudar fora algumas vezes. Primeiro, fui para Paris, voltei, e depois para Berlim. Acho que isso tem um fator importante, abriu certas portas. Comecei a desenvolver uma capacidade linguística mais afinada, ler textos em outros idiomas, percebi melhor que o debate não se encerrava naquilo que eu tinha aprendido lá na USP, visitar exposições e ver coisas diferentes. Quando trabalhei na 7ª *Bienal de Berlim* em 2011 com o Artur Żmijewski,

fazendo assistência de curadoria, fui entendendo sobretudo o contexto polonês, do qual eu me aproximei muito. Tinham questões do ponto de vista econômico, político e social que eram semelhantes às nossas. Mas os artistas contemporâneos respondiam de maneira diferente de nós. Claro, temos [Hélio] Oiticica, Lygia Clark, mas acho que isso se perdeu em algum momento de nossa historiografia.

O que era diferente?

Era ver o objeto de arte como um elemento completamente desnecessário. Temos interesses em comum, como ver a politização de certas relações, mas a maneira como eles suscitavam isso era de maneira completamente distinta. Era com vídeo, ou com os próprios artistas provocando... Fui também fazer um mestrado em Antropologia, pois eu já entendia que não encontrava lugar para trabalhar com as questões que eu queria dentro do campo da arte. Com todo esse processo nas artes visuais, tem uma atividade minha que nunca se perdeu, que é a militância. Estive sempre muito próxima a coletivos e movimentos, como o Movimento Passe Livre, o Espaço Impróprio, grupos de teatro, a Rádio Várzea – que é um coletivo de rádios piratas autônomas – e mais tarde das Mães de Maio – compreendendo que era sempre muito difícil operar nesses dois lugares e conseguir juntá-los. Esse lugar é um risco, mas não tem que temer e assumir as contradições.

A gente conhece o potencial de fetichização sobre os movimentos, mas sabendo dessa contradição, não deixa esse risco se sobrepôr a uma potência política de produzir colaboração, de dividir uma infraestrutura financeira ou de um espaço, como foi a prática com

a Débora na 31ª *Bienal de São Paulo*. Não era só fazer um trabalho, mas tem algo que muitas vezes fica invisível, e que pouca gente pergunta, que é a articulação política. Quando eu chamei a Débora, chamei para ela ser autora do trabalho, e isso também envolvia uma certa proteção jurídica, envolvia ela receber cachê, ela ter um lugar no catálogo pra escrever – uma série de coisas que eu achava importantes.

Antes de falar sobre o seu trabalho com a Débora, queria voltar um pouco e te perguntar o seguinte. Uma vez você publicou no Facebook uma foto de sua mãe retirada de um arquivo do DOPS. Seus pais também foram militantes?

Meus pais foram de movimento estudantil. Meu avô, o sociólogo Octavio Ianni, também se envolveu com política. Até hoje o meu pai, Tin Urbinatti, atua em alguns núcleos de anistia. Minha mãe, Áurea Maria Ianni, militou na Refazendo com o meu pai, uma tendência que existia dentro da USP, e eles eram estudantes de ciências sociais. Eu achei meus pais nesse documento organizado pelo DOPS de estudantes dentro da universidade. Meu pai trabalhou a vida toda no Banco do Brasil e ele tinha um grupo de teatro nas [ciências] sociais que montava textos políticos, fez parte do sindicato dos bancários. Depois, ele montou o Grupo de Teatro Forja no ABC, no final do período militar. Era um grupo que montava peças com metalúrgicos no momentos mais tensos das greves no ABC, e não era uma atividade facilmente engolida pelo regime.

Achei fichas dos meus pais, do meu avô e dos meus tios no Arquivo do Estado. Minha mãe só foi detida em um congresso que houve na PUC, mas meu pai e avô foram presos e torturados.

Meu pai passou pelo DOPS e ele tem toda a conversa registrada em uma ficha. Aconteceu um cruzamento das histórias que eu ouvia dele e daquele registro institucional, que é uma coisa completamente distinta, separada da experiência afetiva que eu tenho com ele. Do meu avô eu não encontrei o interrogatório, mas a ficha que descrevia o que ele fazia, as atividades... Na ficha, tinham todas as impressões digitais dele. Ele já morreu e foi interessante ver esse registro do corpo do meu avô, mas de uma maneira muito perversa. Logo que eu vi, me veio com força a memória afetiva que eu tenho dele, mas através de um instrumento totalmente burocratizado e violento que foi a polícia durante o Estado ditatorial.

E a conversa com seus pais sobre esse período sempre foi aberta? Eles contavam essas histórias pra você, ou era algo que não se falava?

Não que isso tenha virado um segredo, um tabu ou trauma na família. Mas eu estudei em uma escola católica na Zona Sul de São Paulo e dificilmente tinha um ou outro amigo com uma experiência semelhante. Eu ouvia essas histórias, mas não encontrava identidade na escola. Quando eu falava sobre política nas aulas, era sempre vista como a pessoa “de esquerda”. Em casa, acho que meus pais não encontraram mais lugar dessa representação dessa memória, talvez por conta do processo político que viveu o Brasil, ao longo desse processo. Essas narrativas acabaram tão desacreditadas que nem mesmo meus pais queriam falar mais. Meu pai sempre foi um cara que falou disso e eu me lembro, quando mais nova, de minha irmã dizendo “lá vem ele de novo com essa conversa”, e isso parecia

quase uma paranoia individual... Porque se a sociedade não fala dessas coisas, e do ponto de vista mais ampliado torna-se um segredo, isso tudo vira um trauma.

Como a estrutura da família foi se rompendo com o tempo e perdendo a conexão um com o outro, a gente foi perdendo memória também. Por conta dessa perda eu comecei a ir atrás de certas coisas. Fui visitar minha tia, minha avó, ver fotografias, perguntar sobre pessoas que não lembrava para começar a construir uma certa totalidade. Ao investigar individualmente esse processo da memória, isso tudo foi afetando o meu trabalho, chegando a uma memória que não é apenas minha, mas é uma memória social, dividida da minha família com outras famílias, com vizinhos, com companheiros de militância.

Foi nessa pesquisa da memória que você se aproximou do movimento Mães de Maio?

Eu já acompanhava o movimento. Mas por fazer essa pesquisa com relação à minha própria memória política, cheguei a uma sensação de urgência de querer conhecer a Débora. No final de 2012, pedi para ser apresentada a ela através de um camarada da Rádio Várzea, e então conversamos pelo telefone. Fiquei muito impressionada porque ela tem uma força tremenda. Foi uma conversa em que eu falei pouco, mas que a Débora falou muito sobre a articulação do movimento. Depois de um tempo, ela me perguntou se eu não gostaria de acompanhar um processo de terapia coletiva com as Mães de Maio e um grupo de psicanalistas. Nem sabia o que ia acontecer, mas eu fui. Levei minha câmera e fiz aquele processo

de filmagem vários encontros, de quase cinco horas de duração cada, que acabou virando o *Mães* (2013). A reparação psíquica é uma das pautas do movimento.

O que você sentia ao escutar as histórias que eram compartilhadas durante as sessões de terapia?

Eu sentia muitas coisas. Primeiro porque eu ia pra Santos sozinha, com uma câmera na mão. Havia a preocupação desde saber se a filmagem estava funcionando, mas tem uma pessoa contando uma coisa que te emociona em um grau... Ao mesmo tempo, você também precisa ter um descolamento daquela história pra saber se aquilo está funcionando. Eram relações muito confusas que aconteciam todas no mesmo momento. Eu tinha um sentimento de identificação com certas histórias, ou algo que me tocava emocionalmente a ponto de chorar, de ficar abalada. Concomitante a isso, havia um sentimento de urgência, de ter que estar ali. Não era um sentimento de ONG, sabe, de achar que eu precisava chegar nessas pessoas. Não é, pois elas são completamente capazes de tocar a luta delas. Eu senti uma urgência de estar próxima daquilo, de ouvir aquelas coisas, de me educar emocionalmente através daquela experiência.

Uma experiência de clínica é um negócio catártico. Você ouve desde xingamento até gente chorando copiosamente, ou uma mulher chegando na sessão com uma receita de dezesseis remédios completamente dopada... Porque passou por um processo de acompanhamento clínico do Estado e foi a um médico que é um criminoso e essa mulher com depressão e crise nervosa porque o filho foi morto na frente da neta. Chega um médico e

receita dezesseis remédios. Ela chega completamente anestesiada! Tudo isso estava presente. Depois de tudo isso, veio a edição do trabalho e como conseguir costurar esse material. Mandava os cortes da edição para o movimento, mas também para os terapeutas, pois tinha a questão da privacidade, de segredo.

Qual era o segredo?

Os terapeutas têm um juramento da profissão de que as coisas tratadas em clínica não podem ser tornadas públicas, pois isso tem uma dimensão de privacidade. Foi curioso porque eu tive que convencer os terapeutas de que seria fundamental compartilhar esse processo, e foi uma negociação para isso acontecer. À medida em que eu senti que aquelas filmagens poderiam ter um conteúdo interessante, e que esse conteúdo criava uma sintaxe para virar um trabalho, comecei a entrar em contato novamente com os psicólogos e mediar uma conversa com as mães para decidir o que colocar ou não no vídeo. O vídeo documenta sem usar um esquema clássico de entrevista, mas ele se compõe através de uma multiplicidade de vozes. Apesar de estar centralizado na figura da Débora, Mães de Maio é um movimento que é feito por muita gente – de quinze a vinte mães que vêm e vão, e a maioria vive na Baixada Santista. Essa parceria de trabalho com a Débora também se desenvolveu para uma amizade e de colaboração vinda dos dois lados.

O que é colaboração pra você?

Acho que é um processo interessante de trabalho. Com colaboração, você aprende muitas coisas do ponto de vista político, o que é bastante pedagógico. Por exemplo, você pode

querer passar suas decisões a qualquer custo, mas você tem que ter o mínimo de capacidade de negociação. Tem que aprender a denegar, tem que aprender que o seu interesse não é necessariamente o que prevalece. O outro tem que fazer o mesmo com você. Tem que encontrar um território comum de construção, e isso é um aprendizado. Sobre tudo em uma sociedade que não está organizada para isso – e nem mesmo a família ou as amizades têm mais esse universo de partilha. Descolonizar esse lugar e fazer isso junto com uma outra pessoa é interessante. Hoje, aquilo que a Débora e eu fazemos juntas tem uma força maior porque a gente já se conhece muito, nós dividimos muito e cada uma reconhece o seu respectivo território de disputa. Existe uma escuta de uma com a outra.

Foi a partir dessa escuta que surgiu o *Apelo*, ou vídeo nasceu mesmo através do convite da 31ª Bienal de São Paulo?

Meu contato com a Débora nunca acabou. Às vezes eu ajudo a Débora fazendo uma arte para alguma coisa do movimento, acompanho e filmo as mães em atividades que elas estão fazendo, ou em audiências. Não tínhamos nenhum projeto específico, mas aí a Bienal me convidou e eu estava pesquisando algumas coisas relacionadas à ditadura, sobre as valas... Estava indo atrás dos torturadores.

Você chegou a comentar comigo sobre umas escutas...

É. Eu comprei uma escuta de telefone e aí eu ficava ligando pros torturadores, tentando falar com eles. Fui atrás de notícias de jornal que citavam os nomes deles. Consegui um documento, através do Grupo Tortura Nunca Mais,

de acusações de alguns torturadores que deveriam ser investigados. Depois que a Comissão Nacional da Verdade começou a investigar, apareceram alguns nomes, mas eram os nomes maiores. Eu fui atrás desses nomes e descobri uma lista telefônica na internet em que eu conseguia fazer uma busca. Fui pegando os diferentes números de telefones com o mesmo nome e ligando. Às vezes eu ligava e dava engano, a pessoa não era o torturador. Em outras vezes, o cara tinha morrido, ou alguns se fingiram de surdos quando perceberam.

Mas teve um que eu consegui fazer uma conversa de duas horas. Disse a ele que eu era uma artista e que eu estava fazendo um trabalho de escultura e eu queria convidá-lo pra fazer algo comigo. Ele ficou desconfiado no começo, perguntou onde eu consegui o telefone dele, disse que tinha uma bina com o meu número, mas ele me contou várias coisas. Fiquei muito impressionada com os detalhes que ele me deu sobre como os torturadores eram treinados, falou de certas operações, de certos centros. Eu, que nem sou um órgão de Estado, estava ouvindo aquilo...

Eu também tinha visitado o cemitério de Perus, o da Vila Formosa, tinha ido ao Arquivo Público do Estado. Comecei a elaborar um projeto que fosse para pensar a memória não como algo que se dá no passado, mas a memória que também diz respeito ao presente. Era para falar de agora, até porque, como sabemos, há uma continuidade de certas estruturas de Estado, de administração, policial e econômica que não acabaram com o fim da ditadura.

Quando visitei Perus, comecei a pensar nisso. Fui várias vezes a esse cemitério onde há o monumento da vala comum construído. Fui expulsa

várias vezes de lá porque não tinha permissão para fotografar. Uma vez, fui para lá e me expulsaram novamente. Fiz um mea-culpa e comecei a descer alguns metros do cemitério. Lá embaixo, vi que tinha uma outra área que era estranha porque não era como a parte do jardim. Quando olhei para aquela terra meio revolvida, vi um monte de indigentes. Fiquei impressionada e pensei “de onde vêm essas pessoas?” Fui atrás das estacas e nelas estavam escrito SVO [Serviço de Verificação de Óbitos], IML [Instituto Médico Legal]. Descobri que, em Perus, são feitos enterros de indigentes diariamente. Conversando com os coveiros, descobri quando os enterros aconteciam e quando os corpos chegavam. Achei que aquilo era algo importante a ser dito e que tinha que fazer um trabalho ali, e foi então que chamei a Débora. Ela topou e ficou muito interessada na história de Perus. A Débora não sabia desses enterros e ela suspeita que alguns jovens de [maio de] 2006 tenham sido enterrados lá. Há alguns desaparecidos de 2006, não apenas mortos confirmados. É provável que, em Perus, tenha tido alguma coisa naquele período. Mas é complicado, pois os indigentes têm um prazo muito curto de exumação – de três anos, então os de 2006 podem nem estar mais lá.

Você diz que descobriu esses enterros, mas você nunca tinha ouvido falar sobre eles?

Eu estava indo ao cemitério para ver a vala clandestina exumada na década de 1990. Ok, o cemitério é usado para enterros com famílias, isso nós sabemos. Só que lá eu tive a atualização concreta e física daquela vala clandestina. Um enterro naquela escala que eu vi era praticamente uma

vala atualizada. Era aquele monumento desmonumentalizado e presente algumas quadras abaixo. Eu sabia conscientemente, mas não sabia que ali aconteciam aquelas coisas. E também porque ninguém vai, ninguém fala. Você não lê sobre esses enterros em lugar algum. Por isso que eu descobri, não é um segredo.

Sabemos que o sujeito indigente existe, mas não sabemos onde ele está, não sabemos o que aconteceu com ele. Por isso a minha surpresa, porque, de repente, eu vi o resto dele ali. E é o resto que não está monumentalizado e que não passou por um processo de tornar-se um discurso. Eu estava ali com aquilo que é o nada, do ponto de vista da fala.

O cemitério de Perus tem essa confusão temporal. Se aquele monumento tivesse se efetivado, isso não estaria acontecendo de novo. Se foi uma experiência traumática e se ela tivesse sido realmente elaborada, isso não estaria se repetindo. O fundamento do trauma é esse. O trauma é uma experiência de tanta dor que você não encontra representação na linguagem... Talvez o trauma seja um segredo. E se você não é capaz de criar uma linguagem, de encontrar uma imagem capaz de conter essa representação, você fica repetindo isso quase como um sintoma. Você não é mais sujeito daquilo porque não é mais capaz de elaborar história, sabe? Passo por um trauma e sou incapaz de falar sobre ele, só que de repente eu começo a ter algo no braço, um tique. Esse é o lugar de representação desse trauma. Isso ocorre porque a gente não foi capaz de falar criticamente sobre o que aconteceu. A gente não foi capaz de dizer os nomes de quem desapareceu, a gente não foi capaz de responsabilizar quem estava envolvido. Isso não só

com a ditadura, mas com a nossa escravidão, o nosso massacre indígena. Esse continente é fundado basicamente sobre experiências traumáticas, só que a gente não fala disso, como se a gente não tivesse história. Isso é nefasto, principalmente com quem sofreu na história. É por isso que, na bandeira do Movimento Mães de Maio, a primeira coisa que vem é a memória. Direito ao luto. Você precisa ter um lugar de compartilhamento dessas coisas. Senão, fica insuportável.

O Elias Canetti afirma que, quando um segredo é revelado, ele surge como uma explosão. Talvez todos esses segredos das valas parecem nunca explodir porque não existe um lugar para isso acontecer.

Eles não explodem, mas, ao mesmo tempo, eles vão se degradando. Não é à toa que a Débora fala que a doença que vai matar o movimento é o lugar da injustiça. Várias mães estão morrendo daquilo que ela chama de “doenças oportunistas”, de uma mulher que tem uma depressão, nunca mais se levanta da cama e morre. Ou de câncer. Começa a consumir e não tem lugar, e o lugar de representação é a doença porque ninguém reconhece! A mulher começa a falar da sua perda e é tida como louca. O Estado não reconhece, a sociedade não reconhece.

O monumento é um vestígio da memória, como diz o Le Goff, e também de valorização à recordação que está relacionada à morte. Muitos artistas e ativistas refletem sobre a ideia de antimonumento, de nós criarmos os nossos próprios monumentos para contarmos a história que não é a dos vencedores. Quando você fala em monumento, você pensa nessa chance de

construirmos monumentos que reconheçam essa perda a qual você se refere?

Falo em vários monumentos, mas estou me referindo aos monumentos que conhecemos. A questão é que essa necessidade e materialidade de construir a história através de monumentos, por si já é uma estrutura epistemológica dominante de quem subjugou uma comunidade. Talvez a própria atualidade já nos mostre a não necessidade de ter monumentos como a maneira clássica que conhecemos. O *Apelo* mostra essa desconstrução do monumento que está erguido em cima da vala e com a mesma dimensão dela. Começa em planos fechados e, quando ele chega à uma visão geral do monumento, há um corte para uma estaca que é uma atualização desse monumento, mas de uma forma desmonumentalizada com aquele objeto no chão.

Fale um pouco sobre como foi a produção do *Apelo* e do texto que vocês fizeram para esse trabalho.

A Débora e eu começamos a pensar sobre o que iríamos fazer. Decidimos, então, pela história de um vídeo com as visitas ao cemitério de Perus e escrever um texto. Voltei aos meus arquivos do trabalho de *Mães* porque tinham frases que eram repetidas diversas vezes por elas. Fui compreendendo as frases que eram fundamentais ou que apareciam muito. A Débora foi me dizendo quais tópicos ela achava interessante. Mande para ela por e-mail, e junto com outras fontes de coisas que a Débora postou em algum lugar, do que eu já ouvi dela falando em audiências, letras de músicas, textos que eu li. Tínhamos essa colcha de retalhos. Fomos para Pedro de Toledo e ficamos quatro dias em uma casa no meio do

mato escrevendo, tomando cerveja e conversando. Organizamos o texto na volta a São Paulo.

Depois, partimos para as filmagens. Foram duas diárias. Uma no começo de março de 2014 e a segunda dois meses depois. Foi difícil. O texto é muito difícil. É um texto que emociona, as pessoas na filmagem ficavam emocionadas, a Débora também ficava, eu ficava... Filmar os enterros foi ainda mais difícil, porque você precisa se desligar emocionalmente daquilo. Aquele *travelling* final do vídeo dura três minutos sem cortes. Tínhamos que usar todo aquele maquinário, trilhas, operador de câmera, luz e você lá, vendo um monte de corpos, sentindo cheiro de carne podre... E tinha que continuar filmando, dizendo para o operador o que filmar. A gente ficou tão atordoada com aquilo que ficamos três dias na cama, tomando banho de erva e sal. Sentia os pés pesados por ficar andando nas covas o dia inteiro.

E os coveiros que fazem esses enterros? O que eles disseram pra você?

Conversei muito com eles. Se você escutar com fone o som do vídeo, dá pra ouvir as conversas dos coveiros no último trecho falando “sarapatel”...

O que é “sarapatel”?

São os pedaços de corpos, quando chega apenas braço, perna. Os restos. “Ah, já chegou o sarapatel? Hoje não chegou, mas chegaram não sei quantos corpos do IML”. É um tipo de conversa que já é um dado da gravidade e do descaso que eles precisam ter para poder trabalhar. Foi isso que eu conversei com eles. Além de conversar sobre a história do cemitério e sobre a vala, de onde vêm esses corpos, se é algum processo legal ou ilegal,

também conversei sobre o processo de trabalho. Uma coisa muito dolorida de ouvir dos coveiros é que eles diziam que era muito difícil de trabalhar nesses enterros e eles brincavam comigo dizendo “você vai ter que pagar a nossa cachaça. Sem cachaça a gente não consegue”. Todos os dias eles saem do cemitério e vão encher a cara de cachaça porque eles não aguentam. Tomam todo dia cachaça para trabalhar, e tem a família também que não reconhece o que eles fazem.

Imagina, se você é um coveiro de um cemitério e enterra as pessoas da maneira que a gente conhece, quando chega um corpo, tem um cortejo de despedida da família, onde há uma dignidade mínima de morte e aquela pessoa merece uma lembrança. Outra coisa é trabalhar enterrando vinte corpos putrefatos por dia onde não tem família. Em três minutos eles enterram três pessoas. Em vinte minutos, enterram vinte, sem absolutamente ninguém. Às vezes, com o caixão aberto quando jogado na vala e com o corpo completamente coberto no lixo. E não é por maldade que eles fazem isso, mas como ter estrutura para lidar emocionalmente com esses enterros? Eles estão expostos a isso diariamente.

Quando a Débora pergunta no vídeo se vamos ajudá-la a erguer os mortos e seus túmulos, a não esquecê-los, me parece ser esse o momento de grande atualização do nosso passado a partir dos eventos do presente, para que esses crimes não caiam no esquecimento.

O vídeo foi pensando nessa série de atualizações e resgates dentro do que é o significado da perda. Além do discurso, ela também nomeia esses elementos do passado – o capitão do mato, o chicote. Aquele plano que

começa com os tijolinhos da antiga vala, a continuidade dele é exatamente igual na vala aberta como se fosse a continuação da mesma vala, só que em dois momentos diferentes. A vala monumentalizada e a repetição atual daquilo.

Há um artigo na sua página que fala de você como uma artista interessada no invisível. O que você acha que *Apelo* conseguiu tornar visível?

Talvez eu dê uma resposta meio retórica, mas o vídeo torna visível o invisível. Você vê ali uma falta, uma fratura. Não são apenas os corpos e os indigentes, mas ele visibiliza aquilo que não está dito.

De que maneira esse vídeo contribui para a luta do Movimento Mães de Maio?

Acho que ele contribui para a potencialização dessa luta, dá visibilidade para uma causa. A circulação de um trabalho de arte é diferente da do movimento, e isso ajuda essa luta a ocupar outros campos e, eventualmente, consegue até mesmo pautá-la em outros lugares. De repente, sai um texto sobre o vídeo em uma revista de cultura, mas falando da situação da Débora. Você vai, assim, contaminando os espaços.

Entrevista com Débora Maria da Silva

55 anos, ativista e fundadora do Movimento Mães de Maio

Data: 25 de fevereiro de 2015

Para início de conversa, gostaria que você me contasse um pouco sobre a sua experiência em trabalhar com a Clara em Apelo.

Foi uma experiência muito difícil e muito sofrida como mãe de vítima e irmã de desaparecido. Eu me pus ali como mãe e também me coloquei no lugar da minha mãe, porque talvez o meu irmão não tenha tido esse destino de uma vala clandestina. Essa experiência foi como uma resposta que eu procurava há 33 anos com o desaparecimento do meu irmão, ciente de que ele não foi enterrado assim, ou foi... Porque o *modus operandi* na época... Bem, eles não falavam “vítima”, eles falavam “presunto”, e meu irmão foi um desses, com certeza. A gente tem uma desconfiança de que ele foi jogado na maré com a barriga cortada, porque o Esquadrão da Morte fazia isso nos anos 1980. Temos conhecimento de que meu irmão foi morto por um policial que tinha a prática de rasgar a barriga das vítimas para elas afundarem no mar.

Nesse trabalho com a Clara, na primeira diária, eu caí de cama. Um peso muito forte no corpo, parecia que eu tinha tomado uma surra. Eu estava no apartamento da Clara e ela caiu também. Tomamos um banho e não tínhamos forças nem pra comer. Foi um dia inteiro, e quando a gente se deparou com as valas e o enterro coletivo, foi muito doloroso.

Foi mais ou menos entre 11h30 e meio-dia que vimos os enterros coletivos. O enterro é na calada do meio-dia porque ninguém jamais vai

ter a curiosidade de largar o almoço para ver aquilo. Os funcionários do cemitério também sofrem com esse descaso sobre os seres humanos. A primeira diária foi esse enterro que vem direto do IML. A segunda diária foi a do Hospital das Clínicas, com os caixões sem identificação. Após eles serem enterrados, esses caixões recebem um número, e isso pra mim é inaceitável. Um ser humano sendo transformado em número...

Vimos também que as exumações das valas não são feitas dos restos mortais, mas dos tecidos das roupas das vítimas, sapatos ou as franjas dos caixões. Aquilo doeu muito. Perguntei sobre os vidrinhos, como esses de remédios, mas com um líquido que eles colocam dentro dos caixões. Os funcionários do cemitério não souberam responder sobre os conteúdos, mas eles disseram que faz três anos que os caixões não estão vindo com esses vidrinhos. Não sei, fiquei pensando se o produto desses vidrinhos servem para sumir com uma parte dos ossos. Nas exumações, nos deparamos com fragmentos dos ossos maiores, e não vimos os crânios. Talvez esses vidrinhos façam com que os ossos se deteriore para não ter evidências.

Os caixões vêm abertos. Têm vezes que os caixões não cabem nas valas, e os funcionários sobem neles para fazer pressão e entrar nos buracos. Eles também não se preocupam em fechar os caixões. No vídeo a gente mostra que as tampas caem para o lado, com os coveiros jogando terra em cima dos corpos. Macabro. Cena de terror.

E como foi gravar o texto do vídeo caminhando por Perus?

Eu não conseguia gravar o texto. Tive que fazer por linhas, porque era muito

forte. A Clara trouxe as minhas falas registradas em entrevistas e audiências, e depois fiz ajustes para agregar outras coisas. Na ditadura, os desaparecidos foram tachados de “terroristas” e nós somos tachados agora de “vândalos”. Mudam os nomes, mas a perspectiva de criminalizar é a mesma quando vamos ao enfrentamento de não aceitar a política de Estado que eles produzem para nós. No texto, digo que no passado eles morreram não como terroristas e nem como escravos, mas como nossos irmãos, filhos, pais e avós. Não tinha como esquecer a minha sogra, o meu ex-marido e o meu irmão, e isso causou um impacto muito grande no texto.

Minha sogra morreu de câncer após ter perdido o pai dos meus filhos.

As mães morrem de câncer porque perdem os filhos. Como disse na mesa de abertura da Comissão da Verdade da Democracia, o Estado não arrancou só o meu filho. Ele arrancou minhas trompas, meu útero e meu ovário. Me mutilou como mulher. Eu tenho obrigação de falar isso. Não posso ocultar essas coisas porque não sou mais a mesma mulher.

Dos corpos que vocês viram sendo enterrados em Perus, você suspeita de que eram de vítimas assassinadas pela polícia?

São bem duvidosos os corpos que vêm do Hospital das Clínicas porque desconfiamos de tráfico de órgãos. Perguntei aos funcionários do cemitério por que esses corpos são enterrados como indigentes se eles têm nomes? Eles disseram: porque são os familiares que pedem para fazer o enterro gratuito, e então ganham números. Mas, se os familiares querem o enterro gratuito, por que eles não vão à cerimônia de sepultamento? São

perguntas e mais perguntas que não deixam calar. Os do IML são cheios de perguntas também. Mas, para mim, os do IML foram mortos pela polícia.

Não tenho como dar uma resposta aos familiares de desaparecidos do Movimento Mães de Maio, porque no momento da matança em 2006, o governador de São Paulo autorizou o sepultamento dos meninos nas valas clandestinas. Como se para ele fossem todos bandidos do PCC, então tem que enterrar rápido. Ou então a matança está aí e vamos sumir com a identidade deles para poder não comprovar, três anos passam rápido, são todos pobres e depois põe outro por cima, exatamente como fizeram na ditadura... Uma parede de ossos.

Mas teriam sido enterrados em Perus alguns dos mortos dos crimes de maio de 2006?

Teriam, não. A palavra mais certa para o movimento é: *foram*. Quando começou a matança de 2006, o Jornal Nacional indagou o governador Cláudio Lembo sobre as mortes falando também que as famílias das vítimas diziam que a polícia estava matando inocentes. E o governador, com a certeza dele, disse para que as famílias provassem a inocência de seus filhos. Com essa afirmação ele legitimou aquelas mortes.

O que aconteceu com seu irmão?

O meu irmão, Nicodemus Justiniano da Silva, desapareceu em 17 de abril de 1982 em São Vicente, com 25 anos. Saiu de casa e não voltou mais. Fomos atrás das investigações, encontramos o local em que ele desapareceu – ele estava com um amigo que disse que ele teria sido morto pela Força Tática. Meu irmão não ficava longe da gente, nunca. As investigações confirmaram a roupa

que o meu irmão estava vestindo. Denunciamos no Fórum, havia uma testemunha que foi chamada para falar, mas depois ela negou tudo porque foi intimidada. Em São Paulo, São Vicente é a cidade em que mais se mata negros. Mas meu irmão não era negro, era sarará.

Com a minha família foi muito complicado. Meu pai é muito conservador, crente, e temeroso com a polícia. Ele proibiu a gente até de falar o nome do meu irmão. Minha mãe não almoçava, não saía do sofá só para acompanhar os indultos das cadeias que passavam na televisão, para ver se meu irmão estava preso... Ela tinha esperança. Faz 33 anos que está desaparecido e ela ainda aguarda em silêncio o meu irmão entrar pela porta, enquanto meu pai fala pra gente entregar tudo na mão de Deus. Meu pai ficava me dizendo pra eu me conformar, dizia que eu ia morrer por causa da minha luta sobre o meu filho. Depois disso, não tive mais família. Hoje, passo pela casa dele muito rapidamente porque ninguém sente a minha dor. Eu era uma dona de casa que, para poder sobreviver quando se deparou com esse sistema, aprendeu a pensar e a agir.

O pai do seu filho foi assassinado também?

Ele, Edson Barros do Santos, também saiu de casa em 1992 e não voltou mais. Ele era negro. Quando avisaram a família dele, a PM disse que ele estava no pronto-socorro tendo uma overdose. No dia seguinte, na liberação do corpo, eu conversei com o legista e disse que tinha visto que todas as viaturas de polícia que passavam olhavam para a casa da mãe dele, a avó do meu filho. O legista não liberou mais o corpo e fizeram uma

autópsia – até então só tinham feito necropsia. Deu traumatismo craniano e fratura exposta no braço direito. Traumatismo provocado por um instrumento contundente, ou seja, por um cassetete. Esse médico legista foi o mesmo que assinou a autópsia do meu filho. Uma coincidência muito grande. Esses policiais matam desde a década de 1980, e se matam desde essa época, eles participaram dos esquadrões da morte, grupos de extermínio formados pela alta patente da corporação. Os laudos do passado são a “resistência seguida de morte” do presente.

Como está o andamento do caso do seu filho?

Meu filho, Edson Rogério Silva dos Santos, morreu com 29 anos no dia 15 de maio. Ele planejou o meu aniversário de 50 anos [dia 10 de maio] em 2006, e que veio perto do dia das mães, que foi em 14 de maio. A última coisa que eu escutei sair da boca dele foi “parabéns pra você”, e ele foi assassinado no dia seguinte. Há uma suspeita de que meu filho tenha sido assassinado pela Força Tática. Eles são piores que a Rota. São policiais de grupos de extermínio atuando camuflados.

Quando meu filho saiu do pronto-socorro... Quer dizer, “saiu” porque a morte dele foi instantânea e eles mexeram na cena do crime. Ele saiu para o IML identificado, porque estava com os documentos no bolso. No exame cadavérico, não foi possível resgatar o projétil que estava alojado na espinha cervical dele. Mesmo assim, o promotor não poderia ter pedido o arquivamento do caso de uma vítima com um projétil alojado, e que é uma peça fundamental na investigação de casos de execução sumária. Depois da exumação, eles não desarquivam o inquérito pra não ter pressa da família

bater de frente contra o sistema. O Ministério Público foi conivente com o arquivamento de todos os inquéritos dos crimes de 2006, e saíram em defesa do Secretário de Segurança da época, Saulo de Castro Abreu Filho. O corporativismo existe dentro do judiciário de São Paulo, e que é uma coisa nojenta porque ele não é autônomo.

O caso do meu filho está parado. Se prenderem os policiais, ficarão confrontando a bala do meu menino. É uma investigação que não irá a lugar nenhum, pois é um sistema que não funciona. Eles exumaram o corpo do meu filho porque aquilo ali foi um dos piores absurdos do judiciário: pedir o arquivamento da investigação da morte de um menino enterrado com um projétil.

Todos os inquéritos dos crimes de maio estão arquivados, mas tivemos sucesso em apenas um, no Fórum de Santana. Uma condenação de um policial de um grupo de extermínio que assassinou o Murilo, em 16 de maio de 2006 no Jardim Brasil. Encaminhamos a mãe para a Defensoria Pública e tivemos a sorte da defensora acompanhar o inquérito. Isso é raro porque a defensoria deixa na mão do Ministério Público, que é o inimigo número um da população.

Quando o Movimento Mães de Maio começou, vocês tiveram um contato com as mães da Praça de Maio na Argentina. Como foi isso?

Quando nós fomos a São Paulo procurar o CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana de São Paulo) para pedir um apoio, encontrei a jornalista Rose Nogueira, que é presidente do CONDEPE. Ela sempre conta que eu cheguei com as outras mães dizendo “mataram o

meu filho”. A Rose perguntou “quem matou o seu filho?”, e então eu disse baixinho “foi a polícia”. Ela falou pra eu levantar a cabeça e me perguntou se eu conhecia a luta das *madres* da Praça de Maio na Argentina. Disse pra eu ir à luta. Foi como se ela tivesse me dado uma ferramenta que me incentivou a seguir nessa luta muito difícil, mas que não é impossível. Depois, as *madres* e *abuelas* vieram ao Brasil conhecer a história do Movimento Mães de Maio, e ficaram impressionadas com a legitimidade do nosso grupo formado por mulheres que perderem seus filhos na véspera do dia das mães, no próprio dia e depois.

Em relação aos próximos passos da Comissão da Verdade da Democracia. O objetivo é avançar sobre o tema dos desaparecidos, tornar essas histórias públicas e pedir alguma reparação aos familiares?

Preciso deixar claro que o foco da Comissão da Verdade da Democracia não é o meu filho que eu enterrei, ou as vítimas que enterramos. Queremos as investigações dos crimes de maio dos desaparecidos e desaparecidas. Nesse cemitério da Vila Formosa, em que foram enterrados os meninos em 2006, não há mais vala. Peritos forenses alegam que já há uma investigação sobre esse cemitério. As valas estariam em um segundo cemitério da Vila Formosa e em Perus. Depois da gravação que fizemos com a Clara em Perus, ficou proibido gravar nesse cemitério. O que eles têm para esconder?

A questão é que as vítimas da democracia ainda não foram ouvidas e o Movimento Mães de Maio tem subsídios para isso. Mesmo se a gente não conseguir, a gente tem uma relação dos nomes dessas pessoas

que foram enterradas em valas, que o Estado autorizou sem esperar as famílias e enterraram em menos de 72 horas! Onde elas estão?

Para nós, essa comissão não anistia ninguém. Temos que mostrar que a ditadura ainda está aí e que não há punição. A ditadura não acabou e ela tem que acabar, e ela só vai terminar quando acabarmos com a Polícia Militar e houver punição de quem cometeu esses crimes. Temos uma conversa de bastidores de que será pedido o desarquivamento dos crimes de maio, mas a gente não acredita que vai chegar a uma transparência. São crimes de Estado, um massacre. Essa comissão vai abrir um parênteses de uma transformação. Se não houver punição, teremos o Tribunal Internacional de Haia para mostrar ao mundo esses crimes.



Comentário final:

não acabou

Desorientar e descolonizar relações e espaços. Transgredir a administração do controle que governa as nossas vidas e corpos. Evidenciar. Dizer publicamente o que se sabe, mas não se diz. E desobedecer, sempre. “Desobedecer para agir é o provérbio de todos os espíritos criativos”¹ diz Gaston Bachelard. Recusar a ordem do terror, imaginar alternativas e atravessar taticamente os muros do silêncio e do autoritarismo são atos fundamentais na composição de diversas práticas artístico-políticas e nas lutas do ativismo anticapitalista dos movimentos autônomos. Em todas as pesquisas que tenho realizado, considero importante sempre reafirmar a presença da arte dentro de agitações, crises e mudanças sociais, sendo a sua força um elemento ativo dessa transformação que vai além dos limites institucionais e lugares privilegiados.²

Neste livro, procurei discutir como a elaboração das “trouxas ensanguentadas” por Artur Barrio em *Situação T/T*,¹ e a recopilção das notícias publicadas durante os primeiros meses de ditadura argentina no ano de 1976 por León Ferrari em *Nosotros no sabíamos* elaboraram espaços de antagonismo, choque e reflexão crítica em relação às condições sociopolíticas estabelecidas nos contextos dos regimes militares em parte da América Latina. Também discuti no terceiro capítulo – através do trabalho de investigação e da produção do filme *Apelo* por Clara Ianni e Débora Maria da Silva – algumas das continuidades do poder repressor operado na ditadura e hoje exercido no Estado democrático, particularmente as arbitrariedades cometidas pela máquina do desaparecimento que age sobre populações economicamente vulneráveis e grupos sociais marginalizados.

As ações e os processos dos artistas e ativistas abordados neste livro colocam em crise e tornam visíveis os cenários de uma normalidade disciplinada, os efeitos de um silêncio funcional e a indiferença diante da violência praticada pelos agentes do Estado. Procurei examinar pelo menos três aspectos que considero significativos sobre os trabalhos de Artur Barrio, León Ferrari, Clara Ianni e Débora Maria da Silva. O primeiro deles é o lugar da *fala* nessas ações. Como assinala Pierre Clastres, “toda tomada de poder é também uma aquisição da palavra”.³ O exercício de falar sobre o que aconteceu com as vítimas de um massacre, articular um segredo público deixado no limiar do espaço da morte, dar um poder de discurso às reminiscências e vestígios dos desaparecidos – ou assinalar o fato de que grande parte de uma sociedade prefere a omissão diante dos crimes de Estado, optando por não querer saber ou pronunciar-se –, são qualidades excepcionais desses trabalhos. Essas intervenções, recopilações e registros podem nos ajudar a entender e a denunciar os abusos perpetrados pelo terrorismo de Estado.

Os limites da visibilidade foram o segundo aspecto aqui investigado. Sequências de pistas, rastros não encobertos, arritmias, depoimentos e territórios invisíveis reúnem um conjunto de evidências primordiais exploradas por artistas-ativistas. Corpos destruídos e enterrados clandestinamente em valas comuns revelam as marcas da violência quando são exumados no trabalho das práticas forenses. Seus vestígios “falam” sobre as condições desumanas em que as vítimas foram executadas. Ver além do que está oficialmente estabelecido e reelaborar técnicas e procedimentos forenses para criar fóruns abertos de discussão acerca desses acontecimentos. Todas essas metodologias multidisciplinares são e ainda podem tornar-se um campo valioso para o trabalho de artistas e a atuação de movimentos populares, organizando espaços onde habilidades e competências distintas possam encontrar-se e fortalecer lutas e iniciativas comuns.

A periferia ainda sangra. Do sigilo às mensagens de terror, ou à sombra que tenta eclipsar os corpos torturados e assassinados por meio da tentativa intimidadora de “mostrar e esconder” poderes arbitrários, apontamos o que sucede diariamente na atuação violenta dos agentes policiais do Estado nas periferias e favelas brasileiras, nas prisões, nos desaparecimentos da população pobre das grandes cidades ou na repressão de protestos populares, detendo e agredindo manifestantes. “A ditadura não acabou e ela tem que acabar, e ela só vai terminar quando acabarmos com a Polícia Militar e houver punição de quem cometeu esses crimes”⁴, afirmam Débora Maria da Silva e as Mães de Maio sobre as irresoluções dos crimes de 2006. As mães continuam enfrentando a omissão do poder público e o seu descaso com a memória de seus filhos mortos e desaparecidos.

Por fim, o terceiro e último ponto: a urgência de uma *política de memória*. Somos educados por “segredos altissonantes” que conhecemos, mas não dizemos. A reconstrução dos fatos a partir de diversos pontos de vista dos sobreviventes do terror e de familiares que viveram experiências desumanas de dor e perda, colaboram potencialmente para que os crimes praticados pelo Estado e a impunidade de seus perpetradores sejam julgados. Desgraçadamente, nossa história ainda parece seguir sob os signos do silêncio e da amnésia, quando grupos conservadores saem às ruas pedindo intervenção militar e torturadores são tratados como heróis. As ações analisadas neste livro estendem-se para os conflitos da vida. Elas provocam situações de estranhamento, surpresa, desvelamento, indignação e raiva. Saber como aconteceram as práticas sistemáticas de tortura e desaparecimento consentidas pelo Estado pode nos ajudar a tomar uma posição crítica diante da barbárie para que ela não se repita, reativando nossa memória histórica, a poder dizer que essa violência é inaceitável.

NOTAS

Introdução: **desatar o silêncio**

1 O total de placas no monumento refere-se ao número oficial de trinta mil desaparecidos na ditadura argentina. O monumento segue em construção permanente, aberto à incorporação de novos nomes.

2 Em breve, a base de dados estará disponível para consulta via internet no endereço <<http://parquedelamemoria.org.ar/base-de-datos-de-consulta-publica>>.

3 A partir do caso argentino, o historiador Enrique Serra Padrós enumera a existência de quatro tipos de desaparecimentos que também se reproduziram em outros países latino-americanos: *detidos-desaparecidos (temporários) libertados*, presos durante um período de “detenção clandestina em local desconhecido para serem libertados posteriormente, não oficialmente”; *detidos-desaparecidos (temporários) “legalizados”*, “indivíduos sequestrados cuja detenção foi legalizada com a admissão, por parte do Estado, do estatuto de preso (político), encaminhados a estabelecimentos de reclusão legais e colocados à disposição da Justiça Militar”; *detidos-desaparecidos propriamente ditos*, sendo “indivíduos sequestrados que permaneceram indefinidamente nessa situação”; e *crianças desaparecidas*, onde se constata que boa parte dessas vítimas sobreviveu. PADRÓS, Enrique Serra. “A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional”. *Revista Tempos Históricos*, volume 10, 1^a semestre de 2007, p. 108-110. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1229>>. Acesso em: jun. 2015.

4 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41.

5 Ibidem, p. 80.

6 Ibidem, p. 39.

7 Como foi o caso da Aliança Anticomunista Argentina (Triple A, ou

AAA), esquadrão da morte em atividade naquele país durante os anos 1970, que sequestrou e assassinou partidários peronistas e militantes de esquerda. Em março de 1974, um dos fundadores da Triple A, o delegado Alberto Villar, chefe da Polícia Federal Argentina, reuniu-se com representantes das forças policiais chilenas, bolivianas e uruguaias para organizar diretrizes de cooperação com o intuito de assassinar exilados políticos na Argentina.

8 Toneladas de documentos secretos que confirmam a existência da Operação Condor e a cooperação das ditaduras dos países do Cone Sul foram encontrados em 1992 na cidade paraguaia de Lambaré, nos arquivos do Departamento de Investigação da Polícia da Capital. Para um estudo detalhado sobre a Operação Condor, ver o livro de Stella Calloni, *Operación Condór: Pacto Criminal*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005. Ver também o sexto capítulo da segunda parte do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, “Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor”, disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

9 Os números apontados pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (<http://www.cnv.gov.br>) estão baseados em casos que puderam ser comprovados por meio de investigações. Ao considerar também as dificuldades e entraves encontrados por essa comissão em acessar documentos dados como destruídos pelas forças armadas, os números de mortos e desaparecidos são, certamente, maiores do que os que figuram atualmente nos relatórios e devem ser revisados. Esses números crescem ainda mais se considerarmos também o trabalho de identificação sobre a repressão exercida contra indígenas e camponeses. O relatório final com as informações sobre o total de 434 mortos e desaparecidos comprovados encontra-se no endereço <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Para acessar os três volumes do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, consultar a página <<http://>

www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Páginas acessadas em: jun. 2015.

10 NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 141-142.

11 CALVEIRO, Pilar, op. cit. p. 27.

12 NAPOLITANO, Marcos, op. cit. p. 143-144.

13 Com o aumento das denúncias contra o regime militar, o crescimento dos protestos de rua e o fortalecimento das organizações guerrilheiras, o governo justificou sua incapacidade de conter essas manifestações através de canais institucionais. Promulgou, assim, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), votado e redigido em uma reunião do alto escalão do governo militar que formava o Conselho de Segurança Nacional. O ato concedeu poderes extraordinários ao Presidente Marechal Artur da Costa e Silva decretando o fechamento do Congresso e a intervenção federal nos estados brasileiros, a suspensão de garantias constitucionais, a institucionalização da censura sobre filmes, peças de teatro, livros, músicas, rádio e programas de televisão, e a suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de ações subversivas consideradas crimes políticos. Professores, jornalistas, juízes, senadores, deputados e prefeitos perderam direitos políticos ou seus mandatos. Esta situação perdurou, pelo menos, até meados dos anos 1970. Em 1^a de janeiro de 1979, o AI-5 foi finalmente revogado.

14 CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años setenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 56. Já a pesquisadora Janaína de Almeida Teles assinala em sua apresentação do livro *Poder e desaparecimento* a noção de “poder torturador”, tomada de Jean Améry, como um traço característico da ditadura brasileira. CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*, op. cit. p. 8.

15 Minha proposta segue em sintonia com o que buscamos fazer com o trabalho da Red Conceptualismos del Sur. Ver a “Declaração fundadora” da rede na página <<http://redcsur.net/declaracion-instituyente>>. Acesso em: jun. 2015.

16 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*, op. cit. p. 134.

17 Página do artista: <<http://arturbarrio-trabalhos.blogspot.com.br>>. Acesso em: jun. 2015.

18 Página do artista: <<http://www.leonferrari.com.ar>>. Acesso em: jun. 2015.

19 CALVEIRO, Pilar, op. cit. p. 26 e 40.

20 Página da artista: <<http://claraiaanni.com>>. Acesso em: jun. 2015.

21 Informações sobre o Movimento Mães de Maio podem ser acessadas na página do grupo no Facebook, disponível em: <<https://www.facebook.com/maes.demaio>>, acesso em: jun. 2015, e no *blog* <<http://maesdemaio.blogspot.com.br>>. Acesso em: jun. 2015.

22 HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 12-13.

23 KEENAN, Thomas. “Getting the dead to tell me what happened”. In: FORENSIC ARCHITECTURE (ed.). *Forensis: the architecture of public truth*. Berlim: Sternberg Press, 2014, p. 45.

24 STILINOVIĆ, Mladen. “Footwriting” (1984). In: STIPANČIĆ, Branka (ed.). *Mladen Stilinović: Sing!*. Budapeste: Ludwig Museum, 2011, p. 143.

25 O segredo, definido como um saber oculto a outro, envolve três temas principais: “o saber (que pode incluir elementos do psiquismo – pensamentos, desejos, sentimentos – elementos do comportamento – trama, receita de fabricação –, objetos materiais [...]); a dissimulação desse saber (recusa da comunicação, silêncio, mentira); a relação com o outro que se organiza a partir dessa dissimulação (o que pode gerar uma função de poder sobre o outro: exército secreto, papéis secretos, agente secreto, dossiê secreto, etc)”. VINCENT, Gérard. “Uma história do segredo”. In: VINCENT, Gérard (org.) *História da vida privada, Volume 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 162.

26 CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 290.

27 Agradeço a ajuda da National Security Archive (NSA) na obtenção desses

documentos. O NSA é um instituto de pesquisa não-governamental baseado na Universidade George Washington, nos Estados Unidos, e que trabalha com a investigação e compilação de documentos desclassificados, obtidos com base na Lei de Liberdade de Informação. Grande parte dos documentos pode ser acessada na página <<http://nsarchive.gwu.edu>>. Não posso deixar de citar também como fontes de pesquisa para este trabalho as páginas dos projetos “Documentos Revelados”, <<http://www.documentosrevelados.com.br>>, “Armazém Memória”, <<http://www.armazemmemoria.com.br>>, e “Brasil Nunca Mais Digital”, <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>, onde o leitor certamente encontrará centenas de documentos, textos, vídeos, fotos e relatos fundamentais sobre a ditadura brasileira. Além dessas referências, o projeto “Opening the Archives”, esforço conjunto da Brown University e da Universidade Estadual de Maringá, tem tornado disponíveis a digitalização e indexação dez mil documentos do governo dos Estados Unidos sobre o Brasil produzidos entre as décadas de 1960 e 1980. Esse material pode ser acessado na página <<http://library.brown.edu/openingthearchives>>. Endereços acessados em: jun. 2015.

28 BLASCO G., Jorge. “En el mar”. In: GOMEZ-MOYA, Cristián (ed.). *Human Rights/Copy Rights. Archivos visuales en la época de la desclasificación*. Santiago do Chile: Universidade do Chile, 2013, p. 129.

29 TAUSSIG, Michael. *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 5.

30 Ibidem, p. 7.

31 Ibidem, p. 6.

Capítulo um: **terror sinestético**

1 De acordo com a Portaria nº 231/69, de 25 de setembro de 1969, a Guarda Rural Indígena foi criada com a missão de “executar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos silvícolas”. Em relação à criação da guarda e seus antecedentes, ver o texto de

Edinaldo Bezerra de Freitas. “A Guarda Rural Indígena – GRIN. Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil”. Trabalho apresentado no simpósio temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI *Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoEdinaldoBF.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

2 JORNAL DO BRASIL. “Costa Cavalcanti paraninfa guarda índia em Minas e diz que ato responde às calúnias”. *1ª Caderno*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de fevereiro de 1970, p. 12.

3 O número que aqui apresento está no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Ver o segundo volume do relatório dedicado às violações de direitos humanos dos povos indígenas em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: jun. 2015. Este número aumentaria ainda mais com as recomendações apontadas por esse relatório de criação de uma comissão da verdade dedicada exclusivamente a levantar e apurar outros casos de massacres contra indígenas durante a ditadura.

4 O segundo volume do relatório final da Comissão Nacional da Verdade dedica um pequeno parágrafo à Guarda Rural Indígena. “Em 1969, é criada a Guarda Rural Indígena (GRIN), que recruta índios ao longo, sobretudo, do Araguaia e do Tocantins, além de Minas Gerais, para atuarem como força de polícia nas áreas indígenas. A princípio festejada, a GRIN foi acusada em um inquérito proveniente da Chefia da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior de arbitrariedades, espancamentos, e abusos de toda a sorte (*Jornal do Brasil* de 6 de junho de 1970, *Jornal do Brasil e Estado de São Paulo* de 7 de junho de 1970 apud FREITAS, 2011, p. 14). O escândalo derrubou o presidente da Funai, mas a GRIN permaneceu ativa, ainda que de forma discreta, até o final dos anos 1970. A GRIN precisa ter suas investigações aprofundadas, para se apurarem responsabilidades dos militares envolvidos em sua criação e manutenção, bem como a necessidade de reparação aos indígenas atingidos”.

Importante ainda lembrar que foi no AI-5 que o governo criou o Reformatório Indígena Krenak e a Fazenda Guarani, duas prisões mantidas secretamente na área rural do Estado de Minas Gerais onde índios considerados “desajustados” foram torturados e mantidos em regimes de cárcere e esquemas de trabalhos forçados. Ver a página 212 do relatório disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

5 Jesco von Puttkamer (1919-1994) dedicou-se durante décadas a filmar e fotografar o cotidiano indígena. Nos anos 1960, acompanhou os irmãos Villas-Bôas a visitas no Parque Indígena do Xingu. Acervo e documentos de seu trabalho encontram-se no Centro Cultural Jesco Puttkamer, mantido pela Sociedade Goiana de Cultura e Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

6 O caso foi amplamente noticiado em 2012 em jornais, televisão e internet. Ver, por exemplo, a reportagem de Laura Capriglione no jornal *Folha de S. Paulo* em 11 de novembro de 2012, “Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>>. Acesso em: jun. 2015. A mesma reportagem também produziu um pequeno vídeo com algumas imagens de “Arara” e comentários de Marcelo Zelic, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H0s4m1WQNmg>>. Acesso em: jun. 2015. Agradeço a Zelic pela ajuda com o acesso da minha pesquisa ao filme “Arara”, cujas imagens contribuíram para este texto.

7 “Um exemplo da dissimulação dos hierarcas pode ser encontrado numa explicação do ex-presidente João Baptista Figueiredo, em 1996: ‘Se houve a tortura no regime militar, ela foi feita pelo pessoal de baixo, porque não acredito que um general fosse capaz de uma coisa tão suja, não aceito isso’. Ou ainda, nas memórias do ministro Jarbas Passarinho: ‘Praticaram-na clandestinamente’”. Os dois comentários estão em GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro:

Intrínseca, 2014, p. 26. O próprio Ministro da Justiça do Governo Médici, Alfredo Buzaid, afirmava de que não havia tortura de presos políticos no Brasil e que as denúncias eram sem fundamento. Segundo o ministro, no Brasil, “ninguém é preso por suas convicções políticas ou por posição ao Governo. Temos um sistema de dois partidos, no qual a Oposição pode criticar o Governo e na verdade o faz”. JORNAL DO BRASIL. “Buzaid diz em Londres que Governo publicará Livro Branco negando torturas”. *1ª Caderno*, 3 de outubro de 1970, p. 4.

8 NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 160.

9 Entrevista ao autor deste livro em 27 de fevereiro de 2015.

10 No capítulo “Aulas de tortura: os presos-cobaia” do livro *Brasil: nunca mais*, apresentam-se denúncias de estudantes que foram presos e torturados em dependências da polícia do exército, cujas sessões foram acompanhadas por soldados e médicos durante aulas sobre essas práticas. O estudante Ângelo Pezzuti da Silva, preso e torturado durante o regime em Belo Horizonte, relatou o seguinte: “(...) que, na PE (Polícia do Exército) da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayton que, nessa sala, ao tempo em que se projetavam *slides* sobre tortura, mostrava-se na prática para a qual serviram o interrogado, MAURÍCIO PAIVA, AFONSO CELSO, MURILO PINTO, P. PAULO BRETAS, e, outros presos que estavam na PE-GB, de cobaia; (...)”

A denúncia é confirmada no mesmo Processo, por depoentes acima citados, como o estudante, de 25 anos, Maurício Vieira de Paiva:

(...) que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que em uma

delas o Interrogado e alguns dos seus companheiros serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um ten. HAYTON, daquela UM.; que, à concomitância da projeção dos *slides* sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a plateia; (...). ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 31-32.

11 Ou melhor, indo mais a fundo, a repressão e a tortura contra militantes de esquerda, opositores políticos e trabalhadores já aconteciam no Brasil desde o início do Governo Vargas, em 1930, mediante violência policial.

12 Idem.

13 GASPARI, Elio, op. cit. p. 14.

14 As organizações clandestinas de esquerda envolvidas com a luta armada realizaram no Brasil ações como atentados à bomba contra quartéis, embaixadas, organizações e jornais de direita, sequestros de diplomatas em troca de presos políticos, roubo de armas e expropriações de bancos. Conforme Marcos Napolitano, “as ações guerrilheiras, até meados de 1969, visavam dois objetivos: arrecadar dinheiro para montar suas redes de infraestrutura e custeio (aluguel de imóveis, manutenção dos militantes, edição de jornais clandestinos) e fazer propaganda para as massas. O projeto estratégico de quase todos os grupos era passar para a fase de ‘guerrilha rural’, esta sim considerada o momento decisivo na luta contra o regime. A partir de setembro de 1969, o repertório de ações guerrilheiras cresceu, iniciando a temporada de sequestro de diplomatas para serem trocados por companheiros presos”. O resultado da derrota da luta armada no Brasil, diz o historiador, gerou um trauma coletivo sobre a juventude de esquerda. “Construiu um círculo do medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura”. NAPOLITANO, Marcos, op. cit. p. 125 e 128. Sobre as organizações clandestinas de

esquerda e seus programas e documentos políticos, ver o livro organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá. *Imagens da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

15 Esses centros clandestinos eram imóveis particulares, como apartamentos, sítios ou casas, onde seus donos ligados ao regime cederam às Forças Armadas para a criação de órgãos de repressão. Nesses centros, militantes de esquerda passaram por interrogatórios, foram presos, torturados, mortos ou desaparecidos.

16 OITICICA, Hélio. “O Objeto – Instâncias do problema do Objeto” (1968). Disponível em: <<http://migre.me/qkxYL>>. Acesso em: jun. 2015. Frederico Morais cita parte dessas passagens do texto de Oiticica no manifesto que escreveu para o evento *Do corpo à terra*.

17 Em entrevista a Francisco Bittencourt, Frederico Morais buscou delinear a ideia de vanguarda que, para ele, marcou uma geração de artistas brasileiros durante o AI-5 que incluiu Antonio Manuel, Artur Barrio, Cildo Meireles, Hélio Oiticica, entre outros: “Nós somos mais pretensiosos: se a nossa civilização está apodrecida, voltemos à barbárie. [...] Nosso material não é o acrílico, bem comportado, tampouco almejamos as ‘estruturas primárias’ higiênicas. Trabalhamos com fogo, sangue, ossos, lama, terra ou lixo. O que fazemos são celebrações, ritos, rituais sacrificatórios. Nosso instrumento é o próprio corpo – contra os computadores. Nosso artesanato é mental. Usamos a cabeça – contra o coração. Ao invés de *lasers* – imaginação. E as vísceras, se necessário. O sangue e o fogo purificam. Nosso problema é ético – contra o onanismo estético. [...] O que chamei, em artigos, de contra-arte, obviamente tem sua contrapartida numa contracultura e numa contra-história. Uma arte e uma história marginais, que não se constituíram com ismos, estilos, que não se deixaram cristalizar em fórmulas para consumo doméstico nos manuais escolares. Vanguarda não é atualização de materiais, não é arte tecnológica e coisas tais. É um comportamento, um modo de encarar as coisas, os homens

e os materiais, é uma atitude definida diante do mundo. É a transformação permanente. É o precário como norma, a luta como processo de vida. Não estamos preocupados em concluir, terminar, em dar exemplos. Em fazer história - ismos. A vanguarda pode ser retaguarda - depende dos objetivos a serem alcançados”.

BITTENCOURT, Francisco. “A geração tranca-ruas”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, sábado, 9 de maio de 1970. Ver também o comentário de Artur Barrio sobre sua obra em relação ao que aponta Moraes como característico daquele período, na entrevista que realizei com o artista em 25 de janeiro de 2015 e publicada no final deste capítulo.

18 Por exemplo, o que ocorreu com a 2ª *Bienal da Bahia*, em dezembro de 1968, em Salvador, fechada pelos militares por conter obras com conteúdo “erótico e subversivo”. Sua terceira edição só ocorreu em 2014.

19 Como foi o caso do boicote à 10ª *Bienal de São Paulo*, em 1969, em repúdio à ditadura militar no Brasil. Esse boicote contou com apoio internacional de artistas, críticos e intelectuais, durando até o início dos anos 1980. Ver o texto de Aracy Amaral, “O boicote a X Bienal: extensão e significado” (1970). *Arte e meio artístico*: entre a feijoada e o x-burguer. São Paulo: Nobel, 1982, p. 155-159.

20 Ver a entrevista realizada por Marília Andrés Ribeiro com Frederico Moraes, “A arte não pertence a ninguém”. *Revista da UFMG*. Belo Horizonte, vol. 20, n. 1, janeiro/junho de 2013, p. 337-351. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/18-entrevista_frederico_moraes.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

21 Em “Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da obra” (1970), Frederico Moraes descreve a guerrilha artística da seguinte forma: “O artista, hoje, é uma espécie de guerrilheiro. A arte é uma forma de emboscada. Atuando imprevisivelmente, onde e quando é menos esperado, de maneira inusitada (pois tudo pode transformar-se, hoje, em arma ou instrumento de guerra ou de arte) o artista cria um estado permanente de tensão, uma expectativa

constante. Tudo pode transformar-se em arte, mesmo o mais banal evento cotidiano. Vítima constante da guerrilha artística, o espectador vê-se obrigado a aguçar e ativar seus sentidos (o olho, o ouvido, o tato, o olfato, agora também mobilizados pelos artistas plásticos), sobretudo, necessita tomar iniciativas. A tarefa do artista-guerrilheiro é criar para o espectador (que pode ser qualquer um e não apenas aquele que frequenta exposições) situações nebulosas, incomuns, indefinidas, provocando nele, mais que o estranhamento ou a repulsa, o medo”. BASBAUM, Ricardo (ed.), *Arte contemporânea brasileira: texturas, dicções, ficções, estratégias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001, p. 171.

22 CARVAJAL, Fernanda; VINDEL, Jaime. “Acción Relâmpago”. In: RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. *Perder la forma humana. Una imagen sísmica de los años ochenta en América Latina*. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2012, p. 37.

23 Refiro-me à ideia de *kairos* teorizada por Michel de Certeau como um aspecto importante das ações de intervenção urbana. Quando agir e como agir em um território do dissenso solicita aos artistas-ativistas, antes de tudo, um longo processo de intuição, reflexão e experimentação, uma compreensão mais clara sobre as relações entre espaço, tempo e memória. Implica em uma “arte de dizer” na hora certa, em perceber o “tempo oportuno”. Escreve De Certeau: “A memória mediatiza transformações espaciais. Segundo o modo de ‘momento oportuno’ (*kairos*), ela produz uma ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar. Saindo de seus insondáveis e móveis segredos, um ‘golpe’ modifica a ordem local”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 161. Práticas de intervenção urbana tornam-se quase que um modo de “golpear os espaços da cidade”, problematizando situações sociais e questionando a autonomia de campo da arte, para então intensificar o seu valor de uso e potencializar uma força socializadora entre muitas outras pessoas.

24 MORAIS, Frederico. “Manifesto do corpo à terra”, 18 de abril de 1970. Manifesto datilografado e distribuído durante o evento e publicado na coluna de Mari’Stella Tristão no jornal *O Estado de Minas* com o título “Da semana de vanguarda (1)”, 28 de abril de 1970; e “Da semana de vanguarda (2)”, 5 de maio de 1970. Foi Mari’Stella Tristão, então diretora do setor de exposições do Palácio das Artes e criadora do *Salão de Ouro Preto*, quem convidou Moraes para realizar a curadoria do salão em 1970 nas salas do palácio, conseguindo incluir também as ações dos artistas no Parque Municipal.

25 Lefebvre baseou-se no conceito de “ritmanálise” criado pelo filósofo português Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos e também abordado por Gaston Bachelard.

26 LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. Nova York: Continuum, 2004, p. 21.

27 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53.

28 MORAIS, Frederico. “Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da obra”, *idem*.

29 RIBEIRO, Marília Andrés. “A arte não pertence a ninguém”, *op. cit.* p. 349.

30 ALPHONSUS, Luiz. “Nossa tática: a nebulosidade” (1986). In: MORAIS, Frederico (coord.). *Depoimento de uma geração: 1969-1970*. Rio de Janeiro: Galeria de Arte Banerj, 1986, sem página.

31 Em 2007, Cildo Meireles fez um importante comentário sobre os efeitos políticos de *Tiradentes: totem-monumento ao preso político*. “Por conta do feriado de Tiradentes e das comemorações na cidade, o ditador da ocasião e todos os políticos pró-ditadura estavam em Belo Horizonte. No almoço solene de abertura do Palácio das Artes, um deputado – segundo uma matéria assinada pelo jornalista Morgan Motta e que foi publicada em um jornal da cidade –, a certa altura, fez um discurso atacando a exposição e, sobretudo, ‘aquele’ trabalho que queimava galinhas. Então, o jornalista termina o artigo com essa frase: ‘E, terminados os discursos, foi servido o almoço: frango ao molho pardo’.

Mais do que nunca aquilo representava para mim o símbolo da hipocrisia que reinava no Brasil.

A matéria-prima de *Tiradentes: totem-monumento ao preso político* é a morte. Mas, evidentemente, sempre por metáfora, ela acaba voltando à vida, quer dizer, o que está ali, morto, estava vivo. E estava sendo novamente ‘vivo’ por meio de pessoas que, naquele momento, estavam vivas”. SCOVINO, Felipe (org.) *Cildo Meireles*. Rio de Janeiro: Azougue, p. 245-246.

32 NAPOLITANO, Marcos, *op. cit.* p. 135.

33 A posição política de Barrio em usar materiais precários foi claramente delineada em seu “Manifesto contra o júri” (1969), texto também apresentado como crítica aos regulamentos de um salão de arte: “Devido a uma série de situações no setor das artes plásticas, no sentido do uso cada vez maior de materiais considerados caros, para a nossa, minha realidade, num aspecto socioeconômico do 3º mundo (América Latina inclusive), devido aos produtos industrializados não estarem ao nosso, meu alcance, mas sob o poder de uma elite que contesto, pois a criação não pode estar condicionada, tem de ser livre.

Portanto, partindo desse aspecto socioeconômico, faço uso de materiais perecíveis, baratos, em meu trabalho, tais como: lixo, papel higiênico, urina etc. É claro que a simples participação dos trabalhos feitos com materiais precários nos círculos fechados de arte provoca a contestação desse sistema em função de sua realidade estética atual”. In: CANONGIA, Lígia (ed.). *Artur Barrio*. Rio de Janeiro: Modo, 2002, p. 145.

34 *Ibidem*, p. 18.

35 ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 412. Nessa mesma página, Assmann faz um apontamento sobre os interesses dos artistas pelo uso do lixo: “Certamente a arte, que sempre se aliou à inutilidade, segue uma outra economia que não a do mercado e por isso pode dedicar sua atenção também ao lixo. À medida em que os artistas integram o lixo em suas obras e instalações – ou seja, aquilo que

foi excluído da economia -, eles alcançam um fim duplo: constroem uma outra economia e obrigam o espectador a transpor as barreiras externas de seu mundo simbólico de sentidos e a tomar consciência do sistema chamado 'cultura' com seus mecanismos de desvalorização e de segregação. Tal arte não opera de forma mimética, mas sim estrutural: ela não desmancha nem reajusta nada, mas sim torna visível aquilo que é por excelência invisível, ou seja, as estruturas básicas de produção de valor e de degradação".

36 DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, p. 14-15.

37 Ainda que de maneira breve, é inevitável para mim não aproximar as situações de Barrio com o que a Internacional Situacionista (1957-1972) denomina de "construção de situações" no âmbito do espaço urbano. Em um texto de 1957, Guy Debord define a construção de situações como a "construção concreta de ambiências momentâneas da vida e sua transformação em uma qualidade passional superior". Essas situações precisam ser vividas por aqueles que as realizam em um determinado momento. Em um outro trecho do mesmo texto, Debord parece aproximar-se cada vez mais da proposta de Barrio em eliminar uma posição de passividade do público diante das experiências produzidas no mundo. Conforme Debord, "o papel do 'público', se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores mas, num sentido novo do termo, 'vivenciadores'". DEBORD, Guy. "Report on the Construction of Situations and on the International Situationist Tendency's Conditions of Organization and Action" (junho de 1957). Disponível em: <<http://www.cddc.vt.edu/sionline/si/report.html>>. Acesso em: jun. 2015. No texto "LAMA/CARNE/ESGOTO", escrito em 20 de abril de 1970, Barrio explicita a sua percepção de vivência dentro de uma situação construída: "Em meus trabalhos, as coisas não são indicadas (representadas), mas sim vividas, e é necessário que se dê um mergulho,

que se mergulhe/manipule, e isso é mergulhar em si. O trabalho tem vida própria porque ele é o todos nós. Porque é a nossa realidade do dia-a-dia". BARRIO, Artur. "LAMA/CARNE/ESGOTO" (20 de abril de 1970). In: CANONGIA, Lígia (ed.), op. cit. p. 146. Em outro texto datado de 1960, a Internacional Situacionista afirma que "os momentos construídos em 'situações' poderiam ser pensados como os momentos de ruptura, de aceleração, as *revoluções na vida cotidiana individual*". São esses "momentos de ruptura" que também me soam bastante similares ao que Barrio assinala sobre "pegar o outro pela surpresa". INTERNACIONAL SITUACIONISTA. "The Theory of Moments and the Construction of Situations" (junho de 1960). Disponível em: <<http://www.cddc.vt.edu/sionline/si/moments.html>>. Acesso em: jun. 2015.

38 FREIRE, Cristina. *Poéticas do processo: arte conceitual no museu*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 150.

39 No dia seguinte, Barrio realizou a terceira parte de *Situação T/T,1*, jogando sessenta metros de rolo de papel higiênico nas águas de um rio de Belo Horizonte, produzindo desenhos sobre aquele ambiente. A intervenção também foi fotografada por César Carneiro.

40 BARRIO, Artur. "LAMA/CARNE/ESGOTO", idem.

41 Conforme Stephen Wright no livro *Toward a Lexicon of Usership* (Eindhoven: Van Abbemuseum): "A descontinuidade ontológica entre o mapa e a terra - e, por extensão, entre a arte e qualquer forma de vida que ela permeie - desaparece no momento em que se coloca o território para funcionar na escala 1:1, como sua própria pretensa cartografia", p. 4. Nesse sentido, ao serem jogadas no rio, as trouxas abrem-se a outras interpretações e funções, enquanto o "artista", que passa a não mais definir-se como tal, usa o território da cidade como o lugar de ação de sua prática, não mais percebida como forma de representação circunscrita ao campo da arte.

42 Entrevista ao autor deste livro em 25 de janeiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

43 BARRIO, Artur. “LAMA/CARNE/ESGOTO”, *idem*.

44 NANCY, Jean-Luc. *Corpus*. Nova York: Fordham University Press, 2008, p. 17.

45 *Ibidem*, p. 127.

46 Entrevista ao autor deste livro em 13 de março de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

47 Sobre o conceito “forense” e seus desdobramentos, ver Forensic Architecture (ed.). *Forensis: the architecture of public truth*. Berlim: Sternberg Press, 2014. Esse conceito é retomado no terceiro capítulo deste livro.

48 LEFEBVRE, Henri, op. cit. p. 92.

49 DOUGLAS, Mary, op. cit. p. 115.

50 CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 294.

51 TAUSSIG, Michael. *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 148.

52 Nesse sentido, a “cena do crime” que as trouxas instauram remete também ao pedido de *habeas corpus* (dispositivo jurídico suspenso durante o AI5), articulado por famílias e grupos de direitos humanos perante a justiça para que se apresente o detido-desaparecido. O crítico de arte Justo Pastor Mellado assinala a importância das trouxas ensanguentadas levantarem publicamente a prática legal do *habeas corpus* durante esse período. Ver o texto “Artur Barrio”. In: *Artur Barrio: Barrio-Beuys*. Gante: Stedelijk Museum voor Actuele Kunst, 2005, p. 41-44.

53 DOUGLAS, Mary, op. cit. p. 121.

54 BITTENCOURT, Francisco. “Barrio: criar, como viver, um eterno ato de luta”. *Arte Hoje*. Rio de Janeiro, novembro de 1978, p. 46.

55 COSTA, Márcia Regina da. “O Esquadrão da Morte no Rio e em São Paulo”. *Sibila*, 15 de abril de 2014. Disponível em: <<http://sibila.com.br/cultura/o-esquadrão-da-morte-no-rio-e-em-são-paulo/10643>>. Acesso em: jun. 2015.

56 A frase foi proferida pelo investigador Astorice Correa, o “Correirinha”, durante o enterro do investigador Davi Romero

Parré, assassinado no final de 1968 pelo traficante de drogas “Saponga”. Para vingar a morte de Parré e assassinar Saponga, policiais deram início em São Paulo ao Esquadrão da Morte, cujo líder era o então delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. Fleury tornou-se famoso também com o assassinato de Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969, em São Paulo. Pelo menos até 1971, o Esquadrão da Morte de São Paulo assassinou cerca de duzentas pessoas.

57 COSTA, Márcia Regina da, *idem*.

58 No caso do Esquadrão da Morte em São Paulo, os corpos eram encontrados com um cartaz onde havia o desenho de uma caveira sobre dois ossos cruzados, as iniciais “E.M” e a frase “solidários com SP”. Já o Killing deixava no local do crime um bilhete com a frase “Bandidos, cuidado. Killing poderá estar perto de você”. Em Belo Horizonte, o Cravo Vermelho deixava uma rosa vermelha ao lado do cadáver. O Bombril deixava bilhetes com ameaças às comissões de direitos humanos.

59 Essas informações estão no depoimento do jurista Hélio Bicudo à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em 15 de outubro de 2014. O relato da audiência pública da comissão, escrito por Monica Ferrero, encontra-se em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=359625>>. Acesso em: jun. 2015. Bicudo denunciou as atividades do Esquadrão da Morte de São Paulo, a atuação de policiais e do Delegado Fleury nessas execuções. Os relatos dessas denúncias estão em seu livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Editora Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977. Ver também o filme de Sérgio Muniz, “Você também pode dar um presunto legal” (1974), guardado pelo cineasta durante a ditadura. O filme só foi exibido publicamente pela primeira vez em 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RE8UvCUFGak>>. Acesso em: jun. 2015.

60 Sobre a história da formação da Oban e seu financiamento pelo empresário Henning Albert Boilesen, ver o documentário “Cidadão Boilesen”

(2009), dirigido por Chaim Litewski. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: jun. 2015.

61 Barrio tendeu a exercer, em sua ação anônima, o que o pintor Henri Michaux dizia sobre a postura do artista, de que “com todo o seu poder, resiste à unidade fundamental de não deixar traços”. Citado por Jean Baudrillard no livro *The perfect crime*. Londres: Verso, 1996, p. 1.

62 WRIGHT, Stephen. “What everybody knows: protocols of rumour”, 13 de julho de 2008. Disponível em: <<http://northeastwestsouth.net/what-everybody-knows-protocols-rumour-0>>. Acesso em: jun. 2015.

63 Digo “teriam sido” porque infelizmente não foram encontradas essas notícias. Na entrevista que realizei com Barrio, ele me diz que “deve ter havido alguma publicação mas não inteirei-me se sim ou se não”. Durante a pesquisa que fiz para este livro, tive o apoio dos funcionários do Arquivo Público Mineiro que me ajudaram a tentar localizar alguma notícia referente às trouxas no Ribeirão Arrudas entre os meses de abril e maio de 1970. Até o momento, não foram encontradas reportagens sobre o caso, a não ser os textos escritos por críticos de arte no mesmo período sobre as *situações* de Barrio e sobre o evento *Do corpo à terra*, publicados em veículos como o *Jornal do Brasil*.

64 RAMIRO, Mario. “Grupo 3Nós3. The Outside Expands”. In: PONTBRIAND, Chantal (ed.). *Parachute – São Paulo*, n. 116. Montreal, 2004, p. 50.

65 Essa abertura política, iniciada em 1974, ocorreu durante o governo do General Ernesto Geisel, que encontrou um profundo descontentamento da população brasileira perante uma situação de crise social e econômica.

66 Ver o “Manifesto” escrito por Barrio em 1969. In: CANONGIA, Ligia (ed.), op. cit. p. 145.

67 Em relação à história do grupo 3Nós3 e os aspectos políticos da ação de *Ensacamento*, ver o texto de Mario Ramiro publicado na revista *Parachute* (citado em nota anterior), e a tese de doutorado de Erin Denise Aldana,

Interventions into urban and art historical spaces: the work of the artist group 3Nós3 in context, 1979-1982. Austin: Universidade do Texas, 2008. Ver também o texto que escrevi com Ana Longoni, Jaime Vindel, Fernanda Nogueira e Malena La Rocca, “Intervención/Intervención/Interposición”, publicado no catálogo da exposição *Perder la forma humana*, op. cit. p. 165-175.

Capítulo dois: **saber o que não saber**

1 FERRARI, León. “El arte de los significados” (1968). *Prosa política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 26-27.

2 Iniciada em 28 de junho de 1966, após um golpe de Estado que tirou do poder o então presidente argentino Arturo Illia, a ditadura de Onganía autodenominou-se “Revolução Argentina” e tinha como influência os princípios autoritários da “Doutrina de Segurança Nacional” idealizada pelo governo norte-americano, cujas ideias foram também aplicadas dois anos antes com o Golpe de Estado no Brasil e o início da perseguição e repressão ao inimigo interno comunista. A ditadura de Onganía foi marcada por uma grande instabilidade dentro dos próprios setores militares que governavam o país e por uma economia cada vez mais aberta e explorada pelos monopólios internacionais. Greves, sindicatos e movimentos sociais foram duramente reprimidos e seus participantes perseguidos. Em maio de 1969, o *Cordobazo*, levante popular formado por trabalhadores e estudantes argentinos contra as determinações econômicas do governo de Onganía que afetaram os valores dos salários e o aumento dos horários de turnos nas fábricas, foi iniciado com assembleias, greves e protestos que tomaram as ruas de Córdoba, sendo também reprimidos pelas forças policiais e Exército, inclusive com a morte de manifestantes. O movimento enfraqueceu o governo e Onganía foi deposto pelos militares, sendo substituído pelo General Roberto Marcelo Levingston em junho de 1970.

3 CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: una aproximación a la guerrilla de los años setenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013, p. 26.

4 Essa prática de contrainformação, realizada pelos artistas argentinos, pretendia não somente desarticular o que era a informação oficial veiculada na grande imprensa, mas propor um meio alternativo de comunicação através de ferramentas visuais, semióticas e conceituais, bem como a produção de espaços políticos para novas formas de organização social, distribuição e circulação de conhecimentos críticos. Nesse sentido, é possível dizer, sem medo de cair em exageros ou anacronismos, que *Tucumán Arde* conseguiu antecipar de modo bastante precoce as práticas que foram denominadas a partir dos anos 1990 de “mídia tática”.

5 Sobre os antecedentes e a história de *Tucumán Arde*, ver o livro de Ana Longoni e Mariano Mestman. *Del Di Tella a Tucumán Arde*. Buenos Aires: Eudeba, 2008. Ver também o recente livro *Desinventario: esquivar de Tucumán Arde en el archivo de Graciela Carnevale* (Santiago do Chile: Ocholibros e Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2015), publicação que editei com Graciela Carnevale, Marcelo Expósito e Jaime Vindel. Neste livro, compilamos e apresentamos um conjunto de imagens e documentos arquivados por décadas por Graciela Carnevale acerca das experiências da vanguarda artística argentina (em especial rosarina) em 1968, sua radicalização com *Tucumán Arde* e o que veio depois desse processo. Além disso, *Desinventario* reflete criticamente sobre a recuperação institucional dessa experiência militante pelo mundo da arte décadas mais tarde sob o paradigma de “obra de arte conceitual”, e assinala a importância histórica de *Tucumán Arde* como referência para as recentes práticas coletivas de ativismo artístico surgidas a partir da década de 1990.

6 Como o caso de Eduardo Favario, que passou à clandestinidade da guerrilha formando parte do Ejército Revolucionario del Pueblo, sendo assassinado pelas forças de segurança em 1975 durante uma operação do exército.

7 LONGONI, Ana; MESTMAN, Mariano, op. cit. p. 202.

8 MESQUITA, André. *Mapas Dissidentes: Proposições Sobre Um Mundo Em Crise (1960-2010)*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013, p. 121. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15042014-100630/pt-br.php>>. Acesso em: jun. 2015.

9 Como recordam Ana Longoni e Mariano Mestman, uma segunda compilação teria sido realizada por Ferrari para *Tucumán Arde*, mas que teria se perdido durante o projeto. Ferrari teria tratado de organizar um conjunto de frases agressivas dos discursos oficiais sobre a população de Tucumán e colocá-las uma em seguida da outra, “de modo que o que se lia era como uma catarata de agressões”, afirmou o artista em entrevista Silvia Mendez e Sandra Crespi à revista *Causas y Azares* sob o título “Nosotros no sabíamos” (Buenos Aires, n. 2, outono de 1995, p. 119-124). De acordo com Longoni e Mestman, a proposta assemelhava-se ao procedimento de montagem usado por Ferrari na obra teatral *Palabras Ajenas* (publicado em 1967 pela editora Falbo). “Ao fragmentar o discurso dos oponentes e de rearmá-lo como uma colagem de várias vozes, aparece um sentido que mantinha-se oculto na informação dos meios”, afirmam os autores. *Del Di Tella a Tucumán Arde*, op. cit. p. 202. Em *Palabras Ajenas*, Ferrari realizou a montagem escrita de um diálogo imaginário entre 160 personagens (dentre eles, Deus, Hitler, o Papa, presidentes, jornalistas etc.), para contar a história da violência no Ocidente, desde suas origens ao presente. As frases dos diálogos foram tiradas de notícias de jornais, livros e revistas.

10 LONGONI, Ana. *Vanguardia y Revolución. Arte e izquierdas en la Argentina de los sesenta-setenta*. Buenos Aires: Ariel, 2014, p. 36. Nessa mesma página, Longoni assinala um detalhe importante. Quando Ferrari apresentou *La civilización occidental y cristiana* ao Prêmio Nacional do Instituto Di Tella em 1965, a estátua de um Cristo crucificado sobre a réplica de um avião de guerra norte-americano usado no Vietnã veio acompanhada de três caixas com obras que representavam o bombardeio de uma escola vietnamita,

notícias e fotografias da guerra junto com um crucifixo de um esqueleto, e uma última caixa com quatorze aviões que se referiam à intervenção norte-americana em Santo Domingo. Ferrari apresentou esse conjunto de trabalhos ao prêmio acompanhado de uma única frase com sua inscrição: “o problema é o velho problema de mesclar a arte com a política”. O diretor do instituto, Romero Brest, solicitou que o avião com o Cristo crucificado fosse retirado da exposição alegando diversos motivos de causa religiosa e política, pedindo que fossem mostradas apenas as caixas. Um trecho do depoimento de Ferrari sobre esse episódio citado por Longoni diz o seguinte: “Encontrei-me em uma espécie de dilema: ou tomar o caminho das artes plásticas, que indicava ou exigia retirar tudo e denunciar a censura, ou o caminho da política, meu propósito inicial de expor algo precisamente ali sobre o Vietnã, ao invés das liberdades que proclamavam os Estados Unidos bombardeadores”. Em resposta à censura feita por Brest sobre a obra do avião com o Cristo crucificado, Ferrari publicou no periódico *Propósitos*, em 7 de outubro de 1965, uma declaração que sustenta suas posições a respeito da relação de sua prática artística com a política, algo que o acompanharia nos anos posteriores: “Ignoro o valor formal dessas peças. A única coisa que peço à arte é que me ajude a dizer o que eu penso com a maior clareza possível, a inventar os signos artísticos e críticos que me permitam com uma eficácia maior condenar a barbárie do Ocidente; é provável que alguém me demonstre que isso não é arte: não haveria nenhum problema; riscaria arte e chamaria de política, crítica corrosiva, qualquer coisa”. Citado por Ana Longoni e Marcelo Mestman, op. cit. p. 89.

11 Entrevista ao autor deste livro em 9 de fevereiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

12 As notícias a serem incluídas no trabalho foram enumeradas por Ferrari como sendo as seguintes: “Repressão policial e parapolicial, torturas, sequestros, desaparecimento de presos, sentenças de um novo Fórum antissubversivo com as fotografias

dos juízes que o compõe, fotografias e informações dos métodos e instrumentos de tortura, protestos individuais e de agrupamentos de estudantes, trabalhadores, clérigos do Terceiro Mundo, associações de bairro, Frente de Advogados e do novo Fórum pelos Direitos Humanos etc.” Citado por Jaime Vindel no artigo “De un arte crítico a un arte socialista: el itinerario de León Ferrari y Ricardo Carpani como síntoma de las transformaciones históricas de la relación entre el arte y la política en Argentina (y América Latina) durante los años sesenta y setenta”. *Anales de Historia del Arte*, volume 22, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ANHA/article/viewFile/41329/39491>>. Acesso em: jun. 2015. Ver também a descrição da obra em Andrea Giunta (ed.). *León Ferrari: retrospectiva. Obras 1954-2006*. São Paulo: Cosac Naify e Imprensa Oficial, 2006, p. 143. Ferrari apresentou *El calendario de la Casa Rosada* ao salão do *II Certamen de Investigaciones Visuales*, sendo desclassificada pelo júri. Outros artistas participantes também tiveram suas obras recusadas por tratarem de assuntos relacionados à tortura e a situação de presos políticos.

13 Sobre as concatenações, sobreposições e transformações temporárias dos papéis/máquinas artísticos e políticos, ver Gerald Raunig. *Art and Revolution. Transversal Activism in the Long Twentieth Century*. Los Angeles: Semiotext(e), 2007.

14 CRENZEL, Emilio. *Memory of the Argentina disappearances: the political history of Nunca Más*. Londres: Routledge, 2011, p. 12.

15 CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia*, op. cit. p. 36.

16 NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 26.

17 Ibidem, p. 28.

18 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 26.

19 LONGONI, Ana. *Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007, p. 118.

20 Conforme Pilar Calveiro, das quase vinte mil pessoas que passaram pelos campos de concentração/extermínio na argentina, 90% foram assassinadas. *Poder e desaparecimento*, op. cit. p. 41.

21 Ibidem, p. 53.

22 Como bem apontaram os historiadores Marcos Novaro e Vicente Palermo, op. cit. p. 139-140.

23 CALVEIRO, Pilar, op. cit. p. 55-56.

24 Ibidem, p. 48-49.

25 Ibidem, p. 38.

26 Ibidem, p. 40.

27 Ibidem, p. 27.

28 Ibidem, p. 81.

29 Formada em 1970, a organização política e guerrilheira Montoneros seguia uma orientação peronista e era influenciada pelo marxismo revolucionário. Alguns de seus membros tinham ligações com grupos nacionalistas e católico-progressistas. A primeira ação pública do Montoneros foi o sequestro do General Pedro Eugenio Aramburu, em 29 de maio de 1970, assassinado em 1^a de junho desse mesmo ano. Basicamente, Montoneros atuou como a maioria das organizações armadas peronistas e as guerrilhas na América Latina, realizando sequestros de líderes políticos, “expropriações” de armas, roubo de carros, assaltos a bancos, atentados, assassinatos de pessoas envolvidas com práticas de tortura e “ações de propaganda armada” para obter o apoio da população. CALVEIRO, Pilar, *Política y/o violência*, op. cit. p. 87-88. Com o aumento da repressão e atuação de grupos paramilitares no extermínio da guerrilha, Montoneros passou à clandestinidade em 1974. Importante também lembrar das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), uma organização armada argentina, formada no final dos anos 1960, de orientação marxista-leninista e influenciada por ideias de revolucionários latino-americanos. Em 1973, a FAR e Montoneros fundiram-se em uma única organização e passaram a chamar-se apenas de Montoneros.

30 Os informativos distribuídos pela ANCLA vinham com o seguinte

aviso: “Reproduza esta informação, faça-a circular por todos os meios ao seu alcance: a mão, a máquina, a mimeógrafo, oralmente. Mande cópias aos seus amigos: nove em cada dez estarão esperando. Milhões querem ser informados. O terror está baseado na falta de comunicação. Rompa o isolamento. Volte a sentir a satisfação moral de um ato de liberdade. Derrote o terror. Faça circular esta informação.”

31 GAMARNIK, Cora. “Contrainformación”. In: RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. *Perder la forma humana. Una imagen sismica de los años ochenta en América Latina*. Madri: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2012, p. 77. Ver também Natalia Vinelli. *ANCLA, Una experiencia de comunicación clandestina orientada por Rodolfo Walsh*. Buenos Aires: Editorial La Rosa Blindada, 2002. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/ancla.html>>. Acesso em: jun. 2015.

32 WALSH, Rodolfo. “Carta abierta a la Junta Militar”, 24 de março de 1977. Disponível em: <<http://www.elortiba.org/rwcarta.html>>. Acesso em: jun. 2015.

33 35 anos após o assassinato de Walsh, em 2012, Ferrari homenageou o escritor com uma instalação chamada de *Carta abierta a la Junta Militar*, em que o texto da carta aparece gravado em painéis de vidro. A instalação está montada no Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex-ESMA), na frente do “Cassino dos Oficiais”, prédio onde funcionou o centro de tortura.

34 ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 231.

35 NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit. p. 174.

36 Idem.

37 CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 295.

38 PERLONGHER, Néstor. *Cadáveres* (1982). *Poemas completos*. Buenos Aires: Planeta, 1997, p. 111. A tradução aqui é de Josely Vianna Baptista.

39 TODOROV, Tzvetan. *Frente al límite*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1993, p. 189.

40 CARVAJAL, Fernanda; VINDEL, Jaime. “Acción relámpago”. In: RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. *Perder la forma humana. Una imagen sismica de los años ochenta en América Latina*. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2012, p. 37. O uso das litanias nos espaços públicos foi empregado pelo Movimento contra a tortura Sebastián Acevedo (1983-1990) para reivindicar a memória dos desaparecidos políticos durante a ditadura de Pinochet.

41 Esse sistema de tortura e desaparecimento foi iniciado com o denominado programa de “Rendição Extraordinária”, praticado pela CIA como um método ilegal de combate ao terrorismo. “Até 2009, centenas de ‘terroristas suspeitos’ foram detidos em aeroportos ou em suas próprias casas, e levados em voos para prisões clandestinas da agência de inteligência, mantidas em países onde os suspeitos não teriam proteção legal das leis norte-americanas, como Egito, Marrocos, Paquistão, Polônia, Tailândia e a Baía de Guantánamo (área territorial de Cuba sob jurisdição norte-americana). Interrogados e torturados durante dias ou meses para obtenção de informações, alguns foram obrigados a assinar confissões falsas mostrando que mantinham relações com organizações terroristas como a al-Qaeda. Implantado nos anos 1990 durante o governo Clinton, o programa foi autorizado por George W. Bush seis dias após os atentados de 11 de Setembro e se valeu do uso de empresas aéreas de fachada para esconder os voos, garantindo à CIA um exercício pleno de captura e controle”. MESQUITA, André. *Mapas dissidentes*, op. cit. p. 118. Acesso em: jun. 2015.

42 Sobre o tema dos voos de tortura, ver Trevor Paglen e A.C. Thompson. *Torture taxi: on the trail of the CIA's rendition flights*. Nova York: Melville House, 2006.

43 A página *Torture Report* contém uma grande quantidade de documentos desclassificados e textos sobre os casos de tortura e desaparecimentos praticados durante o Governo de George W. Bush. Disponível em: <<http://www.thetorturereport.org>>. Acesso em: jun. 2015.

44 Termo usado para definir guerras que tomam uma dimensão de ataques menores, limitados ao cotidiano de uma cidade e com avanços informais.

45 Ver o livro de Grégoire Chamayou, *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

46 SEKULA, Allan. “War Without Bodies”. *Artforum*, novembro de 1991. Disponível em: <<https://artforum.com/inprint/id=1775&ord=2&pagenum=0>>. Acesso em: jun. 2015.

47 MENDEZ, Silvia; CRESPI, Sandra. “Nosotros no sabíamos. Entrevista com León Ferrari”. *Causas y Azares*. Buenos Aires, n. 2, outubro de 1995, p. 123.

48 ZABEL, Igor. “A Short Walk Trough Mladen Stilinović’s Four Rooms” (2005). In: SPANJOL, Igor (ed.). *Igor Zabel. Contemporary Art Theory*. Zurique: JRP-Ringier, 2012, p. 257.

49 Nesse sentido, parece-me interessante aproximar o processo de Ferrari em *Nosotros no sabíamos* ao trabalho do artista norte-americano Mark Lombardi (1951-2000), que embora buscasse em sua trajetória artística uma outra forma de expressão, tinha como projeto reunir e arquivar uma série de informações e dados públicos conhecidos e obscuros sobre escândalos financeiros, guerras e histórias envolvendo mafiosos, igreja, governos, militares, bancos e corporações, organizando-os posteriormente como grandes diagramas desenhados a lápis sobre folhas de papel. Acerca do trabalho de Lombardi, ver o segundo capítulo de minha tese de doutorado, *Mapas Dissidentes*, intitulado “Notas sobre escândalos”, op. cit. p. 100-166.

50 MENDEZ, Silvia; CRESPI, Sandra. “Nosotros no sabíamos. Entrevista com León Ferrari”. *Causas y Azares*. Buenos Aires, n. 2, outono de 1995, p. 122.

51 Idem.

52 NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit. p. 174.

53 Ibidem, p. 176.

54 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*, op. cit. p. 138.

55 Depoimento citado por Marcos Novaro e Vicente Palermo, op. cit. 175.

56 CALVEIRO, Pilar, op. cit. p. 136.

57 Ver CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 2013. Ferrari fez uma grande contribuição a esse relatório em 1995, quando publicou uma versão de *Nunca Más* em trinta fascículos editados pelo jornal *Página/12* e Eudeba, com suas colagens de imagens referentes à ditadura de 1976-1983 para as capas dos exemplares.

58 LONGONI, Ana. *Traiciones*, op. cit. p. 28.

59 MENDEZ, Silvia; CRESPI, Sandra, op. cit. p. 121.

60 BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 53. A tradução foi levemente adaptada por mim neste texto.

61 Conhecida pelo nome de *Siluetazo*, a iniciativa da produção de trinta mil silhuetas em tamanho natural em alusão aos detidos-desaparecidos foi impulsionada pelos artistas Roberto Aguerreberry, Julio Flores e Guillermo Kexel. A proposta teve a adesão das *madres* da Praça de Maio e de organizações de grupos de direitos humanos durante a *Terceira Marcha da Resistência* em 21 de setembro de 1983. Em relação ao tema, ver o livro de Ana Longoni e Gustavo Bruzzone (orgs.). *El Siluetazo*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008. Para imagens e documentos sobre *Siluetazo* e as práticas criativas dos grupos de direitos humanos na Argentina, ver a página do projeto “Archivos en uso”: <<http://www.archivosenuso.org>>. Acesso em: jun. 2015.

62 LONGONI, Ana. *Traiciones*, op. cit. pp. 24 e 25.

63 Entrevista ao autor deste livro em 9 de novembro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

64 Entrevista ao autor deste livro em 26 de janeiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

65 Entrevista com León Ferrari divulgada com o título “El Compañero León Ferrari, combatido por los fachos”, publicada na página do *indymedia* da Argentina em 19 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://argentina.indymedia.org/news/2004/12/247351.php>>. Acesso em: jun. 2015.

66 Idem.

67 GIUNTA, Andrea, op. cit. p. 149.

68 Entrevista ao autor deste livro em 13 de março de 2015.

69 De acordo com o que me relatou Ana Longoni em sua conversa com León Ferrari há alguns anos, em que o artista afirmou ter usado esse procedimento de envio. Na entrevista que realizei com Pablo Ferrari, este afirma que León “tinha dois nomes, Leon Cesar Ferrari del Pardo. Ele pode ter mandado talvez como ‘Cesar Pardo’. Acho plausível que isso tenha ocorrido”.

70 A série completa de *Nosotros no sabíamos* está disponível em: <<http://www.leonferrari.com.ar/index.php?/series/nosotros-no-sabiamos>>. Acesso em: jun. 2015.

71 Em diversas publicações, León afirma que as primeiras notícias sobre o que teria acontecido com Ariel chegaram em setembro de 1978, e que ele teria sido morto pelos oficiais da Marinha. “Nos escreveram Gustavo Roca e Lila Pastoriza, amigos de Ariel, dizendo que na ESMA teria havido um procedimento na casa onde vivia o meu filho, que havia sido ‘cantado’, e que um oficial da Marinha tinha trocado tiros com Ariel e o teria matado. [...] Um rapaz chamado Daniel Lastra, detido na ESMA e sobrevivente, contou a outra colega, Graciela Daleo, que tinham feito uma operação em um apartamento em Villa del Parque que Ariel compartilhava com Rafael Spina (Polo). Spina caiu naquela circunstância. Esta operação foi comandada por Astiz. Ariel saiu, deram voz de prisão, ele resistiu e Astiz o matou”. “El Compañero León Ferrari”, idem.

72 GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres. Historia de las Madres de Plaza de Mayo de la Argentina*, v. 1 (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 153.

73 Ibidem, p. 154.

74 RAY, Gene. *Terror and the sublime in art and critical theory: from Auschwitz to Hiroshima to September 11*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 1.

75 ASSMANN, Aleida, op. cit. p. 277.

76 TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 26.

77 Como na itinerância da exposição *Perder la forma humana* em Buenos Aires, exibida em 2014 no Museu da Universidade Nacional de Tres de Febrero. Era recorrente ver as pessoas lendo detalhadamente as notícias.

78 LONGONI, Ana. “Activismo artístico en la última década en Argentina: algunas acciones en torno a la segunda desaparición de Jorge Julio López”. *ERRATA# 0*. Bogotá, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://revistaerrata.com/ediciones/errata-0-el-lugar-del-arte-en-lo-politico/activismo-artistico-en-la-ultima-decada-en-argentina-algunas-acciones-en-torno-a-la-segunda-desaparicion-de-jorge-julio-lopez>>. Acesso em: jun. 2015.

79 Idem.

Capítulo três: memórias do invisível

1 “Um artista que não fala inglês não é um artista” é uma das conhecidas afirmações de Mladen Stilinović. Se de início a frase parece absurda e nos faz pensar qual seria a relação entre fazer arte e o fato de falar inglês, ela também é verdadeira e provocadora, considerando que o inglês tornou-se a “língua oficial” do sistema de arte global.

2 STILINOVIĆ, Mladen. “On power, pain, and...” (1994). In: STIPANČIĆ, Branka (ed.). *Mladen Stilinović: Sing!* Budapeste: Ludwig Museum, 2011, p. 203.

3 Idem.

4 Idem.

5 O vídeo encontra-se disponível em: <<http://claraianni.com/post/114635965480/plea-apelo-in-collaboration-with-debora-maria-da>>. Acesso em: jun. 2015. *Apelo* foi um dos trabalhos exibidos na 31ª *Bienal de São Paulo* em 2014, sob o título “Como (...) coisas que não existem” e realizada por um time de curadores internacionais e brasileiros. Ver a página: <<http://www.31bienal.org.br>>. Acesso em: jun. 2015.

6 Entrevista ao autor deste livro em 27 de fevereiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

7 O ponto crucial da Lei da anistia é que ela preserva tanto os opositores que foram brutalmente torturados e assassinados, quanto os torturadores que cometeram esses crimes amparados pela ditadura. O problema é que os torturadores não podem ser protegidos por essa lei e devem responder judicialmente pelos seus crimes. Anistiar os agentes do terrorismo de Estado é impossibilitar a nossa interpelação sobre o passado. Sobre o tema, ver Haike Roselane Kleber da Silva (org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

8 NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 145.

9 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 137.

10 BENJAMIN, Walter. “Para uma crítica da violência” (1921). *Escritos sobre mito e linguagem* (1915-1921). São Paulo: Editora 34, 2011, p. 135.

11 Ibidem, p. 135-136.

12 “PM de São Paulo mata duas pessoas ao dia”. *El País*. 8 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/08/actualidad/1423420968_579150.html>. Acesso em: jun. 2015.

13 BARIFOUSE, Rafael. “Brasil lidera ranking de medo de tortura policial”. *BBC Brasil*, 12 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140512_brasil_tortura_vale_rb>. Acesso em: jun. 2015.

14 Ver a campanha em: <<https://anistia.org.br/campanhas/chega-de-tortura>>. Acesso em: jun. 2015.

15 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 151.

16 TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 26.

17 OSLENDER, Ulrich. “Spaces of terror

and fear on Colombia's Pacific Coast". In: GREGORY, Derek; PRED, Allan (eds.). *Violent geographies: fear, terror, and political violence*. Nova York: Routledge, 2007, p. 120.

18 TAUSSIG, Michael, op. cit. p. 27.

19 Na definição de Teresa Pires do Rio Caldeira, enclaves fortificados são “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto”. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio, op. cit. p. 211.

20 O surgimento do Primeiro Comando da Capital é um dado impreciso, mas a versão que costuma circular entre os próprios detentos e explicada eventualmente na mídia é a de que ele teria sido fundado em agosto de 1993 em uma penitenciária de segurança máxima, mais precisamente a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Um dos motivos para o surgimento do PCC teria sido o “Massacre do Carandiru” em 1992, na Casa de Detenção em São Paulo, quando 111 presos (segundo números oficiais) foram assassinados pela Polícia Militar sob o comando do então governador Luiz Antônio Fleury Filho. Com uma adesão e influência cada vez maiores entre outros detentos, o PCC organizou-se ao redor de uma “proposta de reivindicações” contra maus-tratos dos presos e por melhores condições no sistema carcerário, sendo ignorado inicialmente pelo poder público. No auge das rebeliões em diversas penitenciárias e transferências de seus integrantes para outras instituições carcerárias, o Governo de São Paulo reconheceu publicamente a existência do PCC em 2001 e o denunciou como “organização criminosa”. Em relação às origens e atuação do PCC, ver Karina Biondi. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

21 No relatório produzido pela organização não-governamental Justiça Global e a Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de

Direito de Harvard, “São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006” os pesquisadores apontam que os motivos que levaram a uma crise da segurança pública e a consequência dos ataques estariam intimamente ligados à venda ilegal de uma fita contendo depoimentos de delegados da alta cúpula da polícia civil sobre o PCC, o indulto do Dia das Mães e a transferência em massa de líderes do PCC. No entanto, para os pesquisadores, esses elementos não são suficientes para explicar o porquê de tantos agentes públicos mortos, por que a polícia realizou execuções em massa e nem mesmo o poder do PCC. A frequência de achaques abusivos de policiais a líderes do PCC, conforme o relatório, teria sido um motivo fundamental para que fossem executados os ataques como uma forma de vingança. O relatório encontra-se disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

22 Conforme a pesquisa encomendada pela organização Conectas Direitos Humanos “Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006”, em junho de 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/AtaquesPCC_IgCano.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

23 Segundo o pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Paulo de Mesquita Filho, entre as 46 pessoas mortas por criminosos, haviam 23 policiais militares, 7 policiais civis, 9 agentes penitenciários, 3 guardas municipais e 4 cidadãos comuns. MESQUITA FILHO, Paulo de. “Mortes a esclarecer, crises a evitar”. In: *Crimes de Maio*. São Paulo: CONDEPE, 2006, p. 27.

24 NOGUEIRA, Rose. “O que foi mesmo que aconteceu?” In: *Crimes de Maio*, Ibidem, p. 13.

25 Idem.

26 “Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006”, op. cit.

27 A lista com os nomes de todas as 493 vítimas encontra-se disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/056aSO120510_tabela.pdf>. Acesso em: jun. 2015.

28 De acordo com o levantamento realizado pelo Movimento Mães de Maio. Ver a reportagem de Marcelo Pellegrini, “Crimes policiais pós-ditadura serão investigados por comissão em São Paulo”. *Carta Capital*, 19 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/crimes-policiais-pos-ditadura-serao-investigados-por-comissao-em-sao-paulo-470.html>>. Acesso em: jun. 2015.

29 Conforme os dados divulgados no relatório final do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo a partir dos laudos emitidos pelos legistas do Instituto Médico Legal. Esses números estão no livro *Crimes de Maio*, organizado em 2006 pelo CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana). Além disso, investigações realizadas pela Comissão Especial da Crise de Segurança Pública do Estado de São Paulo apontaram que a polícia interferiu nos locais onde aconteceram os homicídios, dificultando o trabalho posterior da perícia.

30 Sobre o caso das quatro pessoas desaparecidas em maio de 2006, ver a dissertação de mestrado em Serviço Social de Francilene Gomes Fernandes, *Barbárie e direitos humanos: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados em maio (2006) em São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13525>. Acesso em: jun. 2015. Francilene é irmã de um dos desaparecidos dos Crimes de Maio. Paulo Alexandre Gomes, de 23 anos, desapareceu em 16 de maio de 2006 no bairro de Itaquera, Zona Leste de São Paulo.

31 Menos os assassinatos de agentes públicos, cuja maioria foi esclarecida pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa.

32 Com exceção dos casos de Murilo de Moraes Ferreira, Felipe Vasti Santos de Oliveira e Marcelo Heyd Meres, mortos em uma esquina no Jardim Brasil por homens que passaram atirando em uma motocicleta. O policial militar Alexandre André Pereira da Silva foi condenado

a 36 anos de prisão pelas mortes dos três jovens em julho de 2014. Foi a primeira vez que a justiça em São Paulo reconheceu a participação da Polícia Militar nas execuções de maio de 2006.

33 No final de 2014, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, respondeu através da Secretaria de Segurança Pública ao relatório produzido pela Comissão Especial “Crimes de Maio” – documento este que solicita a reabertura dos processos arquivados, a busca e identificação de corpos, a verificação de investigações ainda em aberto, assistência psicológica e indenização administrativa às vítimas ou familiares. A resposta do governo veio através de “uma listagem dos boletins de ocorrência registrados à época dos fatos. Alguns dos quais sequer têm relação com os ‘crimes de maio’. E entre os que estão registrados, há uma clara divisão: supostos autores de ataques a policiais foram encontrados. Mas, entre as vítimas civis, a resposta recorrente é que ‘o crime não foi esclarecido’. São 402 páginas escritas sem responder aos pedidos da Secretaria de Direitos Humanos”. GOMES, Rodrigo. “Alckmin se nega a reabrir investigação dos ‘crimes de maio’, e famílias pedem ajuda à PF”. *Rede Brasil Atual*, 5 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/11/em-relatorio-vago-gestao-alckmin-nega-reabertura-das-investigacoes-sobre-crimes-de-maio-9121.html>>. Acesso em: jun. 2015.

34 WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Volume 2). São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 225.

35 BOCCHINI, Bruno. “Mães de Maio: ato lembra assassinatos de mais de 500 pessoas em São Paulo”. *Agência Brasil*, 15 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/05/maes-de-maio-ato-lembra-assassinatos-de-mais-de-500-pessoas-em-sao-paulo>>. Acesso em: jun. 2015.

36 Entrevista ao autor deste livro em 25 de fevereiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

37 Ver a reportagem de Luís Adorno para a Rede TV, “Guerra entre polícia e PCC em SP completa 9 anos; 564 pessoas

morreram”, publicada em 12 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.redeTV.uol.com.br/jornalismo/cidades/guerra-entre-policia-e-pcc-em-sp-completa-9-anos-564-pessoas-morreram>>. Acesso em: jun. 2015.

38 Em julho de 2012, o Movimento Mães de Maio entregou à Presidente Dilma Rousseff uma carta em que denuncia as ondas recentes de violência policial em São Paulo ocorridas depois de 2006 e apresenta uma série de demandas e recomendações ao Governo Federal. A carta encontra-se disponível em: <<http://global.org.br/programas/maes-de-maio-entregam-carta-a-presidente-dilma-rousseff>>. Acesso em: jun. 2015.

39 Para mais informações sobre a Comissão da Verdade da Democracia “Mães de Maio”, ver a página <<https://www.facebook.com/cvda-democraciamaesdemaio>>. Acesso em: jun. 2015.

40 Essa colaboração multidisciplinar entre o Movimento Mães de Maio e artistas, músicos, poetas e outros ativistas produzindo uma rede de apoio e denúncia está bastante explicitada nos textos que formam o livro editado por Débora Maria da Silva e Danilo Dara, *Mães de Maio, mães do cárcere – a periferia grita*. São Paulo, 2012.

41 Entrevista ao autor deste livro em 29 de janeiro de 2015. As declarações posteriores estão na mesma entrevista.

42 Sobre a noção de extradisciplinar, ver Brian Holmes. “Extradisciplinary investigations: towards a new critique of institutions” (2007). Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0106/holmes/en>>. Acesso em: jun. 2015.

43 SOLNIT, Rebecca. “The visibility wars”. In: PAGLEN, Trevor. *Invisible: covert operations and classified landscapes*. Nova York: Aperture, 2010, p. 12.

44 KEENAN, Thomas; WEIZMAN, Eyal. *Mengle’s skull: the advent of a forensic aesthetics*. Berlim: Sternberg Press, 2012, p. 67. Para Weizman, forense é “uma prática crítica, com o compromisso de investigar as ações dos estados e corporações, e também uma reflexão crítica sobre os termos pelos quais as

investigações forenses contemporâneas – nas escalas dos corpos, edifícios, territórios e representações digitais – são atualmente realizadas”. WEIZMAN, Eyal. “Introduction: Forensis”. In: FORENSIC ARCHITECTURE (ed.). *Forensis: the architecture of public truth*. Berlim: Sternberg Press, 2014, p. 9.

45 O vídeo encontra-se disponível em: <<http://claraiani.com/post/66870399740/mothers-maes-video-2013-2223-in-may-2006>>. Acesso em: jun. 2015.

46 É significativo ressaltar que Clara considera o seu trabalho com Débora e as Mães de Maio uma forma de colaboração ou coautoria, em que os protocolos de realização e edição de um trabalho são discutidos entre as participantes de um processo. Essas imagens e narrativas produzidas também ganham competência crítica e discursiva quando começam a ser mostradas em outros espaços, seja dentro de uma exposição de arte ou em encontros com ativistas e movimentos sociais.

47 É difícil para mim não escutar os depoimentos de *Mães* sem lembrar de uma das passagens do livro *Genealogia da moral*, de Nietzsche: “Talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. ‘Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória’ – eis um axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia da terra”. NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 50.

48 DOLAR, Mladen. *A voice and nothing more*. Cambridge: MIT Press, 2006, p. 83.

49 GOULD, Deborah B. *Moving politics: emotion and ACT UP’s fight against AIDS*. Illinois: The University of Chicago Press, 2009, p. 28-29.

50 Public Image Limited – “Rise”: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vq7JSic1DTM>>. Acesso em: jun. 2015.

51 SILVA, Emilio. “Niebla negra”. In: *Desvelados. Fotografias de Clemente Bernard*. Pamplona: Editorial Alkibla, 2011, p. 11. Em março de 2000, Silva encontrou

no município de Priaranza del Bierzo a fossa comum onde estava enterrado o corpo de seu avô, Emilio Silva Faba, fuzilado em 16 de outubro de 1936, junto dos restos de outros doze militantes de esquerda assassinados pelos pistoleiros fascistas da Falange Espanhola aliados à ditadura franquista. Com a ajuda de diversos colaboradores, Silva fundou a Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica, coletivo que vem há quinze anos realizando exumações de fossas comuns espalhadas pelo território espanhol. Do total de 143.353 desaparecidos durante a ditadura de Franco, a associação conseguiu encontrar, até o momento, os restos de 1.500 pessoas escondidos em cerca de 200 fossas comuns. Para mais informações sobre a associação, ver <<http://memoriahistorica.org.es>>. Acesso em: jun. 2015.

52 De fato, em 1979, familiares de desaparecidos foram a Perus e reabriram a vala com a ajuda do administrador do cemitério, encontrando algumas das ossadas. Porém, os familiares só conseguiram apoio para exigir a abertura da vala em 1990, com o governo de Luiza Erundina.

53 Na definição de Dijaci David de Oliveira e Elen Cristina Gerales retomada por Fábio Alves Araújo, o termo indigente “indica o indivíduo pobre que não possui condições físicas para manter sua subsistência. É usado também pelo Estado para designar pessoas que morreram ou foram encontradas mortas sem ter sido possível identificá-las. A diferença do indigente para o desaparecido é que o desaparecido tem quem o procure enquanto o indigente não”. ARAÚJO, Fábio Alves. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. Tese de doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012, p. 89.

54 Essa pesquisa surgiu paralelamente ao trabalho que Caco Barcellos estava fazendo sobre a atuação irregular e o sistema de extermínio praticado pelas Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

(Rota), identificando informações sobre as vítimas desse esquadrão legalizado pelo Estado e examinando laudos do Instituto Médico Legal. A pesquisa foi publicada no livro *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992. Ver também a reportagem de Rodrigo Gomes sobre o depoimento recente do ex-administrador do Cemitério de Perus, Antônio Pires Eustáquio, sobre a vala, onde ele também afirma ter recebido ameaças por ter ajudado as famílias a buscar seus desaparecidos. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/ditadura-tentou-esconder-militantes-enterrados-como-indigentes-em-perus-8084.html>>. Acesso em: jun. 2015.

55 BARCELLOS, Caco. “O *Globo Repórter* sobre a vala de Perus”. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Editora Humanitas, 2001, p. 221.

56 O IML está interligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado e, por isso, relacionado também à Polícia Militar e, durante a ditadura, a todo o sistema de inteligência e repressor usado pelos militares.

57 HESPANHA, Luiz. “A primeira comissão da verdade”. In: INSTITUTO MACUCO. *Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo, 2012, p. 31-32. Em 1995, a Rede Globo exibiu uma edição do programa *Globo Repórter* com uma reportagem realizada por Caco Barcellos sobre a vala clandestina de Perus. O vídeo encontra-se disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>>. Acesso em: jun. 2015. Importante citar também a contribuição de João Godoy com o documentário “Vala Comum” (1994), no qual resgata a história de Perus e traz depoimentos dos familiares de desaparecidos políticos mortos e enterrados nesse cemitério. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ayv_fExR6Y8>. Acesso em: jun. 2015.

58 Em dezembro de 1990, As ossadas foram catalogadas e embaladas. Em seguida, foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal da

Unicamp para serem identificadas, sendo que algumas dessas identificações ocorreram já em 1991. As famílias ainda aguardam a identificação total das ossadas, que foram posteriormente transferidas para o Cemitério do Araújo e conservadas em situação precária. Agora, cabe ao recém-criado Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp realizar as análises.

59 A exumação é “uma parte do processo analítico que começa nos arquivos, segue com os testemunhos e finaliza em um ou vários laboratórios para, posteriormente, estabelecer os atos de reconhecimento público e institucional que sejam pertinentes. Este processo está encaminhado a oferecer o máximo de informação para conhecer a verdade e a exumação é uma parte da investigação de campo fundamental”. GABILONDO, Francisco Etxeberría. “Exhumaciones”. In: ALDAY, Rafael Escudero (coord.). *Diccionario de memoria histórica. Conceptos contra el olvido*. Madrid: Catarata, 2011, p. 78.

60 Esse “falar” dos ossos é referido por Eyal Weizman como a figura de linguagem chamada de “prosopopéia”, em que confere artificialmente voz a objetos inanimados. WEIZMAN, Eyal. “Introduction: Forensics”, op. cit. p. 9.

61 EXPÓSITO, Marcelo. “143.353 (los ojos no quieren estar siempre cerrados)” (2010). Disponível em: <http://marceloexposito.net/pdf/exposito_143353.pdf>. Acesso em: jun. 2015. Ver também o documentário dirigido por Expósito com o mesmo nome, e que aborda o tema das exumações de fossas comuns na Espanha realizadas pela Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gz6tsvs2BZY>>. Acesso em: jun. 2015.

62 KEENAN, Thomas; WEIZMAN, Eyal. *Mengele's Skull*, op. cit. p. 28.

63 KEENAN, Thomas. “Counter-forensics and Photography”. ALEXANDER, Zeynep Çelik (ed.). *Grey Room*, n. 55, 2014, p. 71.

64 SEKULA, Allan. “Photography and the Limits of National Identity” (2006). ALEXANDER, Zeynep Çelik (ed.). *Grey Room*, n. 55, 2014, p. 30. Sekula

mencionou pela primeira vez o termo “contra-forense” nesse mesmo ensaio, em que aborda as fotografias feitas por Susan Meiselas no Curdistão, depois do resultado da Guerra do Golfo no início dos anos 1990. Por meio desse conceito, Sekula procura diferenciar a prática “contra-forense”, utilizada pelos grupos de direitos humanos, dos métodos forenses empregados pelo Estado opressor, os quais segundo o artista “cataloga suas vítimas de forma tão precisa quanto possível”, registrando-as em grupos e individualmente de forma a aniquilá-los. Já Thomas Keenan, no ensaio “Counter-forensics and Photography”, critica o uso desse termo por Sekula ao considerar que a ideia de “contra-forense” designa o oposto, sendo “todos os tipos de esforços destinados a frustrar ou impedir com antecedência a análise desses objetos”. Considero importante citar esse termos e leituras distintas sobre as técnicas forenses neste texto, a fim de apontar que meu interesse aqui é falar especificamente sobre a prática forense (ou contra-forense) exatamente como uma ferramenta importante para os familiares de desaparecidos e os grupos de direitos humanos.

65 KEENAN, Thomas; WEIZMAN, Eyal, op. cit. p. 13.

66 EXPÓSITO, Marcelo. op. cit.

67 O monumento foi projetado pelo arquiteto Ricardo Ohtake e nele está registrado o seguinte texto: “Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, vítimas da fome, da violência do estado policial, dos esquadrões da morte e sobretudo dos direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos. Luiza Erundina de Souza e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos”.

68 ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 281.

69 Idem.

70 Ibidem, p. 349.

71 CALVEIRO, Pilar, op. cit, p. 148.

72 GELDER, Hilde Van. “Reclaiming Information, Rebuilding Stories: Reinventing Fundamental Rights”. In: TOMME, Niels Van (ed.). *Visibility Machines: Harun Farocki & Trevor Paglen*. Baltimore: Center for Art, Design and Visual Culture, 2015, p. 66.

73 ŽIŽEK, Slavoj. “What Rumsfeld doesn’t know that he knows about Abu Ghraib”, 21 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.lacan.com/zizekrumsfeld.htm>>. Acesso em: jun. 2015.

74 SOLNIT, Rebecca, op. cit. p. 10.

75 MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 224.

76 Trevor Paglen define geografia experimental como “práticas que levam à produção do espaço de uma forma autorreflexiva, que reconhecem que a produção cultural e a produção do espaço não podem ser separadas uma da outra, e que tanto a produção cultural como intelectual são práticas espaciais”. PAGLEN, Trevor. “Experimental geography: from cultural production to the production of space”. In: THOMPSON, Nato (org.). *Experimental geography: radical approaches to landscape, cartography, and urbanism*. Nova York: Melville House, 2009, p. 31.

77 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio, op. cit. p. 144-145.

78 MIRZOEFF, Nicholas. *The right to look: a counterhistory of visuality*. Durham: Duke University Press, 2011, p. 231.

79 MATE, Reyes. “Deber de memoria”. In: ALDAY, Rafael Escudero (coord.). *Diccionario de memoria histórica*, op. cit. p. 18.

80 Ibidem, p. 19-20.

81 FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 43.

82 TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*, op. cit.

83 TAUSSIG, Michael. *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 147.

84 VASCONCELOS, Maria Lucia

Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. *Conceitos de Educação em Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006, p. 143.

Comentário final: **não acabou**

1 BACHELARD, Gaston. “Prometheus”. *Fragments of poetics of fire*, 1961. Citado por Catherine Flood e Gavin Grindon em *Disobedient Objects*. Londres: Victoria & Albert Museum, 2014, p. 7.

2 Discuto detalhadamente a questão social das práticas artísticas em meu livro *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

3 CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 169.

4 Entrevista ao autor deste livro em 25 de fevereiro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Este projeto foi contemplado pelo Ministério da Cultura e pela Fundação Nacional de Artes – FUNARTE no Edital Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais, ano 2014, na categoria Produção Crítica. Agradeço esse apoio que possibilitou o desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos artistas e entrevistados, meus sinceros agradecimentos por tudo. Muito obrigado a Anna Ferrari, Andrea Wain, Artur Barrio, Clara Ianni, Débora Maria da Silva e Movimento Mães de Maio, Julieta Zamorano Ferrari, Marcelo Zelic, Mario Ramiro e Pablo Ferrari.

Tenho que agradecer aos meus amigos Jesús Carrillo e Ana Longoni, que acreditaram em meu trabalho e fizeram com que este projeto existisse. Igualmente, agradeço à Fernanda Arêas Peixoto, com quem pude trocar algumas ideias iniciais para esta pesquisa. E a Marcos Silva, cuja orientação foi fundamental nos meus trabalhos anteriores e que certamente tiveram grande influência neste livro.

Diversos amigos e amigas colaboraram com referências para esta pesquisa conversando comigo, oferecendo fotografias, livros e outros materiais, ou me apoiando fraternalmente. Assim, agradeço a Aline Siqueira, Bojana Piškur, Carolina Golder, Cristián Gómez-Moya, Curro Aix, Edward Shaw, Emilio Silva Barrera, Fernanda Carvajal, Fernanda Lopes, Graciela Carnevale, Jaime

Vindel, Jakob Jakobsen e María Berrios, Maria Iñigo Clavo, Mladen Stilinović e Branka Stipančić, Julio Flores, Mabel Tapia, Malena La Rocca, Marcelo Expósito, Paula Lobariñas, Roberto Amigo, Stephen Wright e Virginia Villaplana Ruiz.

Obrigado ao amigo Eduardo Marques Vaz, pelas ilustrações e imagens para este livro, e também a Leonardo Hermano e a Gráfica Navegar, pelo trabalho de impressão.

Agradecimentos eternos a Julia Ruiz, que tornou todo este trabalho possível, estando comigo todos os dias da minha vida. Vida que, ao lado dela, é sempre pra valer.

Obrigado aos museus, instituições, arquivos e jornais com quem pude contar para realizar minha pesquisa, e que cederam parte das imagens que estão neste livro:

Arquivo Público Mineiro
 Biblioteca Nacional
 CeDInCI - Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas
 Diário de São Paulo
 Espacio Memoria y Derechos Humanos
 Fundación Augusto y León Ferrari. Arte y Acervo
 il Manifesto
 Jornal do Brasil/ CPDoc JB
 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía
 Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
 National Security Archive
 Parque de la Memoria





André Mesquita

Pesquisador das relações entre arte, política e ativismo. Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com a tese *Mapas Dissidentes: Proposições Sobre Um Mundo Em Crise (1960-2010)*, 2013. É autor do livro *Insurgências Poéticas: Arte Ativista e Ação Coletiva* (Annablume/Fapesp, 2011). Em 2014, foi pesquisador residente no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, Madri. Membro da Red Conceptualismos del Sur, foi um dos curadores da exposição *Perder la forma humana. Una imagen sísmica de los años ochenta en América Latina* (Museu Reina Sofía). Foi também co-curador da exposição *Politizacija prijateljstva / Politicization of friendship* (Museu de Arte Contemporânea de Metelkova/ Moderna Galerija, Liubliana, 2014).

Realização:

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Esta obra foi selecionada pela Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais 2014

Distribuição gratuita, proibida a venda.

